

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO INTERINSTITUCIONAL FAUUSP/CAUUCF

**Novas abordagens do tombamento federal de sítios históricos -
política, gestão e transformação:
a experiência cearense**



Romeu Duarte Junior

São Paulo
2005

Fotografias (sentido horário): Igreja Matriz de N. Sra. do Rosário (Aracati)/ Mauricio Albano,
Igreja Matriz de N. Sra. da Assunção (Viçosa do Ceará)/ Jacques Antunes,
Igreja Matriz de N. Sra. da Conceição (Sobral)/Gentil Barreira
e Igreja Matriz de N. Sra. da Expectação (Icó)/ Mauricio Albano

ROMEU DUARTE JUNIOR

**Novas abordagens do tombamento federal de sítios históricos –
política, gestão e transformação:
a experiência cearense**

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura
e Urbanismo da Universidade de São Paulo
para obtenção do grau de Mestre.
Área de concentração: Planejamento Urbano
Orientador: Prof. Dr. Joaquim Manuel Guedes Sobrinho

**São Paulo
2005**

Aos professores arquitetos José Liberal de Castro
e José Neudson Bandeira Braga,
mestres e amigos,
lições dignas de vida e trabalho.

À memória
do professor arquiteto
Abraão Velu Sanovicz

A Solange, Emília e Isabel,
este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Joaquim Manuel Guedes Sobrinho, meu orientador, por seu exemplo como arquiteto e professor e por ter me convencido a partir do concreto para a realização deste trabalho, além da dedicação, amizade e espírito crítico demonstrados ao longo do seu desenvolvimento.

Aos professores Catarina Lima, Denise Duarte, Joana Carla Gonçalves, Giancarlo Gasperini, Helena Ayoub, Heliana Vargas, Lúcio Gomes Machado, Marcelo Romero, Maria Ruth Amaral de Sampaio, Paulo Bruna, Paulo César Pereira, Paulo Pellegrino e Wilson Edson Jorge pelo conhecimento, empenho e generosidade dispensados nas disciplinas ministradas.

Às professoras Marta Dora Grostein e Cláudia T. de Andrade Oliveira pelas valiosas contribuições prestadas no exame de qualificação.

Aos meus pais Francisca e Romeu, ao meu irmão Robledo e às minhas tias Ester e Santinha, por tudo de bom que sempre me devotaram.

Aos amigos do IPHAN, em especial, a Alexandre Veras, Célia Perdigão, Denise Martin, Domingos Linheiro, Francisca Barbosa (Dorinha), Francisco Veloso, José Renato Cirino, Márcia Lessa, Maryland Paiva, Olga Paiva e Paulo Veloso, todos da 4^a. Superintendência Regional, e a Antônio Augusto Arantes, Carlos Heck, Diva Figueiredo, Glauco Campello, José La Pastina, José Leme Galvão (Soneca),

Lia Motta, Marcelo Brito, Márcia Chuva, Márcia Sant'Anna, Maria Elisa Costa, Sérgio Abrahão e Sônia Rabelo de Castro pelo apoio sempre presente.

Aos amigos do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB, em especial, a André Costa, Fernanda Rocha, José Alberto de Almeida, Luciano Guimarães, Marcilio Bizarriã, Marcus Lima, Napoleão Ferreira e Rocha Júnior, do IAB-CE, a Edson Elito, Elizabeth França, Gilberto Belleza, Marcos Carrilho, Paulo Sophia, Pedro Cury e Paulo Mendes da Rocha, do IAB-SP, e a Campelo Costa, Ciro Pirondi, Fábio Penteado e Miguel Pereira, estes, como eu, conselheiros vitalícios da entidade, pelo carinho e atenção fraternos.

Aos professores da Universidade Federal do Ceará – UFC René Barreira (Reitor), Roberto Cláudio Bezerra (ex-Reitor), Ângela Gutierrez, Erasmo Pitombeira, Ernesto Pitombeira e Jesualdo Farias, pelo incentivo.

Aos colegas do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC, em especial, a Caetano Aragão, José Lemenhe, José Sales, Margarida Andrade, Nearco Araújo, Paulo Cardoso e Roberto Castelo, meus professores, pelo interesse e estímulo.

Aos meus amigos do Curso de Mestrado Interinstitucional FAUUSP/ CAU UFC, em especial, a Joaquim Cartaxo Filho, por termos compartilhado todos os momentos desse importante processo.

Aos amigos do escritório 3 Arquitetos Associados, em especial, à minha querida amiga Clélia Carvalho, pelo fundamental amparo à elaboração deste trabalho, e a

Andréa Barreto, pela primorosa digitação e organização da dissertação, por mim escrita à mão.

Ao Dr. Lúcio Gonçalo Alcântara, Governador do Estado do Ceará, pela parceria e boa vontade.

Aos amigos Adelaide Gonçalves, Antônio Souza (Moça Velha), Cláudia Leitão, Clodoveu Arruda, Evaldo Souza, Fernando Pinto, Gentil Barreira, Getúlio Oliveira, Gilmar de Carvalho, Ismael Pordeus, José Correia, Kildare Colares Manuela Queiroz e Maurício Albano, pela inestimável colaboração.

E, por fim, aos amigos do Bar do Airton, cujas idéias e opiniões tanto contribuíram para a elaboração deste trabalho, em especial, a Airton Gonçalves, Augusto Figueiredo, Dejoces Baptista, Francisco Bezerra, Henrique Bayma, Henrique Cavalcante, Henrique Jorge Silveira, Henrique Parente, Herbert Meireles, Jorge Henrique Paiva, Jacques Antunes, Leopoldo Kaswiner, Luís Carlos Sabadía, Patricia Nottingham, Paulo Montenegro, Paulo Simões, Sávio Queiroz, Valter Vieira e Zacarias Ramalho.

ABSTRACT

This work deals with relations established between the preservation of the built cultural heritage, especially urban historic sites, and urban planning in low and middle sized cities. Emphasizing new approaches of the federal listing of urban areas in Brazil, in its political, administrative and changing aspects, the understanding of this relation is made through the analysis of the evolving process of preservation concepts of the built cultural heritage, in order to describe the work of the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN and evaluate the instrument known as *Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano*, created by IPHAN in 2004, based on the cearense experience with the preservation of the historic sites of Icó, Sobral, Aracati and Viçosa do Ceará, aiming for the application of this instrument in these urban sectors.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	
Conceituação: a evolução dos processos de tombamento federal de sítios históricos no Brasil e sua associação à ampliação dos critérios de preservação e a formulação de uma cultura urbanística do patrimônio: o papel do IPHAN	18
CAPÍTULO 2	
Plano de Preservação de Sítios Históricos Urbanísticos – PPSHU: um instrumento para a gestão compartilhada do patrimônio cultural urbano	102
2.1. Análise da Portaria da Presidência do IPHAN nº 299, de 06.07.04, e do Termo de Referência do Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano – PPSHU	102
2.2. Crítica ao modelo apresentado	125
CAPÍTULO 3	
O Tombamento Federal de Sítios Históricos: a experiência cearense ...	136
3.1. Análise do Estudo para Tombamento Federal do Conjunto Urbanístico da Cidade de Icó – ETF/Icó	136
3.2. Análise do Estudo para Tombamento Federal do Conjunto Urbanístico da Cidade de Aracati – ETF/Aracati	169
3.3. Análise do Estudo para Tombamento Federal do Conjunto Urbanístico da Cidade de Viçosa do Ceará – ETF/Viçosa do Ceará	205
3.4. Análise do Estudo para Tombamento Federal do Conjunto Urbanístico da Cidade de Sobral – ETF/Sobral	242
3.5. Desdobramentos dos processos de tombamento federal dos sítios históricos enfocados: tombamento, produção do espaço urbano, gestão urbana e participação popular	353

3.5.1. Icó	354
3.5.2. Sobral	359
3.5.3. Aracati	365
3.5.4. Viçosa do Ceará	369
CAPÍTULO 4	
Os sítios históricos cearenses à luz do PPSHU: diretrizes para recuperação, requalificação e revitalização	373
4.1. Considerações iniciais	373
4.2. Ações de cunho geral	377
4.2.1. Identificação e documentação	377
4.2.2. Promoção	378
4.2.3. Proteção	379
4.3. Programas de atuação específicos da proteção	381
4.3.1. Aracati	381
4.3.2. Icó	384
4.3.3. Sobral	387
4.3.4. Viçosa do Ceará	390
CONCLUSÃO	393
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	414

CAPÍTULO 01

1.1. Conceituação: a evolução dos processos de tombamento federal de sítios históricos no Brasil e sua associação à ampliação dos critérios de preservação e à formulação de uma cultura urbanística do patrimônio: a trajetória do IPHAN.

A idéia de patrimônio cultural, bem como a de sua preservação, surgem no mundo ocidental como contribuições do Século das Luzes (XVIII) à contemporaneidade marcadas por um caráter mais afetivo que racional e intimamente ligadas à formulação das identificações das nações, num momento em que, para tanto, são separados os conceitos de Arte e História. Nas palavras de FONSECA (1997, p.49)

foi apenas quando, no final do século XVIII, o Estado assumiu, em nome do interesse público, a proteção legal de determinados bens a que foi atribuída a capacidade de simbolizarem a nação, que se definiu o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional.

Portanto, as noções de patrimônio e nação se produziram, mais especificamente, no período da Revolução Francesa, concomitantemente à autonomização das noções de arte e história, as quais assumiram uma essência instrumental, úteis à representação dos estados nacionais modernos.

A consideração de um bem cultural imóvel, no caso o acervo edificado, como algo merecedor de estudo e conservação pelo simples fato de representar, de forma eloquente, um testemunho histórico e/ou uma obra de arte de valor incontestável está na base da construção das idéias de monumento, patrimônio e preservação, possibilitadas por ações seletivas exercidas por certos agentes e segundo determinados critérios que balizam os processos de destruição e

conservação urbanas. Para estudiosos da proteção do patrimônio cultural, tais como Alóis Riegl, André Chastel e Jean-Pierre Babelon, sentimentos típicos do processo civilizatório europeu, de que são exemplos a piedade religiosa e a devoção às relíquias, dão origem não só ao apego a bens simbólicos mas também ao que esses objetos evocam, qual seja, a idéia de pertencimento a uma comunidade, real ou imaginária. Se antes a Igreja Católica atuou como a guardiã e a gestora dos objetos de culto religioso, o Estado, como estabelecedor e representante de uma identificação nacional e de uma coletividade, emprestará a esses e a outros bens um caráter necessariamente leigo, embasado em valores históricos e artísticos, constituindo a idéia de patrimônio, passível de preservação e transmissão aos pósteros. Assim,

se as categorias que vão fundamentar a constituição dos chamados patrimônios históricos e artísticos começaram, portanto, a ser formuladas e aplicadas a bens, desde o Renascimento, foi a idéia de nação que veio garantir o seu estatuto ideológico, e foi o Estado nacional que veio assegurar, através de práticas específicas, a sua preservação (FONSECA, 1997, p.54).

Se foi pioneiramente em Roma, mais precisamente no século XV, onde apareceram, através dos papas e de suas bulas, as primeiras medidas oficiais visando à proteção de edificações antigas e cristãs da tradição greco-romana, nas quais sobressaíam motivações e justificativas de ordem histórica, artística e conservacionista, a preservação dos monumentos só se tornou matéria de interesse público quando surgiram, ao mesmo tempo,

ameaças concretas de perda dos monumentos, já então valorizados como expressões históricas e artísticas – o vandalismo da Reforma e o da Revolução Francesa – e uma mística leiga vinculada a um interesse político definido – o culto à nação (FONSECA, 1997, p.56).

A independência dos valores históricos e artísticos empresta uma nova roupagem e possibilita uma nova leitura àqueles mesmos objetos antigos, vez que "a descoberta das antiguidades é também a da arte como atividade autônoma, desvinculada da tradicional vinculação à religião cristã" (CHOAY apud FONSECA, 1997, p.55). Assim, o termo "patrimônio" foi cunhado para representar um significativo acervo de bens de valor cultural pertencentes a uma coletividade de cidadãos, servindo para fundamentar uma justificativa ao mesmo tempo prática e ideológica, qual seja, o novo *status* desses mesmos bens, agora confiscados pelo Estado e devidamente ressemantizados.

Assim, a idéia de patrimônio, basilar para os processos de construção das identificações nacionais e de consolidação dos estados-nações modernos, para FONSECA (1997, p.59), serviu ainda para cumprir várias funções simbólicas, dentre as quais:

- reforçar a noção de cidadania, na medida em que são identificados, no espaço público, bens que não são de posse privada, mas propriedade de todos os cidadãos, a serem utilizados em nome do gestor público;
- a partir da identificação, nos limites do Estado Nacional, [...] , a noção de patrimônio contribui para objetivar, tornar visível e real, essa identidade ideal que é a nação [...] A necessidade de proteger esse patrimônio comum reforça a coesão nacional;
- os bens patrimoniais, caracterizados desde o início por sua heterogeneidade, funcionam como documentos, como provas materiais das versões oficiais da história nacional, que constrói o mito de origem da nação e uma versão da ocupação do território, visando a legitimar o poder atual;
- a conservação desses bens – onerosa, complexa e freqüentemente contrária a outros interesses, públicos e privados – é justificada por seu alcance pedagógico, a serviço da instrução dos cidadãos.

Dessa forma, a preservação do patrimônio cultural é concebida estrategicamente como instrumento afirmador da autoridade e do poder do Estado, esta a instância guardiã e gestora do acervo valorizado como de

interesse nacional e formuladora de um novo modelo administrativo, geopolítico e civilizatório, de corte essencialmente concentrador e racional.

Iniciada oficialmente na França com François Guizot, através de sua proposta de criação do cargo de Inspetor dos Monumentos Históricos Franceses em 1830, e pelos inventários de arquitetura antiga desenvolvidos por Prosper Mérimée, a sistematização das atividades preservacionistas se deu através da aliança estabelecida entre os interesses cultural e político, amparada por uma justificativa ideológica. Essa base conceitual e operativa francesa perdurou na Europa em boa parte do século XIX, sendo alterada, entretanto, pelos desdobramentos da Revolução Industrial e do Romantismo, aquela redefinidora dos modos de fazer e viver até então vigentes, privilegiando a produção e o consumo de bens elaborados em escala ampliada, e este voltado aos valores da subjetividade. Essas duas vertentes, nas palavras de FONSECA (1997, p.62), conformaram propostas distintas de política preservacionista:

o modelo anglo-saxônico, com o apoio de associações civis, voltado para o culto ao passado e para a valoração ético-estética dos monumentos, e o modelo francês, estatal e centralizador, que se desenvolveu em torno da noção de patrimônio, de forma planejada e regulamentada, visando ao atendimento de interesses políticos do Estado.

Por suas características, as quais ofereciam mais garantias aos governos que à época construíam, na mesma linha, suas versões de estado-nação, o modelo francês foi adotado pela maioria dos países europeus, tendo sido exportado na primeira metade do século XX para países da América Latina, tais como o Brasil e a Argentina.

Entretanto, se preponderava em torno dos bens protegidos uma espécie de aura sacralizada, apesar do trato laico conferido pelo Estado, para muitos evocativa de um "sentido do patrimônio", conceito defendido por Chastel e

Babelon para explicar a sedução exercida pelos monumentos, na segunda metade do século XX as políticas de patrimônio tiveram que considerar e se adequar aos desdobramentos das ações de um poderoso agente transformador: o consumo cultural de massa. Responsável pela dessacralização da arte, transformou as noções e os critérios correntes de conservação, restauro, proteção e valorização, colocando em pauta novos problemas, tais como, dentre outros, a transformação da cidade histórica em produto da indústria cultural, em que os conjuntos urbanos antigos se vêm convertidos em cena para fins midiáticos; a preservação do patrimônio como empreendimento notadamente associado às destinações turísticas; a existência de recursos tecnológicos capazes de manter os monumentos vivos na memória da coletividade sem que seja necessária a mediação destes; o que suscitou de CHOAY (2001, p.228) a seguinte observação: "a exploração do patrimônio histórico e arquitetônico está, pois, fadada ao esgotamento, a menos que se reduzam os custos de manutenção e se regule o fluxo de seus consumidores". Para além do interesse estrito dos técnicos especializados e dos iniciados, o consumo cultural de massa colocou em cheque o uso dos sítios históricos, os quais, oscilando entre a indefinição de uso ou o emprego eminentemente museal dos seus espaços, se vêm agora às voltas com complexas articulações, de que são exemplos os seguintes questionamentos: desenvolvimento ou culto aos monumentos? Entretenimento puro e simples ou a garantia dos valores históricos e artísticos, intelectualmente tratados? Como usufruir da obra de arte em meio à massa? Resguardadas as posições aristocráticas e populistas quanto à questão, o fato é que

a conversão de obras de arte em mercadorias, o desenvolvimento do mercado de antiguidades e a valorização do solo, edificado ou *aedificandi*, sobretudo nas grandes cidades, tornaram evidente a

importância, hoje, de se considerar o valor de troca na dinâmica dos valores atribuídos aos bens culturais (FONSECA, 1997, p.71),

sejam eles um bem móvel, uma manifestação do patrimônio imaterial, um edifício, uma cidade ou parte dela. Esse panorama, que nos remete aos intrincados embates da vida real, demanda uma transformação na consideração do patrimônio histórico e artístico: de instrumento útil para a conformação dos estados-nações e da ideologia do nacionalismo, passa agora a inserir-se em contextos de escalas variadas, tais como os organismos internacionais e as comunidades locais, todos com seus problemas, potenciais, perspectivas e requisitos característicos. Inicialmente objeto das preocupações de intelectuais e burocratas,

nas duas últimas décadas [a] noção [do patrimônio] foi ressemantizada, extrapolou o seu domínio tradicional, o dos Estados nacionais, e passou a envolver outros atores [...] As modificações na conceituação e no gerenciamento do patrimônio, enquanto objeto de políticas públicas, indicam sua progressiva apropriação como tema político por parte da sociedade [...] (FONSECA, 1997, p.79).

Neste passo, para o desenvolvimento do presente trabalho, é de fundamental importância conhecer a formação dos órgãos nacionais encarregados da organização da proteção do patrimônio histórico e artístico e a sua atuação nos sítios históricos urbanos, esta traduzida em termos de instrumentos que conformam uma política patrimonial. Por outro lado, é também importante acompanhar as transformações dos processos de abordagem dos problemas colocados pela preservação de áreas urbanas, numa perspectiva evolutiva, e a fundamentação teórica que lhe empresta amparo. No caso em análise, significa acompanhar criticamente a trajetória do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, mais especificamente a sua ação voltada à preservação dos sítios históricos urbanos e as influências impostas a esta pelo

debate teórico e pela prática cotidiana, tanto no âmbito nacional quanto no internacional, representadas por documentos de referência (cartas patrimoniais/ entendimentos/ legislações) e por medidas técnico-político-jurídico-administrativas relevantes, implementadas ou não.

De início, faz-se necessário um esforço de precisão para que sejam esclarecidos os termos empregados e definidos os seus contornos, bem como os procedimentos a adotar:

uma política de preservação do patrimônio abrange necessariamente um âmbito maior que o de um conjunto de atividades visando à proteção de bens. É imprescindível ir além e questionar o processo de produção desse universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção; identificar os atores envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar o seu trabalho; definir a posição do Estado relativamente a essa prática social e investigar o grau de envolvimento da sociedade (FONSECA, 1997, p.30).

Certamente, as ações oficiais na área da preservação não podem compreender somente a atuação dos órgãos estatais nos campos da identificação/documentação, proteção e promoção; é preciso interrogar a forma como o patrimônio cultural se constrói nos meios eruditos e leigos com o mesmo rigor com que se indaga acerca dos parâmetros utilizados para sua eleição e valorização. Se a proteção do patrimônio cultural adquire cada vez mais um tom político pela polifonia de vozes explicitando as motivações pelas quais determinados bens merecem ou não ser preservados, faz-se necessário conhecer e avaliar o papel dos agentes envolvidos, sociedade e Estado, bem como estudar as possibilidades de aperfeiçoamento dessa parceria.

Mas, como e com que objetivos se constituem os órgãos nacionais de preservação e como se define o seu objeto de análise e o seu campo de atuação ou mais propriamente, a sua política?

A constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais é uma prática característica dos Estados Modernos, que, através de determinados agentes recrutados entre os intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Pelo valor que lhes é atribuído, enquanto manifestações culturais e [...] símbolos da nação, esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando à sua transmissão às gerações futuras. Nesse sentido, as políticas de preservação, voltadas ao interesse público, se propõem a atuar, basicamente, no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma entidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos (FONSECA, 1997, p.11).

Por esse raciocínio, uma prática estatal centrada na ação de grupos de eruditos e embasada por um arcabouço jurídico próprio volta-se à proteção e à valorização de um número restrito de bens materiais e imateriais, considerados a partir de uma rigorosa leitura seletiva. Sua transformação em distinguido acervo se dá pela condição de representarem simbolicamente a Nação, o que também justifica sua proteção pelo Estado.

Em nosso caso, "a história da preservação de bens culturais no Brasil pode ser considerada recente se comparada à de países europeus, mas, como naqueles países, se inicia como resultante dos movimentos de constituição das nações modernas" (ARNAUT, 1992, p.31). Tendo como marco pioneiro a carta dirigida em 05 de abril de 1742 pelo vice-rei do Brasil, André de Melo e Castro, ao governador de Pernambuco, Luís Pereira Freire de Andrade, com o objetivo de impedir a ocupação do Palácio das Duas Torres, obra de Maurício de Nassau, e de recomendar sua restauração pelos portugueses, o envolvimento oficial do Estado com a preservação do patrimônio cultural brasileiro só oficialmente se consolida com a publicação, a 30 de novembro de 1937, do Decreto nº 25/37, o qual instituiu o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN como órgão responsável pela organização da proteção do patrimônio histórico e artístico no país. Na verdade, a criação do SPHAN significou a conscientização,

peelo Estado, da relevância política da temática do patrimônio e da contribuição desta aos esforços de desenvolvimento do país, questões essas que vinham sendo discutidas insistentemente pelos círculos intelectuais brasileiros a partir da década de vinte do século passado. Criado à luz da eclosão do Movimento Modernista e da instauração do Estado Novo, este decorrente da Revolução de 30, o SPHAN surge juntamente com a noção elaborada por seus formuladores de que Minas Gerais seria o berço fundante de uma civilização brasileira, "tomando-se a proteção dos monumentos históricos e artísticos mineiros – e, por consequência, do resto do país – parte da construção da tradição nacional" (FONSECA, 1997, p.99), o que já se antevia na elevação da cidade de Ouro Preto à categoria de monumento nacional através do Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933, tida como a primeira iniciativa do governo federal voltada à proteção do patrimônio cultural. O tombamento de Ouro Preto também serviu para delinear o perfil das cidades passíveis de contarem com a proteção federal: todas aquelas erigidas no período colonial, preferencialmente no seu início, plenas de espécimes de alta qualidade arquitetônica, urbanística e paisagística, homogêneas e legíveis em suas variações de escala e marcadas pelo risco barroco, sinal totêmico e altamente relevante, aspectos esses caracterizadores de uma visão particular do patrimônio cultural brasileiro e de um esforço civilizatório. Os responsáveis por esse corte seletivo, liderados por Rodrigo Mello Franco de Andrade, foram os intelectuais modernistas atuantes no SPHAN, os quais, ao mesmo tempo em que implementavam, com bastante prestígio, uma política cultural cujo alcance chega aos nossos dias, cuidavam também da renovação das artes, assumindo posições de vanguarda. Nas palavras de FONSECA (1997, p.13), "devido ao grau extremamente restrito, no Brasil, da participação da

sociedade nas políticas culturais em geral, e particularmente nas políticas de preservação, as decisões desses intelectuais foram fatores cruciais na orientação dessas políticas". Essa maneira peculiar de interpretação valorativa e material da história e da arte brasileiras, que fundamentou a proteção de diversos sítios históricos no país e, porque não dizer, por esse mesmo motivo, relegou a plano inferior, com a negação do tombamento federal, várias áreas urbanas que não se enquadravam nos seus critérios de admissibilidade, a partir da década de setenta do século passado, com a derrocada do regime militar instalado em 1964, começou a receber críticas e contestações quanto à essência de sua formulação técnico-intelectual e ao seu pretenso caráter nacional, por valorizar somente as produções das elites. Esse período, extremamente rico pelo entrelaço das opiniões de grupos rivais situados dentro e fora do órgão nacional de patrimônio, foi marcado pela entrada em cena de novos valores, critérios e interesses empregados para a ampliação da noção de bem patrimonial, como também caracterizou-se como o momento inicial da consideração urbanística da preservação do patrimônio edificado. Nas décadas subseqüentes, principalmente na de 90, motivada pelo debate nacional e internacional, assistiu-se a uma modernização do conceito de patrimônio, traduzida na vinculação preservação/desenvolvimento sócioeconômico e na politização da prática de preservação, em que se buscou integrar e valorizar expressões culturais de segmentos sociais até então marginalizados. Como bem definiu FONSECA (1997, p.14),

nesse período [principalmente nos anos 70 e 80], coexistiram duas linhas de atuação paralelas num mesmo campo – a da 'pedra e cal', continuidade do antigo SPHAN e a da referência, oriunda do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), criado em 1975 – que não conseguiram se encontrar sobre um mínimo de definições comuns.

Resta o desafio de constituir, em uma sociedade complexa como a brasileira, uma política de patrimônio plural, compartilhada e integrada e que seja efetivamente reconhecida como uma política pública.

Para um melhor entendimento do processo e do *corpus* teórico que o fundamenta, é imprescindível analisar a evolução dos conceitos e procedimentos empregados pelo órgão federal de patrimônio em sua lida com os sítios históricos urbanos, esta tomada cronologicamente e à luz dos documentos e eventos que marcaram, em nosso meio e no estrangeiro, o debate intelectual sobre a proteção cultural de áreas urbanas. Em 1931, inaugura-se formalmente a reflexão mundial sobre o assunto com a elaboração, pelo Escritório Internacional de Museus, da Carta de Atenas. Ressaltando as preocupações com o uso e a conservação dos monumentos em compasso com a capacidade de abrigo destes e o desenvolvimento de métodos de intervenção física que propiciassem o emprego de materiais e técnicas modernas denunciadores do momento de sua utilização, o documento refere-se aos conjuntos urbanos de valor patrimonial ressaltando o direito da coletividade em relação à propriedade privada e a necessidade de determinação de uma autoridade nacional para gerenciar o acervo dos monumentos históricos, "de modo que se encontre a menor oposição possível, tendo em conta os sacrifícios a que estão sujeitos os proprietários, em benefício do interesse geral" (apud CURY, 2000, p.14). Na mesma linha, recomendou que fossem respeitados, "na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade [deveria] ser objeto de cuidados especiais" (apud CURY, 2000, p.14), levantando assim a centralidade das questões de pré-existência, legibilidade e ambiência dos

monumentos e sítios históricos, no sentido de que fosse conhecido o discurso espacial da cidade antiga e que este caráter presidisse a elaboração dos projetos das novas intervenções urbanas.

A Carta de Atenas, assinada pelos membros do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM em 1933, conquanto representasse os ideais daqueles que buscavam construir a cidade nova da sociedade industrial, na qual o sanitarismo e a eficiência predominariam e seriam desenvolvidas de forma integrada suas quatro funções básicas (habitar/ trabalhar/ recrear-se/ circular), resguardou espaço para a preservação do acervo edificado:

os valores arquitetônicos devem ser salvaguardados (edifícios isolados ou conjuntos urbanos) [...] se constituem a expressão de uma cultura anterior e se correspondem a um interesse geral [...] nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado (apud CURY, 2000, p.52).

Confiando somente aos conhecedores da arquitetura, esta tida como a força que "preside aos destinos da cidade" (apud CURY, 2000, p.63) a responsabilidade sobre a eleição do que deveria ser preservado, o documento submete sempre a manutenção do acervo construído às leis do progresso racionalista e aos interesses da cidade, como se esses fossem dados irrefutáveis e indiscutíveis, sem que fossem consideradas outras influências de peso no desenvolvimento urbano, tais como a história, a economia e a participação popular. O certo é que, como principal manifesto do urbanismo modernista e por seu generalismo, influenciou a orientação de várias gerações de arquitetos em todo o mundo, lançando as bases dos processos de criação de novas cidades e das intervenções de renovação urbana, estas, mais numerosas, muitas vezes sendo realizadas à custa da demolição e/ou descaracterização de áreas de interesse. No caso brasileiro, serviu de fundamentação aos esforços de

modernização arquitetônica e urbanística desenvolvidos por um grupo de profissionais, o qual, tendo como *chef-de-fille* Lúcio Costa e posteriormente Brasília como síntese máxima dos mandamentos modernistas, ocupou-se também da preservação do patrimônio edificado, trabalho esse desenvolvido no âmbito do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN.

Com a decretação pelo Presidente da República do Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937, foi criado o SPHAN e definido o objeto de sua atuação, bem como os instrumentos e os procedimentos úteis para tanto. Composto de cinco capítulos (Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; do Tombamento; Dos Efeitos do Tombamento; Do Direito de Preferência; Disposições Gerais), estabelece, em seu Artigo 1º, o seu campo de atuação:

constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (apud PAIVA, 1999, p.23).

A referência aos conjuntos urbanos e rurais, bem como aos naturais de interesse, se faz no parágrafo 2º desse artigo, em complementação ao objeto enunciado:

equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (apud PAIVA, 1999, p.23).

O tombamento, ou seja, a inscrição dos bens materiais móveis e imóveis nos livros de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; das Belas Artes; e das Artes Aplicadas, é considerado o principal meio de acautelamento e preservação das coisas de interesse histórico e artístico de valor nacional, surgindo "como uma fórmula realista de compromisso entre o direito

individual à propriedade e a defesa do interesse público relativamente à preservação de valores culturais” (FONSECA, 1997, p.115). Vale salientar que essa solução só havia se tomado viável pelo fato da Constituição de 1934 ter estabelecido limites claros ao direito de propriedade, como também definido o conceito de função social da propriedade, o qual mereceria aprofundamento nos textos constitucionais subseqüentes. Por outro lado, essa forma de proteção, já prevista no anteprojeto do “Patrimônio Artístico Nacional” elaborado por Mário de Andrade, traía um conceito unificador da idéia de patrimônio através da noção de arte, em que o polígrafo paulista realçou

o alcance e os limites da participação social na construção dos patrimônios históricos e artísticos, apontando as diferenças e as peculiaridades dos níveis nacional e local e caracterizando a função social do intelectual como mediador entre os interesses populares e o Estado (FONSECA, 1997, p.111).

Os tombamentos se iniciaram, dando-se preferência às obras do período colonial, justificadas, no plano urbanístico, por seu atrelamento ao processo histórico de ocupação das diversas regiões componentes do território brasileiro e pelo estado preocupante que apresentavam, vítimas tanto de um já galopante surto de urbanização destruidora quanto do furto e de vendas ilegais de bens imóveis. “Avultam, porém, os bens arquitetônicos como núcleo primacial do nosso patrimônio, [por ser] mais facilmente praticável a investigação a seu respeito” (ANDRADE apud FONSECA, 1997, p.119). Em seu início, as propostas de proteção foram elaboradas por grupos de intelectuais ligados ao SPHAN mediante critérios que tinham mais a ver com a autoridade técnica destes, na qual se destacava a análise que da arquitetura e do urbanismo coloniais fizeram os arquitetos modernistas brasileiros. Predominantes no corpo técnico da instituição, desenvolveram uma leitura peculiar da produção e do consumo espacial do

período assinalado, com base em uma versão particular da história da civilização brasileira, realizando ainda uma associação natural entre as suas expressões e a arquitetura que produziram naquele momento, ligações essas de cunho conceitual e estrutural, tais como economia de meios, verdade dos materiais, estrutura separada da vedação, dentre outros aspectos. Centrados basicamente sobre os bens imóveis remanescentes dos séculos XVI, XVII e XVIII, com destaque para a arquitetura religiosa, os tombamentos foram sendo elaborados tendo como justificativas pareceres cada vez mais embasados, nos quais avultava a importância dos trabalhos de identificação e documentação arquitetônica e histórica (inventários), o que acabou por conformar, na seqüência, um patamar teórico seguro para a tomada de decisões relativas à proteção edilícia (bens isolados ou conjuntos urbanos) e aos trabalhos de restauro, conservação e adaptação. Esse saber, criado a partir da prática cotidiana da instituição, serviu de fundamento ao tombamento de inúmeros sítios históricos brasileiros e só recentemente, com a ampliação dos valores e critérios ligados à preservação, é que veio a ser abordado criticamente para que se adequasse à incorporação de novas propostas.

Se, entretanto, a instituição desenvolveu, principalmente em sua fase conhecida como heróica (1937-1970), o seu trabalho de proteção do patrimônio edificado alicerçado em critérios eminentemente artísticos, construídos nas tarefas diárias das pesquisas e dos levantamentos de campo, não recolheu sistematicamente de outras fontes contribuições substanciais ao fortalecimento de suas justificativas. Quanto aos valores em análise, como "a constituição do patrimônio no Brasil foi realizada a partir de uma perspectiva predominantemente estética [...] não havia, então, por parte do SPHAN, uma preocupação em

incorporar os avanços da historiografia nacional e internacional" (FONSECA, 1997, p.127); com relação à participação popular nos tombamentos,

o processo de decisão quanto à seleção e à valorização dos bens a serem tombados era conduzido quase que exclusivamente pelos funcionários da instituição ou por seus colaboradores. Raros eram, então, os pedidos de tombamento originados de fora do órgão, sendo a participação de elementos externos à instituição possível apenas nesse momento do processo, o do pedido de tombamento (FONSECA, 1997, p.125).

Se hoje os elementos de natureza histórica têm peso equivalente aos estéticos ou aos de outras essências (antropológica, etnográfica, arqueológica etc), naquela época a seleção era conduzida não só com o rigor dos estetas modernistas mas também considerando a urgência dos trabalhos de preservação frente a perigos diversos. Nas palavras de SAIA (apud FONSECA, 1997, p.126)

a fim de enfrentar tamanha tarefa era indispensável municiar-se de estudos e colocar corajosamente em segundo plano tudo o que pudesse ser feito mais tarde, com mais experiência e mais gente: controle do comércio de arte, tombamento paisagístico, inventário de artes menores, aproveitamento e revalorização de monumentos cuja função se tornara obsoleta, tombamento de conjuntos urbanos etc.

Mais especificamente, segundo informação prestada pelo arquiteto Antonio Luis Dias de Andrade, ex-diretor da Regional do IPHAN em São Paulo recentemente falecido, coletada por Maria Cecília Londres Fonseca, esse direcionamento preponderante às coisas da arquitetura decorria das estruturas curriculares das faculdades de arquitetura brasileiras à época, organizadas em torno dos conceitos da arquitetura moderna e sem maior aprofundamento nas questões relacionadas à história da arte e da arquitetura nacionais. No que tange à participação das comunidades, visou-se tão somente a criar uma atmosfera que, hipervalorizando o saber técnico, protegesse a instituição dos clamores populares e das opiniões dos leigos, a qual foi a responsável pela não inclusão formal da população das cidades objeto da ação do SPHAN, em seu início, nos

processos de discussão e deliberação sobre os bens a preservar, o que ainda hoje se verifica e se quer corrigir. Uma outra questão relevante nesse momento é a noção de complementaridade das ações federais na área da preservação do patrimônio histórico e artístico, a serem desenvolvidas pelos estados e municípios, já presente na estratégia da direção do órgão. Para o Dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade, presidente do SPHAN de 1937 a 1967,

com efeito, nos referidos Livros de Tombo não se increvem, em rigor, senão as coisas consideradas de valor excepcional. Conseqüentemente, há no país uma vasta quantidade de bens culturais cuja preservação, embora de manifesta conveniência pública, escapa à alçada do serviço mantido pela União para cuidar do setor, [ressaltando ainda que] ao município é que incumbe a realização dos planos urbanísticos, o traçado e a abertura de ruas e demais logradouros públicos, bem como a fixação e a fiscalização da observância das normas e prescrições relativas às novas edificações, normas essas que podem ser gerais ou especiais para determinadas zonas urbanas (apud FONSECA, 1997, p.120).

Essas diretrizes, de certa forma, adiantam o tratamento dado à questão da preservação do patrimônio cultural pela Constituição Federal de 1988, a qual, confirmando mais uma vez os termos do Decreto nº 25/37, como suas anteriores congêneres, consagrou a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios quanto à matéria e, especialmente a estes, delegou a competência de "promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual" (Artigo 30, Capítulo IV – Dos Municípios, Título III – Da Organização do Estado). Cumpre registrar também, como se verá, que as preocupações de Dr. Rodrigo serviram de inspiração às propostas de implementação de planos de preservação e reabilitação nos sítios históricos tombados no âmbito federal, intervenções pormenorizadas estas, tais como o Plano de Preservação de Sítios Históricos Urbanos, cujo desenvolvimento só se fará adequadamente com a atuação

compartilhada das diversas esferas de governo e da comunidade numa perspectiva urbanística do patrimônio edificado.

Em resumo, os critérios que estruturaram a ação do SPHAN em seus começos foram os seguintes, segundo FONSECA (1997, p.128):

- o principal instrumento de legitimação das escolhas realizadas era a autoridade dos técnicos, sendo desnecessário formular justificativas mais elaboradas;
- prevaleceu nitidamente uma apreciação de caráter estético, baseada nos cânones da arquitetura modernista;
- a consideração do valor histórico dos bens não era objeto de maior atenção, a não ser relativamente à autenticidade das fontes;
- na verdade, a prioridade era assegurar a proteção legal dos bens através de sua inscrição nos Livros de Tombo, ficando em segundo plano a questão do critério nas inscrições.

Quanto aos sítios históricos tombados pelo SPHAN no período, destacam-se, na Bahia, o conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Salvador (Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico – 1959); em Goiás, o conjunto arquitetônico e paisagístico de Pilar de Goiás (Livro das Belas Artes – 1954); no Maranhão, o conjunto arquitetônico e urbanístico de Alcântara (Livro Histórico – 1948); em Minas Gerais, os conjuntos arquitetônicos e urbanísticos, registrados no Livro das Belas Artes, em 1938, das cidades de Diamantina, Mariana, Ouro Preto, São João Del Rey, Serro e Tiradentes e de Congonhas (Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico – 1941), o que mereceu de HALÉVY (1998, p.04) o seguinte comentário: “as seis cidades mineiras tombadas em 1938 [...] são, sem dúvida, as primeiras cidades tombadas no mundo”; no Rio de Janeiro, o conjunto arquitetônico e paisagístico do Jardim e do Morro do Valongo (Livro das Belas Artes – 1938); e em São Paulo, o conjunto arquitetônico e urbanístico de Carapicuíba (Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico – 1940). Desses, foram posteriormente reconhecidos pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade os sítios históricos de Salvador (1985), Diamantina

(2001) e Ouro Preto (1980)¹, devendo ser também mencionado o excepcional número de edificações isoladas que foram protegidas em diversas cidades brasileiras, tais como casas senhoriais, sobrados, fortalezas, engenhos, igrejas, conventos e conjuntos paisagísticos, o que fez com que algumas, como o Rio de Janeiro e Salvador, em alguns setores, pelo acúmulo de bens imóveis tombados, se constituíssem em expressivos conjuntos urbanos. Alguns sítios históricos, como o de São Luís, tiveram retardado o seu reconhecimento como patrimônio nacional pela instituição, enquanto outros, além da classificação inicial predominante no Livro das Belas Artes foram posteriormente inscritos nos demais Livros de Tombo, o que deixa evidente os fatores de natureza ideológica, cultural e política presentes nas análises e nos julgamentos dos bens a preservar pelos diversos atores participantes dos processos de tombamento, bem como o caráter subjetivo e pessoal das tomadas de decisão, mesmo que, como afirma CASTRO (apud FONSECA, 1997, p.124), "o ato administrativo da inscrição em determinado Livro de Tombo [signifique] a razão preponderante que justificou o tombamento".

Entretanto, como o problema da preservação dos conjuntos era tratado conceitual e administrativamente pelo SPHAN no período? Para BRITO (2004, p.22),

desde a criação do SPHAN, em 1937, já se apresentava a preocupação com as cidades entendidas enquanto monumentos, com os tombamentos dos primeiros conjuntos urbanos. No entanto, a visão predominante era a que correspondia a cidades que poderiam ser compreendidas como acabadas e concluídas, monumentos a serem preservados em sua feição original, os quais se mantiveram como tal por estarem à margem do processo de desenvolvimento que se processava no país. Cidades estagnadas e esquecidas.

¹ Além dessas três cidades, o Brasil tem mais 14 bens incluídos na lista do patrimônio mundial da UNESCO, resultado de sua adesão à Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, elaborada em 1972 com o auxílio do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS

Contrariamente à noção de *documento* com que hoje são majoritariamente abordados, repositórios de informações sobre o seu processo histórico de formação e evolução permanentemente em construção, os sítios históricos urbanos eram então tratados como *monumentos*, obras finalizadas, intocáveis e dignas de respeitosa reverência em que os valores arquitetônico e histórico eram destacados por uma ótica culturalista mais preocupada com o salvamento e a manutenção física do acervo do que com questões relativas ao seu uso ou a outras perspectivas da preservação, tais como a associação desta ao desenvolvimento urbano e socioeconômico. Há também que ressaltar que a maioria das cidades antigas protegidas à época apresentavam-se majoritariamente preservadas em suas linhas arquitetônicas e urbanísticas pelo fato de que eram agora lugares destituídos de atividades econômicas de vulto, cuja constituição física, produzida por ciclos de progresso já extintos, era então lida como símbolo de estagnação e abandono. De outra parte, o cuidado devotado pelo órgão de preservação à obra de arquitetura isolada expunha a sua arraigada cultura arquitetônica do patrimônio, sem conexões com as questões do desenvolvimento urbano e regional, traduzida nos esforços do órgão federal em suas extensões nos Estados, desenvolvidos por um punhado de intelectuais abnegados e pertinazes, entretanto desprovidos de recursos financeiros e das condições mínimas de infra-estrutura para realizarem adequadamente suas tarefas. Como síntese do método preservacionista de conjuntos urbanos no período, face às agressões do crescimento urbano e do desenvolvimento industrial, bem como à valorização do recém-criado estatuto legal da preservação, como justificativa ao tombamento de Ouro Preto, Mariana, Tiradentes, São João

Del Rey, Diamantina e Serro e a exclusão de outras do mesmo período, afirma-se que

o trabalho pioneiro exigia um rigor na escolha dos sítios – precisa revestir-se de um caráter excepcional e também a escolha dos inimigos a serem enfrentados. Não era possível enfrentar a mineração em Congonhas e nem a proximidade dos grandes centros urbanos como no caso de Sabará. Outras cidades históricas, mais distantes das ameaças, garantiriam a identidade nacional sem expor o novo e frágil Decreto-Lei do tombamento. O resto ficaria à própria sorte (MOTTA apud HALÉVY, 1998, p.20).

Esses procedimentos, além de conferirem à causa da defesa do patrimônio nacional uma aura de sacrifício e prestígio, constituíram o cume da política de preservação edilícia do SPHAN em seus primeiros trinta anos.

O período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial trouxe modificações radicais não só à consideração dos sítios históricos urbanos como também às ações dos órgãos nacionais de patrimônio, propiciadas por mudanças significativas nos ambientes culturais, socioeconômicos e político-administrativos mundiais, pressentidas de forma especial no campo da preservação urbana. Se foi o momento da reconstrução das cidades européias, em boa parte flageladas pelo conflito internacional, constituiu-se também na ocasião em que os cânones e preceitos do Modernismo passaram a ser contestados e criticados, seja nas artes, na arquitetura e/ou nas intervenções urbanas. Na mesma linha, correspondeu a um intenso processo de urbanização, traduzido na definição das grandes metrópoles mundiais dos blocos capitalista e socialista e na metropolização descapitalizada das grandes cidades do Terceiro Mundo, cujo processo de clivagem em centros desenvolvidos e periferias miseráveis tornou-se a sua face mais visível. A preocupação com a expansão descontrolada das manchas urbanas implicou na busca por modelos urbanísticos de planejamento e controle mais eficazes, em que as figuras dos planos diretores ou de regulação urbana

surgiram como panacéia para todos os males, neste rol incluídos aqueles decorrentes das agressões à natureza.

De fato, se o Modernismo, em sua versão tardia dos anos 50, deixara de ser percebido pelos críticos da cultura como um movimento cultural de oposição para ser tido por esses como uma "cultura afirmativa" (HUYSEN apud FONSECA, 1997, p.152), própria das manifestações culturais que se iniciam revolucionárias e terminam adaptadas a um sistema, quando não emblemáticas deste, com efeito abandonou, no caminho de sua evolução, certa postura crítica rígida, passando a incorporar em suas formulações novas questões estético-políticas e novos atores sociais, os quais favoreceram não só a criação de novas linguagens artísticas como também, no caso específico, a consideração de novos problemas, ampliando e atualizando seu escopo e sua atuação. No final dos anos 50 e no início dos 60, essa situação é palpável nos campos da filosofia e da arquitetura e urbanismo: a contribuição da Escola de Frankfurt, contida em sua crítica à indústria cultural, de que o conceito de *razão comunicativa* de Jürgen Habermas é decorrente, fundamentado na visão deste de que *a modernidade é um projeto inacabado*, alia-se às visões que estabeleciam uma nova relação entre cultura, cidade, projeto, história, objeto arquitetônico, ação comunitária e prática política, presentes, dentre outros, nos trabalhos de Aldo Rossi (*A Arquitetura da Cidade*), Jane Jacobs (*Ascensão e Queda das Grandes Cidades Americanas*), Kevin Lynch (*A Imagem da Cidade*) e Robert Venturi (*Complexidade e Contradição em Arquitetura*), bem como nas discussões do *Team X*, espécie de dissidência barulhenta do CIAM. Questões efervescentes tais como a riqueza e a diversidade cultural das comunidades e o direito destas a um ambiente cultural e naturalmente equilibrado; a importância da consideração do passado das cidades

como patrimônio comum, definidor, assim como outros agentes, do desenho dos futuros espaços urbanos, ação essa que coloca em primeiro plano o problema filosófico e urbanístico da permanência e da mudança, assim como o da memória e esquecimento; e a perda da crença no progresso decorrente da mecanização e da automação racionalistas, promessas desmoralizadas do primeiro modernismo, propiciaram o surgimento de um novo conceito de preservação urbana, em que "as cidades [são] resultantes de um processo permanente e contínuo de transformações cumulativas, onde o patrimônio cultural congrega o somatório das diversas contribuições dos vários períodos de existência das próprias cidades" (BRITO, 2004, p.22).

As questões referentes à gestão e ao controle dos sítios históricos, numa perspectiva urbanística, tomam-se mais claras, em nível mundial, com a recomendação da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, em sua 12ª sessão realizada em Paris em 1962, relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios. Pela primeira vez, de forma oficial e no âmbito das nações, abordou-se os problemas da proteção legal pelo Estado, em suas diversas esferas de poder, dos lugares de interesse ("os sítios isolados e de pequenas dimensões, naturais ou urbanos, assim como porções da paisagem que apresentam um interesse excepcional deveriam ser protegidos por lei" (apud CURY, 2000, p.86)), merecedores de legislação específica concernente à complexidade intrínseca dos aglomerados urbanos, completamente diferente daquela devida aos bens isolados; da educação patrimonial como favorecedora de mentalidades e atitudes preservacionistas por parte das comunidades, entendidas agora como parceiras do Estado na condução das tarefas de proteção cultural ("uma ação educativa

deveria ser empreendida, dentro e fora das escolas, para despertar e desenvolver o respeito do público pelas paisagens e sítios e para tornar mais conhecidas as normas editadas para garantir a sua salvaguarda* (apud CURY, 2000, p.89)); e da própria ação de salvaguarda, compreendida necessariamente como parte do processo de planejamento urbano e compreendendo o tratamento diferenciado a ser conferido a determinadas zonas situadas no interior das cidades e a setores no interior dessas zonas

medidas de salvaguarda: controle geral por parte das autoridades competentes; inserção de restrições nos planos de urbanização e no planejamento em todos os níveis: regional, rural ou urbano; proteção legal, por zonas, das paisagens extensas; proteção legal dos sítios isolados; criação e manutenção de reservas naturais e parques nacionais; aquisição de sítios pelas coletividades públicas (apud CURY, 2000, p.85).

A Carta de Veneza, elaborada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, em 1964, voltou-se à preservação desses lugares, em especial aqueles de incontestável valor histórico e artístico e, sem prejuízo de sua escala, aprofundou o desenvolvimento das questões anteriormente enunciadas a partir da definição do conceito de monumento histórico, entendido como

a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico [e estendido] não só às grandes criações, mas também às obras modernas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (apud CURY, 2000, p.92).

Assim, o monumento histórico é concebido compreendendo as versões de imóvel ou sítio, constituindo prova física de um processo evolutivo, composta de partes eruditas e leigas, cuja importância reside justamente em sua relevância cultural. Visceralmente radicado em um novo conceito de conservação e restauração dos monumentos, aquela por exigir, antes de tudo, permanente

manutenção e esta por se constituir em operação que deve primar pela excepcionalidade, o documento entende que "os sítios monumentais devem ser objetos de cuidados especiais que visem a salvaguardar sua integridade e assegurar o seu saneamento, sua manutenção e valorização" (apud CURY, 2000, p.94), afirmando ainda ser fundamental a marca do momento presente nas intervenções de restauro, gravada pelo emprego de tecnologias contemporâneas. Essa noção, oposta à de *monumento* por sua própria natureza processual e por enxergar nos bens culturais uma imensa quantidade de informações a sistematizar, fundamentais à sua própria conservação física, teve impacto transformador na conceituação brasileira relativa aos sítios históricos, a qual passou a privilegiar o caráter documental e testemunhal dos bens culturais, para além de sua anterior condição de monumentos acabados e irretocáveis, o que também implicou em radicais alterações nos modos de abordagem e análise dos acervos protegidos e a proteger, justificadas agora em bem delineadas ações de identificação e documentação, proteção e promoção. A Carta de Veneza também contribuiu para o alargamento dos critérios de seleção dos bens a preservar por chamar a atenção para os valores histórico, artístico e/ou simbólico que detêm para as comunidades, confirmados pelo tempo porém sem prejuízo de sua extração, se produzidos por cérebros e mãos eruditas ou leigas, se produtos cultos ou populares.

Entretanto, se foram objeto de um esclarecido aprofundamento, as questões da preservação edilícia, no debate mundial, ainda refletiam, de forma demasiada, a visão européia sobre o assunto, a qual, fortemente influenciada pelo dirigismo estatal francês e pelas próprias condições materiais de desenvolvimento socioeconômico do seu meio, não poderia compreender certas situações

envolvendo a destinação, o uso e a apropriação social dos sítios históricos. As Normas de Quito, resultantes de reunião sobre conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico realizada pela Organização dos Estados Americanos – OEA na capital equatoriana, em 1967, produziram uma nova reflexão sobre a relação preservação/ desenvolvimento, elaborada a partir da complexa conjuntura dos países do Terceiro Mundo, em especial, aqueles situados na América Latina. Produzido no ano que marcou também a saída do Dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade da direção do SPHAN, após 30 anos de ingentes esforços em prol da preservação do patrimônio cultural brasileiro, o documento reporta-se favoravelmente à consideração da preservação como vetor de desenvolvimento socioeconômico e do monumento como objeto destinado à ocupação e ao usufruto social alargados, vez que “esses bens do patrimônio cultural representam um valor econômico e são suscetíveis de constituir-se em instrumentos de progresso” (apud CURY, 2000, p.105), os quais estavam a reclamar urgentes medidas para salvaguardar sua riqueza monumental e artística, cuja “eficácia prática dependerá, em último caso, de sua adequada formulação dentro de um plano sistemático de revalorização dos bens patrimoniais em função do desenvolvimento econômico-social” (apud CURY, 2000, p.106). O cumprimento de uma função social por parte dos monumentos nacionais é exigido pelas normas, cabendo “ao Estado fazer com que ela prevaleça e determinar, nos diferentes casos, a medida em que a referida função social é compatível com a propriedade privada e com o interesse dos particulares” (apud CURY, 2000, p.107), o que explicita o compromisso das esferas de poder estatais com a criação e o compartilhamento das políticas de preservação e desenvolvimento sócioeconômico, alternativa possível e necessária aos países

subdesenvolvidos. Aponta como principal responsável pela progressiva destruição do potencial de riqueza que é o patrimônio cultural "a falta de uma política oficial capaz de imprimir eficácia prática às medidas protecionistas urgentes e de promover a revalorização do patrimônio monumental em função do interesse público e para benefício econômico da região" (apud CURY, 2000, p.107), situando, portanto, em um patamar político as questões da preservação, necessariamente acima dos planos técnico e cultural. Nessa mesma linha, elabora uma rigorosa crítica aos modelos funcionalistas de desenvolvimento urbano e à idéia de progresso e modernidade decorrente, então responsáveis pelo "inchaço" urbano desigual e excludente em seu início em vários pontos do Terceiro Mundo:

grande número de cidades ibero-americanas que entesouravam, num passado ainda próximo, um rico patrimônio monumental, evidência de sua riqueza passada – templos, praças, fontes e vielas, que, em conjunto, acentuaram sua personalidade e atração – tem sofrido tais mutilações e degradações no seu perfil arquitetônico que se tornam irreconhecíveis. Tudo isso em nome de um mal entendido e pior administrado progresso urbano (apud CURY, 2000, p.108).

A citação dos objetos arquitetônicos e urbanísticos passíveis de preservação trai a valorização da qualidade e da integridade dos monumentos como critério basilar de uma seleção rigorosa dos bens patrimoniais, a ser realizada conjuntamente entre as equipes técnicas estatais e as comunidades envolvidas. A crítica ao processo tradicional de planejamento urbano se aclara, quando o documento afirma que

a necessidade de conciliar as exigências do progresso urbano com a salvaguarda dos valores ambientais já é hoje em dia uma norma inviolável na formulação dos planos urbanos, em nível tanto local como nacional. Nesse sentido, todo planejamento físico territorial deverá realizar-se de forma que permita integrar ao conjunto urbanístico os centros ou complexos históricos de interesse ambiental (apud CURY, 2000, p.108).

Essa consideração, qual seja, a do conjunto ambiental (natureza e cultura) como determinante do ordenamento do território, cria um novo cânone para o equacionamento urbano, o qual, contribuindo para tornar mais concretas e situadas no tempo e no espaço as noções de habitação, trabalho, lazer e circulação introduzidas pela Carta de Atenas de 1933, foi evidentemente trazido à luz pelo grave comprometimento do horizonte histórico e cultural das cidades latino-americanas, causado pela entronização de um processo anárquico e exógeno de modernização. A aliança entre o desenvolvimento socioeconômico e a preservação é explicitada pelas normas através da consideração de que

os monumentos de interesse arqueológico, histórico e artístico constituem também recursos econômicos, da mesma forma que as riquezas naturais do país. Conseqüentemente, as medidas que levam à sua preservação e adequada utilização não só guardam relação com os planos de desenvolvimento; elas fazem ou devem fazer parte deles (apud CURY, 2000, p.109).

Dentre essas determinações, a atividade turística é eleita para promover não só o aquecimento das economias nacionais como também para valorizar o acervo edificado, visto que

os valores propriamente culturais não se desnaturalizam nem se comprometem ao vincularem-se aos interesses turísticos; longe disso: a maior atração exercida pelos monumentos e a fluência crescente de visitantes contribuem para afirmar a consciência de sua importância e significação nacionais (apud CURY, 2000, p.112).

num tempo em que a substituição das populações e atividades originais por outros segmentos sociais e usos diversos em sítios históricos subitamente valorizados, ação essa hoje freqüentemente descaracterizadora e banalizadora do patrimônio, ainda não era tão usual. O uso turístico de conjuntos urbanos antigos foi visto como uma operação financeira, mista de investimento e retorno:

a afluência turística determinada pela revalorização adequada de um monumento assegura a rápida recuperação do capital investido nesse fim. A atividade turística que se origina da

adequada apresentação de um monumento e que, abandonada, determina sua extinção, traz consigo uma profunda transformação econômica da região em que esse monumento se acha inserido (apud CURY, 2000, p.114).

Assim, a questão do valor de uso dos sítios históricos assume patamar destacado no novo conceito de preservação urbana, vez que contribui efetivamente para o desenvolvimento econômico da região. Nessa linha, o manejo adequado dos imóveis, a compreensão de sua capacidade de abrigo e a eleição de atividades compatíveis são ações fundamentais, já que "valorizar um bem histórico ou artístico equivale a habilitá-lo com as condições objetivas e ambientais que, sem desvirtuar sua natureza, ressaltem suas características e permitam seu ótimo aproveitamento" (apud CURY, 2000, p.111). Tendo em vista essa perspectiva, a gestão e o controle das áreas urbanas preservadas, assim como a atração de agentes privados para atuar em parceria com o Estado nas ações de recuperação e valorização, desempenham papéis de grande importância na interrupção de atividades degradadoras e na recuperação sustentada dessas áreas, o que "implica a prévia adoção de medidas reguladoras que, ao mesmo tempo em que facilitem a iniciativa privada, impeçam a desnaturalização do lugar e a perda das finalidades primordiais que se perseguem" (apud CURY, 2000, p.112). Até mesmo questões de natureza tributária, tais como a recompensa à limitação dos direitos privados pelo tombamento de imóveis particulares, mais tarde empregada em áreas de interesse de preservação no Brasil, foram abordadas pelo documento: "deve-se levar em consideração a possibilidade de estimular a iniciativa privada, mediante a implantação de um regime de isenção fiscal nos edifícios restaurados com capital particular e dentro dos regulamentos estabelecidos pelos órgãos competentes" (apud CURY, 2000, p.120). Para tanto, do ponto de vista

urbanístico, teriam que ser traçadas, nas cidades, áreas (núcleos ou conjuntos monumentais de interesse ambiental) que correspondessem a legislações urbanas específicas, associadas ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, a saber, "zona de proteção rigorosa, que corresponderá à de maior densidade monumental ou de ambiente; zona de proteção ou respeito, com maior tolerância; zona de proteção da paisagem urbana, a fim de procurar integrá-la com a natureza circundante" (apud CURY, 2000, p.120). Esse modelo de zoneamento de áreas de interesse histórico, artístico ou ambiental, em maior ou menor medida, desde então vem sendo aplicado internacionalmente e, no caso brasileiro, por definir precisamente as noções de monumento, sítio histórico e envolvente edificada (entorno), em muito complementou e apoiou o Decreto nº 25/37, pelo fato desta regulamentação referir-se muito vagamente às questões da preservação urbana. Por fim, para a adoção das medidas técnicas que visam à valorização da área de interesse, o documento estabeleceu ações que constituem um verdadeiro plano de preservação, valorização e reabilitação urbano-ambiental associado a investimentos financeiros necessários à sua implementação, cujas etapas são:

- estudo e determinação de seu uso eventual e das atividades que nela deverão desenvolver-se;
- estudo da magnitude dos investimentos e das etapas necessárias até o término dos trabalhos de restauração e conservação, incluídas as obras de infra-estrutura e adaptações exigidas pelo equipamento turístico para sua valorização;
- estudo analítico do regime especial a que a zona ficará submetida, a fim de que as construções existentes e as futuras possam ser efetivamente controladas;
- que a regulamentação das zonas adjacentes ao núcleo histórico [estabelecer], além do uso da terra e densidade da respectiva ocupação, a relação volumétrica como fator determinante da paisagem urbana e natural;
- estudo do montante dos investimentos necessários para o adequado saneamento da zona a ser valorizada;

- estudo das medidas preventivas necessárias para a manutenção permanente da zona a valorizar (apud CURY, 2000, p.121);

Dessa forma, nas Normas de Quito, a preservação do sítio histórico urbano se vê contemplada numa ótica que privilegia uma cultura urbanística do patrimônio, a qual associa os cuidados com a proteção do acervo edificado às funções que devem ser exercidas de forma adequada nesses locais, valorizando ainda as dimensões cognitiva e operacional (diagnósticos/ estudos/ procedimentos) do planejamento urbano em termos de gestão e controle do uso do solo, bem como definindo formas sustentáveis para torná-lo exequível.

No Brasil, os desdobramentos desses debates e determinações geraram respostas governamentais quase que imediatas voltadas ao enfrentamento dos problemas de manejo dos sítios históricos urbanos. No final da década de 60 do século passado, o país atravessava um período de forte intensificação dos fenômenos devidos ao crescimento das cidades, em que, no caso específico, "industrialização – urbanização – turismo foi o trinômio socioeconômico que o patrimônio precisou enfrentar, aliado à valorização imobiliária" (COSTA e SILVA, 1992, p.26), momento em que também se verificou a elaboração dos planos diretores para Ouro Preto e Mariana e outras cidades históricas (São Luís, Alcântara, Laranjeiras, São Cristóvão, Tiradentes e Goiás), demarcando o início da consideração urbanística da preservação do patrimônio no âmbito do SPHAN, já sob a direção do Arq. Renato Soeiro. De fato,

as conseqüências [do modelo de desenvolvimento brasileiro empregado nas décadas de 50 e 60], para a preservação, [...], repercutiram não apenas no nível simbólico – na medida em que essa ideologia se contrapunha à continuidade e à tradição – como nos níveis econômico e social – devido ao intenso processo de migração para as capitais e a valorização do solo urbano, desarticulando processos espontâneos de preservação do

patrimônio, tanto o edificado como o paisagístico (FONSECA, 1997, p.159),

o que levou, no âmbito do SPHAN, à reconsideração dos seus procedimentos quanto à preservação das cidades históricas e dos centros históricos das grandes cidades sob sua guarda. Nessa linha, os Compromissos de Brasília (1970) e Salvador (1971), o primeiro, resultante do 1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais de Cultura, Prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais, e o segundo, do II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, refletem a preocupação dos responsáveis pela conservação das cidades históricas frente a problemas novos que requisitavam, por sua vez, soluções inusitadas, visando igualmente ao desenvolvimento socioeconômico e a uma estrutura pública de gestão e controle urbano mais ágil e eficaz. O Documento de Brasília estabelece a competência concorrente entre os níveis de poder no que tange à preservação patrimonial, que posteriormente será aprofundada e consolidada na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assim como determina conseqüentemente a criação dos órgãos estaduais e municipais do patrimônio, o que se expressa no fato das autoridades

reconhecerem a inadiável necessidade de ação supletiva dos estados e dos municípios à atuação federal, no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional [e] que aos estados e municípios também compete, com a orientação técnica do IPHAN, a proteção dos bens culturais de valor regional (apud CURY, 2000, p.138).

O entendimento de Salvador, por seu turno, enfoca as questões referentes ao turismo e ao planejamento urbano, repetindo a orientação das Normas de Quito e recomendando

a convocação dos órgãos responsáveis pelo planejamento do turismo, no sentido de que voltem suas atenções para os

problemas da valorização, utilização e divulgação dos bens naturais e de valor cultural especialmente protegidos por lei [bem como] que os planos diretores e urbanos [...] contem com a orientação do IPHAN (apud CURY, 2000, p.145),

sugestões essas que visavam à subvenção a atividades preservacionistas, porém sem maior concatenação ou alcance. Mesmo assim, os dois documentos assinalam precisamente em nosso meio a entrada em cena do valor de uso e da conjunção patrimônio cultural/ desenvolvimento urbano e socioeconômico, ao mesmo tempo em que se faz explícita a insuficiência da estrutura técnica e administrativa do SPHAN para atender às novas demandas da preservação urbana, mesmo contando com o apoio da UNESCO e dos órgãos e legislações patrimoniais estaduais e municipais. O objetivo do SPHAN, então negociador e não mais protagonista de batalhas renhidas pela preservação do patrimônio, nas palavras de FONSECA (1997, p.160), agora era

demonstrar a relação entre valor cultural e valor econômico, e não apenas procurar convencer autoridades e sociedade do interesse público de preservar valores culturais, como ocorrera nas décadas anteriores. Essa articulação foi feita em duas direções: seja considerando os bens culturais enquanto mercadorias de potencial turístico, seja buscando nesses bens os indicadores culturais para um desenvolvimento apropriado.

Destacam-se nesse período os tombamentos dos seguintes sítios históricos: na Bahia, os conjuntos arquitetônicos e paisagísticos de Cachoeira (1971), Lençóis (1973) e Porto Seguro (1968); no Maranhão, o conjunto arquitetônico e paisagístico de São Luís (1974); em Minas Gerais, o conjunto paisagístico da Serra do Curral, em Belo Horizonte (1960); no Pará, o conjunto arquitetônico e paisagístico do Mercado do Ver-o-Peso, em Belém (Livro das Belas Artes – 1977); em Pernambuco, os conjuntos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos de Igarassu (1972) e Olinda (Livro das Belas Artes – 1968); no Rio de Janeiro, o conjunto paisagístico de Cabo Frio (1967) e os conjuntos

arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos de Parati (Livro das Belas Artes – 1958), Petrópolis (1964) e Vassouras (1958); e em Sergipe, o conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de São Cristóvão (1968), todos registrados no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Para além das manifestações do barroco colonial, essa amostragem de sítios históricos torna evidente a ampliação dos critérios de análise e seleção relativos à nova consideração do patrimônio cultural passível de tombamento, vez que manifestações artísticas mais recentes, tais como o ecletismo de finais do século XIX presente no mercado público paraense, já mereciam respaldo nas justificativas elaboradas pelos técnicos do patrimônio.

Entretanto, a nova forma de abordagem do patrimônio urbano carecia de uma fundamentação técnico-teórica à altura dos problemas que suscitava, o que só aconteceu com a publicação em 1972, pelo Ministério da Instrução Pública do Governo da Itália, da Carta do Restauro. Reflexo da imensa quantidade de informações técnicas sobre procedimentos preservacionistas em poder daquele que é o país detentor da maior quantidade de acervos construídos tombados ou de interesse no mundo ocidental, o documento enfeixa um extenso conjunto de instruções produzidas para o desempenho correto de trabalhos de restauro e conservação arqueológica, arquitetônica, pictórica, escultórica e urbanística. Nessa última área, avulta a contribuição do urbanista Gustavo Giovannoni (1873-1943), criador do conceito de *arquitetura menor*, parte integrante, como ambiência, do conjunto urbano antigo:

uma cidade histórica constitui em si um monumento, tanto por sua estrutura topográfica como por seu aspecto paisagístico, pelo caráter de suas vias, assim como pelo conjunto de seus edifícios maiores e menores; por isso, assim como no caso de um monumento particular, é preciso aplicar-lhe as mesmas leis de proteção e os mesmos critérios de restauração, desobstrução,

recuperação e inovação (GIOVANNONI, apud CHOAY, 2001, p.143).

Com isso, impõe-se na disciplina preservacionista a legibilidade do discurso espacial, o entendimento mesmo do sítio histórico a partir dos elementos físicos que o conformam – materiais, cores, massas, volumes, ritmos, texturas, cheios e vazios, sombras – todos em suas escalas, para que se produza adequada e coerentemente a intervenção desejada. Por esse prisma, a história e a teoria da arquitetura dão as mãos ao projeto arquitetônico e urbanístico, este já não mais visto como uma abstração arbitrária e absolutista, para possibilitarem juntos a nova arquitetura, integrada ao contexto e deste derivada cultural e historicamente. Para CHOAY (2001, p.195), a expressão “patrimônio urbano”, como cunhada por Giovannoni, “adquire seu sentido e valor não tanto como objeto autônomo de uma disciplina própria, mas como elemento e parte de uma doutrina original da urbanização”. Decorrente dessas idéias, o documento, no seminal capítulo referente às instruções para tutela dos sítios históricos, reporta-se às cidades como organismos que se formam e evoluem, nesse processo histórico ganhando ou perdendo significação cultural e, por essa razão, reclamando cuidados à altura dos complexos problemas que geram, principalmente por se constituírem em testemunhos das lidas civilizatórias:

para efeito de identificar os centros históricos, levam-se em consideração não apenas os antigos centros urbanos, assim tradicionalmente entendidos, como também de um modo geral, todos os assentamentos humanos cujas estruturas, unitárias ou fragmentárias, ainda que se hajam transformado ao longo do tempo, se hajam constituído no passado ou, entre muitos, os que eventualmente tenham adquirido um valor especial como testemunho histórico ou por características urbanísticas ou arquitetônicas particulares (apud CURY, 2000, p.166).

Nessa perspectiva, as cidades, “testemunhos de civilizações do passado e [...] documentos de cultura urbana” (apud CURY, 2000, p.166), são vistas agora como

detentoras de interesse não somente por ostentarem construções magníficas ou peculiares mas por se constituírem em conjuntos ambientais plenos de significados e valores que só o tempo pode conferir. Dessa forma, a análise da evolução do fenômeno urbano, para além dos fatos físicos, deve incorporar também a própria cultura imaterial da cidade para que se construa o mosaico de sua identificação, conhecimento necessário ao desenvolvimento de ações no "organismo urbanístico completo: as intervenções de restauração nos centros históricos têm a finalidade de garantir – através de meios e procedimentos ordinários e extraordinários – a permanência no tempo dos valores que caracterizam esses conjuntos" (apud CURY, 2000, p.166). Logicamente encadeadas, essas formulações irão posteriormente influenciar, como se verá, a conceituação de planos e programas de preservação e reabilitação urbana em vários países do mundo, inclusive o Brasil, elegendo ainda as tipologias arquitetônicas e urbanísticas como elementos fundamentais para a compreensão e a intervenção nos sítios históricos:

os elementos edilícios que formam parte do conjunto devem ser conservados não apenas quanto aos aspectos formais, que determinam sua expressão arquitetônica ou ambiental, como ainda quanto a seus caracteres tipológicos enquanto expressão de funções que também têm caracterizado, ao longo do tempo, a utilização dos elementos favoráveis (apud CURY, 2000, p.167).

Os procedimentos metodológicos visando às ações de restauro, conservação, manutenção e adaptação, assim como as recomendações relativas à *correção* de setores da cidade, se iniciam já nos estudos para determinação do tombamento das áreas urbanas e se desenvolvem nas diversas pesquisas posteriormente elaboradas para o seu (re)conhecimento aprofundado, o que acabou por se tornar prática corrente nos trabalhos de preservação urbana, em que se considera que

qualquer intervenção de restauração terá que ser precedida de uma atenta leitura histórico-crítica, cujos resultados não se dirigirão tanto a determinar uma diferenciação operativa, [...] quanto, principalmente, à individualização dos diferentes graus de intervenção em nível urbanístico e em nível edilício, para determinar o tratamento necessário do saneamento de conservação (apud CURY, 2000, p.167),

ou seja, a consciência das variadas escalas dos setores da cidade e dos problemas que suscitam, bem como das soluções possíveis. Com base ainda no conceito de *antiurbanização* da cidade moderna concebido por Giovannoni, em que esta era então percebida pelo urbanista como presa de um processo de fragmentação e desintegração, “em proveito de uma urbanização generalizada e difusa” (CHOAY, 2001, p.196), marcada pela qualidade das escalas do repouso e do movimento humano, são criteriosamente definidos no documento os principais tipos de intervenção no âmbito urbanístico em sítios históricos, a saber, a reestruturação urbanística, para que se possa eliminar as funções geradoras de efeitos caóticos ou degradantes; o reordenamento viário; e a revisão dos equipamentos urbanos, para que seja obtida “uma conexão homogênea entre edifícios e espaços exteriores” (apud CURY, 2000, p.169). É interessante cotejar essas propostas com os três princípios da doutrina de conservação e restauração do patrimônio urbano elaborado por Giovannoni, em que a cidade é tida como “organismo estético” (GIOVANNONI apud CHOAY, 2001, p.200). Para a historiadora francesa, segundo Giovannoni,

todo fragmento urbano antigo deve ser integrado num plano diretor (*piano regolatore*) local, regional e territorial, que simboliza sua relação com a vida presente. Nesse sentido, seu valor de uso é legitimado, ao mesmo tempo, do ponto de vista técnico, por um trabalho de articulação com as grandes redes primárias de ordenação, e do ponto de vista humano pela manutenção do caráter social da população (CHOAY, 2001, p.200),

em que a gradação das escalas dos diversos ambientes rurais e urbanos e a compreensão de sua importância para a composição da trama espacial do território são fundamentais. Na seqüência,

o conceito de monumento histórico não poderia designar um edifício isolado, separado do contexto das construções no qual se insere. A própria natureza da cidade e dos conjuntos urbanos tradicionais, seu ambiente, resulta dessa dialética da arquitetura maior e de seu entorno. É por isso que, na maioria dos casos, isolar ou destacar um monumento é o mesmo que mutilá-lo. O entorno do monumento mantém com ele uma relação essencial (CHOAY, 2001, p.200).

Aqui, de modo claro e inequívoco, a indissociabilidade entre monumento e vizinhança, relação essa que é determinante também para a criação de novas arquiteturas em contextos urbanos de valor histórico e artístico, operação que exige um esforço de legibilidade e interpretação do construído para a produção de intervenções adequadas ao local. Por fim, afirma-se no documento que "os conjuntos urbanos antigos requerem procedimentos de preservação e de restauração [que] têm por objetivo essencial respeitar sua escala e sua morfologia, preservar as relações originais que neles ligaram unidades parcelares e vias de trânsito" (CHOAY, 2001, p.201). A noção de adequação da intervenção ao meio em que se implanta é produzida exatamente pela relação que os novos volumes guardam com as arquiteturas maiores e menores presentes no contexto urbano, conjunto esse conformado como uma orquestra, com seus diversos naipes, timbres e tessituras, e regida por um *piano regolatore* construído a partir do conhecimento exaustivo da própria cidade.

No Brasil, o surgimento, no plano internacional, do valor de uso e da conjugação do patrimônio cultural ao desenvolvimento urbano e socioeconômico, propiciou a mudança de enfoque dos problemas relativos à preservação de sítios históricos, mesmo em um ambiente marcado pela tibieza administrativa e

financeira e pela falta de experiência do órgão federal de patrimônio em lidar com situações do gênero. Essa conjuntura acabou gerando a criação de programas ou estruturas administrativas paralelas ao IPHAN, muitas vezes concorrentes, podendo-se afirmar que é precisamente então que a autarquia inicia sua derrocada, destituída progressivamente de lideranças, prestígio e de condições materiais e objetivas para empreender condizentemente suas tarefas e atribuições. A criação em 1973 do Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas – PCH e no final da década de 70 do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC torna evidente os problemas apontados, apesar de terem essas instâncias se constituído em importantes momentos da história da preservação do patrimônio cultural do país, mesmo tendo significado a opção, por parte do governo, em não fortalecer diretamente o órgão federal de patrimônio. Para FONSECA (1997, p.161),

o PCH, como ficou conhecido, tinha como objetivo criar infraestrutura adequada ao desenvolvimento e suporte de atividades turísticas e ao uso de bens culturais como fonte de renda para regiões carentes do Nordeste, revitalizando monumentos em degradação. A criação do PCH veio suprir basicamente a falta de recursos financeiros e administrativos do IPHAN, continuando a cargo desta instituição a referência conceitual e técnica. Propiciou, por outro lado, a criação, durante as décadas de 70 e 80, de órgãos locais de patrimônio e a elaboração de legislações estaduais de proteção, abrindo os caminhos efetivos para a descentralização.

Cumprir destacar que as idéias que deram lugar ao PCH muito devem à atitude do Dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade que, preocupado com o poder deletério do crescimento urbano e do desenvolvimento econômico, solicitou apoio técnico da UNESCO para a proteção das cidades históricas brasileiras. A UNESCO enviou ao país o arq. Michel Parent, inspetor francês dos monumentos históricos, cuja missão em terras brasileiras, conforme HALÉVY (1998, p.20), "inaugurou

uma nova abordagem da preservação das cidades históricas, com uma importância grande dada ao turismo como fator de revitalização". Com o fim do PCH, entre 1985 e 1986 foi estudado um Programa de Recuperação e Revitalização dos Núcleos Históricos - PRRNH e em 1987, um Programa de Conservação de Núcleos Históricos - PCNH os quais, mesmo com a idéia central da ligação entre revitalização e habitação popular, não chegaram a ser implementados. Contribuíram para a extinção do PCH diversos fatores, dentre os quais a falta de sustentabilidade dos projetos escolhidos, vez que "dentre os 22 projetos concluídos até 1976, apenas seis eram capazes de gerar os recursos para sua própria conservação" (SANT'ANNA apud HALÉVY, 1998, p.21), e a falta de uma análise apurada do sítio histórico urbano, confirmada pelo fato do programa ter usado

critérios políticos de distribuição de recursos e os planos diretores que promoveu de nada serviram para a preservação das cidades. Passaram do arquitetônico fachadista para o urbanístico macro, abstrato e tecnocrático [...] sem se ater às formas que caracterizam a cidade (MOTTA apud HALÉVY, 1998, p.21).

De outra parte, clamava-se por uma mais generosa e inclusiva consideração do patrimônio cultural brasileiro, que superasse o tradicional conceito de *pedra e cal* tão duramente defendido pelo IPHAN em seus tempos heróicos, ao mesmo tempo em que se exigia a criação de uma estrutura operativa mais ágil e eficiente para dar conta das tarefas preservacionistas oficiais. Nas palavras de FONSECA (1997, p.152),

para setores modernos e nacionalistas do governo, era necessário não só modernizar a administração dos bens tombados, como também atualizar a própria composição do patrimônio, considerada limitada a uma vertente formadora da nacionalidade, a luso-brasileira, a determinados períodos históricos, e elitista na seleção e no trato dos bens culturais, praticamente excluindo as manifestações culturais mais recentes, a partir da segunda metade do século XIX, e também a cultura popular.

Essa atualização do modo de ver e gerenciar o patrimônio cultural brasileiro, proposta pelo professor e *designer* Aloísio Magalhães, constituiu a base ideológica e operacional do CNRC, tendo sido posteriormente incorporada pela Constituição Federal de 1988, bem como influenciado fortemente o método de abordagem e manejo dos sítios históricos brasileiros daí à frente. Como se vê, no período operou-se uma inversão nas prioridades de intervenção do órgão federal: em vez de pura e simplesmente se continuar desenvolvendo ações de preservação material em monumentos e sítios reconhecidos oficialmente como de valor histórico e artístico, investimento esse justificado pela própria existência e prestígio do acervo como inestimável bem cultural,

nos anos 70, a tarefa de preservação passou a assumir novas funções para além da esfera estritamente cultural [...] procurava-se revelar nos bens culturais sua dimensão de produtores de valor econômico, seja diretamente, como matéria prima para a atividade turística, seja indiretamente, como referências para a busca de soluções adequadas ao [novo] processo de desenvolvimento brasileiro (FONSECA, 1997, p.178).

Voltando à cena mundial, se o ideário preservacionista havia sido grandemente enriquecido com as contribuições teóricas e de cunho administrativo presentes nas últimas cartas, havia uma lacuna, entretanto, no que respeitava à dimensão política da preservação do patrimônio cultural e à integração entre os poderes na consecução de objetivos comuns. A Declaração de Amsterdã, redigida em 1975 pelo Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, trouxe a lume duas questões essenciais, quais sejam, a importância da participação popular nos processos de preservação, gestão e planejamento de sítios históricos e a conservação integrada, as quais lançaram as bases para a construção de uma cultura urbanística do patrimônio cultural em todo o mundo. Essas preocupações se evidenciam no documento, no qual se afirma que

o apoio da opinião pública [à preservação do patrimônio] é essencial. A população deve, baseada em informações objetivas e completas, participar realmente, desde a elaboração dos inventários até a tomada de decisões. Enfim a conservação do patrimônio se insere numa nova perspectiva geral, atenta aos novos critérios de qualidade e de medida, e que deve permitir inverter, de hoje em diante, a ordem da escolha e dos objetivos, freqüentemente determinada pelo curto prazo, por uma visão estreita da técnica e, finalmente, por uma concepção superada (apud CURY, 2000, p.203).

Por outro lado, "o planejamento das áreas urbanas e o planejamento físico-territorial devem acolher as exigências da conservação do patrimônio arquitetônico e não considerá-las de uma maneira parcial ou como um elemento secundário, como foi o caso num passado recente" (apud CURY, 2000, p.202). Assim, a consideração, pelos técnicos, das opiniões e dos questionamentos das comunidades não só emprestaria maior respaldo às decisões de cunho preservacionista como também serviria para transformá-las em parceiras nas tarefas decorrentes, essas agora delimitadas com base em novos e alargados conceitos de bem cultural detentor de valor patrimonial. No que respeita ao ordenamento do território, a preservação do patrimônio edificado torna-se mais uma função a ser cumprida pela cidade, valorizada em sua dimensão política e essencial, dispensando-se por inadequado o tratamento acessório que até então merecera. Para tanto, seria necessário conhecer a cidade em todos os seus detalhes para que, sob certa regência, as formas de abordagem, gestão, controle e planejamento fossem convergentes:

não basta sobrepor as regras básicas de planejamento às regras especiais de proteção aos edifícios históricos, sem uma coordenação [...] A fim de tornar possível essa integração, é conveniente organizar o inventário das construções, dos conjuntos arquitetônicos e dos sítios, o que compreende a delimitação das zonas periféricas de proteção [...] tal inventário fornecerá uma base realista para conservação, no que diz respeito ao elemento qualitativo fundamental para a gestão dos espaços (apud CURY, 2000, p.203).

Assim, pretendeu-se evitar a clivagem entre o planejamento e a legislação urbanos e seus congêneres preservacionistas em favor de uma atuação una e articulada nas cidades históricas, certamente mais facilitada no mundo europeu, onde as localidades têm poder incontestado, porém difíceis de ocorrerem em países como o Brasil, onde predomina a desarticulação (quando não a oposição) entre as esferas de poder nas matérias referentes à preservação edilícia e ao planejamento urbano. Bastante realista, mas sem ter a realidade como fator limitante à elaboração de propostas, o documento aborda questões centrais para a preservação de sítios históricos propondo novos desafios, tais como a ampliação dos conceitos de avaliação do patrimônio edificado, a complementação ou a alteração de legislações preservacionistas anacrônicas e superadas, a associação integrada, inclusive no plano político-administrativo, entre o planejamento físico-territorial e a proteção patrimonial, o fortalecimento dos órgãos nacionais de patrimônio e a definição de medidas financeiras apropriadas à preservação urbana, com a constatação de que,

tendo sido a noção de patrimônio arquitetônico progressivamente ampliada do monumento histórico isolado aos conjuntos arquitetônicos urbanos e rurais, e também às contribuições de épocas mais recentes, constitui condição prévia para uma ação eficaz uma reforma profunda da legislação, acompanhada de um fortalecimento dos meios administrativos (apud CURY, 2000, p.206).

Questões instigantes como o valor de uso imobiliário e o custo social da preservação são abordadas, com ênfase para o caso dos países pobres:

o esforço de conservação deve ser calculado não somente sobre o valor cultural das construções, mas também pelo seu valor de utilização [...] é conveniente, portanto, quando se comparam os custos equivalentes desses três procedimentos [reabilitação de um conjunto/ realização de construção nova sobre infra-estrutura existente/ construção de conjunto sobre um sítio não urbanizado], cujas conseqüências sociais são diferentes, não omitir o custo social [...] Para evitar que as leis do mercado sejam aplicadas com todo o rigor nos bairros restaurados, o que teria por conseqüência

a evasão dos habitantes, incapazes de pagar aluguéis majorados, é necessária uma intervenção dos poderes públicos no sentido do estabelecimento de políticas econômicas destinadas às habitações sociais (apud CURY, 2000, p.205).

Nessa linha, o Estado assumiria um papel intervencionista moderador, regulando as operações imobiliárias e impedindo a expulsão das comunidades originais e a perda de suas expressões culturais, ações passíveis de se darem decorrentes do restauro de áreas urbanas de interesse patrimonial, aqui já tido como agente de valorização e desenvolvimento socioeconômico. O documento também defende, no que tange à formação profissional, a especialização e qualificação progressiva dos técnicos do patrimônio para que se preparem à altura das novas demandas, vez que "a conservação integrada conclama à promoção de métodos, técnicas e aptidões profissionais ligados à restauração e à reabilitação" (apud CURY, 2000, p.209).

Todas essas mudanças de perspectiva relacionadas à preservação urbana, seja quanto ao aprofundamento em sua dimensão política ou à complexificação dos processos de gestão do patrimônio edificado, requisitaram uma reconsideração não só dos métodos e procedimentos até então empregados no *métier* como também do próprio objeto alvo das intervenções, operação essa marcada pela ampliação dos critérios de seleção e avaliação dos bens culturais edificados, para além de suas escalas arquitetônicas e urbanísticas. O que aqui se afirma transparece nos termos da Carta de Nairobi, elaborada em 1976 por ocasião da 19ª. Sessão da Conferência Geral da UNESCO, dedicada à reflexão sobre a salvaguarda dos conjuntos e a sua função na vida contemporânea, documento esse que acabou por redefinir parâmetros tradicionais no âmbito da preservação urbana, os quais estavam por merecer um delineamento mais

preciso no que tange às suas formulações. Segundo esse novo entendimento, conjunto histórico ou tradicional seria

todo grupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituem um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio-cultural. Entre esses conjuntos, que são muito variados, podem-se distinguir especialmente os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos, as aldeias e lugarejos, assim como os conjuntos monumentais homogêneos, ficando entendido que estes últimos deverão, em regra, ser conservados em sua integridade (apud CURY, 2000, p.219).

Por essa ótica, os aglomerados resultantes das ações antrópicas de ocupação e transformação do território passam a ser considerados segundo uma grande variedade de aspectos históricos e socioculturais e de escalas de agenciamento e de qualificação do espaço produzido, com diferenciação no tratamento devido àqueles mais íntegros e compostos por edificações destacadas e àqueles outros de estrutura mais frágil ou descaracterizada. Nesse particular, avulta a entrada em cena de outros elementos, que não somente os arquitetônicos e urbanísticos, os quais vão servir à predicação das áreas enfocadas revelando aspectos e valores até então encobertos ou menosprezados, bem como gerando novos problemas relacionados à identificação e proteção dessas áreas, principalmente no que respeita à noção de vizinhança ou ambiência, conceitos até então tomados em um universo estritamente físico, porém agora reformulados pelo advento de novos elementos de análise e recorte. Quanto a este último conceito, o chamado *entorno*, o documento o caracteriza como "o quadro natural ou contruído que influi na percepção estática ou dinâmica [dos] conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais" (apud CURY, 2000, p.220); ou seja, muito além das ligações meramente

materiais, a atmosfera dos sítios históricos agora é também definida por componentes intangíveis e processuais, os quais gravam, de forma indelével, a sua presença no espaço urbano ou rural, tomando, por isso mesmo, mais complexas as ações de proteção por requisitarem diagnósticos mais aprofundados e integrados das características culturais das áreas estudadas. Nessa linha, as ações de salvaguarda compreendem "a identificação, a proteção, a conservação, a restauração, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e de seu entorno" (apud CURY, 2000, p.220); assim, tanto conhecer quanto proteger e valorizar o objeto e a sua ambiência constituem etapas de um processo contínuo e integrado, em que o valor de uso é considerado como fator reabilitador de áreas históricas degradadas ou abandonadas, resguardada a sua capacidade de abrigo. Para tanto, propõe-se a adoção de planos de salvaguarda para os sítios históricos, compostos de medidas jurídicas e administrativas, as quais deveriam prever a revisão das

leis relativas ao planejamento físico-territorial, ao urbanismo e à política habitacional, de modo a coordenar e harmonizar suas disposições com as leis relativas à salvaguarda do patrimônio arquitetônico, [conformando] um sistema de salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais, [composto de] princípios gerais relativos ao estabelecimento e à adoção de planos e documentos necessários e, particularmente, as condições e restrições gerais aplicáveis às zonas protegidas por lei e à sua ambiência; a indicação dos programas e operações previstas em matéria de conservação e de infra-estrutura de serviços; as funções de manutenção e a designação dos encarregados de desempenhá-las; os campos a que se poderão aplicar as intervenções de urbanismo, de reestruturação e de ordenação do espaço rural; a designação do órgão encarregado de autorizar qualquer restauração, modificação, nova construção ou demolição no perímetro protegido; as modalidades de financiamento e de execução dos programas de salvaguarda (apud CURY, 2000, p.222).

com ênfase para a criação de incentivos e subvenções fiscais voltados à recuperação de edificações e de conjuntos urbanos e rurais de qualidade

incontestemente e à demolição de exemplares destituídos desse valor; e medidas técnicas, econômicas e sociais fundamentadas em diagnósticos aprofundados sobre esses aspectos presentes nos sítios históricos, com destaque para

uma análise do contexto urbano [anterior a] qualquer construção nova, não só para definir o caráter geral do conjunto, como para analisar suas dominantes: harmonia das alturas, cores, materiais e formas, elementos constitutivos de agenciamento das fachadas e dos telhados, relações dos volumes construídos e dos espaços, assim como suas proporções médias e a implantação dos edifícios (apud CURY, 2000, p.227).

Quanto ao apoio econômico às tarefas de preservação, o documento recomenda que sejam criados "estabelecimentos financeiros públicos ou privados para a salvaguarda dos conjuntos históricos e tradicionais e de sua ambiência, dotados de personalidade jurídica [para] receber doações de particulares, de fundações e de empresas industriais e comerciais" (apud CURY, 2000, p.231), lançando assim as bases dos atuais sistemas e programas de incentivo à cultura realizados à custa de isenção fiscal. Para evitar a saída dos moradores dos conjuntos antigos após o seu restauro, propõe polemicamente a concessão de

indenizações que [compensem] a alta do aluguel, para que os habitantes [possam] conservar suas habitações e seus pontos de comércio e produção, assim como seus modos de vida e suas ocupações tradicionais [...] Essas indenizações, determinadas em função dos rendimentos, ajudariam os interessados a fazer frente ao aumento dos encargos provocado pelas obras realizadas (apud CURY, 2000, p.231),

o que constitui um plano de salvaguarda cultural e social, voltado à preservação, no local valorizado pelas restaurações, das populações originais e de suas especiais manifestações.

A Carta de Machu Picchu, redigida em 1977 por ocasião da realização de encontro internacional de arquitetos naquela localidade peruana, traça um paralelo entre os conceitos de teoria e metodologia de planejamento urbano propostos pelo CIAM na Carta de Atenas para o enfrentamento das questões das

velhas e novas cidades e as formulações urbanísticas em debate àquela altura, num esforço de atualização do documento precursor, vez que “muitos fenômenos novos emergiram durante esse tempo, [exigindo] uma revisão da carta que a complemente com um documento de enfoque e amplitude mundiais” (apud CURY, 2000, p.235). Um a um, os pontos elencados do documento de 1933 são contrapostos às transformações profundas por que passaram as cidades, com a constatação de que

a desarticulação entre o planejamento econômico em nível nacional e regional e o planejamento para o desenvolvimento urbano onerou e reduziu a eficiência de ambos [...] As áreas urbanas muito freqüentemente refletem os efeitos adversos e específicos de decisões econômicas baseadas em considerações amplas e relativamente abstratas, assim como em estratégias de planejamento econômico a longo prazo. E tais decisões, em nível nacional, não têm considerado diretamente as prioridades ou as soluções dos problemas das áreas urbanas, nem as conexões operacionais entre a estratégia econômica geral e o planejamento do desenvolvimento urbano. Por isso, os benefícios potenciais do planejamento e da arquitetura não chegam à grande maioria (apud CURY, 2000, p.237).

Com essa crítica, fundada na interveniência de um amplo conjunto de fatores socioeconômicos e políticos no processo de produção e consumo do espaço urbano, de corte contrário ao purismo exposto no documento do CIAM, a Carta de Machu Picchu inaugura uma perspectiva política da gestão, controle e planejamento urbanos, com o reconhecimento da instalação, àquela altura, de uma crise que acometia as cidades em escala mundial, ao mesmo tempo ecológica, energética e alimentícia. No que respeita à preservação edilícia, o documento, enfatiza pontos já abordados por outras cartas, afirmando que

a identidade e o caráter de uma cidade são dados não só por sua estrutura física, mas também por suas características sociológicas, [bem como que] é imprescindível que, na tarefa de conservação, restauração e reciclagem das zonas monumentais e dos monumentos históricos e arquitetônicos, considere-se a sua integração ao processo vivo do desenvolvimento urbano como

único meio que possibilita o financiamento da operação (apud CURY, 2000, p.241).

A *mélange* entre os signos cultos e leigos nas cidades é defendida veementemente:

está provado que o enfoque cultural do projeto arquitetônico, as ordens vitruvianas e as beaux arts, tanto quanto os Cinco Princípios de Le Corbusier, de 1921, se encontram e se fundem naturalmente com os idiomas populares. A participação dos usuários faz mais orgânico e verdadeiro o encontro entre a linguagem altamente cultural e a popular (apud CURY, 2000, p.245).

Por fim, em vez de intervenções urbanas meramente cosméticas, afirma que "o novo conceito de urbanização pede a continuidade da edificação, o que implica que cada edifício não seja um objeto finito, mas sim um elemento do *continuum*, que requer um diálogo com outros elementos para completar sua própria imagem" (apud CURY, 2000, p.244), o que solicita dos arquitetos não só o conhecimento aprofundado das condições físicas, culturais, sociais e econômicas do sítio objeto de sua ação como também a humildade em reconhecer e incorporar ao projeto elementos da cultura material e imaterial característicos do setor urbano focado para que a nova arquitetura se integre sem sobressaltos ao conjunto preexistente.

Como se verá, essas idéias e esse novo direcionamento da preservação edilícia tiveram imediato rebatimento no Brasil. Em termos metodológicos, em substituição aos sucintos estudos para tombamento de bens imóveis isolados e sítios históricos, começaram a ser produzidos alentados dossiês sobre os objetos a proteger, em que se podia ler a transformação simbólica operada nos bens pelo seu progressivo (re)conhecimento pelas diversas camadas do público. Conforme FONSECA (1997, p.210),

se nas décadas anteriores à de 70, a grande maioria das solicitações de tombamento tinha origem na própria instituição federal, a partir desse momento há um aumento significativo de

solicitações externas ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN [...] Esses dados levam a supor que, sem dúvida, houve um aumento na participação da sociedade civil na política de preservação federal no período em questão,

o que se comprova ao se analisar os processos de tombamento federal elaborados à época, nos quais se destaca a presença das assembleias legislativas estaduais, câmaras municipais e prefeituras como intermediárias dos interesses de grupos locais, assim como a das instituições culturais privadas, estas nos primórdios de sua existência. Na verdade, todo esse interesse esteve (como está ainda) ligado menos a uma preocupação com a preservação do patrimônio cultural do que com a obtenção, junto ao governo federal, de recursos financeiros para o equacionamento de problemas eminentemente locais, já que, sozinhos, dificilmente os estados e os municípios brasileiros poderiam (podem) arcar com os custos da manutenção de conjuntos urbanos tombados. Quanto à participação popular nos processos de tombamento, se por um lado fez-se evidente a organização das comunidades, de forma progressiva, para defender a permanência de um bem, muitas vezes requerida por sua relevância simbólica, ou para lutar por seus próprios direitos, limitados pelo instituto do tombamento, por outro mostrou-se também claro o seu despreparo para o enfrentamento das complexas ações relacionadas à preservação:

as justificativas produzidas por agentes externos [ao IPHAN] costumam enfatizar o valor histórico do bem, apoiando-se, muitas vezes, em pesquisas de documentos e bibliografia. A aferição do valor artístico do bem – pelo menos dentro de critérios mais rigorosos – não só é menos acessível a esses requerentes como não é o valor que predomina nas solicitações de tombamento (FONSECA, 1997, p.215).

Como resultado dessas transformações, os critérios utilizados para análise e seleção dos bens a proteger foram alargados, devendo-se também mencionar que, ante a inoperância e/ou a falta de condições operacionais dos órgãos

estaduais e municipais de patrimônio, muitas vezes acionou-se o órgão federal para a proteção de bens de valor inequivocamente local, desvirtuando-se o propósito do tombamento. Como anota FONSECA (1997, p.216),

em relação ao valor artístico dos bens patrimoniais, as principais mudanças se deram em dois sentidos: primeiro, através da inclusão no patrimônio de estilos recentes, considerados, até então, pelos critérios da casa como não-artísticos; segundo, através da ampliação do que é considerado obra de valor artístico.

Essa consideração é a que presidiu, polemicamente, o tombamento de diversos conjuntos urbanos, como, por exemplo, o da Avenida Central, no Rio de Janeiro, defendido por Paulo Santos, eminente arquiteto e professor carioca e conselheiro do IPHAN: "cada período na história da arte tem direito a ter o seu próprio estilo e [deve] ser apreciado, em todos os seus aspectos, em função da cultura que se nutre e das idéias estéticas por que se expressa" (SANTOS apud FONSECA, 1997, p.220). Resultante do alargamento das fronteiras e das reflexões quanto aos valores estéticos, a cidade histórica brasileira é vista agora como obra em processo, documento exposto em camadas históricas de construção, contrariamente à sua anterior condição de monumento acabado e intocável. Como cada período seu é agora realçado, não há mais razão para a eleição de um estilo único para caracterizar a cidade histórica, vista então como um museu vivo de arquiteturas. Nessa linha, os critérios associados ao valor histórico sofrem igual ampliação; se antes só servia para justificar a inclusão de bens no rol das coisas passíveis de tombamento federal quando estes se apresentavam sem maior qualificação estética ou descaracterizados,

a atribuição de valor histórico, que reproduzia, na seleção de bens, os critérios excludentes da história factual, centrada no evento político e nos feitos das classes dirigentes, [foi] também ampliada de modo a abranger bens que, mesmo não podendo ser identificados a 'fatos memoráveis da história do Brasil' e não se

destacando por seu valor artístico excepcional, tornam-se passíveis de tombamento federal (FONSECA, 1997, p.224).

Esse fato caracteriza, no seio do IPHAN, a crescente relevância das motivações históricas para a proteção federal, amparadas teoricamente pelas idéias da *Nova Historiografia*². Essa linha do pensamento histórico, baseada na fragmentação do tecido social e no cotidiano das comunidades, passa a influir na concepção dos tombamentos, abrindo espaço para a valorização de manifestações culturais até então desconsideradas ou marginalizadas, possibilitando a incorporação ao patrimônio cultural brasileiro de novos tipos de bens. Conseqüentemente, essa nova forma de ver o patrimônio colocou em cheque um outro valor à época inquestionável: a noção de excepcionalidade, condição até então incontornável para o tombamento federal de bens culturais. Para FONSECA (1997, p.225),

o dilema entre a ênfase na visibilidade do bem, considerado enquanto edificação excepcional, propiciadora de uma experiência estética e de uma leitura de estilos arquitetônicos, ou palco de eventos notáveis, e a consideração do valor do monumento enquanto documento, enquanto referência a significações históricas às vezes fluidas, sem precisão cronológica [...] ou em função da carga afetiva que pressupõem as noções de identidade ou de qualidade de vida, constitui um problema levantado nesse período – problema que, como vem sendo apontado, assumiu uma dimensão não apenas conceitual como também política.

Geralmente associada aos ideais de genialidade e de originalidade presentes no ato de criação concebidos pelo movimento romântico, a idéia de

² Movimento desencadeado por historiadores influenciados pelas idéias de alguns intelectuais da *Geração de 1968* (em especial Michel Foucault), os quais promoveram mudanças no plano epistemológico, com destaque para a não separação entre sujeito social ou histórico e o objeto de estudo. Esses historiadores, com base em uma visão hermenêutica de interpretação, começaram a priorizar os microrecortes e o estudo de pequenos grupos, reconhecendo que a subjetividade está inserida no objeto de pesquisa. A História passou de uma análise macroestrutural para uma outra com foco no papel dos indivíduos e dos pequenos grupos, com suas representações, crenças, valores e desejos.

A nova historiografia passou a rever seus campos de investigação e a criticar a crença em realidades globais, defendidas e explicadas pela história dos *Annales* (em sua primeira geração, Marc Bloch, Henry Lefebvre e Fernand Braudel, no período de 1929 a 1968), preocupando-se com o estudo do *homem comum*, de suas reivindicações individuais e de suas subjetividades como dimensões essenciais ao estudo histórico. O período mais importante de construção da nova historiografia situa-se entre os anos de 1968 e 1989, tendo como principais correntes e teóricos a História Social Inglesa (Eduard P. Thompson, Raymond Williams, Christopher Hill e Eric Hobsbawm), a História Cultural e Política na França (Jacques Le Goff, Michel de Certeau e Peter Burke) e a Micro-História Italiana (Carlo Ginzburg, Giovanni Levi e Eduardo Grendi).

excepcionalidade, freqüentemente empregada para recortar do lugar-comum e destacar um determinado bem cultural, sendo explicitamente citada pelo Decreto nº 25/37 como elemento de predicação patrimonial, era agora posta de lado, como resultado do alargamento dos critérios de preservação. No caso específico dos conjuntos urbanos, essa polêmica questão tem levado a posicionamentos distintos no âmbito dos especialistas: se há quem defenda veementemente a medida com a justificativa de que

a tendência é a de preservar conjuntos, garantir a ambiência pela definição do entorno, e proteger bens que são representativos de determinado estilo ou época, [mesmo que seja] difícil para o proprietário de um imóvel aceitar o tombamento de um bem que, a seus olhos, se assemelha a tantos outros (FONSECA, 1997, p.226),

existem também aqueles (principalmente os arquitetos) para quem a negação dessa prerrogativa, lida como a desconsideração da qualidade do espaço público e/ou privado como condição *sine qua non* para o tombamento ou o desequilíbrio na avaliação crítica dos bens motivado por pesos maiores conferidos a outros critérios que não o arquitetônico e o urbanístico, leva inexoravelmente à banalização do patrimônio e à desvalorização do instituto do tombamento. À noção de excepcionalidade, contrapôs-se paulatinamente a de representatividade e exemplaridade, invocadas repetidamente para justificar tombamentos, no mais das vezes de sítios históricos, em que a passagem transformadora do tempo pelas cidades e a apropriação brasileira dos estilos arquitetônicos europeus (ou, por que não dizer, a valorização da nossa própria arquitetura vernacular) são distinguidas como construtoras de um museu urbano vivo, dinâmico e diverso. Entretanto, essa maneira de considerar o patrimônio pode perfeitamente conduzir o raciocínio a ver em qualquer objeto um legítimo candidato a fazer parte do acervo tombado da nação, o que fatalmente levaria ao esgotamento do estatuto

de proteção. De outra parte, cabe também discutir a reelaboração das idéias de patrimônio nacional e de nação, contidas no projeto original do IPHAN, ação esta desenvolvida a partir do final da década de 70 do século passado. A redução da importância do valor nacional, apropriado no complexo ambiente sociocultural e político da voga internacionalista e cosmopolita do capitalismo global, certamente repercutiu "numa política pública fundada sobre o valor simbólico da nacionalidade e conduzida por uma instituição estatal que gozava de alto grau de autonomia em relação aos movimentos da sociedade" (FONSECA, 1997, p.228). Com a entrada em cena dos órgãos estaduais e municipais, viabilizam-se tombamentos em novas esferas, diminuindo o papel preponderante do IPHAN no campo da preservação, apesar do tombamento federal continuar "sendo considerado o de maior prestígio, e o que assegura efetivamente a proteção do bem" (FONSECA, 1997, p.228), garantindo ainda acesso mais facilitado aos programas nacionais e internacionais de fomento à preservação edilícia. A esta altura, cabe aqui assinalar as transformações ocorridas nos critérios e procedimentos relacionados à proteção de sítios históricos no Brasil: enquanto, no início da atuação do IPHAN, "os tombamentos de núcleos históricos [...] foram realizados tendo em vista antes o número de bens excepcionais que neles se concentravam que propriamente o conjunto enquanto objeto de interesse de proteção" (FONSECA, 1997, p.229), no final dos anos 70 o caráter representativo e exemplar dos bens, fundamentado em uma concepção particular de história e sociedade, passou a ser central para a determinação dos tombamentos, idéia, aliás, esboçada também por Rodrigo Mello Franco de Andrade: "justifica-se a conservação de um sítio urbano quando este constitui criação notável e

representativa da vida e da organização social de um povo, em determinada fase de sua evolução" (ANDRADE apud FONSECA, 1997, p.229).

O início da década de 80 marca uma nova feição na condução dos assuntos do patrimônio cultural brasileiro. Foi criada a Fundação Nacional Pró-Memória – ENPM, estrutura administrativa gerada para captar recursos financeiros com mais facilidade e rapidez, resguardando-se ao órgão federal de patrimônio o papel de referencial cultural e técnico da preservação. No que tange aos procedimentos,

a partir dos anos 80, a preservação das manifestações culturais dos diferentes contextos culturais brasileiros assumiu uma nítida conotação política, na medida em que, à idéia de diversidade, se sobrepunha a de desigualdade. Ao propor a introdução de bens do patrimônio não-consagrado no patrimônio histórico e artístico nacional (basicamente, bens das etnias afrobrasileiras e vinculados à cultura popular) e a participação da sociedade na construção e gestão desse patrimônio, a política da FNPM visava a se inserir na luta mais ampla que mobilizava então a sociedade brasileira pela reconquista da cidadania [...] é pela via da participação social – e não mais pela seleção rigorosa de bens de valor excepcional – que se faz buscar legitimar a política de preservação dos anos 80 (FONSECA, 1997, p.179).

Como marcos teóricos da preservação dos sítios urbanos como um possível modo de urbanização destaca-se a realização, em 1983, do I e II Seminário sobre o Entorno de Monumentos, no Rio de Janeiro, e no final da década, em 1989, do Seminário sobre Inventário de Centros Históricos: Avaliação e Perspectivas de Utilização dos Dados, em Ouro Preto. Nesse contexto, de forma a mitigar os problemas existentes na já conflituosa relação área de preservação rigorosa/ área de entorno nos sítios históricos, agravada ainda pela quase que completa omissão dos estados e municípios, cria-se a Portaria nº 10 (10.09.1986) para a regulamentação do Decreto nº 25/37. Considerando principalmente

a conveniência de serem fixadas normas para que as novas construções não perturbem a moldura de que se revestem os bens culturais tombados, [...] a necessidade de uniformização dos

procedimentos a serem adotados para a aprovação de projetos para a execução de obras em bens tombados ou em área de seus entornos e [...] de uniformização de procedimentos a serem adotados pelas Prefeituras Municipais na expedição de licenças para construir em áreas submetidas à proteção especial da SPHAN (apud PAIVA, 1999, p.29),

a legislação enfocou cuidados específicos voltados à aprovação de projetos arquitetônicos e urbanísticos a serem realizados em áreas urbanas tombadas no âmbito federal, bem como modos de atuação adequados a serem desenvolvidos de forma conjunta pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN e pelos municípios. É o momento em que, constatando-se a ausência quase que completa de determinações normativas relacionadas às áreas de primeira e segunda categorias nos sítios históricos do país, procedeu-se à elaboração das portarias específicas de uso e ocupação do solo, voltadas ao disciplinamento físico dos conjuntos antigos, entretanto, em sua maior parte, desconectadas dos planos diretores de desenvolvimento urbano e dos códigos municipais de posturas e obras públicas e praticamente nulas quando tomadas sob a ótica do desenvolvimento sócioeconômico.

No plano conceitual, entretanto, é intenso o processo de resignificação de objetos, objetivos, saberes e fazeres. A Carta de Petrópolis, elaborada no 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Sítios Históricos em 1987, aprofundou a consideração, pela SPHAN, de outros valores em um conjunto urbano antigo, para além do edificado, importantes para a sua predicação e proteção:

entende-se como sítio histórico urbano o espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações [...] é parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens natural e construída, assim como a vivência dos seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação, devendo os novos espaços urbanos ser

entendidos na sua dimensão de testemunhos ambientais em formação (apud CURY, 2000, p.285).

Pela primeira vez, um documento preservacionista nacional aborda a cidade como testemunho histórico de processos sociais, econômicos e políticos que presidiram a sua construção, caracterizada não só pelos feitos culturais materiais, como também pelas manifestações imateriais de sua população. Sua visão da proteção é eminentemente política:

o objetivo último da preservação é a manutenção e a potencialização de quadros e referenciais necessários para a expressão e consolidação da cidadania. É nessa perspectiva de reapropriação política do espaço urbano pelo cidadão que a preservação incrementa a qualidade de vida (apud CURY, 2000, p.286).

preocupações essas que se enquadram num tempo marcado pelo advento das questões relacionadas ao comprometimento do meio ambiente em escala mundial. Os ecos das determinações contidas em cartas patrimoniais internacionais elaboradas anteriormente, com destaque para as de Amsterdã e Nairobi, são aqui perfeitamente audíveis: "a preservação do sítio histórico urbano deve ser pressuposto do planejamento urbano, entendido como processo contínuo e permanente, alicerçado no conhecimento dos mecanismos formadores e atuantes na estruturação do espaço" (apud CURY, 2000, p.286), ou seja, as ações de intervenção nos núcleos históricos têm que ser necessariamente precedidas por uma ampla e sistematizada tomada de conhecimento acerca dos elementos de natureza e cultura que os constituem, deixando-se nas entrelinhas cuidados quanto à manutenção de certos valores característicos dessas áreas, os quais deveriam ser preservados através, também, de sua reinterpretação. A questão da participação popular é abordada de forma particular, quando se afirma que "nesse sentido [para o pleno exercício da cidadania], é imprescindível a

viabilização e o estímulo aos mecanismos institucionais que assegurem uma gestão democrática da cidade, pelo fortalecimento das lideranças civis" (apud CURY, 2000, p.286). A preservação do patrimônio edificado passa agora a ser considerada como uma política pública essencial, no mesmo patamar da habitação, da saúde e da educação, a qual, por ter várias interfaces com diversos agentes, não pode prescindir, para sua eficácia, do concurso das comunidades em sua formulação. Nessa busca para (re)conhecimento dos valores dos sítios históricos e para estabelecimento de laços com a sociedade no sentido de tornar mais fácil, produtiva e democrática a tarefa da preservação, num momento de ampliação dos critérios preservacionistas, a realização de inventários assume especiais proporções, inclusive como agente propiciador de cidadania:

no processo de preservação do sítio histórico urbano, o inventário como parte dos procedimentos de análise e compreensão da realidade constitui-se na ferramenta básica para o conhecimento do acervo cultural e natural. A realização do inventário com a participação da comunidade proporciona não apenas a obtenção do conhecimento do valor por ela atribuído ao patrimônio, mas, também, o fortalecimento dos seus vínculos em relação ao patrimônio (apud CURY, 2000, p.286).

Nesse mesmo período, os procedimentos empregados para o tombamento de sítios históricos, no âmbito do IPHAN, também passavam por radicais mudanças, a partir da reconsideração dos seus objetos e finalidades. A economia política era agora um dos pilares que dava sustentação à nova construção do sentido do urbano e dos seus desdobramentos: "é nos aglomerados urbanos que as relações entre os homens – as relações sociais – acontecem de forma mais diversificada e intensa, resultando num processo coletivo de construção daqueles espaços, que se constituem em síntese da produção social" (MOTTA, 1992, p.39). A mudança de enfoque é mais que

perceptível, com ênfase para a importância da dimensão histórico-social dos aglomerados humanos:

nos trabalhos de proteção do patrimônio, é recente o entendimento das cidades como objeto coletivo e em constante adaptação [...] as cidades são consideradas como produtos culturais, independentemente da beleza e da antiguidade dos seus prédios; ou de terem sido berço de personagens ilustres; ou de terem surgido em tal ou qual época da história do país. As cidades serão sempre construções coletivas dos homens, ou seja, serão sempre produtos culturais... As cidades são, portanto, verdadeiros registros da história, de seu processo de construção. São como documentos. Em suas formas, suas ruas e prédios, assim como na sua situação geográfica e na sua relação com as demais localidades, ficam gravados os registros do tempo e da sociedade que as produziu (MOTTA, 1992, p.39).

Entretanto,

a qualificação dos conjuntos evoluiu com a evolução do pensamento urbano: conjunto arquitetônico, conjunto paisagístico, conjunto urbanístico, essas expressões, empregadas sozinhas ou combinadas, não têm sempre um conteúdo prático claro [...] para escapar dessa confusão, os técnicos do IPHAN introduziram uma distinção entre conjuntos (termo jurídico do tombamento) e sítios urbanos, com conotação urbana mais precisa (HALÉVY, 1998, p.15).

Esse é o momento em que entram em choque, no âmbito do IPHAN, correntes que seguem doutrinas distintas: uma, voltada às questões do cotidiano da gestão dos sítios históricos, preocupa-se com a postura anteriormente enunciada por nela ver apenas um embevecimento no objeto pelo objeto, totalmente distanciado da administração dos problemas diários existentes naqueles locais; outra, refinada e de perfil acadêmico, procura novos significados e razões que sustentem a preservação daquelas velhas cidades, para além de sua mera aparência física. Novos desafios surgem no rastro dos conceitos recém-adotados: com a prevalência do caráter documental da cidade, em que as camadas de sua construção dizem do seu processo de formação e evolução, por isso mesmo valorizado, torna-se agora extremamente complicado distinguir, com o

tombamento, os aglomerados urbanos, já que todos resultam de processos históricos de produção do espaço. Nessa linha, complica-se também o entendimento da noção de entorno, já que agora, com a ênfase testemunhal do urbano, os conjuntos edificados valem mais por sua história do que pela qualidade dos seus arranjos arquitetônicos e urbanísticos, dificultando-se as operações de reconhecimento da arquitetura capaz de atuar adequadamente como coadjuvante dos monumentos e de inserção de novas arquiteturas nas áreas pré-existente pela falta de referências de qualidade espacial e/ou pelo estado descaracterizado ou desconforme destas. A gramática e a sintaxe da arquitetura (ritmo, massa, peso, cor, textura, transparência, opacidade, volume, gabarito etc), tradicionalmente empregadas para se conseguir, nos sítios históricos, uma *arquitetura de acompanhamento* conveniente e ligada às essências destes, são questionadas em favor de uma postura intelectual e política, em cuja perspectiva "a história das cidades não se resume mais à história de sua arquitetura, mas abrange todas as adaptações feitas pelo trabalho humano sobre o ambiente de modo a adequá-lo ao seu projeto" (FONSECA, 1997, p.230). Por essa ótica, por que então cercear a liberdade de crescimento, expansão e transformação da cidade antiga com o tombamento? Por que não deixá-la seguir livre o curso de sua história? Já que, agora, tudo pode ser considerado patrimônio, quais critérios ou parâmetros vão ser empregados para permitir ou desaprovar novas construções nas áreas preservadas?

Procurando responder perguntas como as formuladas acima e justificar o seu ponto de vista, os novos agentes da preservação edilícia assestam suas baterias contra o órgão federal do patrimônio, tendo como alvo principalmente os começos de sua atuação:

nos trabalhos de preservação, as cidades deixam de ser vistas como simples aglomerados de edificações, ou apenas como um conjunto de expressões artísticas que devem ser preservadas. Elas são como um livro: podem ser lidas, contam uma história, passam a provocar questionamentos e ao mesmo tempo proporcionam respostas fundamentais para o conhecimento da história e da cultura do homem [...] nos trabalhos de patrimônio, esta visão de que toda cidade é um documento histórico torna menos evidentes do que já foram no passado a seleção e delimitação dos centros e áreas a proteger, levando à necessidade de um esforço conjunto das populações e dos técnicos que trabalham com a preservação, para sua identificação... a valorização das cidades ou áreas urbanas [...] se deu, então, quase sempre pela sua aparência e sem que houvesse a preocupação de relacionar a aparência dos sítios – suas características arquitetônicas e urbanísticas – com o processo pelo qual foram produzidos ao longo do tempo [...] as cidades eram vistas como obras acabadas, prontas, como expressões artísticas de uma época, que não continham qualquer outra informação. Foi assim que se tombou boa parte dos 40 centros históricos, com cerca de 16.000 edificações, que o governo federal protege hoje (MOTTA, 1992, p.40).

Há que se louvar a abertura proporcionada para a inclusão, no tombamento de cidades ou de núcleos históricos, da contribuição dos diversos períodos de sua evolução; o que passa, entretanto, a ser passível de crítica é o tombamento, a partir dessa justificativa, de edificações medíocres, destituídas de qualidade arquitetônica ou realizado mediante uma consideração desequilibrada dos valores históricos e artísticos, ocasionando muitas vezes a desmoralização do próprio instituto de proteção federal, sem que se fale nos transtornos causados aos proprietários desses imóveis pela obrigatória observância rigorosa à legislação.

Característicos desse rico e polêmico momento da preservação edilícia brasileira são os tombamentos dos conjuntos urbanos de Laguna (1985) e São Francisco do Sul (1987), ambos situados em Santa Catarina e registrados no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Para MOTTA (1992, p.42),

o que determinou a preservação federal dessas cidades não foi sua monumentalidade ou o fato de serem fora do comum, ou de

possuírem características arquitetônicas de uma determinada época. Sobre essas, apenas poderíamos falar que se assemelham a tantas outras cidades brasileiras que sofreram grandes alterações em sua arquitetura ao longo do século XX. O que se percebeu foi que a sua forma, o seu desenho urbano, se vinculavam à história da ocupação do território nacional através da navegação do sul do país. Sua relação com o mar, com a costa brasileira, seus caminhos para o interior do território, o arruamento, o parcelamento dos lotes, a disposição dos prédios de maior importância, assim como outros elementos, marcavam a organização daquelas cidades em função do apoio à navegação. Foram esses vestígios que motivaram a recuperação das informações históricas e o entendimento do processo de construção daquelas cidades, bem como sua relação com o restante da região, dando sentido à sua preservação.

As críticas aos procedimentos empregados surgiram no mesmo tom dos aplausos: todas as características apontadas poderiam estar registradas e representadas por seus melhores exemplares arquitetônicos e urbanísticos como momentos da construção das duas cidades; porém, tombar porções urbanas exageradas, quando não cidades inteiras, arrimando-se somente na prevalência de critérios históricos, mesmo com a consciência da descaracterização e/ou da desconformidade dos conjuntos, seria antes de tudo, perverso, por penalizar, com os rigores da lei federal de preservação, os moradores dessas áreas, agora impedidos de dispor livremente de seus bens. Questões de natureza eminentemente administrativa e/ou econômica, tais como a gestão do patrimônio edificado e o financiamento de sua preservação eram relativizadas em favor de uma visão mítica do poder das comunidades como guardiãs dos bens tombados:

são as populações que de fato detêm o poder de provocar ações institucionais de preservação [...] somente esta demanda poderá fazer com que o interesse coletivo da preservação prevaleça sobre os valores econômicos dos imóveis, terrenos e áreas que possam ser preservadas, ou sobre o gosto particular dos proprietários (MOTTA, 1992, p.43).

Numa palavra: no período analisado, o *inchaço* das grandes cidades e o abandono dos velhos núcleos urbanos não recomendavam qualquer aliança entre

a preservação e o desenvolvimento urbano e sócioeconômico, sobressaindo nos textos enfocados uma postura de denúncia e resistência a qualquer proposta do gênero, por ser considerada espúria e incompatível com os propósitos da proteção federal à época.

Entretanto, algumas poucas experiências exitosas foram registradas na década. Dentre elas, destaca-se o programa Corredor Cultural do Rio de Janeiro, desenvolvido a partir de 1981 pela Prefeitura Municipal daquela cidade. Inicialmente concentrado em antigas áreas comerciais do centro do Rio, estabeleceu suas ações na realização de inventários das edificações de valor histórico e artístico; na compreensão, ao nível do pormenor, dos conjuntos edificados; na montagem de uma capacitada estrutura técnico-operativa para desenvolvimento de projetos; na consideração da importância do apoio e da participação das comunidades proprietária, moradora e usuária dos setores urbanos abrangidos pelo programa; na organização de um sistema de comunicação rápido e eficiente com o público; e na criação de um plano de incentivos fiscais voltados ao estímulo e benefício dos proprietários que quisessem participar do programa, baseado na redução ou na isenção de impostos municipais. A questão do uso social foi aqui tida como fundamental não só para a manutenção do conjunto (edificações ecléticas do final do século XIX e do início do século XX) como também para a permanência da atmosfera cultural local, em que a presença dos comerciantes e de suas atividades era fundamental para o sucesso da empreitada. Para SANTOS (1985, p.63), o Corredor Cultural do Rio de Janeiro seria um excelente exemplo de preservação ambiental, o qual daí à frente, faria com que os urbanistas tivessem que "levar em consideração os

laços entre os espaços e as atividades econômicas e sociais que já suportam, antes de se pensar no que se deseja para o futuro”.

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, não só confirmou a validade do Decreto nº 25/37 como abriu espaço para uma conceituação mais generosa do patrimônio cultural. Definindo como de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios “proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais e os sítios arqueológicos” (Inciso III, Artigo 23, Capítulo II – da União, Título III – Da Organização do Estado) e delegando aos municípios “promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual” (Inciso IX, Artigo 30, Capítulo IV – dos Municípios, Título III – da Organização do Estado), delineou com nitidez o acervo cultural patrimonial brasileiro. Com efeito, definiu que essa coleção era composta de

bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, [incluindo dentre outros], os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Artigo 216, Seção II – Da Cultura, Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto, Título VIII – Da Ordem Social).

Portanto, são valorizadas, nessa nova leitura do patrimônio, as noções de tangibilidade, intangibilidade e alteridade dos bens patrimoniais, aqui considerados em suas formas de produção e apropriação e em suas variadas origens, com destaque para a ampliação da conceituação dos valores em presença nos aglomerados urbanos. No primeiro parágrafo do artigo citado, a associação entre os poderes públicos e a comunidade é ressaltada, bem como os meios utilizados para identificação, documentação, proteção e valorização dos

acervos, quando se afirma que àquela parceria caberá promover e proteger "o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação", cumprindo aqui distinguir a presença, no texto constitucional, das diferentes formas de proteção devidas ao patrimônio material (tombamento) e ao patrimônio imaterial (registro), esta posteriormente detalhada no Decreto nº 3551/00. A Constituição Federal de 1988 também estabeleceu a obrigatoriedade de realização de planos diretores de desenvolvimento urbano para cidades com mais de 20.000 habitantes, com a instituição de leis específicas para o ordenamento do uso e da ocupação do solo urbano. Para ARNAUT (1992, p.34),

legislar sobre assuntos de interesse local [...] vai além da discussão sobre a arrecadação de tributos, os serviços públicos de interesse municipal ou, ainda, quanto às obras públicas necessárias, mas é também promover a proteção dos bens e lugares de memória, do patrimônio cultural e ambiental de sua população, definindo as normas e as condições mais adequadas à sua proteção.

Por essa via, o plano diretor pode agora ser tido como instrumento garantidor da proteção do patrimônio natural e cultural, já que essa é uma competência que os municípios dividem com as outras esferas de poder, o que faz também com que não seja necessário o emprego freqüente do tombamento federal para bens imóveis ou conjuntos urbanos de relevância eminentemente local, ação que concorreu, e tem concorrido para a banalização do instituto de proteção. Para tanto, porém, teriam que ser radicalmente alterados os procedimentos até então em voga para a elaboração de planos diretores, os quais deverão agora contemplar não só a participação da comunidade em todas as etapas de sua realização como também a execução de diagnósticos e levantamentos que propiciem a formulação de medidas tanto genéricas (lei de uso e ocupação)

quanto extremamente detalhadas (plano de pormenor). Entretanto, como será visto, essas determinações da Constituição Federal de 1988 valorizadoras da figura e da atuação dos municípios não foram suficientes para garantir a eficácia e a ação dessa esfera de poder, visto que, ainda hoje,

poucas cidades desenvolvem projetos de restauração e conservação dos sítios históricos. O resultado da falta de uma política consistente nesse sentido, muitas vezes, são acidentes e atos de vandalismo que colocam em risco a integridade de prédios e monumentos (BRITO, 2004, p.24).

Os anos 90 do século passado se iniciam com uma série de preocupantes constatações: 85% da população brasileira residia em cidades (Censo IBGE/ 1990), concentrada principalmente nas principais regiões metropolitanas do país; o fenômeno da urbanização acelerada, orientado para a metropolização e aliado a um crescimento não menos rápido da pobreza, levou a uma conseqüente degradação das condições de vida de grande parte da população do país, particularmente, a dos grandes centros urbanos; os planos diretores de desenvolvimento urbano, aclamados como prova do reconhecimento dos municípios pela Constituição Federal de 1988, mostravam-se incapazes de controlar o crescimento urbano e de se transformar nos instrumentos indutores da melhoria da qualidade de vida nas cidades; nesse passo, com a continuidade da omissão dos estados e dos municípios quanto à preservação do patrimônio urbano e o estado combalido do IPHAN, assistia-se a um processo galopante de descaracterização e destruição de conjuntos dotados de acervos construídos de interesse cultural. Em 1992, realiza-se no Rio de Janeiro a Conferência Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Nesse encontro, de envergadura internacional, foi redigida a Carta do Rio, documento que lança as bases de conceitos tais como o desenvolvimento sustentável, o qual

deveria ser exercido "de forma tal que [respondesse] qualitativamente às necessidades de desenvolvimento e de proteção da integridade do sistema ambiental das gerações presentes e futuras" (apud CURY, 2000, p.312), e a proteção do meio ambiente como parte integrante do processo de desenvolvimento, não podendo ser considerada isoladamente. Reconhecendo "a natureza integral e interdependente da Terra" (apud CURY, 2000, p.314), morada de todos os humanos, a carta valoriza uma visão integrada dos sistemas culturais e naturais, em que tudo se interliga e na qual o todo e as partes interagem mutuamente em variadas escalas. A noção de impacto ambiental, hoje arraigada, surge precisamente neste momento, bem como a de níveis diferenciados de desenvolvimento socioeconômico, cujo reatamento no meio ambiente, qual seja, "as normas, os objetivos de planejamento e as prioridades ambientais deveriam refletir o contexto ambiental e de desenvolvimento a que se aplicam" (apud CURY, 2000, p.314). Em vez das metas de curto prazo, privilegia-se as agendas de intervenção prolongadas, constantes e sistêmicas, nas quais o pensamento global é viabilizado pela ação local. Todas essas idéias, conquanto identificadas com procedimentos ligados ao manejo da natureza, contribuiu para influenciar a construção de um novo olhar sobre a preservação urbana, caracterizado por termos tais como *cooperativismo*, *ecossistema Terra*, *políticas demográficas apropriadas*, *transferência de tecnologias*, *custo social*, *efeitos ambientais transfronteiriços*, *questões de gênero* e outros posteriormente incorporados ao jargão ambientalista, nessa passagem muitas vezes perdendo sentido e substância. Mais uma vez, estimula-se fortemente a participação popular em todas as etapas do planejamento urbano-ambiental, este agora profundamente ampliado em suas variáveis, problematizado e desenvolvido como uma operação

em rede de amplitude mundial. Entretanto, alguns desses termos têm significados diversos para áreas distintas, o que reafirma, no âmbito do patrimônio cultural, as suas peculiaridades com relação a outras searas:

auto-sustentável: com essa expressão, não estamos nos referindo ao conceito ecológico de auto-sustentação, mas a possibilidade de que a área urbana – patrimônio seja preservada pelo seu próprio funcionamento e utilização social, sem necessidade de pesados e constantes investimentos públicos para a manutenção de situações artificiais de preservação que findam quanto o investimento público termina (SANT'ANNA apud HALÉVY, 1998, p.09).

No que respeita ao patrimônio urbano, a noção de sustentabilidade é difusa, vez que, como se trata de bens considerados monumentos nacionais submetidos à tutela do Estado, sua preservação não é garantida somente àqueles bem sucedidos em termos financeiros ou de uso intenso pelas comunidades, o que justifica a destinação de pesadas somas estatais à sua conservação.

Resultante desse debate é a compreensão de que a preservação do patrimônio cultural não é responsabilidade somente das instituições públicas ou matéria de interesse de alguns segmentos profissionais isolados, justificada pelo fato de que, nesse desenrolar, adquiriu "contornos cada vez mais complexos, articulando e fazendo uso de várias disciplinas do conhecimento e se inserindo como temática capaz de exigir uma transversalidade cada vez maior no tratamento dado a essa própria ação" (BRITO, 2004, p.24). Isso implicava incontornavelmente na alteração das formas tradicionais de entendimento e desenvolvimento do planejamento urbano, com a inclusão de uma nova técnica, a responsabilização de novos públicos e a apropriação de novos campos do saber que permitissem experiências inusitadas em termos de política urbana. À época, esta passava no Brasil por um período de desencanto, marcado inicialmente pela euforia produzida pelo reconhecimento do município pela Constituição Federal de

1988 e a apatia resultante do esgotamento do modelo quantitativo posto em prática, em todo o país, na elaboração de planos diretores, os quais, para TURKIENICZ (1990, p.52), "nada mais [eram] do que camisas-de-força impostas às nossas cidades na esperança de que através delas [chegássemos] um dia à cidade ideal". Esse estado de coisas reclamava a criação de novos instrumentos, atos e agentes, a partir da reconsideração de objetos e objetivos no âmbito das cidades, cuja tradução mais adequada pareceu mostrar-se como a idéia de gestão urbana compartilhada entre os sujeitos públicos e privados, geradora de uma certa desregulamentação dos procedimentos urbanísticos, ao mesmo tempo técnicos, políticos e financeiros. Assim, o grande desafio a ser superado seria o da definição de uma política urbana capaz de promover a mediação das contradições e conflitos de interesses e o acabamento dos compromissos firmados na luta por melhores condições de vida e por justiça social, conceituando o desenvolvimento como instrumento de transformação estrutural e de reformas qualitativas.

Uma política elaborada sob tais postulações [teria], obrigatoriamente, de ser inovadora nas soluções de antigos problemas, [criando] canais e instrumentos de participação da sociedade, permitindo que os conflitos sociais [expressassem] a pluralidade geradora de concepções diferenciadas sobre as causas de diversos (problemas e potencialidades) urbanos e as distintas soluções para enfrentá-los e equacioná-los (LEMENHE, 1996, p.06).

Em termos metodológicos,

a única forma de resgatar a credibilidade combatida do planejamento urbano não estaria em decretar a morte da atitude de planejar, mas antes estabelecer com nitidez a saudável diferença entre plano e projeto... a transformação de um conjunto de idéias gerais sobre o crescimento urbano (um plano) em um conjunto de normas com o objetivo de completar uma organização espacial pré-definida (um projeto) (PORTAS apud TURKIENICZ, 1990, p.52).

A natureza dual da tarefa urbanística proposta pelo professor e arquiteto português, incluindo aportes tecnológicos, políticos e financeiros, talvez a mais original e pragmática teoria de enfrentamento do urbano surgida nos últimos anos, parece ter sido o berço das novas experiências urbanísticas que hoje se desenvolvem, em cujo bojo se instalam as concepções atuais de planos diretores e os planos e programas de preservação e reabilitação urbana, estes contendo diretrizes de gestão, controle e planejamento. Nessa linha,

o plano diretor não pode ser apenas um documento técnico – uma proposta do que deve ser – mas a resultante de uma negociação, tecnicamente apoiada, com as entidades que investem ou detêm alguma forma de tutela sobre a região – tornando-se assim uma proposta do que pode ser [...] nessa medida, torna-se também um pacto da administração com os cidadãos, capaz de dar um mínimo de segurança quer às populações quer aos agentes promotores das iniciativas que se pretendem dissolver ou atrair. O plano diretor [...] seria antes de mais nada a justificação de um conjunto decorrente de políticas, o elenco das medidas a adotar e dos recursos a mobilizar e, finalmente, a estratégia do desenho urbano que visa requalificar formas e ambientes de várias partes do território municipal (PORTAS apud TURKIENICZ, 1990, p.53).

Pormenor dessa determinação, o plano de preservação e reabilitação urbana

se define como um instrumento de detalhe, que se volta para regulamentar o dever de preservar [áreas tombadas], [...], operacionalizando a gestão das políticas de proteção de sítios históricos urbanos ao promover o estabelecimento de uma normativa para aplicação comum e o fomento de ações corretivas, de efeitos imediatos, com visão pautada na relação passado/presente e de uma ação preventiva, de longo alcance, com visão de futuro e da instalação de processo de monitoramento e avaliação periódica, de modo a permitir o aprimoramento das ações de preservação desse patrimônio cultural (BRITO, 2004, p.27).

Os dois modelos têm, portanto, características comuns: são mais estratégicos por valorizar no processo, como os elementos estruturantes das determinações urbanísticas, aqueles que detêm alto grau de probabilidade de materialização e/ou de construção de consensos; são mais integradores por operarem sob uma base territorial exaustivamente reconhecida, fundamentação essa que possibilita

a definição de áreas passíveis de intervenções diversas e a conjugação da atuação de diversos agentes setoriais (físicas, socioeconômicas, culturais); e, por fim, centrados em uma proposta de desenho urbano produzida do geral para o particular a partir do conhecimento aprofundado sobre as próprias características da cidade, vez que

a forma urbana não pode ser reduzida à soma das soluções arquitetônicas que ocorrem ou correrão no território urbano (vale dizer, a soma das decisões tomadas individualmente lote a lote). A forma é uma das componentes imprescindíveis da estrutura da continuidade urbana e não pode ser relegada à simples consequência da aplicação de índices de intensidade de ocupação (PORTAS apud TURKIENICZ, 1990, p.53).

Nos processos cotidianos de avaliação das propostas apresentadas, em vez do rigor de um código regulador urbano, alternativas baseadas em estudo de viabilidade, o que, para Portas, faria com que todo plano diretor contivesse

áreas de sim (áreas em que certos tipos de atividades e morfologias edilícias seriam automaticamente aprovadas), áreas de não (áreas em que a sociedade por consenso tivesse considerado como impróprias ao desenvolvimento de algumas atividades ou tipologias edilícias) e áreas de talvez, isto é, áreas sobre as quais existe uma certa margem de indeterminação (PORTAS apud TURFIENICZ, 1990, p.53),

locais esses para os quais seriam apresentadas propostas elaboradas a partir de critérios e não de rígidos receituários urbanísticos. Esses procedimentos de planejamento urbano, no âmbito nacional, dão seus primeiros passos, sendo prematuro exigir uma avaliação rigorosa de suas consequências práticas; entretanto, sua complexa conformação metodológica requer a existência de equipes técnicas capacitadas e atualizadas em todas as esferas de poder para o enfrentamento das tarefas associadas à preservação urbana, o que dificilmente acontece, fato que coloca em cheque a formação profissional dos técnicos habilitados para o trato com a questão.

A Carta de Fortaleza, elaborada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN por ocasião das comemorações dos 60 anos de sua criação, abrangeu estratégias e formas de proteção adequadas ao patrimônio imaterial (celebrações, formas de expressão, lugares, saberes e fazeres), criando o ambiente propício para a proposição do Decreto nº 3551/00, específico quanto à matéria. O documento em análise, um dos primeiros em nível mundial a tratar do assunto, aprofundou a tendência manifestada nas últimas cartas patrimoniais relacionada à abordagem global da preservação do patrimônio cultural, reafirmando os ditames da Constituição Federal de 1988, segundo a qual “o patrimônio cultural brasileiro é constituído por bens de natureza material e imaterial”, esses últimos passíveis de proteção mediante o emprego do instrumento do registro. No que tange às intervenções no espaço urbano, mormente nos sítios históricos, a carta recomendada a ampliação dos cuidados com a preservação das características naturais e culturais dos lugares, sugerindo que,

relativamente aos Estudos de Impacto Ambiental (ETA) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA), o IPHAN encaminhe ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) proposta de regulamentação do item relativo ao patrimônio cultural, de modo a contemplá-lo em toda a sua amplitude (apud CURY, 2000, p.365).

Isso significa, no caso particular, a criação dos Estudos e Relatórios de Impacto Cultural, necessários ao entendimento dos desdobramentos das propostas de intervenção física e/ou programática nos conjuntos antigos ou nos sítios de valor cultural, no sentido de evitar a sua descaracterização ou perda de substância, e de garantir, de forma sustentável, a permanência das populações tradicionais e das suas atividades geradoras de interesse. Umbilicalmente ligada às propostas originalmente desenvolvidas por Aloísio Magalhães no CNRC e na Fundação

Nacional Pró-Memória sobre a preservação de áreas urbanas, a idéia da preservação das manifestações do patrimônio imaterial conjugada à proteção de conjuntos antigos encontra talvez a sua melhor expressão no Projeto Praia Grande, em São Luís do Maranhão, o qual, para SANT'ANNA (apud HALÉVY, 1995, p.10), foi

um dos que mais aproximou, em suas intenções, da linha de projetos anteriormente desenvolvida no CNRC, que buscava aliar desenvolvimento às condições e contextos culturais locais. Reunindo várias agências, o projeto propunha a realização não somente de levantamentos físicos e arquitetônicos do estado geral da área, mas também análises sociológicas do comportamento das comunidades, visando ao salvamento de fazeres e atividades tradicionais potencialmente geradores de riqueza.

Entretanto, no Brasil, a ampliação do conceito de patrimônio trouxe problemas ainda insolúveis ao IPHAN. Enfraquecido e a braços com inúmeras tarefas,

com o desaparecimento da Fundação Nacional Pró-Memória, o IPHAN herdou a responsabilidade dos museus [...] e teve de tomar conta das formas populares do patrimônio e do patrimônio imaterial. Isso com meios menores do que quando cuidava unicamente dos monumentos [...] a ampliação da noção de patrimônio deveria ter gerado novas administrações, o patrimônio imaterial ou as paisagens ou a pré-história não correspondem ao mesmo tipo de gerenciamento nem as mesmas redes científicas. Isso destruiu a administração do velho IPHAN (HALÉVY, 1998, p.12).

Como se vê, no final do século XX no Brasil, se nos campos legal e teórico, o arsenal preservacionista estava mais do que fortalecido pela freqüência e profundidade com que a matéria era discutida nacional e internacionalmente, considerado ainda o alto nível das contribuições prestadas, as quais apontavam para um entendimento cada vez mais inclusivo e completo do patrimônio cultural, por outro lado, no âmbito prático da preservação urbana, dependente dos meandros da política, das relações entre poderes e da aplicação de recursos financeiros nacionais e internacionais, restavam algumas constatações: a tibieza administrativa do órgão federal de patrimônio; a omissão quase que completa dos

órgãos estaduais e municipais, excetuando-se Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo; a degradação e o abandono dos sítios históricos; a atividade turística tratada como fim e não como instrumento de soerguimento socioeconômico dos conjuntos antigos; a inexistência, no âmbito do IPHAN, de uma conceituação urbanística do patrimônio; e a convicção de que seria necessário criar um novo modelo de abordagem e equacionamento dos problemas existentes nessa área específica do planejamento urbano. Para SANT'ANNA (apud HALÉVY, 1998, p.09), sintetizando esse quadro,

no Brasil, o patrimônio urbano não logrou realizar-se inteiramente como mercadoria, nem mesmo para consumo cultural e apenas, parcialmente, para consumo turístico, apesar de algumas exceções como Parati, Ouro Preto e, talvez, Olinda. Dependeu e depende até hoje, para sua sobrevivência, de maciços investimentos públicos, embora raros, que criam situações totalmente artificiais, atraindo uma ocupação oportunista e predatória. Consideramos essas situações artificiais por que não são capazes de gerar ou promover uma conservação auto-sustentável, nem mesmo quando o objetivo é o incremento do turismo [...] se, por um lado, o esvaziamento da função cultural do patrimônio foi prejudicial, por outro, desejá-lo como algo fora do mercado e da lógica do capital em sociedades capitalistas, é, no mínimo, ingenuidade.

É nesse contexto que se iniciam, em 1994, as conversações entre o IPHAN e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para a elaboração e processamento, em nível nacional, de um programa de reabilitação do patrimônio cultural urbano, posteriormente denominado de Programa Monumenta. Por seu turno, o órgão federal de patrimônio passava por situação delicada, da qual a atual difere muito pouco:

no que diz respeito aos elementos arquiteturais e urbanos do patrimônio, o IPHAN perdeu a responsabilidade direta dos canteiros de restauração e não conquistou a dimensão urbana. Ele ficou com a responsabilidade da proteção legal, com a obrigação de dar pareceres aos pedidos de intervenções sobre o patrimônio. De um lado, com o desaparecimento de canteiros – exemplares, de restaurações – modelos e a ausência de renovação de conhecimento teórico, os seus pareceres são

recebidos, às vezes, como arbitrários. De outro lado, o IPHAN não participou dos grandes projetos de revitalização urbana. O PCH (1973) era da Secretaria de Planejamento e, depois de ser absorvido pela Fundação Nacional Pró-Memória, não conseguiu sobreviver. As três maiores operações urbanas (Salvador, Olinda e São Luís) foram desenvolvidas fora do IPHAN. O grande risco para o IPHAN é aparecer como um simples órgão técnico, habilitado a dar pareceres técnicos (HALÉVY, 1998, p.11).

O BID, por sua vez, apresentava a proposta de um programa de revitalização de sítios urbanos pela via da recuperação do patrimônio cultural, no bojo do qual estava prevista também o desenvolvimento de um plano para fortalecimento institucional do IPHAN. Algumas questões foram colocadas polemicamente, de parte a parte, desde o início; quais os critérios necessários para escolher os sítios históricos convenientes ao programa? Como evitar que o Programa Monumenta, com sua polpuda carteira de investimentos, não viesse a substituir o IPHAN em sua missão oficial? Deveria ser o IPHAN adaptado a uma nova forma de enfrentamento dos problemas do patrimônio? Não se estaria utilizando o IPHAN como um instrumento a serviço de interesses externos ao órgão? "Como pensar em um trabalho do IPHAN quando o governo e o Programa BID têm nos seus esquemas de trabalho a privatização do patrimônio cultural associado à municipalização daquela parte que é inerente ao poder de Estado?" (MOTTA apud HALÉVY, 1998, p.08). Assumia relevante proporção, no debate, a proposição do BID em aumentar o papel das prefeituras na gestão do patrimônio edificado, idéia necessária mas não suficiente, vez que

as estruturas que [o programa queria criar] nas prefeituras não [poderiam] pretender [possível] uma autoridade sobre o conjunto de problemas da gestão de um centro histórico e que essas novas estruturas não poderiam herdar a responsabilidade federal sobre essa questão global (HALÉVY, 1998, p.35).

Na mesma linha, propunha um modelo que pretendia reunir sustentabilidade, municipalização e financiamentos privados com aplicação em centros urbanos

com grande visibilidade nacional e possibilidade de emprego posterior em outras cidades do Brasil e da América Latina. Para tanto, baseava-se na ação de um órgão federal de patrimônio fortalecido e de prefeituras estruturadas técnica e administrativamente, bem como saneadas do ponto de vista financeiro; nas propostas de curto, médio e longo prazo definidas em planos de preservação; em um trabalho pedagógico e participativo, aberto à comunidade para a discussão dos conceitos e critérios de preservação utilizados; na atuação de uma Unidade Central de Gerenciamento – UCG, instância de coordenação nacional do programa, e de Unidades Estaduais de Planejamento – UEPs; no emprego de um fundo de recuperação, instrumento voltado ao financiamento de projetos, consultorias e obras; e na contrapartida financeira dos estados e municípios. Por outro lado, ideologicamente, o programa se estruturava em uma visão desregulamentadora e anti-estatal do patrimônio, conforme define HALÉVY (1998, p.13):

o programa não é do IPHAN, é do Ministério da Cultura, com três idéias básicas: a administração do IPHAN, como toda administração herdada da Era Vargas, é ultrapassada, porque marcada pelo excesso do Estado, da burocracia e do centralismo [...]; a visão do patrimônio defendida no IPHAN é elitista e ultrapassada; o Decreto-Lei de 1937 deve ser atualizado, ficar mais flexível.

Com a criação de uma listagem de aproximadamente 100 sítios e conjuntos históricos, posteriormente transformada em *ranking*, o programa foi implantado em todos os estados do país³, em meio a grande polêmica entre a UCG e o IPHAN quanto à sua direção e aos seus objetivos. Em seu acidentado desenvolvimento, o Programa Monumenta tem se caracterizado pelos seguintes aspectos:

³ No Ceará, o programa foi implantado no sítio histórico de Icó em 2002, não tendo sido ainda finalizado.

- a tentativa da UCG em suplantar a direção nacional e as superintendências regionais do IPHAN, ao negociar diretamente com as prefeituras, ação causadora da dificuldade de diálogo entre as duas instituições;
- o esforço desenvolvido pela UCG para transformar as superintendências regionais do IPHAN em meros órgãos burocráticos, voltados à análise de projetos e à vistoria de obras;
- o caráter centralizador e burocrático da UCG, impeditivo para o estabelecimento de parcerias com os diversos agentes do processo;
- a visão exageradamente financeira do problema da sustentabilidade do patrimônio, desconsiderando aspectos globais da economia dos locais onde se implantou;
- o lamentável estado técnico, administrativo e financeiro da maioria das prefeituras municipais participantes do programa, não oferecendo condições para a adequada condução dos trabalhos;
- a desorganização e a baixa eficiência do IPHAN, reveladas na dificuldade de apresentar respostas adequadas às solicitações de informações do BID, sem que se fale em sua débil estrutura técnico-administrativa para assuntos urbanos;
- a prioridade para a execução de obras de restauro em bens isolados, colocando-se em plano bastante inferior a elaboração de planos de preservação e reabilitação urbana, esses os instrumentos definidores, a seu tempo, das ações a executar;
- a ausência de critérios para definir os sítios e conjuntos históricos a serem contemplados com a ação do programa;

- a baixa qualidade dos projetos apresentados, freqüentemente desconectados dos planos diretores e dos planos de preservação previstos para as cidades contempladas;

- a baixa qualidade das obras, muitas vezes resultantes de processos licitatórios irregulares e/ou fraudulentos desenvolvidos pelas prefeituras municipais para premiar empresas construtoras sem acervo técnico específico;

O Programa Monumenta continua em desenvolvimento no país, com várias obras paralisadas ou com o cronograma atrasado, apresentando ainda um baixíssimo nível de execução financeira (cerca de 7,2%, conforme relatório do BID de 2003). Até o momento, significou uma boa e mal aproveitada oportunidade de estabelecimento de um programa de preservação, reabilitação, revitalização e requalificação de áreas históricas urbanas, dentre outros motivos, pela falta de concertação política entre os seus diversos agentes e promotores.

A década de 90 e o início do século XXI também foi marcada, no âmbito do IPHAN, pelo tombamento dos sítios históricos cearenses. Com efeito, Icó (1997), Sobral (1999), Aracati (2000) e Viçosa do Ceará (2003), significam a entrada do Estado no cenário da preservação urbana, com todos os problemas, potenciais e perspectivas associados a essa condição. Tardiamente protegidos pela lei federal e já um tanto descaracterizados, os sítios históricos cearenses apresentam processos de tombamento que espelham, em seus escopos, toda essa transformação na consideração de valores culturais e nos procedimentos relacionados à preservação edilícia, os quais serão à frente analisados em detalhe.

O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01) veio complementar o capítulo de política urbana da Constituição Federal de 1988, os quais, juntamente com a

Medida Provisória nº 2.220, estabeleceu as diretrizes para a política urbana no país, nos níveis federal, estadual e municipal. Voltado

à instauração da função social da cidade e da propriedade no processo de construção das cidades, [o Estatuto da Cidade] abarca um conjunto de princípios – no qual está expressa uma concepção de cidade e de planejamento e gestão urbanos – e uma série de instrumentos que, como a própria denominação define, são meios para atingir as finalidades desejadas (ROLNIK, 2001, p.23),

as quais são definidos pelas municipalidades a partir de processos públicos e democráticos de discussão. Denuncia a falência da concepção tradicional de plano diretor, baseada no zoneamento de funções e nos seus instrumentos de controle e gestão decorrentes tais como taxas de ocupação, índices de aproveitamento, tamanhos mínimos de lotes, os quais fazem parte de

um quadro de hegemonia de uma visão tecnocrática na legislação urbanística, [significando] o tratamento da cidade como um objeto puramente técnico, no qual a função da lei seria apenas o de estabelecer os padrões satisfatórios de qualidade para seu funcionamento (ROLNIK, 2001, p.25),

em favor de um novo conceito, o qual, reconhecendo e legalizando a cidade real,

parte do pressuposto que a cidade é produzida por uma multiplicidade de agentes que devem ter sua ação coordenada, não em função de um modelo produzido em escritórios, mas a partir de um pacto – a cidade que queremos – que corresponda ao interesse público da cidade (ROLNIK, 2001, p.27).

A regulação urbanística é vista então como um processo político, “por meio do qual o poder público canaliza seus esforços, capacidade técnica e potencialidades locais em torno de alguns objetivos prioritários” (ROLNIK, 2001, p.27). Apesar de não estar diretamente voltado à preservação urbana, o Estatuto da Cidade apresenta, no entanto, uma série de instrumentos, os quais, isoladamente ou de forma combinada, propiciam alterações significativas no quadro dos sítios históricos, principalmente naqueles dotados de intensa movimentação imobiliária, a saber:

- Outorga Onerosa do Direito de Construir e Direito de Superfície – baseados nos princípios de direito de superfície e da função social da propriedade, fundamentam-se na concessão, pelo proprietário, do direito de construir sobre ou sob o seu terreno, por tempo determinado ou não, de forma gratuita ou onerosa, reconhecendo-se assim que o direito de construir traz embutido um valor em si mesmo, independente do valor da propriedade, com agregação ou subtração de valor a esta. Também conhecido como *solo criado*, pressupõe o estabelecimento de limites para construir, as compensações requeridas pela cidade por motivo da criação de solo adicional e a transformação das prefeituras municipais em bancos imobiliários para o gerenciamento das transações;

- Transferência do Direito de Construir –

o proprietário de um imóvel sobre o qual incide um interesse público de preservação, seja sob o ponto de vista ambiental, ou sob o ponto de vista do patrimônio histórico, cultural, paisagístico e arquitetônico, ou ainda um imóvel que esteja ocupado por uma favela que se quer urbanizar, pode utilizar em outro imóvel, ou vender, a diferença entre a área construída do imóvel preservado e o total de área construída atribuída ao terreno pelo coeficiente de aproveitamento básico, conforme a legislação existente. A transferência somente será permitida se o proprietário participar de algum programa de preservação elaborado em conjunto com o poder público ou elaborado pelo poder privado e aprovado pelo ente técnico responsável (ROLNIK, 2001, p.76).

Esse instrumento, tomando a terra urbana como mercadoria, pretende fazer com que os proprietários de bens imóveis em sítios históricos não sejam prejudicados pelo tombamento, facultando-os o direito de negociar o potencial construtivo excedente. Vale resaltar o atrelamento da medida à legislação municipal de uso e ocupação do solo urbano e a planos de preservação elaborados pelo poder público e/ou pela iniciativa privada, esses também necessariamente referidos à lei maior da cidade. Entretanto, seus efeitos só se mostram válidos em sítios

históricos situados em cidades detentoras de um intenso mercado imobiliário, não se resolvendo assim os problemas da sustentabilidade da preservação de conjuntos implantados em cidades modestas. Mesmo assim, o dispositivo só poderá ser utilizado uma única vez, dificultando o seu emprego em oportunidades posteriores para novas recuperações de um mesmo imóvel.

- Operações Urbanas Consorciadas –

constituem um tipo especial de intervenção urbanística voltada para a transformação estrutural de um setor da cidade. As operações envolvem simultaneamente: o redesenho deste setor (tanto de seu espaço público como privado); a combinação de investimentos privados e públicos para sua execução; e a alteração, manejo e transação dos direitos de uso e edificabilidade do solo e obrigações de urbanização. Trata-se, portanto, de um instrumento de implementação de um projeto urbano (e não apenas da atividade de controle urbano) para uma determinada área da cidade, implantado por meio de parceria entre proprietários, poder público, investidores privados, moradores e usuários permanentes (ROLNIK, 2001, p.80).

A razão da criação desse instrumento prende-se à progressiva escassez de recursos financeiros estatais para a execução de obras de infra-estrutura e ao interesse de setores privados em explorar certas áreas das cidades com usos muitas vezes não previstos nos planos diretores⁴. Essa conjunção de objetivos será agora intensificada com a aprovação das Parcerias Público-Privadas pelo Congresso Nacional, projeto originalmente proposto pela Presidência da República;

- Direito de Preempção –

trata-se da preferência, por parte do poder público, para compra de imóveis de seu interesse, no momento de sua venda. O poder público definirá a área sobre a qual incide este direito, desde que seja para projetos de regularização fundiária, programas habitacionais de interesse social, reserva fundiária, implantação de equipamentos comunitários, espaços públicos e de lazer e áreas de preservação ambiental (ROLNIK, 2001, p.96).

⁴ Nas cidades históricas, planos de recuperação ambiental associados à exploração do turismo e do lazer certamente constituirão a opção preferencial dos parceiros públicos e privados.

Com isso, nos sítios históricos, as prefeituras municipais podem planejar melhor suas ações em termos de equipamentos e infra-estrutura, tendo, para tanto, que elaborar com antecedência um plano de preferência, inclusive com a combinação de outros instrumentos já citados, para facilitar a negociação entre as partes;

Associados a esses, o emprego de redução ou isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU para fins de recuperação de imóveis de valor cultural e a desapropriação para fins de reforma urbana conformam o Estatuto da Cidade com um potente instrumento legal, tributário e urbanístico para operar radicais transformações qualitativas nas cidades brasileiras, uma vez manejado por uma direção política séria e comprometida com o interesse público.

Por fim, através da Portaria nº 299/04, assinada pelo Presidente do IPHAN, Dr. Antônio Augusto Arrantes, foi criada a figura do Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano – PPSHU. O reflexo da preocupação com o estado de conservação e caracterização dos conjuntos antigos brasileiros; a omissão freqüente dos estados e municípios com a matéria; os novos problemas que surgem nessas áreas, motivados por novos usos e necessidades das comunidades; e a indisponibilidade de mecanismos e/ou instrumentos por parte do órgão federal de preservação para o enfrentamento de questões do tipo, resultante da inexistência, no IPHAN, de uma estrutura operativa voltada ao urbano, o PPSHU, que será detalhado mais adiante, representa um esforço do IPHAN no sentido de dirigir, ele mesmo, as ações de preservação urbana no país, focalizadas não em obras pontuais e espalhadas mas em planos conformados por medidas de curto, médio e longo prazos nas áreas de identificação e documentação, proteção e promoção, discutidos e construídos por um grande

número de agentes. Por outro lado, como se verá com base no que aqui foi exposto e discutido, o PPSHU pretende se constituir em uma súpula da evolução teórica e conceitual do patrimônio cultural edificado e dos procedimentos associados à sua preservação presentes nos documentos patrimoniais estudados, bem como de algumas experiências práticas nacionais e internacionais realizadas, exitosas ou não. Apresentar, pois, o processo histórico da evolução do pensamento preservacionista no Brasil e no mundo constitui ação fundamental para a compreensão não só do PPSHU como também da experiência cearense na preservação de sítios históricos e do que será necessário realizar para garantir a boa condução desse processo.

Passados quase setenta anos desde a sua criação, o Decreto nº 25/37 permanece incólume como o referencial jurídico máximo da preservação edilícia no Brasil. Instrumento que denota "a supremacia do interesse da coletividade sobre o interesse individual" (ARNAUT, 1992, p.34), acompanhou praticamente todo o processo evolutivo da conceituação do patrimônio cultural e das formas de preservação, da visão da cidade histórica como *monumento* intocável à sua posterior condição de *documento* rico de informações, da predominância do pensamento estritamente arquitetônico à vertente urbanística e ambiental, da contribuição exclusiva dos intelectuais à progressiva aglutinação das comunidades às tarefas preservacionistas. No dizer de HALÉVY (1998, p.05),

o interessante é reparar que o mesmo Decreto-Lei de 1937 acompanhou sem dificuldade essa evolução. Essa lei é uma das mais bem consolidadas da legislação brasileira, com uma jurisprudência de sessenta anos. Esse patrimônio jurídico do IPHAN deve ser protegido a qualquer custo. Uma nova lei levaria muitos anos antes de consolidar uma jurisprudência [...] Nos primeiros anos, esse decreto-lei apoiava-se sobre um admirável trabalho de pesquisas e de restaurações que deram ao patrimônio um conteúdo cultural de uma imensa riqueza. Foi essa explicitação do que significa, os bens tombados, foram essas

restaurações exemplares que deram uma legitimidade ao decreto-lei.

Entretanto, para se adequar à complexidade das questões hoje inerentes à preservação urbana, o Decreto nº 25/37 terá que ser acrescido de normas relativas à gestão, ao controle e ao planejamento dos sítios históricos, sob o risco de transformar-se em peça jurídica anacrônica e ultrapassada, bem como associar-se às demais legislações urbanísticas vigentes no país para que, restaurado e analisado, possa fazer frente de forma condizente às novas solicitações e demandas. Como diz acertadamente HALÉVY (1998, p.05), "o decreto-lei pode ser complementado, ele não pode ser revogado ou modificado".

Do estudo sobre essa evolução, impossível não produzir uma reflexão sobre a relação do patrimônio com o tempo, a cultura, a sociedade e as mentalidades, constituindo-se a sua proteção hoje como uma função ao mesmo tempo social, cultural e econômica. Entretanto, se

o patrimônio é ligado ao tempo, aos movimentos lentos da evolução das cidades, à *longue durée* dos historiadores, o patrimônio não é apenas a saudade do que já foi. É a idéia que nada se faz sem o tempo. Num momento em que as mudanças são tão rápidas, o patrimônio aparece como o que resistiu ao tempo (HALÉVY, 1998, p.06).

CAPÍTULO 02

2. Plano de Preservação de Sítios Históricos Urbanos – PPSHU: Um Instrumento para a Gestão Compartilhada do Patrimônio Cultural Urbano

2.1. Análise da Portaria da Presidência do IPHAN nº 299, de 06.07.04, e do Termo de Referência do Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano – PPSHU

Pode-se afirmar que o PPSHU, à luz do exame dos documentos supracitados, dos entendimentos nacionais e internacionais produzidos sobre o assunto desde o século passado e de textos recentemente publicados no âmbito nacional, representa um esforço do órgão federal de preservação brasileiro no sentido da modernização dos seus métodos e da sua política de preservação e gestão dos sítios históricos tombados em sua esfera de atuação, na perspectiva da construção e da consolidação de uma cultura urbanística do patrimônio edificado.

De fato, com mais intensidade desde 1998, vem o IPHAN, através do seu Departamento de Proteção e de suas Superintendências Regionais, promovendo debates sobre a urgência do estabelecimento de novas formas de planejamento, controle e gestão voltadas para a resolução dos problemas das chamadas *ciudades históricas* brasileiras, protegidas no todo ou em parte pelo Decreto nº 25/37, com o fito de produzir "ações articuladas, eficazes, participativas e socialmente responsáveis" (BRITO, 2004, p.27). Prova disso é o resultado de importantes eventos realizados nos últimos anos pela autarquia federal, tais como

o I Fórum de Cidades Tombadas do Centro-Oeste (Brasília, 1999), o Programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos – Programa URBIS (1999 – 2002) e o 1º Encontro Nacional de Cidades Históricas (Goiás Velho, 2003), nos quais a tônica das discussões e das contribuições foi sempre a proposta de construção de um processo de gestão compartilhada do patrimônio cultural urbano.

O PPSHU é entendido então por seus formuladores como “um instrumento de detalhe” (BRITO, 2004, p.27), voltado à regulamentação da preservação cultural (*latu sensu*, como se verá) dos sítios históricos tombados no âmbito federal e à operacionalização e gestão das políticas de proteção dessas áreas urbanas, procurando promover ações de curto prazo (corretivas), ligadas à relação passado/ presente, e de longo alcance (preventivas), com vistas ao futuro. Necessariamente associado ao conjunto de instrumentos jurídicos, administrativos e tributários utilizados para o desenvolvimento urbano municipal, como por exemplo, o Plano Diretor e os dispositivos constantes do Estatuto da Cidade, o PPSHU é considerado como “um instrumento setorial complementar fundamental para a gestão compartilhada de áreas urbanas consideradas patrimônio cultural” (BRITO, 2004, p.27), pelo fato da existência de competência concorrente (Artigo 23, Capítulo II - Da União, Título III – da Organização dos Estados, da Constituição da República Federativa do Brasil/ 1988) entre as esferas governamentais no quadro federativo do país. Essa condição, qual seja, a da concertação dos esforços federais, estaduais e municipais, bem como os dos agentes privados e das comunidades, pressupõe uma abordagem adequada do problema da preservação de áreas urbanas tombadas, para além do alcance dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano, estes circunscritos à responsabilidade municipal. Portanto, a meta do PPSHU é fazer com que seja

atingido "um equilíbrio favorável à sociedade entre o valor econômico e o valor cultural dos sítios urbanos tombados [...], desmistificando e rompendo com a falsa idéia de que o patrimônio é um problema para o desenvolvimento [...]" (BRITO, 2004, p.27), estabilidade essa obtida através da aliança estabelecida pela preservação com o planejamento e a gestão urbanos. Assim, pretende-se que a preservação urbana assuma um novo papel: "uma forma de desenvolvimento urbano, e não mais uma ação de exceção e de excepcionalidade, como tradicionalmente se manifestam nas cidades brasileiras" (BRITO, 2004, p.27).

Entretanto, segundo o mesmo autor, a implementação do PPSHU é prevista especialmente para quadros urbanos específicos, cujos contextos e condicionantes manifestam:

- escassez de recursos humanos e financeiros para investimentos nessas áreas;
- austeridade financeira no gasto público;
- dispersão de iniciativas pontuais;
- desnivelamento, por parte das instâncias responsáveis, de conhecimentos sobre esses setores;
- configuração de processos não-sustentáveis, tomados no escopo de um processo de desenvolvimento que não contribui para a construção de uma preservação urbana ecologicamente equilibrada, culturalmente diversificada, socialmente responsável e justa e economicamente viável, princípios esses que são os da *sustentabilidade ampliada*; ou seja, aspectos esses característicos das cidades de pequeno e médio portes possuidoras de sítios históricos tombados pelo IPHAN, existentes em todo o país.

Pretende-se então, com o PPSHU, dar plenas condições ao desenvolvimento de ações consensuais, integrais e pactuadas entre os diversos setores das comunidades, decorrentes de um processo participativo amplamente constituído, o qual

deverá conferir legitimidade, publicidade, transparência, compreensão e explicitação dos princípios, critérios e normas de preservação que passarão a orientar e balizar as ações públicas e privadas nos sítios históricos urbanos protegidos (BRITO, 2004, p.27).

Sintonizado com a nova função social, econômica e ambiental atribuída ao patrimônio cultural urbano, o PPSHU terá também como objetivos a adequada apropriação deste pela coletividade para que seja garantido o cumprimento de sua função social e a sua permanência para usufruto das atuais gerações e das que lhes seguirão, bem como "criar novos padrões de abordagem da preservação de sítios históricos urbanos, apoiados no planejamento e gestão urbanos" (BRITO, 2004, p.27).

Com efeito, todos esses propósitos expressam a pesquisa, o entendimento e a adoção de diversos conceitos preservacionistas ligados não somente ao patrimônio edificado e material, como também às manifestações do patrimônio imaterial (celebrações, formas de expressão, lugares, saberes e fazeres) e até às do patrimônio natural, constantemente discutidos e aprofundados em fóruns nacionais e internacionais desde a Carta de Atenas (1931), como se tentou mostrar no primeiro capítulo desta dissertação. O Documento da Sociedade das Nações, já naquela época, consagrava a superioridade do direito da coletividade em relação à propriedade privada, demarcando o papel do Estado e as atribuições legais dos demais agentes em presença nos sítios históricos. Se a Carta de Atenas produzida pelos membros do

Congresso Internacional de Arquitetura Moderna - CIAM em 1933 expressa de forma veemente que "a arquitetura preside aos destinos da cidade", [sendo] "a chave de tudo" (apud CURY, 2000, p.63), a Recomendação Relativa à Salvaguarda da Beleza e do Caráter das Paisagens e Sítios (UNESCO, 1962), por sua vez, traz pioneiramente os cuidados que devem ser tomados para que essa ação se dê, prevendo em suas medidas o "controle geral por parte das autoridades competentes e a inserção das restrições nos planos de urbanização e no planejamento em todos os níveis: regional, rural ou urbano" (apud CURY, 2000, p.85), na verdade, os rudimentos da proposta de associação da preservação edilícia ao planejamento urbano. As Normas de Quito (1967), produzidas tendo em conta os problemas da proteção do patrimônio cultural em países subdesenvolvidos e, por isso mesmo, colocadas em sutil contraponto às determinações da Carta de Veneza (1964), versam sobre a consideração do valor econômico dos bens culturais e da suscetibilidade destes em constituírem-se em *instrumentos de progresso*, com destaque para o cumprimento de sua função social. "Nesse sentido, [assevera], todo planejamento físico-territorial deverá realizar-se de forma que permita integrar ao conjunto urbanístico os centros ou complexos históricos de interesse ambiental" (apud CURY, 2000, p.108), definindo-se ainda as características e os limites das diversas zonas de proteção cultural e natural. Os Compromissos de Brasília (1970) e de Salvador (1971) trazem respectivamente o reconhecimento da "inadiável necessidade de ação supletiva dos estados e municípios à ação federal e a recomendação de que os planos diretores e urbanos [...] contem com a orientação do IPHAN" (apud CURY, 2000, p.138) na sua confecção. O clamor pela constituição de uma abordagem urbanística do patrimônio e da conservação integrada se inicia com a Declaração

de Amsterdã (1975), quando esse documento defende que “o planejamento das áreas urbanas e o planejamento físico-territorial [devam] acolher as exigências da conservação do patrimônio arquitetônico e não considerá-las de uma maneira parcial ou como um elemento secundário [...]” (apud CURY, 2000, p.202), bem como que o “apoio da opinião pública [aos esforços da preservação] é essencial” (apud CURY, 2000, p.203), reforçando ainda a dimensão do valor de utilização dos conjuntos urbanos. Enquanto a Carta de Nairobi (1976) especifica o que seja conjunto histórico ou tradicional, ambiência e salvaguarda, corrigindo imprecisões de conceito e análise, a Carta de Machu Picchu (1977) diz ser

imprescindível que, na tarefa de conservação, restauração e reciclagem das zonas monumentais e dos monumentos históricos e arquitetônicos, [seja considerada] a sua integração ao processo vivo do desenvolvimento urbano como único meio que possibilite o financiamento da operação (apud CURY, 2000, p.241).

A valorização da figura do sítio histórico urbano – SHU, pelo IPHAN, como “espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações” (apud CURY, 2000, p.285), para além daquelas constantes do acervo edificado, surge em 1987 na Carta de Petrópolis, a qual também afirma que

a preservação do SHU deve ser pressuposto do planejamento urbano, entendido como processo contínuo ou permanente, alicerçado no conhecimento dos mecanismos formuladores e atuantes na estruturação do espaço, [assim como que] o objetivo último da preservação é a manutenção e a potencialização de quadros e referenciais necessários para a expressão e consolidação da cidadania (apud CURY, 2000, p.286),

lançando as bases de uma abordagem política da preservação no Brasil.

Como se tentou demonstrar, os conceitos que fundamentam o PPSHU foram todos tecidos no tempo como contribuições das diversas cartas patrimoniais ao aprofundamento do entendimento acerca da preservação do

patrimônio cultural no Brasil e no mundo, ação esta compreendida como construção rica e diversa, afirmadora da pluralidade de orientações das comunidades. No dizer de CURY (2000, p.10),

nas primeiras cartas, fica clara a preocupação em definir a própria noção de monumento e de seu entorno; mais tarde, observa-se que a proteção é estendida aos conjuntos arquitetônicos; numa etapa ainda posterior, dá-se ênfase aos aspectos ligados ao urbanismo, ao uso, à integração com outras áreas e à inserção da preservação em todos os planos do desenvolvimento [...] Hoje, a ação preservacionista mostra a preocupação com os contextos culturais em que os bens preservados se inserem, recriando significados.

Portanto, se é assim, de maneira gradativa e agregado¹a que se vem construindo o (re)conhecimento dos objetos culturais e dos procedimentos operativos relativos à preservação do patrimônio cultural, da mesma forma se produziu o PPSHU, procurando-se ainda preencher considerável lacuna na esfera pública nacional quanto a novos padrões de manejo de sítios históricos urbanos, parcelas ou totalidades de antigas e novas cidades, todas mais ou menos comprometidas “pela entronização de um processo anárquico de modernização [e por] atos irresponsáveis de vandalismo urbanístico” (Normas de Quito apud CURY, 2000, p.109). Assim, o verbo *preservar* adquire outra conotação, tornada possível pela nova significação do seu objeto, pela abordagem política que dele se faz e por sua associação ao processo de desenvolvimento urbano e sócioeconômico:

preservar passa a depender cada vez mais da sociedade, agente social da preservação, que se soma aos órgãos de patrimônio, agentes públicos dessa preservação [...] A dimensão da gestão ganha, desta forma, importância crucial, pois não basta proteger, mas gerir a proteção do que foi tutelado. Não basta conservar, para gerenciar o processo de permanente manutenção daqueles bens culturais protegidos, introduzindo práticas preventivas, a fim de evitar as intervenções excepcionais. Preservar, nessa perspectiva, deixa de ser entendido como uma ação de exceção, para permear as ações humanas que lhe são associadas (BRITO, 2004, p.24).

Antes de entrarmos na discussão do escopo do PPSHU, faz-se necessário informar que o mesmo é uma ação proposta diretamente pelo IPHAN para o enfrentamento dos problemas urbanos verificados nos sítios históricos sob sua guarda e dá forma pioneira na história do órgão federal de patrimônio, resultante de uma nova perspectiva desses locais, agora tidos como *urbs*, lugar vivo, cidades objeto de "um esforço histórico para reintegrá-las à dinâmica do desenvolvimento urbano e regional, compatível e adequado às suas reais necessidades socioeconômicas e condições físico-espaciais" (BRITO, 2004, p.22). Nessa nova abordagem, a cidade antiga é considerada como um ambiente vivo e socialmente construído, possuindo o seu solo urbano tanto valor de uso, por proporcionar a satisfação de necessidades básicas à sociedade, quanto valor de troca, já que também se constitui em mercadoria produzida e voltada ao consumo. A variação da capacidade e das condições desses dois valores se dá em função de aspectos físicos (localização dos assentamentos no território e as características materiais que o configuram), econômicos (centralidade, multifuncionalidade, circulação e acessibilidade) e culturais, estes ligados aos significados e símbolos que emprestam identificação aos objetos e aos lugares. Portanto,

o solo urbano, como suporte material das cidades, ao ter como predicado a potencialidade de criar espaço e de adquirir significados distintos segundo a atuação dos agentes que nele intervêm, está sujeito, conforme a definição de seu valor atribuído, à condição de manutenção, transformação ou substituição de suas estruturas, não somente físicas, senão também as sociais que nele se encontram (BRITO, 2004, p.23).

Para melhor compreensão do instrumento proposto, procedeu-se à análise dos documentos denominados Termo de Referência do Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano – TR/ PPSHU e Portaria da Presidência do

IPHAN nº 299, de 06.07.04, elaborados pelo Departamento de Patrimônio Material do IPHAN. Em síntese, a apresentação do PPSHU se faz de forma circunstanciada, a saber:

1. Objeto

- O PPSHU é um instrumento de natureza urbanística com caráter normativo, estratégico e operacional, destinado ao desenvolvimento de ações de preservação em sítios urbanos tombados no âmbito federal;
- Como tem por finalidade a gestão compartilhada do patrimônio urbano, é imprescindível para o seu êxito o processo participativo;
- Busca o equilíbrio entre os valores cultural e econômico do SHU, bem como a adequação entre a dinâmica urbana e a estrutura físico-espacial do conjunto tombado;
- Deve dispor de flexibilidade para atender a diversidade do universo de SHUs;
- Os Termos Gerais de Referência dos Planos de Preservação são os instrumentos para o seu adequado desenvolvimento.

2. Justificativas

- Criar disciplina urbanística compatível com o regime de proteção dos sítios históricos;
- Tomar consabidas as normas de intervenção que irão orientar as futuras intervenções;
- Gerar novos padrões preservacionistas apoiados no planejamento e gestão urbanos e nos conceitos e princípios da sustentabilidade ampliada, os

quais dizem respeito a aspectos econômicos, sócioambientais, culturais, políticos e institucionais;

- Intensificar o relacionamento entre as instâncias responsáveis pela preservação dos sítios históricos;
- Lidar com o novo papel social, econômico e ambiental atribuído ao patrimônio cultural urbano visando à garantir sua apropriação pela coletividade, bem como o cumprimento de sua função social.

3. Objetivos

- Preservar o patrimônio cultural da cidade para a sua população e a coletividade através da consolidação de uma cultura urbanística do patrimônio pautada no planejamento, na gestão e na reabilitação urbana como base para processos de preservação sustentável do patrimônio cultural;
- Estabelecer diretrizes para as ações de preservação com base em aspectos normativos, estratégicos e operacionais;
- Orientar processos de reabilitação urbana de áreas deterioradas, degradadas e disfuncionais com a sua revitalização econômica, social e cultural e melhoria da gerência dos órgãos afeitos à questão;
- Promover a concertação das ações dos diversos agentes públicos;
- Integrar ações para que se garanta um processo de preservação urbana sustentável;
- Aliar o PPSHU aos instrumentos constantes do Estatuto da Cidade, para que sejam focalizadas e territorializadas políticas setoriais nos SHUs e mitigados os cenários de descaracterização, disfunção ou de baixa dinâmica;

- Promover o compartilhamento de responsabilidades entre os diversos agentes públicos envolvidos com a preservação do SHU.

4. Escopo

- Consideração das diversas realidades dos SHUs com o desenvolvimento e implementação do plano em etapas.

4.1. A dimensão normativa do PPSHU corresponde ao Regulamento de Ordenação Urbanística e de Preservação do Sítio Histórico Urbano, incluindo:

- Levantamento das informações do SHU;
- Diagnóstico da área;
- Produção dos regulamentos de uso e ocupação;
- Produção das normas e critérios de intervenção no SHU;
- Elaboração do plano de massas.

4.2. A dimensão estratégico-operacional corresponde ao Programa de Atuação para os SHUs, composto das propostas de intervenções previstas para os setores urbanos enfocados⁵, contendo:

- Atribuições das instâncias envolvidas;
- Viabilidade sócio-econômica das propostas;
- Desenvolvimento e execução das ações.

4.3. A dimensão avaliadora corresponde ao Sistema de Avaliação do Plano de Preservação, instrumento necessário ao acompanhamento e à avaliação das normas e ações decorrentes no âmbito do PPSHU, incluindo:

⁵ Esse item constitui o eixo central para o desenvolvimento do quarto capítulo desta dissertação, onde serão descritas as diretrizes e os projetos estruturantes previstos para os sítios históricos cearenses.

- Sistema de monitoramento e avaliação (Indicadores Urbanos em Sítios Históricos);

- Relatórios trimestrais de progresso;
- Avaliação contínua do PPSHU;
- Informe de avaliação do Programa de Atuação para os Sítios, de periodicidade anual.

5. Aspectos Metodológicos

5.1. Princípios norteadores do PPSHU

- Reconhecimento do valor patrimonial do sítio em sua expressão cabal (patrimônio material e imaterial) e objetiva, considerando a preservação como fenômeno/ processo inerente ao desenvolvimento urbano;

- Abordagem urbanística da preservação do SHU;
- Consideração da estrutura física e humana do SHU, tendo em conta a dimensão da cultura como uma das lógicas do desenvolvimento;

- Incorporação e envolvimento das esferas político-administrativas atuantes na área para a constituição de um processo de gestão urbana compartilhada;

- Importância fundamental da participação popular para o êxito do processo de planejamento.

5.2. Metodologia proposta

- Realização de estudos e levantamentos sobre o SHU, os quais deverão incluir:

- características materiais e imateriais do patrimônio cultural;
- ameaças que comprometem o SHU;

- características demográficas;
 - uso e ocupação do solo e tendências de desenvolvimento;
 - nível da oferta de infra-estrutura e de serviços urbanos;
 - situação ambiental da área enfocada;
 - situação fundiária do sítio em exame.
- Elaboração do diagnóstico do SHU;
 - Definição das diretrizes para o Regulamento de Ordenação Urbanística e de Preservação do SHU e o Programa de Atuação;
 - Definição das categorias operacionais, conceitos e procedimentos de trabalho, incluindo:
 - definição e delimitação prévia da Área Urbana de Interesse Patrimonial (referência básica: áreas de preservação rigorosa e envoltória a esta), que poderá corresponder a:
 - cidade histórica: sítio urbano que compreende a área-sede do município;
 - centro histórico: sítio urbano localizado em área central da área-sede do município, configurando-se em centro tradicional;
 - conjunto histórico: sítio urbano que se configura em fragmento do tecido urbano da área-sede do município ou de qualquer um dos seus distritos ou, ainda, sítio urbano que contenha monumentos tombados isoladamente, não somente no âmbito federal⁶.

⁶ As caracterizações apresentadas dizem respeito ao novo entendimento do IPHAN quanto aos aglomerados humanos de interesse cultural, desenvolvido por ocasião dos debates relacionados ao Programa Monumental/ BID e aos eventos citados no início deste capítulo.

- Caracterização, no âmbito da Área Urbana de Interesse Patrimonial, de áreas básicas contíguas que serão as bases territoriais de levantamento, categorias de análise e unidades urbanas de planejamento, a saber:

- área protegida: área tombada no âmbito federal e demais áreas protegidas em outros níveis;

- área de entorno (envoltória): área situada na vizinhança imediata da área protegida, onde o modo de urbanização e a escala das construções estejam interferindo ou possam interferir na percepção visual do sítio urbano protegido;

- área(s) de influência(s): área(s) onde o uso do solo está diretamente articulado ao da área a ser preservada.

- Consideração dos seguintes parâmetros para identificação de problemas existentes para instrumentação do Programa de Atuação do Plano de Preservação:

- pontos fortes e fracos: aspectos do SHU que poderão ser considerados favoráveis ou desfavoráveis à consecução dos objetivos e metas desejados;

- oportunidades e ameaças: aspectos externos que influenciam ou têm reflexo no local, os quais lançarão as bases para a classificação da área como local ideal/ atrativo (mais oportunidades que ameaças), especulativo (muitas oportunidades e ameaças apresentadas simultaneamente) ou problemático (menos oportunidades que ameaças).

- Constituição da Comissão Gestora Local – CGL, que será o mecanismo de gestão, acompanhamento, participação e avaliação do PPSHU, composta por representantes da Prefeitura Municipal, do IPHAN, do Governo Estadual, de instituições afins e da sociedade civil.

6. Aspectos Operacionais

6.1. Premissas para desenvolvimento do PPSHU

- Adesão local à construção de uma gestão compartilhada do SHU;
- Definição da Área Urbana de Interesse Patrimonial;
- Constituição da Comissão Gestora Local;
- Elaboração do TR/ PPSHU, à luz do convênio estabelecido entre as partes;
- Vinculação do PPSHU ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Municipal e ao Código Municipal de Edificações;
- Obtenção do apoio da comunidade, dos agentes econômicos e do poder público local para o desenvolvimento das ações.

6.2. Levantamento de informações

- Instrumentos de conhecimento e pesquisa (métodos oficiais de identificação e documentação patrimonial desenvolvidos pelo IPHAN):
 - Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados – INBI/SU, composto de pesquisa histórica relativa à formação e evolução do SHU; de levantamentos físico-arquitetônicos das edificações componentes do SHU; e de entrevistas com os moradores e usuários do SHU;
 - Inventário de Configuração de Espaços Urbanos – INCEU, para avaliação da identidade configurativa dos sítios históricos urbanos e seus entornos, em que serão registrados e analisados, dentre outros aspectos, o relevo do solo, as águas de superfície, a arborização, a malha urbana e o parcelamento em quadras e lotes, os elementos de sinalização, os veículos de propaganda, o mobiliário urbano, os elementos de engenharia urbana e os elementos de determinação morfológica da cidade. O objetivo do inventário é a investigação dos

campos e efeitos visuais produzidos pelo conjunto, em percursos relevantes no interior e no exterior da área a preservar;

- Inventário de Bens Arquitetônicos – IBA, para o registro rigoroso e sistemático das edificações tombadas individualmente (pelo IPHAN e/ou pelas demais instâncias públicas), geralmente de caráter monumental;

- Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, para a identificação e documentação das expressões do patrimônio imaterial (celebrações, formas de expressão, lugares e saberes e fazeres) existentes na área enfocada;

- informações adicionais sobre o SHU, tais como aerofotogrametrias, cartografias, cadastros de imóveis, etc.

- Procedimentos de pesquisa

- executar o levantamento da situação fundiária dos imóveis (Cadastro Técnico Municipal);

- identificar relações porventura existentes entre a Área de Planejamento e o restante da cidade;

- produzir informações sobre o acervo edificado e demais aspectos do patrimônio cultural da Área de Interesse Patrimonial;

- produzir informações sobre a dinâmica urbana com as finalidades de rever ou propor instrumentos de gestão e ordenamento urbanos; intervir em processos de reestruturação do território; deflagrar processos de desenvolvimento urbano equilibrado; controlar ou solucionar fatores de deterioração ambiental/ social.

6.3. Diagnóstico da Área de Interesse Patrimonial

- Da análise do SHU

- características do tombamento (motivação, aspectos históricos e artísticos, necessidade ou não de revisão do instrumento, rerratificação de áreas de preservação etc.);

- características morfológicas e tipológicas, do espaço urbano/natural e do conjunto construído;

- aspectos construtivos;
- elementos vegetais existentes;
- sítios arqueológicos;
- manifestações culturais locais;
- aspectos visuais e perspectivas a serem preservadas.

- Da análise da sua dinâmica urbana

- formação e evolução urbana;
- análise de estudos, projetos e planos urbanísticos executados ou

não;

- análise da infra-estrutura, uso e ocupação do solo urbano;
- análise das características das construções;
- estudo dos espaços vazios;
- análise do perfil sócio-econômico da população;
- análise ambiental;
- análise dos instrumentos de gestão urbana vigentes;
- análise dos fatores de deterioração do sítio histórico.

- Da análise das tendências de desenvolvimento urbano

- análise das tendências de desenvolvimento da cidade;
- reconhecimento dos recursos financeiros existentes;
- reconhecimento dos atores sociais existentes;

- reconhecimento das variáveis exógenas.
- Da classificação e valoração patrimonial do SHU
 - revisão das poligonais de proteção existentes, se for o caso;
 - delimitação de zonas de preservação;
 - identificação de setores específicos de preservação;
 - classificação de imóveis com definição de graus de valor patrimonial;
 - caracterização do perfil sócio-econômico dos setores delimitados;
 - caracterização do perfil das atividades neles incidentes.
- Caracterização das zonas de preservação
 - rigorosa, com maior restrição a transformações de seus aspectos morfológicos e tipológicos, conformada em áreas construídas homogêneas e dotadas de monumentos e mobiliário urbano de valor excepcional; áreas vazias de valor paisagístico e/ou ambiental; e áreas de interesse arqueológico;
 - ambiental (de entorno), com menor restrição às transformações físicas da área enfocada, pautada na manutenção de aspectos de ambiência e de conjunto e conformada em conjuntos de edificações heterogêneas e descaracterizadas; áreas verdes sem tratamento paisagístico; áreas vazias sem destinação definida; e áreas com vestígios arqueológicos;
 - outras zonas de preservação, específicas e contextualizadas à realidade de cada localidade, como, por exemplo, faixa litorânea, faixa de morros, etc.;
 - constituição de zonas de regulação de uso e ocupação do solo em áreas de entorno da Área de Interesse Patrimonial;
- Caracterização dos graus de intervenção dos imóveis
 - restauração;

- conservação;
- reabilitação.

6.4. Atividades básicas segundo cada dimensão do PPSHU

- Para atender à dimensão normativa do PPSHU

- realização de reunião preparatória no local com a participação de representantes do IPHAN, da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado;
- realização de seminário técnico na cidade, com a participação das instâncias anteriormente citadas e da população, esta representada por suas legítimas instituições. Na oportunidade, serão apresentadas as informações relativas ao PPSHU e discutidas as atribuições de cada parceiro e a composição da CGL;
- realização de cerimônia dos atos solenes de adesão local ao processo de construção da gestão compartilhada do SHU e de constituição da CGL;
- realização da 1ª. Reunião Técnica de Coordenação para apresentação do PPSHU como instrumento de gestão a ser elaborado pela CGL e do seu respectivo TR e discussão do funcionamento da CGL;
 - elaboração do TR/ PPSHU, mediante:
 - distribuição de tarefas entre os atores envolvidos;
 - definição da sistemática de produção de informações necessárias;
 - contratação, se necessário, de serviços de terceiros para atender demandas específicas de apoio ao desenvolvimento dos trabalhos ou realizar concurso público para a execução dos aspectos normativos do PPSHU, com acompanhamento por parte da CGL;

- validação de cada estágio do trabalho através de audiências públicas;
 - consolidação e conclusão dos trabalhos correspondentes, resultando no Regulamento de Ordenação Urbanística e de Preservação do Sítio Histórico;
 - encaminhamento e apresentação dos documentos resultantes para aprovação legal pelas instâncias competentes (leis municipais e estaduais e portaria federal do IPHAN).
- Para atender à dimensão estratégico-operacional do PPSHU:
 - realização de oficina de planejamento, definindo estratégias relativas a:
 - atores envolvidos, com distribuição de atribuições e tarefas;
 - origem dos recursos financeiros necessários;
 - tipo de ação a ser promovida, com a caracterização dos projetos de reabilitação urbana, conforme as suas naturezas;
 - desenvolvimento dos projetos executivos pelo IPHAN e demais órgãos competentes;
 - realização de oficina de promoção de investimentos privados para sensibilização, motivação e incorporação do setor privado no processo;
 - implementação do programa de atuação para o SHU, sob a coordenação da CGL, para a locação de investimentos na Área Urbana de Interesse Patrimonial;
 - Para atender à dimensão avaliadora do PPSHU:
 - definição de sistemática de avaliação do plano;

- implementação da sistemática delineadora para as dimensões normativa (realização de encontro para a produção de informe relativo à avaliação do Regulamento de Ordenação Urbanística) e estratégico-operacional (realização de encontro para a produção de informe relativo à avaliação do Programa de Atuação para o SHU) do plano.

7. Resultados e produtos do PPSHU

7.1. Resultados esperados

- Estabelecimento de regulamentos e normas que garantam a preservação dentro de uma perspectiva histórica e urbanística;
- Aprimoramento da gestão do SHU;
- Adequação dos usos às características arquitetônicas e urbanísticas do sítio, associada ao valor patrimonial deste;
- Compatibilização entre as tendências de transformação do uso do solo e a preservação arquitetônica e urbanística do SHU;
- Fomento a atividades sócio-econômicas e culturais dinamizadoras do SHU, com melhoria do uso social;
- Melhoria da qualidade ambiental do SHU;
- Fruição do valor patrimonial do SHU por seus usuários;
- Correção das carências urbanas e de infra-estrutura do SHU.

7.2. Produtos resultantes

- Na sua dimensão normativa, que corresponde ao Regulamento de Ordenação Urbanística e de Preservação do SHU:
 - zoneamento da área em zonas e setores de preservação;
 - zoneamento de uso e ocupação do solo;

- normas e critérios de intervenção;
- plano de massas;
- Na sua dimensão estratégico-operacional, que corresponde ao

Programa de Atuação para o SHU:

- estratégia de atuação;
- projetos executivos;
- estudos de impacto (vizinhança e ambiental), quando for o caso;
- Na sua dimensão avaliativa, que corresponde ao sistema de

avaliação do PPSHU:

- Indicadores Urbanos em Sítios Históricos;
- Relatórios de Progresso;
- Informe de Avaliação do Programa de Atuação;
- Informe de Avaliação do Regulamento de Orientação Urbanística e

de Preservação do SHU.

8. Custos Globais Correspondentes

- O TR/ PPSHU deve discriminar os custos correspondentes:
 - por elemento de despesa;
 - segundo cada atividade a ser desenvolvida no âmbito de cada etapa

do PPSHU;

- conforme o respectivo cronograma de execução;
- conforme os respectivos produtos a serem desenvolvidos para cada

dimensão/ etapa do PPSHU.

- O montante dos recursos financeiros deverá estar discriminado:
 - conforme a dimensão/ etapa a que corresponder o PPSHU;

- conforme os recursos financeiros a serem assumidos por cada participante.

• Em termos globais e com base nas dimensões do PPSHU, a proposta de programação orçamentária para a elaboração do PPSHU compreenderá os custos relativos às seguintes ações:

- para o Regulamento de Ordenação Urbanística e de Preservação do SHU:

➤ levantamento de informações sobre a área para conhecimento e análise (inventários e demais levantamentos);

➤ diagnóstico da área;

➤ realização de estudos específicos;

➤ produção dos regulamentos respectivos;

➤ produção de material de divulgação.

- para o Programa de Atuação para o SHU:

➤ realização de oficina de planejamento e audiências públicas de validação;

➤ realização de oficinas de promoção de investimentos privados e para apresentação da Lei de Incentivo à Cultura;

➤ elaboração do Programa de Atuação para o SHU;

➤ produção de material de divulgação.

- para o Sistema de Avaliação do PPSHU:

➤ estruturação de sistema de acompanhamento e avaliação;

➤ estudo de avaliação de impactos do Programa de Atuação/ PPSHU;

➤ produção de material de divulgação.

2.2. Crítica ao modelo apresentado

Como se viu através da apresentação do seu Termo Geral de Referência e da Portaria nº 299/04 (06.07.04), o Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano – PPSHU é um instrumento de natureza eminentemente urbanística e de caráter normativo, estratégico-operacional e avaliativo, cuja matriz não é outra senão o modelo europeu de abordagem da preservação do patrimônio urbano (notadamente a diretriz espanhola), em que a ação propositiva e reguladora parte invariavelmente do Estado, mais precisamente da instância sob cuja responsabilidade encontra-se a matéria, a qual buscará integrar outras iniciativas convergentes da esfera pública, considerando ainda a aprovação e o apoio dos grupos privados e da comunidade.

Suas principais características são: uma complexa, porém clara, organização em etapas interdependentes; a forte associação entre a preservação e o planejamento e a gestão urbanos, aquela vista agora como uma das funções primordiais a serem exercidas na cidade, nos pontos desta em que se mostra relevante, e em conjunto com as demais funções, de forma pragmática; o planejamento das ações tendo como alvo metas de curto, longo e médio prazos situadas nas linhas de atuação do órgão de preservação, a saber, identificação e documentação, proteção e promoção, embasadas em um amplo trabalho de reconhecimento dos sítios históricos (diagnósticos e inventários), contrariamente à prática histórica do órgão, qual seja, as intervenções em obras isoladas, revelando aí o seu atrelamento a uma visão urbanística do patrimônio; a valorização de procedimentos da esfera gerencial, abrangendo aspectos técnicos, políticos, administrativos, financeiros, econômicos, sociais e culturais, em vez da

tradicional atuação técnica voltada aos problemas da arquitetura, com custos, prazos e responsabilidades perfeitamente determinados; o plano como figura típica das estratégias de negócio urbano contemporâneo; a ação do Estado como formulador de linhas de desenvolvimento urbano e arregimentador de parcerias públicas e privadas para a execução de intervenções constantes de um programa com cronogramas e custos definidos; a importância central, para o sucesso da empreitada, da participação esclarecida e organizada da comunidade em todas as etapas do processo; o atrelamento necessário do instrumento a um sistema de financiamento público e privado da política de preservação edilícia; a ligação estreita com os outros instrumentos da política urbana municipal, tais como o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e o Código de Obras e Posturas Municipais, operando aqui como plano de pormenor ou de detalhamento, considerada ainda a contribuição do Estatuto da Cidade à matéria; e a consideração ampla do patrimônio cultural urbano como acervo rico e diversificado, abrangendo aspectos tanto do mundo material quanto do imaterial pertencentes aos vários grupos formadores da comunidade.

Na justificativa, além da contribuição teórica e conceitual das cartas patrimoniais, ficam claras as outras linhas de condução de pensamento que nortearam sua concepção técnica, administrativa e política: a competência comum entre os poderes, no que tange à preservação do patrimônio cultural, e o desempenho da função social da propriedade, conceitos constantes da Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988 (Artigo 23, Capítulo II – da União, Título III – da Organização dos Estados); os novos instrumentos de controle, gestão e planejamento previstos no Estatuto da Cidade, tais como, em especial, as operações urbanas consorciadas, o solo criado, o

direito de preempção e a transferência do direito de construir; bem como propostas recentemente transformadas em lei, tais como as Parcerias Público-Privadas, dispositivo lançado pelo atual governo federal para ser empregado nas mais diversas áreas em que atua e que, no caso específico, poderá significar atração de recursos financeiros privados para investimento em obras de infraestrutura e recuperação urbana. Portanto, pode-se afirmar, tendo em vista as atuais condições operativas do IPHAN, que o PPSHU é um vigoroso trabalho realizado pelo órgão federal responsável pela organização da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional no sentido de dar foco, atualizar e tornar mais eficaz sua política relativa à preservação edilícia urbana face à problemática e aos desafios surgidos nas cidades brasileiras nos últimos 40 anos, motivados, no mais das vezes, por um surto de crescimento urbano desigual, caótico e destruidor.

Por outro lado, entretanto, a constituição do PPSHU e o seu encadeamento de processos e etapas apresentam considerável complexidade; pressupõe a existência de parceiros (estados, municípios, agentes privados e comunidades) altamente organizados técnica, política, administrativa e financeiramente para o enfrentamento das tarefas da preservação do patrimônio urbano, o que, como se viu, só raramente acontece; sua realização em etapas o põe à mercê da falta de continuidade das gestões municipais, problema característico dos municípios brasileiros e gerador de desorganização e deseconomia administrativa. Há também que se levar em conta que o instrumento em estudo, por sua natureza e estrutura, não apresenta a flexibilidade necessária para atender à diversidade de aspectos, problemas, possibilidades e potenciais dos sítios históricos urbanos existentes no país, o que leva inevitavelmente aos

seguintes questionamentos: as etapas terão que ser cumpridas necessariamente ao longo da seqüência estabelecida ou, conforme a escala do SHU, poderá ser previsto um outro modelo de atuação mais adequado, para que seja garantida a flexibilidade e o atendimento desejados? Nessa linha, não se estará incorrendo em processos altamente burocráticos e excessivamente dispendiosos com a obrigatória contratação e execução de inventários, diagnósticos, relatórios e projetos, quando esses se revelam evidentes ou desnecessários? As diferenças de abordagem dos sítios históricos urbanos, pela variedade do seu universo ou mesmo pelas disparidades de configuração sócioespacial dos seus setores, não estariam colocando em cheque a essência da lei maior da preservação do patrimônio edificado, o Decreto nº 25/37? A pertinência dessa última questão prende-se ao fato de que, conquanto se trate inegavelmente de um avanço na forma de lidar com os sítios históricos urbanos, principalmente por reconhecer a diversidade destes e a de suas partes e por propor novas maneiras de enfrentamento dessas realidades, o PPSHU, em permanecendo inalterado o arcabouço legal preservacionista federal, terá como referência máxima uma legislação quase septuagenária, produzida em um momento em que nem sequer se imaginava os problemas urbanos hoje existentes e que não contempla ou prevê diferenças ou variantes no trato com bens tombados ou, no caso específico, com setores específicos de áreas urbanas tombadas. Numa palavra: a existência e a implementação nacional dos PPSHUs não implicariam necessariamente na alteração e/ou complementação anteriores do Decreto nº 25/37, para que o novo instrumento preservacionista criado dispusesse antes do adequado respaldo legal?

Contudo, um outro ponto parece ser igualmente problemático: a indefinição ou a inexistência de agentes para fomentarem financeiramente a execução do PPSHU. De fato, a complexidade da implementação e avaliação do plano, em termos de processos, etapas, requisitos, procedimentos, produtos e resultados, associada ao necessário fortalecimento técnico-institucional dos órgãos responsáveis, pressupõe a utilização de elevadas somas de recursos financeiros e humanos públicos, raramente disponíveis no IPHAN. Mesmo constituindo-se em uma ação concertada entre as esferas de poder público e setores privados, a marca federal do tombamento dos sítios históricos urbanos impõe determinadas responsabilidades a esse órgão no que tange à condução dos trabalhos da preservação, principalmente quando observadas pelo prisma das relações entre a União, os estados e os municípios no país, sempre caracterizadas pela falta de coordenação nas ações e ausência de cooperação mútua. Nesse particular, a formulação do PPSHU, nessas bases, representa um retrocesso quando comparada, por exemplo, à fundamentação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas – PCH em 1973. Criado para permitir a participação de outros setores dos governos federal e estaduais nas políticas de preservação, o PCH resultou na junção dos esforços dos Ministérios da Educação e Cultura, do Planejamento, do Interior e da Indústria e Comércio para o atendimento de nove estados do Norte/Nordeste, sendo posteriormente (1977) estendido ao Sudeste. Nas palavras de FONSECA (1997, p.161),

o PCH, como ficou conhecido, tinha como objetivo criar infraestrutura adequada ao desenvolvimento e suporte de atividades turísticas e ao uso de bens culturais como fonte de renda para regiões carentes do Nordeste, revitalizando monumentos em degradação. A criação do PCH veio suprir basicamente a falta de recursos financeiros e administrativos do IPHAN, continuando a cargo dessa instituição a referência conceitual e técnica.

Apesar de ter representado, em conjunto com o Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC e a Fundação Nacional Pró-Memória, o início da descentralização das ações preservacionistas federais e da busca de novos sentidos para a preservação, em detrimento do papel central do IPHAN, o PCH é, em certa medida e apesar das injunções políticas havidas e de alguns dos seus resultados, uma expressiva amostra de um plano de proteção edilícia amparado política, técnica, administrativa e financeiramente para atingir os fins almejados, na linha dos planos europeus contemporâneos de mesma natureza. Para corrigir a falha apontada, além do prestado pelos estados e municípios, há que o IPHAN e o Ministério da Cultura buscarem oficialmente o apoio de ministérios que possam compartilhar ações integradas na área do patrimônio urbano, com foco naquelas relacionadas ao desenvolvimento sócioeconômico e à implementação de infra-estrutura, bem como o dos bancos nacionais de desenvolvimento regional através dos seus programas de financiamento existentes ou a serem criados, sem esquecer da contrapartida dos agentes privados, mediante leis de incentivo à cultura e/ou de isenção fiscal, e de instituições internacionais de fomento financeiro.

Do ponto de vista do gerenciamento urbano, apesar de ser considerado como elemento complementar à legislação urbana municipal, o PPSHU comporta-se como um instrumento de gestão situado acima desta, pelo fato de relacionar-se especificamente com cada setor do sítio histórico, contrariamente ao caráter de generalidade dos demais instrumentos municipais. Pelo contágio de sua rigorosa natureza (gestão, controle e planejamento), uma vez implementado, poderá vir a influenciar a reformulação dos Planos Diretores e dos Códigos de Obras e Posturas Municipais, no momento em que estes passam por um obrigatório

Apesar de ter representado, em conjunto com o Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC e a Fundação Nacional Pró-Memória, o início da descentralização das ações preservacionistas federais e da busca de novos sentidos para a preservação, em detrimento do papel central do IPHAN, o PCH é, em certa medida e apesar das injunções políticas havidas e de alguns dos seus resultados, uma expressiva amostra de um plano de proteção edilícia amparado política, técnica, administrativa e financeiramente para atingir os fins almejados, na linha dos planos europeus contemporâneos de mesma natureza. Para corrigir a falha apontada, além do prestado pelos estados e municípios, há que o IPHAN e o Ministério da Cultura buscarem oficialmente o apoio de ministérios que possam compartilhar ações integradas na área do patrimônio urbano, com foco naquelas relacionadas ao desenvolvimento sócioeconômico e à implementação de infra-estrutura, bem como o dos bancos nacionais de desenvolvimento regional através dos seus programas de financiamento existentes ou a serem criados, sem esquecer da contrapartida dos agentes privados, mediante leis de incentivo à cultura e/ou de isenção fiscal, e de instituições internacionais de fomento financeiro.

Do ponto de vista do gerenciamento urbano, apesar de ser considerado como elemento complementar à legislação urbana municipal, o PPSHU comporta-se como um instrumento de gestão situado acima desta, pelo fato de relacionar-se especificamente com cada setor do sítio histórico, contrariamente ao caráter de generalidade dos demais instrumentos municipais. Pelo contágio de sua rigorosa natureza (gestão, controle e planejamento), uma vez implementado, poderá vir a influenciar a reformulação dos Planos Diretores e dos Códigos de Obras e Posturas Municipais, no momento em que estes passam por um obrigatório

processo de revisão à luz do Estatuto da Cidade. Nessa perspectiva, destacam-se a identificação de setores específicos de preservação e os projetos estruturantes a eles associados. Sem prejuízo da polêmica legal, a caracterização de áreas distintas no interior dos sítios históricos urbanos significa o reconhecimento da diversidade de conformação e manutenção física desses lugares, tomado com base nos processos de formação e evolução urbana. Nos últimos anos, com a ampliação da gama de valores a considerar na proteção de áreas urbanas, foram tombados sítios históricos compostos por partes extremamente diferenciadas em termos de conservação, descaracterização, destruição e prevalência de valores históricos, artísticos ou simbólicos, o que requer não só categorias de análise e documentação mais aprofundadas, como também formas de abordagem e intervenção diversificadas e adequadas a cada problema particular. Por seu turno, os projetos estruturantes, constantes do Programa de Atuação do PPSHU, constituem respostas estratégico-operacionais às questões levantadas pela identificação dos setores específicos de preservação, o que confere a cada plano a condição de se afirmar como intervenção única, rigorosa e detalhada. No caso em estudo, no último capítulo desta dissertação, os sítios históricos urbanos cearenses, conhecidos os seus problemas anteriores e posteriores ao tombamento bem como os seus potenciais e perspectivas, serão analisados à luz da estrutura do PPSHU, especialmente no que tange às intervenções físicas e programáticas por eles reclamadas, para que sejam configurados, em nível de diretrizes, os seus respectivos Programas de Atuação.

Deve ser também considerado para o êxito do plano, com base na experiência acumulada, o fortalecimento institucional das ações municipais, vez que é no município que as intervenções se darão, o que implica, portanto, na

qualificação e no reforço dos recursos técnicos, humanos e financeiros locais para que as prefeituras possam atuar decidida e eficazmente como parceiras no processo.

Por fim, restam dúvidas quanto à capacidade gerencial do IPHAN para administrar a implementação de um instrumento de natureza tão complexa. Extremamente fragilizado nos últimos trinta anos pela escassez de recursos humanos e financeiros próprios e pela indefinição de uma política nacional de preservação do patrimônio cultural, ressentem-se o órgão dos meios necessários para empreender diretamente os esforços de execução do PPSHU nas áreas urbanas tombadas sob sua guarda⁷. Como se isso não fosse bastante, não há consenso entre as suas áreas jurídica e técnica no que respeita à efetivação do PPSHU: como o órgão não dispõe de pessoal técnico em quantidade para o desenvolvimento das tarefas aqui apresentadas e discutidas, pretende-se contratar, mediante processos licitatórios, empresas para a realização dos trabalhos com o acompanhamento dos técnicos do IPHAN, o que é tido pelos juristas da autarquia como manobra francamente inconstitucional, pois se estaria licitando atribuições que lhe são legalmente inerentes, fato este que tem contribuído para o atraso e a implementação desordenada do PPSHU nas cidades selecionadas para desenvolvimento dos projetos-piloto do programa. O presente exemplo do desencontro de setores do órgão federal quanto à implementação do PPSHU leva também a se pensar se não seria uma condição fundamental e anterior para o desenvolvimento do plano, em nível nacional, o fortalecimento institucional do próprio IPHAN. Em relatório produzido em 1998 sobre esse assunto, o Prof. Jean Pierre Halévy, consultor da UNESCO para

⁷ Os PPSHUs serão inicialmente implementados nos sítios históricos das cidades de Laguna (SC), Mariana (MG), Paraty (RJ), Pirenópolis (GO) e Sobral (CE), com a realização dos respectivos INCEU, INBI-SU e IBA.

questões relativas ao patrimônio cultural, afirmou o que segue, tendo em vista uma atuação mais qualificada do órgão, do ponto de vista de uma estrutura operativa urbanística própria, junto ao Programa Monumenta/ BID: a prioridade de um projeto de fortalecimento do IPHAN é:

- organizar um grupo de trabalho sobre a problemática urbana, a evolução legislativa necessária, os modelos estrangeiros (França e Itália), a organização administrativa mais bem adaptada;
- adotar um programa de estudos urbanos que permita um melhor conhecimento dos sítios urbanos possíveis para o programa e forneça bases mais seguras para a elaboração de um sistema de gestão dos centros históricos;
- desenvolver à instituição o controle e o acompanhamento efetivo dos canteiros de restauração, bem como organizar canteiros-escolas;
- adotar uma estrutura temática, que deixa claros os elementos que compõem o patrimônio, cada um com a sua lógica e sua rede científica (HALEVY, 1988, p.32).

A problemática apresentada conduz inevitavelmente, então, a um dilema: deve-se iniciar um programa de preservação e reabilitação de sítios históricos urbanos em escala nacional por um órgão destituído dos meios técnicos, administrativos, jurídicos e financeiros necessários para tanto, ação essa baseada apenas em uma portaria e um termo de referência, ou realizá-lo somente após a conclusão de um plano de fortalecimento institucional para a autarquia, mesmo que, considerado o tempo consumido em operações do tipo, à custa do progressivo comprometimento ambiental dos conjuntos antigos, cujo estado de conservação tem sido freqüentemente alvo da vigilância e cobrança dos órgãos federais que têm por finalidade acompanhar as ações do IPHAN? Embora a segunda opção possa parecer mais prudente e sensata em termos operacionais pelo fato de se ter o respaldo necessário para o desenvolvimento das ações pretendidas, o estado de destruição, descaracterização e desvitalização de diversos sítios históricos brasileiros, a urgência de medidas

reparadoras em escalas variadas e as responsabilidades atribuídas à tutela federal pela guarda dessas áreas são algumas motivações que levam o IPHAN a adotar a primeira alternativa, baseado em sua rica experiência de quase setenta anos, a qual, diga-se de passagem, só se construiu pela persistência de uns poucos intelectuais em perseverar na criação de um órgão voltado à preservação do patrimônio cultural do país, num momento tão difícil e adverso quanto este.



Figura 01 - Mesorregiões geográficas com destaque para Fortaleza e municípios que sediam os sítios históricos tombados em nível federal
Fonte: Atlas escolar, Ceará: espaço geo-histórico e cultural

CAPÍTULO 03

3. O Tombamento Federal de Sítios Históricos: A Experiência Cearense

3.1. Análise do Estudo para Tombamento Federal do Conjunto Urbanístico da Cidade de Icó – ETF/Icó



Figura 02 – Capa do ETF/Icó 1996/ Fotografia Mauricio Albano

O município de Icó, com 1967 km² e implantado a 155 m do nível do mar, situa-se na mesorregião Centro-Sul e na microrregião de Iguatu. Tem como distritos Icó (sede), Lima Campos, Cruzeirinho, Icozinho, Pedrinhas e São Vicente. Foi criado em 17 de outubro de 1735 e finalmente instalado em 04 de maio de 1738. Banhado pelo Rio Salgado, Icó em tupi-guarani significa *água* ou *rio da roça*. O Censo IBGE/2000 calculou para o município uma população de 62.521 pessoas, com estimativa de 63.575 para 2004.

Elaborado em 1996 pela equipe técnica da 4^a.SR/IPHAN (Figura 02), o trabalho divide-se em 03 (três) volumes: o primeiro abrange a caracterização do município de Icó, a pesquisa histórica, a cartografia da evolução urbana, a análise arquitetônica do conjunto antigo, a justificativa do tombamento e a descrição e o mapa das poligonais de tombamento e entorno; o segundo compõe-se do

levantamento fotográfico das edificações e logradouros de interesse histórico e artístico; e o terceiro trata do inventário do sítio histórico de Icó e dos perfis da Rua Ilídio Sampaio (antiga Rua Grande).

No primeiro volume, o município de Icó é descrito em termos de área, limites, altitude, posição geográfica, distância com relação a Fortaleza, distritos, toponímia, população e produção. A posição do município é assinalada no mapa estadual, o qual traz ainda informações relativas aos primitivos núcleos de povoamento e às principais ribeiras cearenses.

A pesquisa relativa ao processo de formação e evolução urbana icoense inicia-se com a informação sobre a ocupação do território da capitania do Ceará, empreendida nos séculos XVII e XVIII. São apresentadas as bases econômicas do período (a do açúcar, a principal, e a do gado, subalterna), razão da posição central ocupada por Pernambuco à época, expandindo pelo litoral o seu poderio, em contraste com a penetração, pelo interior, das terras das capitanias da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará por levas de boiadeiros baianos e pernambucanos. Desenham-se os caminhos das boiadas, do *sertão de dentro* (a partir do Rio São Francisco, para o Piauí, Ceará e Maranhão) e o do *sertão de fora* (de Pernambuco até às margens do Rio Paraíba), todos convergindo para o Ceará (Figura 03). Reporta-se aos conflitos havidos na colonização entre o gentio e os portugueses, fazendo-se referência à "Casa Forte, pequenos fortins provisórios, verdadeiras sentinelas que garantiam e consolidavam a fixação do colono" (GIRÃO apud 4ª.SR/IPHAN, 1996), marca do período pernambucano de ocupação da capitania do Ceará. Esta, então, se estrutura a partir de suas principais ribeiras (Jaguaribe, Acaraú, Coreaú, Salgado, Pacoti) e estradas (Geral do Jaguaribe, das Boiadas, Nova das Boiadas e Crato-

Piancó) (Figura 04), com destaque para a Ribeira do Jaguaribe como a principal área de desenvolvimento da pecuária. Para comprovação deste fato, são analisadas cifras constantes do Mapa do Estado da Fazenda Real do Ceará entre 1725 e 1757.

Em seguida, a formação e a evolução da Vila de Icó são abordadas, desde a fundação desta em 1729 até os dias atuais. No início, são considerados como fatos fundamentais a construção do primeiro edifício da cidade, a Capela de N. Sra. da Expectação (Figura 05), pelo Capitão Francisco de Montes e o posicionamento estratégico da vila, situada no cruzamento da Estrada Geral do Jaguaribe e a Estrada das Boiadas ou dos Inhamuns. No mesmo nível, faz-se referência à primeira determinação de organização urbana da povoação, o conjunto de normas estabelecido pela Carta Régia de 20/10/1736, a qual "estabeleceu regras claras e rígidas quanto ao traçado urbano, à localização dos prédios públicos, à largura das ruas e dimensões dos lotes" (4ª.SR/IPHAN, 1996). Mesmo assim, constata-se que "diversas determinações relativas à construção de prédios públicos, como a Casa de Câmara e Cadeia, não foram executadas" (4ª. SR/IPHAN, 1996). Entretanto, a economia do gado, base para o sustento da vila, e o modelo de organização urbana e arquitetônica, de feição despojada e austera resultante do cruzamento das matrizes lusitanas com as possibilidades materiais locais, traduzido na singela arquitetura produzida no período, surgem no trabalho como os primeiros elementos valorativos do sítio histórico em análise, já evidenciando a essência valorativa histórico-artística de sua constituição.

Na passagem para o século XIX, destaca-se o segundo plano urbanístico elaborado para a cidade, contido na Resolução Provincial nº 533 (18/12/1850),



Figura 03 – Caminhos das boladas no Ceará
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Ico 1996

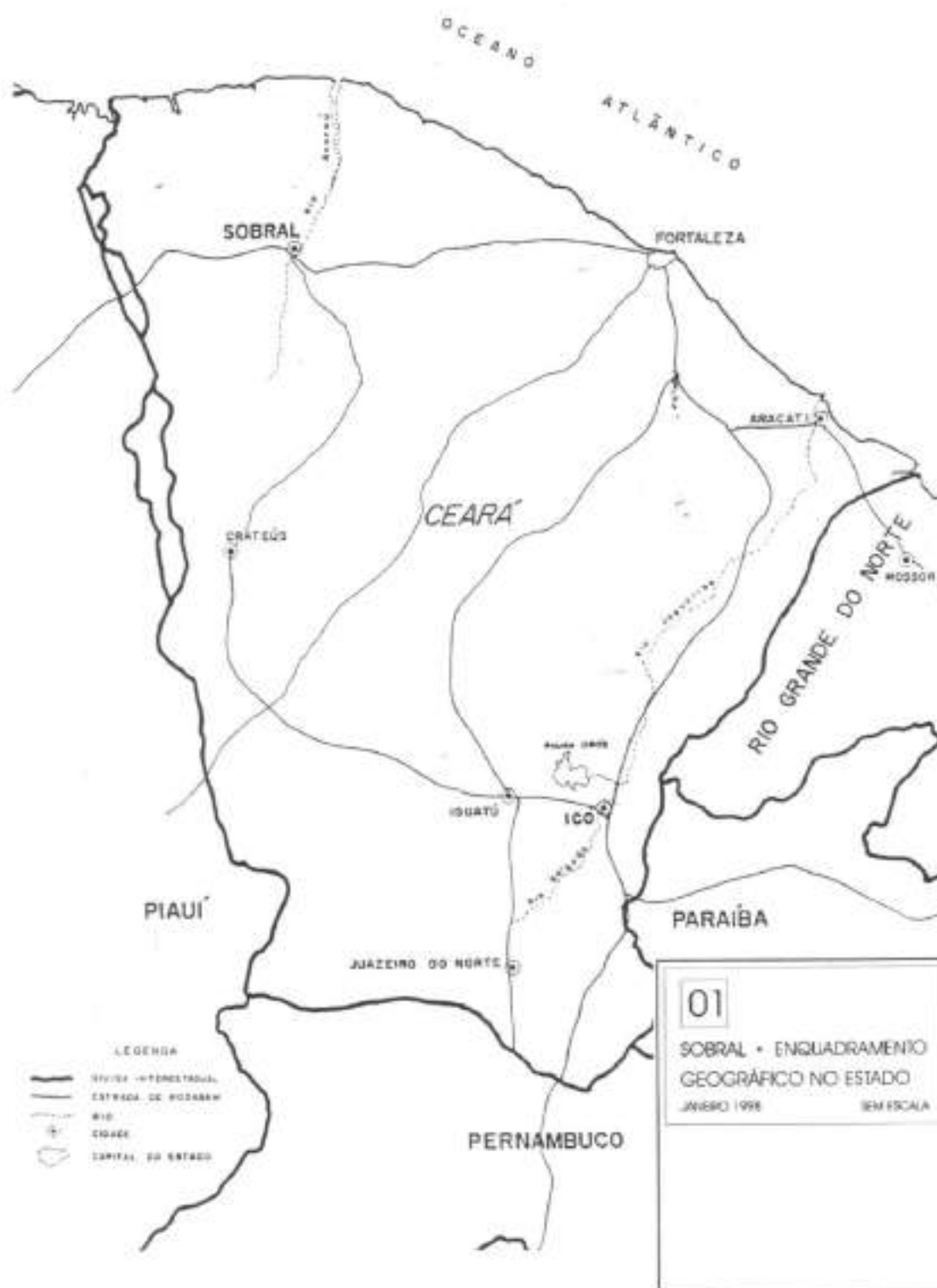


Figura 04 - Principais riberias cearenses
Fonte: Estudo para Tombamento Federal - ETF/Ico 1996



Figura 05 – Igreja Matriz de N. Sra. Da Expectação/ Fotografia Maurício Albano
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/ICó 1996



Figura 06 – Conjunto de sobrados à Rua Ilídio Sampaio/ Fotografia Maurício Albano
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/ICó 1996

definidor do novo perímetro urbano de Icó e implementador do que não havia sido observado na Ordem Régia de 1736, documento este que criou a vila. São citados artigos desta última legislação como base à compreensão da estruturação da cidade, bem como dos elementos que definem o seu desenho arquitetônico, os quais "permitem mapear na cidade as quadras que não correspondem aos padrões estabelecidos [na Resolução Provincial] e que, portanto, podem ser identificados como mais antigas" (4ª.SR/IPHAN, 1996). Aqui, de forma clara, começa a se desenhar uma linha de interpretação do sítio histórico visando à definição de um perímetro de preservação, o qual, contudo, carece ainda de maior predicação histórica e arquitetônica para legitimar-se. Esta surge no estudo com a descrição que fazem da cidade os integrantes da Comissão Científica de Exploração, enviada ao Ceará, com o patrocínio de D. Pedro II, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1859, de que é exemplo o seguinte trecho:

naqueles dias, a cidade de Icó era o maior empório comercial e social do centro da Província [...] Comboios de centenas de cavalgadas, por ocasião da safra, vindo do Cariri, dos altos sertões do Jaguaribe, do Piauí e das proximidades paraibanas enchiam o quadro urbano, constituído de três ruas principais, quatro igrejas, uma cadeia, um mercado, uma escola de latim e duas primárias atendiam à Religião, à Ordem, ao Ventre e às Letras da cidade. Meia dúzia de sobrados revestidos de azulejos, plantados no meio do casario chato e pesado, envaldecia os icoenses e pasmava os simplórios sertanejos [Figura 06] (BRAGA apud 4ª.SR/IPHAN, 1996).

Faz-se também, em fina sintonia, a associação entre as transformações econômicas então ocorridas na Ribeira do Jaguaribe e aquelas que se davam no novo plano urbanístico de Icó, ressaltando-se as registradas nas intervenções que foram realizadas em edificações públicas. A partir de então, o trabalho pontua detalhadamente as diversas modificações legais no planejamento físico da vila, assim como as propostas de criação de equipamentos, para que se tenha uma

visão dos diversos arcabouços urbanos possibilitados pelas transformações sócio econômicas havidas, o que gera uma cidade percebida a partir de camadas de construção histórica, relacionadas a específicos modos de ser e fazer. Para esse fim, só corroboram os relatos das mudanças produzidas pela nascente economia do algodão, no último quartel do século XIX, e a exclusão da cidade do traçado da estrada de ferro, o que fez com que perdesse sua função de centro distribuidor de produtos.

O século XX é abordado a partir da introdução do gosto eclético na arquitetura da cidade (Figura 07), reflexo da postura de uma nova elite, algodoeira e refinada, e das inovações urbanísticas produzidas no início do período no que concerne ao uso do lote urbano e à implantação das edificações, ambos bem mais generosos que aqueles praticados nos séculos XVIII e XIX. Surgem novos núcleos urbanos, tomados aqui preferencialmente a partir da criação do perímetro irrigado Icó-Lima Campos, da pavimentação das ruas, da construção da estação rodoviária e da implantação das rodovias BR-116 e CE-84. Ao final, os contornos da área passível de proteção mostram-se nítidos:



Figura 07 – Solar dos Antero/ Fotografia Maurício Albano
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Icó 1996

a concentração de poder na capital do estado e a perda de importância de Icó como entreposto comercial e pólo agrícola enfraqueceram-na política e economicamente. Contudo, este fato foi também responsável pela preservação de grande parte do patrimônio arquitetônico e urbanístico da cidade. As localizações da rodoviária e da nova área de expansão urbana pouparam o núcleo histórico de maiores alterações. Ao lado disso, as terras do perímetro irrigado localizadas a oeste do Rio Salgado impediram a expansão da cidade nesta direção e ajudaram a preservar uma das características urbanísticas mais fortes das antigas cidades cearenses: a sua implantação dependente mas *de costas* para seus cursos d'água (4^o.SR/IPHAN, 1996).

Seguem-se os mapas da formação e evolução urbana (Figuras, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 15), ocorridas no período entre o início do século XVIII e os dias atuais, construídos sobre uma base cartográfica rudimentar mas que, mesmo assim, oferecem uma visão satisfatória do processo.

A análise da arquitetura do sítio histórico de Icó se constrói na forma de um roteiro, caminho esse trilhado tomando por base os marcos edificados da cidade, estações que orientam o percurso. Com efeito e veemência, o centro urbano de Icó é tido no trabalho como

o conjunto arquitetônico mais representativo do Ceará, tanto com referência ao número de exemplares ainda íntegros como pela riqueza de linguagem. Sendo uma expressão concreta do passado, esse conjunto permite rever, na atualidade, as marcas da povoação da antiga capitania do Ceará e dos seus ciclos econômicos do couro e do algodão (4^o.SR/IPHAN, 1996).

Inicia-se a leitura do conjunto antigo pelo lado do Rio Salgado no sentido leste-oeste, em que a paisagem local, sob o signo da totalidade, é percebida pela vegetação que margeia o rio, e pelo perfil do sítio histórico, "com seus telhados em planos diversos" (4^o.SR/IPHAN, 1996) (Figura 16) expondo marcos visuais importantes da cidade, tais como a torre da Igreja de N.Sr. do Bonfim e pelo relevo da serra da Camará, "emoldurando a cidade num abraço que nos convida a descobrir seus caminhos e mistérios" (4^o.SR/IPHAN, 1996). São enfocados, no passo do passeio que se faz pela cidade, o desenho resultante da "segregação

social das classes menos favorecidas em relação às mais abastadas" (4ª.SR/IPHAN, 1996), de que é exemplo o arranjo da Igreja de N.Sra. do Rosário (Figura 17), a singeleza, o despojamento e o utilitarismo da arquitetura colonial cearense, marca das principais edificações cearenses, todas rigorosamente detalhadas e descritas e fartamente ilustradas; o caráter mestiço das realizações arquitetônicas e urbanísticas, evidenciado no risco português e nos materiais e técnicas autóctones empregados, expresso no desenho do Largo do Theberge (Figura 18), com seus significativos edifícios; o nível tecnológico das construções, com respeito às possibilidades materiais e às condições climáticas; os trechos urbanos que apresentam homogeneidade e continuidade, sublinhados pela "presença dos seus sobrados que, em alternância com as fileiras de casas térreas, criam jogos volumétricos de grande plasticidade" (4ª.SR/IPHAN, 1996); a diversidade de tipologias arquitetônicas (religiosa, oficial, comercial, residencial, etc); a variedade de soluções arquitetônicas empregadas, eloqüentemente expressa na seguinte passagem:

telhados com acabamento em beira-seveira, cimalthas mais ou menos elaboradas. Platibandas de desenhos simples e rendilhados. Cercaduras com verga plana, com arco abatido, em ogiva e em arco pleno. Oitões pesados e outros de desenho elegante. Arabescos sobre as cercaduras, medalhões, óculos e conchas. Grades e azulejos. Corredores de casas singelas. Mirantes, torres e telhados que formam desenhos surpreendentes, ruas largas e becos estreitos. Tantas variações e, ao mesmo tempo, muita harmonia no traço do homem que veio de outras plagas para ocupar terras tão hostis. É a herança da garra, da criatividade, do engenho dos povos simples do sertão que colheram lições alhures e aqui plantaram a esperança, imprimindo suas próprias formas de ser e de viver (4ª.SR/IPHAN, 1996).

Portanto, mesmo rústicas, são as balizas excepcionais desse percurso físico e textual que se constituem nos valores que irão definir a área do sítio histórico passível de preservação e servirão de justificativa à sua proteção no âmbito federal.

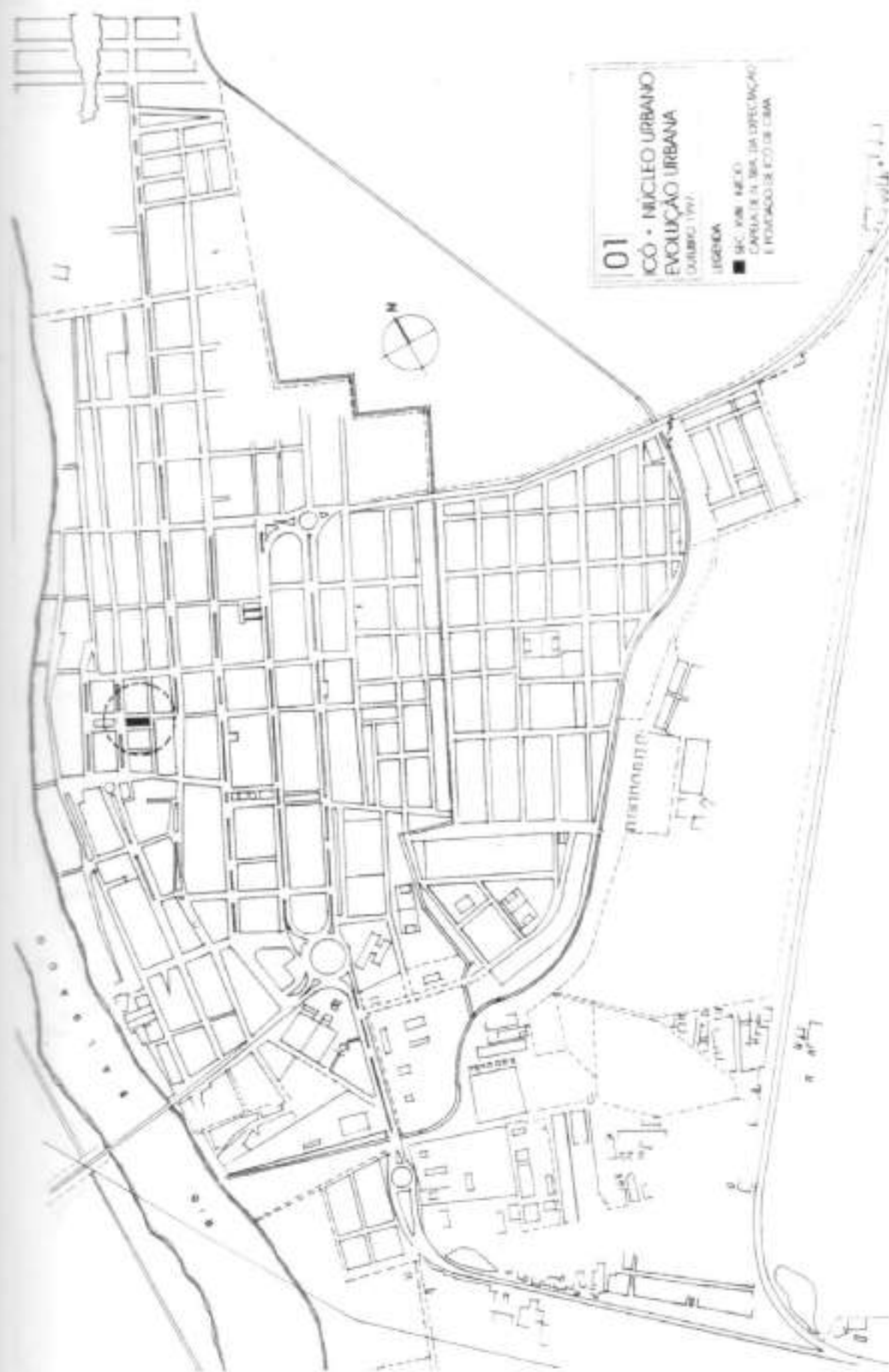


Figura 08 – Evolução Urbana de Icó – Início do Século XVIII
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETU/Icó 1996



Figura 09 - Evolução Urbana de Icó - Final do Século XVIII
Fonte: Estudo para Tombamento Federal - ETF/Icó 1996

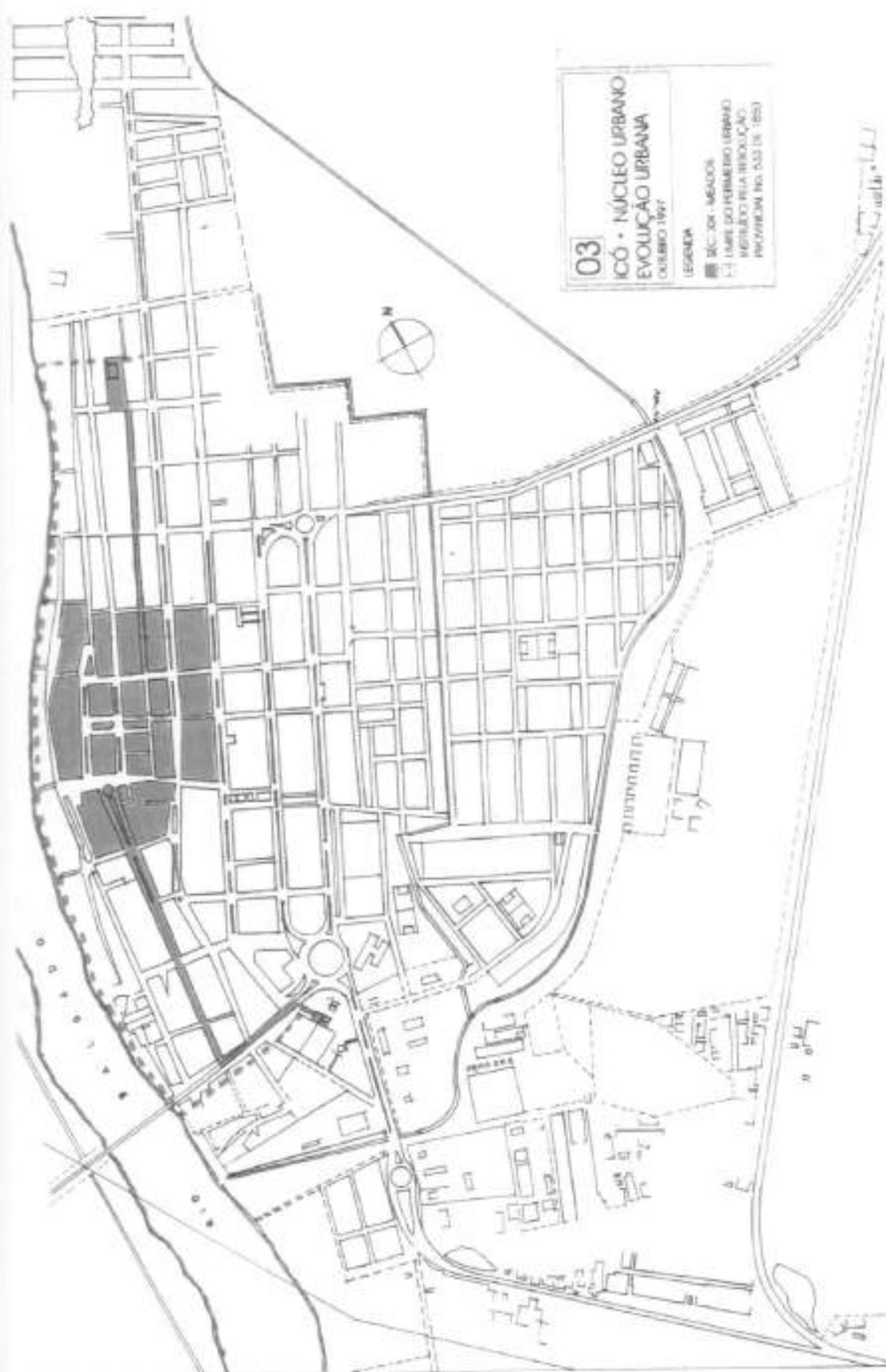


Figura 10 - Evolução Urbana de Içá - Meados do Século XIX
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal - EIT/Içá 1998

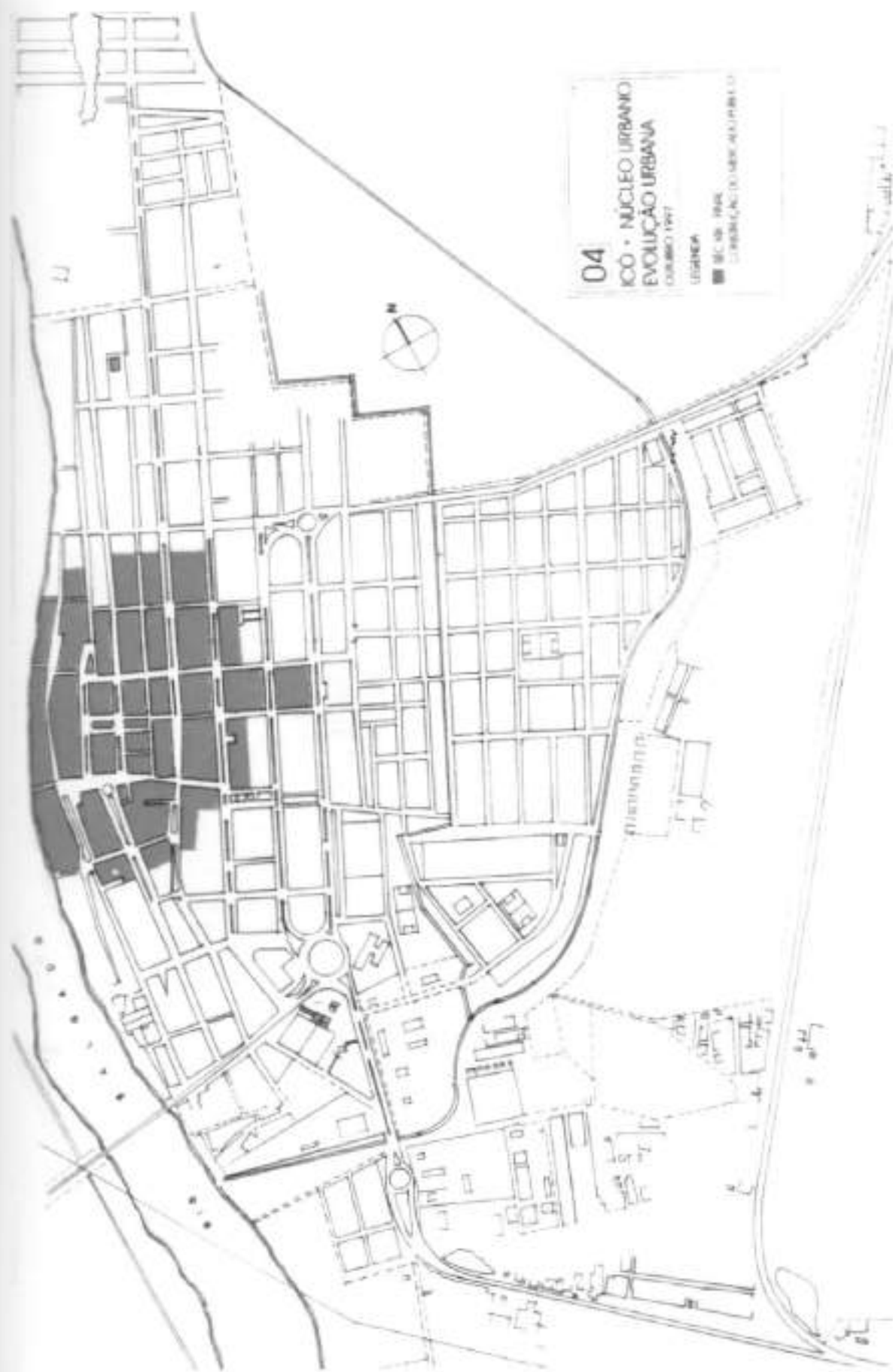


Figura 11 - Evolução Urbana de Icó - Final do Século XIX
Fonte: Estudo para Tombamento Federal - ETU/Icó 1996

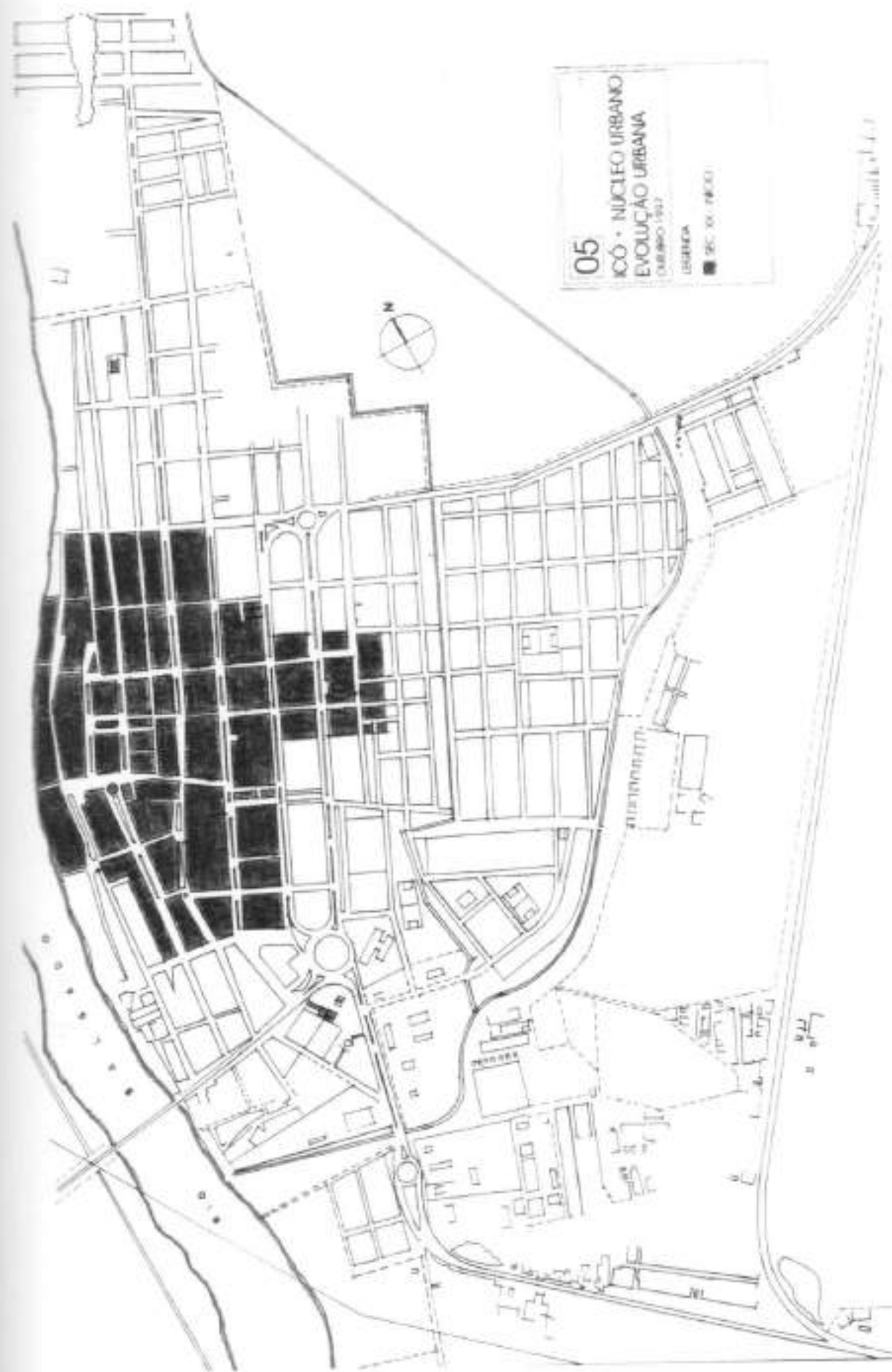


Figura 12 - Evolução Urbana de Içô - Início do Século XX
Fonte: Estudo para Tombamento Federal - ETF/Içô 1996

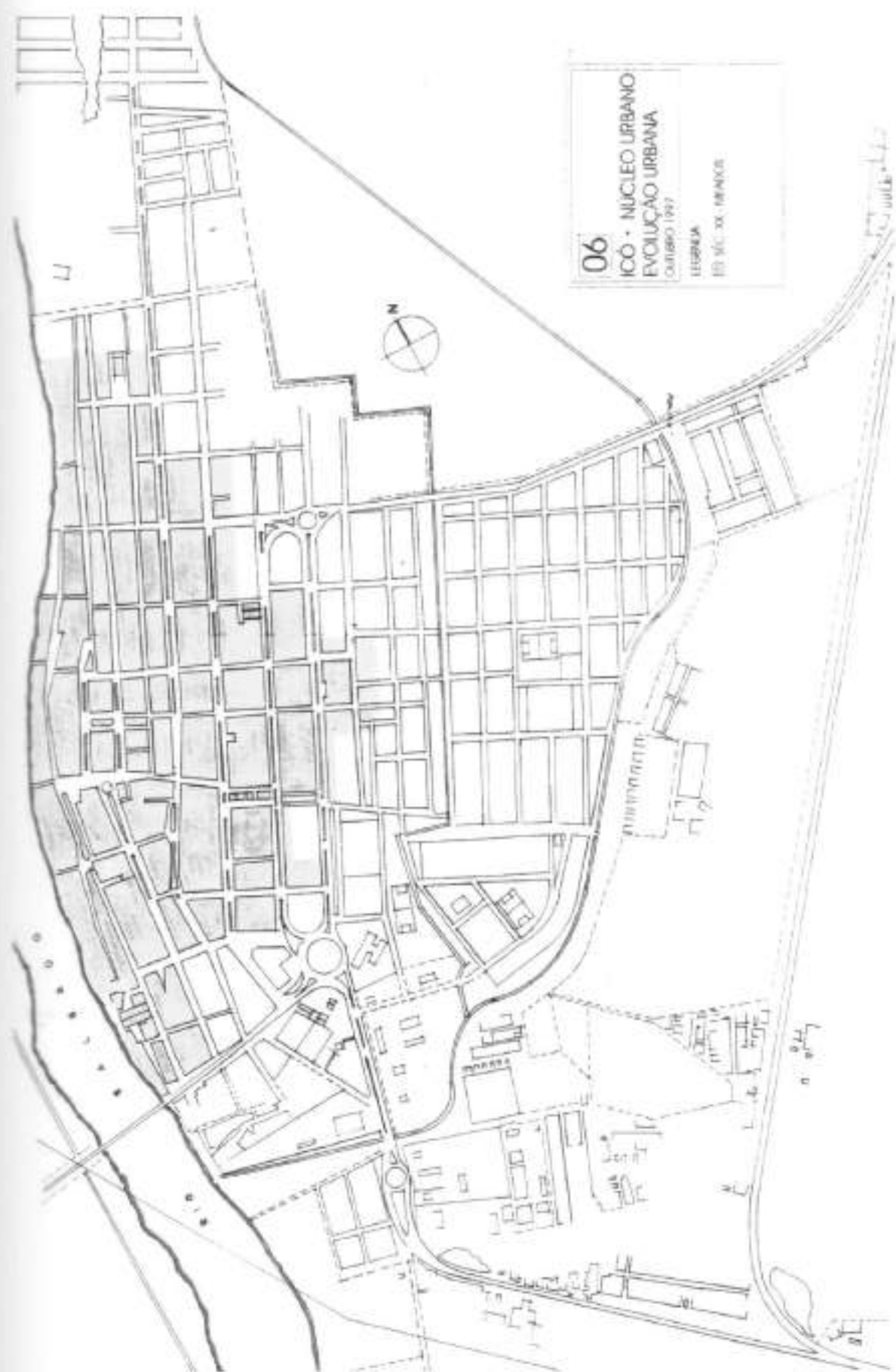


Figura 13 - Evolução Urbana de Icó - Meados do Século XX
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal - ETF/Icó 1986



Figura 14 – Evolução Urbana de Icó – Configuração atual
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Icó 1996

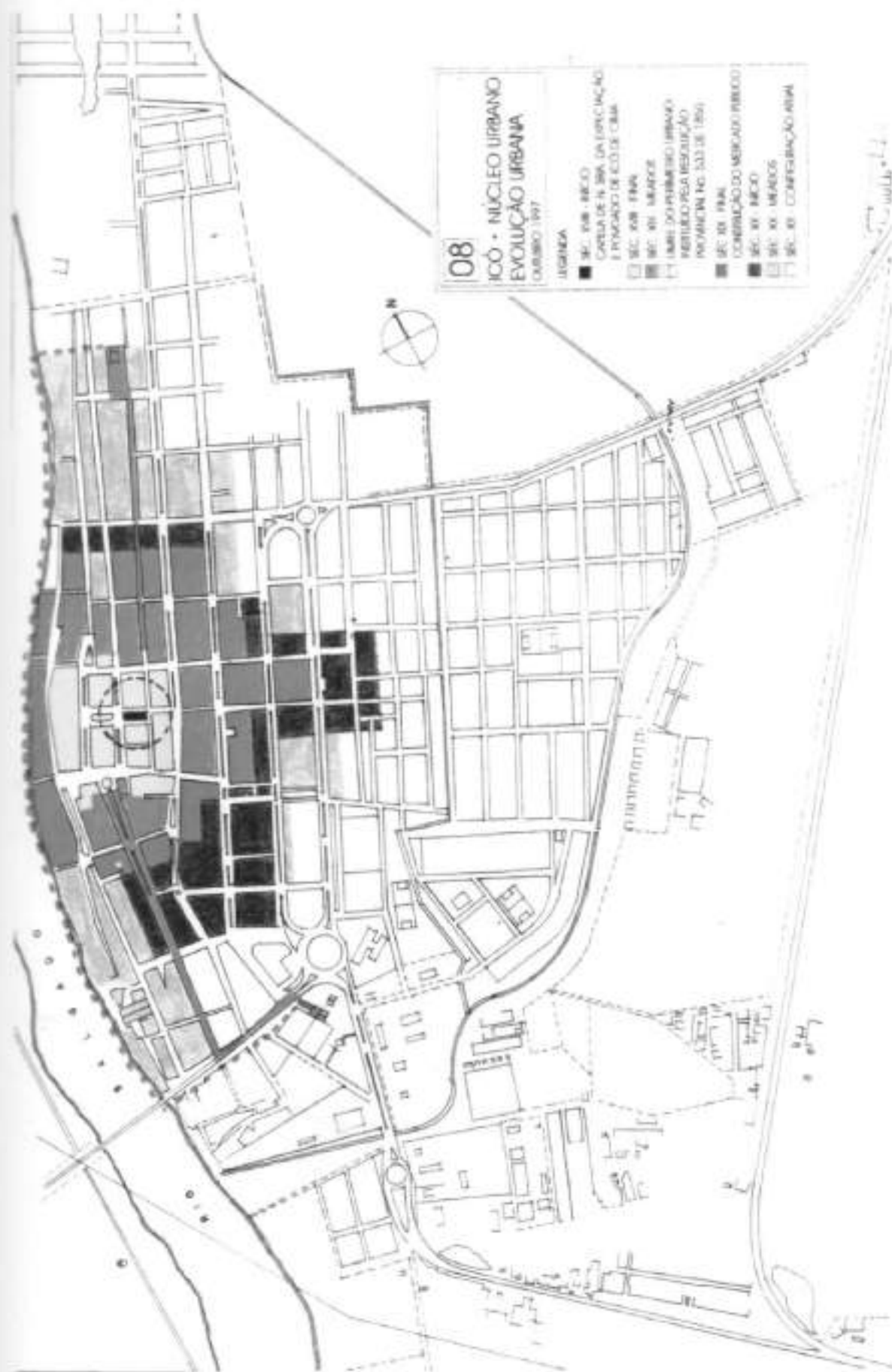


Figura 15 - Evolução Urbana de Icó - Superposição das etapas
Fonte: Estudo para Tombamento Federal - ETF/ICÓ - 1996

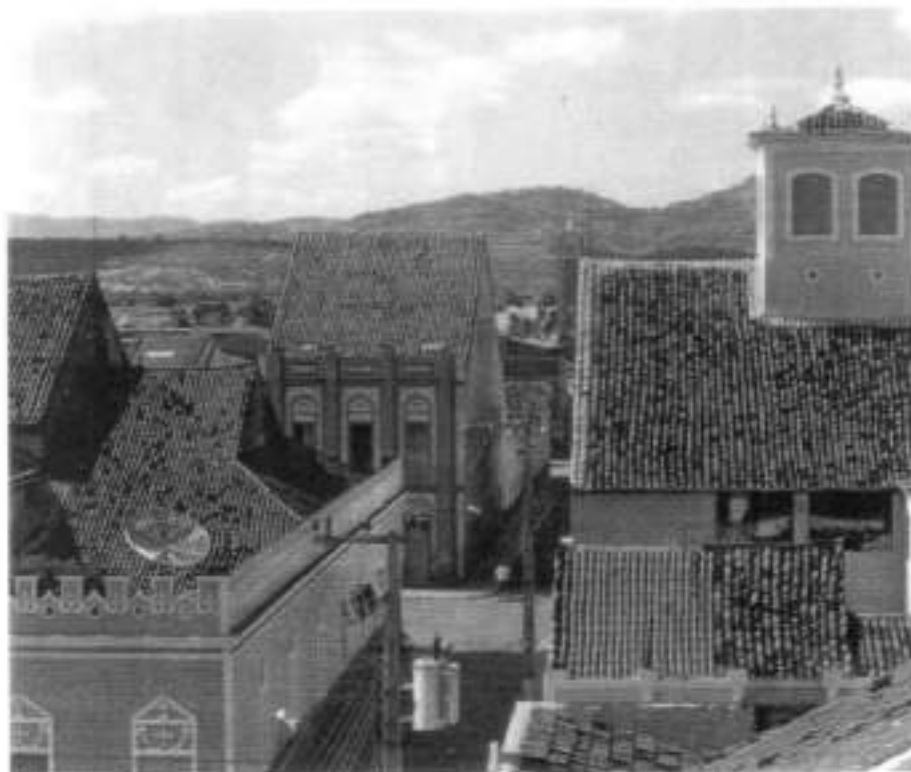


Figura 16 – Telhados dos sobrados/ Fotografia Mauricio Albano
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Icó 1996



Figura 17 – Igreja de N. Sra. do Rosário/ Fotografia Mauricio Albano
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Icó 1996



Figura 18 – Largo do Theberge/ Fotografia Maurício Albano
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Icó 1996

Com isso, consolida-se uma visão do tombamento federal da cidade por seus valores históricos e artísticos, todos de relevância nacional por se constituírem em documentos da ocupação colonial de parcela do território brasileiro, mesmo que referentes a um lugar remoto com relação às centralidades do país no período e a feitos arquitetônicos e urbanísticos em que a contribuição popular se mescla, em igual medida, à erudita. Reflexo da incorporação das recentes concepções da Nova Historiografia à prática de tombamento pelo IPHAN, iniciada no início da década de 80 do século passado, a proposta de proteção federal para o sítio histórico de Icó ancora-se na consideração de que “nem sempre são os fatos fora do comum ou as contribuições de caráter erudito que imprimem o cunho histórico ou o valor arquitetônico necessários ao tombamento de um local ou de um edifício” (ALCÂNTARA apud FONSECA, 1997, p.224). Dessa forma, a experiência pioneira cearense pode ser percebida como fruto de uma nova formulação teórico-prática no âmbito da preservação no Brasil, fundamentada na

contemplação de uma multiplicidade de valores e em processos de diagnóstico e avaliação mais precisos dos bens culturais. É cabível, portanto, afirmar que “foi dentro dessa perspectiva que passaram a ser lidos e valorizados alguns testemunhos da ocupação do território brasileiro, da evolução das cidades, dos diferentes grupos étnicos, da história da ciência e da tecnologia no Brasil”.⁶ (FONSECA, 1997, p.225).

Reiterando a manutenção quase intacta do desenho urbano de Icó, condição essa que a torna “um interessante documento dos primórdios da legislação urbanística no Brasil, [assim como a preservação da] arquitetura realizada no período do seu apogeu, em meados do século XIX, quando foi o mais importante pólo agrícola e comercial da Província” (4ª.SR/IPHAN, 1996), motivada, em boa medida, por sua decadência econômica e [pela] marginalização do centro do poder político no Estado, o que o faz “o melhor e o maior bem preservado do Estado do Ceará” (4ª.SR/IPHAN, 1996), faz-se patente na proposta a utilização de critérios de excepcionalidade e homogeneidade para a definição do perímetro urbano a ser preservado, vez que a área em questão “não se renovou completamente em termos edilícios e urbanísticos, como ocorreu com outras antigas vilas cearenses do seu mesmo período de formação” (4ª.SR/IPHAN, 1996).

Portanto, considerando-se o exposto, afirma-se que

a inclusão do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Icó no rol dos bens que compõem o patrimônio cultural da nação, se impõe com evidência, [vez que] embora estagnada economicamente, a cidade não está livre dos equivocados signos de modernidade e progresso que assolam as cidades brasileiras (4ª.SR/IPHAN, 1996),

esta última parte referindo-se à urgência do tombamento pela iminência de ações descaracterizadoras. Assim, foi selecionado para tombamento federal

o setor da cidade compreendido entre as atuais ruas Dr. Inácio Dias, Ilídio Sampaio, Regente Feijó, Frutuoso Agostinho e 7 de Setembro, pois nele está concentrado o conjunto arquitetônico de maior relevância e integridade ainda existente na cidade, bem como o traçado urbanístico imposto pelas normas da coroa portuguesa, [expressão maior ainda do] apogeu econômico e social da cidade (4ª.SR/IPHAN, 1996).

Vale ressaltar que, por motivo do "alto grau de alteração do seu parcelamento e descaracterização e deteriorização visual dos imóveis aí existentes" (4ª.SR/IPHAN, 1996), foi descartada pela proposta de proteção a área imediatamente contígua a esse conjunto, na qual ainda se percebe o desenho das quadras e vias que resultaram da aplicação das normas do plano urbanístico de 1850, setor esse que conformará a envoltória à área de preservação rigorosa, poligonais futuramente submetidas a legislação específica de uso e ocupação do solo e à fiscalização das instâncias competentes. Foram tombados isoladamente, por sua "grande importância para a compreensão do quadro arquitetônico e do fenômeno urbano de Icó" (4ª.SR/IPHAN, 1996), a Igreja de N.Sra. do Rosário, o Mercado Público (Figura 19) e a Igreja de N. Sra. da Conceição do Monte (Figura 20) com seu cemitério, "pólos dos seus principais vetores de expansão" (4ª.SR/IPHAN, 1996). A solução encontrada para ligar as três edificações ao sítio histórico "foi traçar, ao longo dos antigos e tradicionais caminhos de acesso a essas edificações, eixos de prolongamento da poligonal de tombamento" (4ª.SR/IPHAN, 1996). Sabendo-se que ainda hoje existem sítios históricos tombados em nível federal destituídos da delimitação de suas áreas protegidas de primeira e/ou segunda categoria, a alternativa empregada, por sua legibilidade, configura considerável avanço, principalmente quando associada a legislações diferenciadas e específicas de uso e ocupação do solo, necessariamente ligadas à lei maior da cidade, o seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. No caso



Figura 19 – Mercado Público de Icó/ Fotografia Mauricio Albano
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Icó 1996



Figura 20 – Igreja de N. Sra. Da Conceição do Monte/Fotografia
Mauricio Albano
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Icó 1996

em questão, a área de proteção ao setor de preservação rigorosa, o chamado *entorno*, foi definida levando-se em conta algumas diretrizes tais como a preservação da ambiência do núcleo mais homogêneo, a manutenção das visuais entre esta massa construída e os elementos circundantes da paisagem, a proteção de certas características morfológicas destacadas e o controle do contato com algumas áreas críticas da cidade, as quais "poderiam interferir negativamente na apreensão do conjunto tombado" (4ª.SR/IPHAN, 1996). Nesse ponto, a partir de uma rigorosa e bem elaborada leitura da cidade baseada em sua estruturação urbano-arquitetônica, faz-se clara a filiação da proposta a uma linha que associa a preservação edilícia ao projeto urbano, entretanto ainda sem maiores incursões no campo das necessárias realizações arquitetônicas e urbanísticas a serem prioritariamente executadas, o que, como se verá, será exercício desenvolvido ao longo das experiências preservacionistas cearenses, a título de recomendações. Assim, considerou-se que

o conjunto desses três pólos, ligados por eixos ao conjunto arquitetônico tombado, completa o quadro do que há de mais importante e significativo a ser preservado na cidade de Icó, tanto do ponto de vista urbanístico quanto arquitetônico. [Como veredito final], a 4ª. Coordenação Regional entende que o quadro da preservação urbana instituída pelo IPHAN a partir do tombamento, em 1938, de seis cidades em Minas Gerais, não estará completo em sua atual evolução conceitual sem a proteção de núcleos urbanos que documentem a árdua conquista do sertão nordestino. Sem nenhuma dúvida, o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Icó é um elemento fundamental na documentação desse significativo capítulo da história do país (4ª.SR/IPHAN, 1996).

As poligonais de "tombamento e entorno" (4ª.SR/IPHAN, 1996) são, então, descritas e inscritas na planta da cidade da forma como foram justificadas, necessária complementação textual e visual à exposição de motivos (Figura 21).

No segundo volume, faz-se um levantamento fotográfico do sítio histórico que parte de pontos que lhe são externos e distantes, no sentido da

apreensão do todo do conjunto antigo. Primeiramente, a partir da margem oposta do Rio Salgado, depois de pontos elevados a sudeste, mostra-se a área aos poucos (Figura 22), destacando os seus marcos principais. Em seguida, privilegia-se o grupo de ícones arquitetônicos já descritos, tomados em detalhe. Nessa etapa, as fotografias valorizam o monumento isolado, acompanhadas de um pequeno mapa da cidade com a localização do edifício (Figura 23). Em alguns momentos, como em um trecho do Largo do Theberge, são feitas críticas a "intervenções inadequadas que dificultam a leitura do espaço" (4ª.SR/IPHAN, 1996), a saber, à arborização empregada (casuarinas), aos quiosques construídos pela Prefeitura Municipal, ao mobiliário urbano e aos engenhos de propaganda, o que configura uma tomada de posição quanto à necessidade e à urgência de elaboração de um projeto paisagístico reparador dessas deficiências. Dando seqüência, é mostrada a Rua Ilídio Sampaio (Rua Grande), ressaltando-se o seu caráter homogêneo e contínuo, com grande variedade de texturas e sombras. É posteriormente enfocada a Rua Gal. Piragibe, a Rua do Meio, com seu interessante conjunto de casas com beirais em beira-seveira e arranjos de fachada típicos da arquitetura popular. Alguns imóveis de valor histórico e artístico, localizados, entretanto, fora da malha de preservação rigorosa, são também expostos, como é o caso do Hotel Pavão e do Solar dos Antero (Figura 07), lamentando-se não ter sido incluído na relação o chalé da família Monteiro, situado nas proximidades do Mercado Público. A coleção de imagens corrobora e valoriza o que é dito na análise arquitetônica e urbanística do sítio histórico, constituindo-se em correto e cabal roteiro iconográfico para o seu (re)conhecimento.

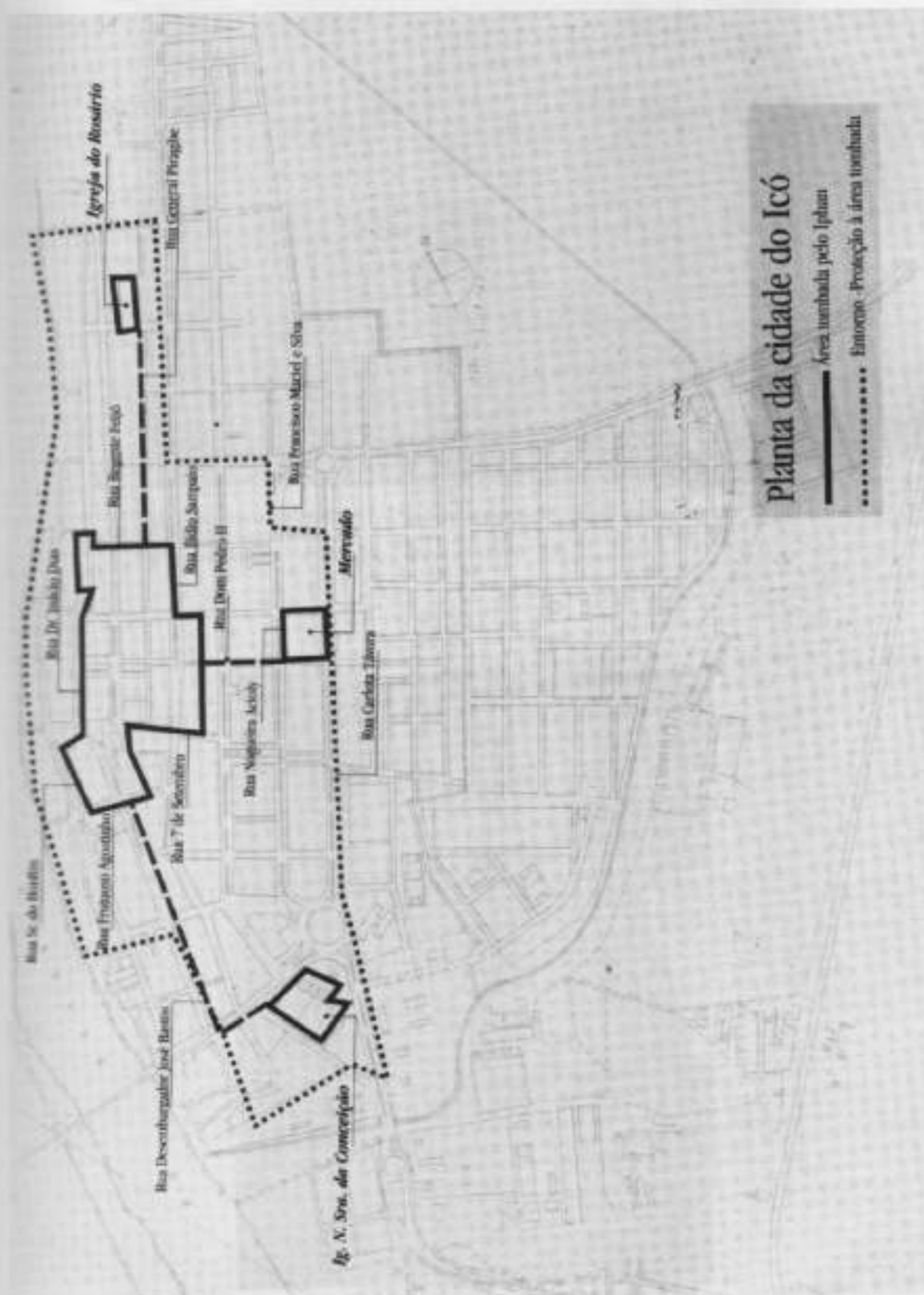


Figura 21 – Polígonais de tombamento do sítio histórico de Icó
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Icó 1996



Figura 22 – Vista da cidade de Icó, a partir da margem esquerda do Rio Salgado/
Fotografia Maurício Albano
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Icó 1996



Figura 23 – Sobrado sito à Rua Ilídio Sampaio/ Fotografia Maurício
Albano
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Icó 1996

No terceiro volume, os levantamentos arquitetônicos realizados referem-se a 30 (trinta) imóveis, escolhidos de forma a que espelhassem uma amostra da diversidade das tipologias arquitetônicas do sítio histórico, bem como o caráter excepcional de certas edificações. Coletados segundo normas de inventariação própria da Regional (Figura 24), representam cerca de 10% do total de edifícios constantes da área de preservação rigorosa, o que diz da necessidade de sua complementação posterior, principalmente no sentido de favorecer o controle urbano. São ainda apresentados os perfis da Rua Ilídio Sampaio (Figuras 25, 26 e 27), tomados no trecho compreendido entre o Beco do Urso e a Rua Regente Feijó, limites da área de preservação rigorosa. O conjunto de desenhos, de esmerada feitura, reflete com precisão as feições da artéria, facilitando a avaliação das futuras intervenções no setor. Assim, como no caso do inventário, está a exigir complementação pelos mesmos motivos de gestão de uso e ocupação do solo.

A impressão geral do trabalho é a de um dossiê aprofundado sobre os valores históricos e artísticos de um sítio urbano de gênese colonial, fundamentado nas razões da Nova Historiografia e exigente quanto à seleção dos exemplares arquitetônicos e urbanísticos, em que se busca a aliança entre o urbanismo e a preservação edilícia, esta tomada como mais um estatuto daquele, em chave menor ainda. A área resultante, alvo da proposta preservacionista, é drasticamente reduzida àqueles setores que contêm, de forma conjugada, elementos arquitetônicos e urbanísticos mantidos ou levemente descaracterizados, considerada a prevalência numérica daqueles sobre estes. Com base nas cifras de imóveis na área de preservação rigorosa e outros na envoltória, mostra-se claramente a adoção de uma linha de atuação

preservacionista que privilegiou o rigor e a economia entre os seus critérios de seleção, não avançando, entretanto, nas recomendações de restauro, adaptação ou requalificação física do sítio histórico. Porém, como se tentará mostrar, são esses conceitos que acabarão por compor um modelo de apropriação e interpretação de sítios históricos, desenvolvido posteriormente à exaustão nas demais instruções de tombamento elaboradas pela Regional para os conjuntos protegidos cearenses.

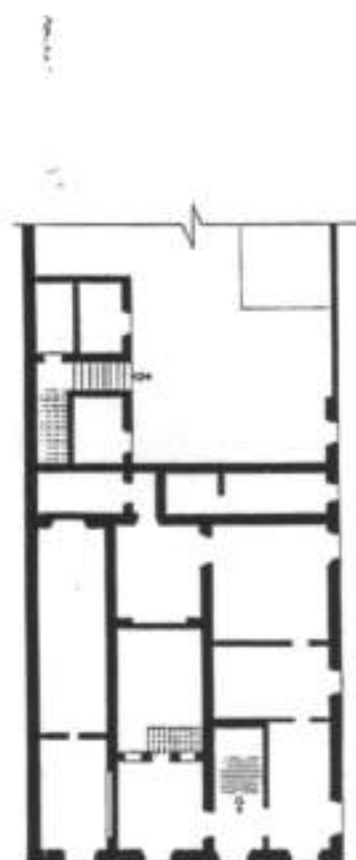
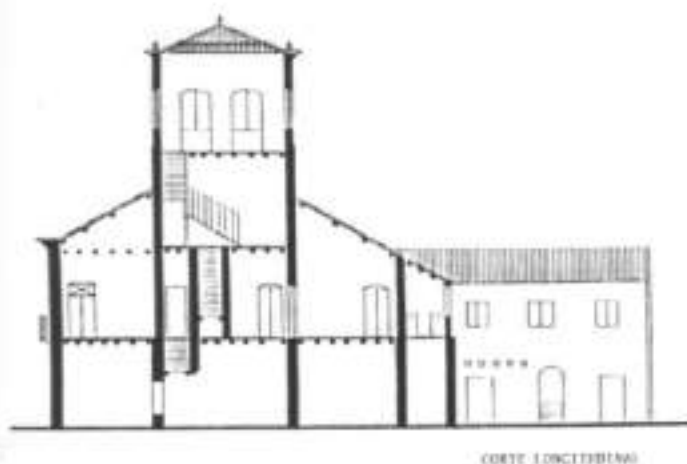


Figura 24 – Inventário de sobrado sítio à Rua Ildio Sampaio
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Icô 1996



Figura 25 – Perfis da Rua Ilídio Sampaio
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/ICó 1996

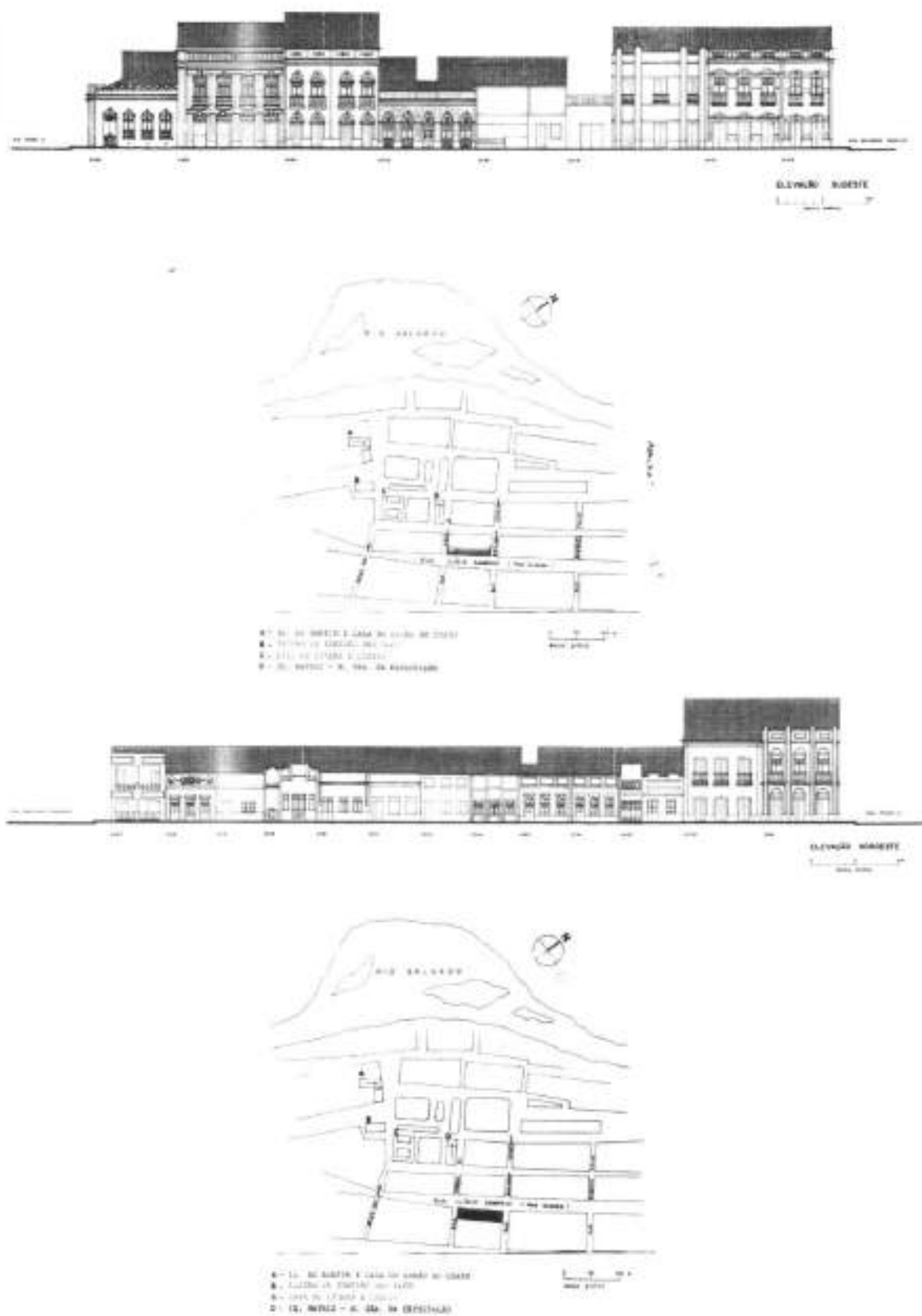


Figura 26 – Perfis da Rua Ilídio Sampaio
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/lcô 1996



- 1 - RUA ILDIO SAMPAIO - CASA DO SENHOR DE OLIVEIRA
- 2 - TERRELA DO SENHOR DE OLIVEIRA
- 3 - CASA DO SENHOR DE OLIVEIRA
- 4 - RUA ILDIO SAMPAIO - RUA DO SENHOR DE OLIVEIRA

1:500
KAWAS - 1996



- 1 - RUA ILDIO SAMPAIO - CASA DO SENHOR DE OLIVEIRA
- 2 - TERRELA DO SENHOR DE OLIVEIRA
- 3 - CASA DO SENHOR DE OLIVEIRA
- 4 - RUA ILDIO SAMPAIO - RUA DO SENHOR DE OLIVEIRA

1:500
KAWAS - 1996

Figura 27 - Perfis da Rua Ildio Sampaio
Fonte: Estudo para Tombamento Federal - ETF/ICó 1996

3.2. Análise do Estudo para Tombamento Federal do Conjunto Urbanístico da Cidade de Aracati - ETF/ Aracati



Figura 28 – Capa do ETF/Aracati 1998.
Desenho Domingos Linheiro

O município de Aracati, com 1.132 km² e implantado a 5,74 m do nível do mar, situa-se na mesorregião do Jaguaribe e na microregião do litoral de Aracati. Tem como distritos Aracati (sede), Cabreiro, Fortim e Mata Fresca. Foi criado em 11 de abril de 1747 e finalmente instalado em 10 de dezembro de 1748. Banhado pelo Rio Jaguaribe, Aracati em tupi-guarani significa *aragem cheirosa e tempo bom*. O Censo IBGE/2000 calculou para o município uma população de 61.187 pessoas, com estimativa de 66.384 para 2004.

Elaborado em 1998 pela equipe técnica da 4^a.SR/IPHAN, o estudo divide-se em dois volumes: o primeiro diz respeito aos dados gerais relativos ao município de Aracati e à sua sede, à pesquisa histórica, à cartografia da formação e evolução urbanas, aos aspectos urbanísticos e arquitetônicos do sítio histórico, à descaracterização do acervo construído, às motivações do tombamento e suas conseqüências, aos perfis das quadras situadas ao longo da Rua Cel. Alexanzito (antiga Rua Grande) e à delimitação e descrição das poligonais de tombamento e

entorno. O segundo apresenta um inventário das principais tipologias arquitetônicas da cidade, expressas nos seus principais edifícios, e um levantamento fotográfico dos imóveis e logradouros de interesse histórico e artístico.

No primeiro volume, descreve-se o município de Aracati em termos de área, altitude, latitude, longitude, limites, distância com relação à capital do Estado, toponímia, variação toponímica, população, acidentes geográficos, recursos hídricos e criação e instalação do município. Repete-se aqui a apresentação dos primitivos núcleos de povoamento do Ceará associados às principais ribeiras, bem como a posição da cidade no mapa estadual, informação essa prestada inicialmente no ETF/lcô.

A pesquisa relativa ao processo de formação e evolução urbana de Aracati se inicia privilegiando o fundamento da economia e tomando por base o quadro da urbanização brasileira desde os seus começos, no qual "o Nordeste representa o marco inicial da colonização, ancorado em dois eixos econômicos, o da cana de açúcar, nas áreas litorâneas, [...], e o da criação de gado, responsável pela ocupação das terras do interior" (4ª.SR/IPHAN, 1998). Informa-se que, no Ceará do século XVIII,

a ocupação primária do sertão [...] se deu com o gado trazido por colonizadores de capitanias vizinhas, principalmente Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte que, requerendo as primeiras sesmarias, vieram ocupar, inicialmente, os vales dos Rios Jaguaribe e Acaraú, pontos essenciais de colonização, locais preferenciais onde as fazendas aumentavam e a produção bovina crescia com rapidez (4ª. SR/IPHAN, 1998).

Faz-se referência especial às oficinas de salga ou *charqueadas*, produtoras do charque ou *carne do Ceará*, base econômica e de subsistência que constituiu-se

no motor inicial da cidade. Com efeito, as feitorias coloniais, de que Aracati é marcante exemplo,

instaladas nos estuários dos Rios Jaguaribe, Acaraú e Coreaú, estendendo-se depois aos Rios Parnaíba, no Piauí, Açu e Mossoró, no Rio Grande do Norte, [foram beneficiadas pelas] condições geofísicas do litoral pastoril do Ceará, [o qual], além de matéria prima abundante, possuía outros fatores locais asseguradores de êxito: ventos constantes e baixa umidade relativa do ar, favoráveis à secagem e à duração do produto; existência de sal, cuja importância se não precisa destacar, e barras acessíveis à cabotagem da época (4ª. SR/IPHAN, 1998).

Nesse ponto, faz-se importante menção à economia do gado como fator de integração sócioespacial nordestina, expressa no fato de que "as charqueadas marcam o encontro do homem da marinha com os homens do sertão" (4ª.SR/IPHAN, 1998): antes, as boiadas deslocavam-se para as feiras pernambucanas e baianas e, com a confluência de interesses econômicos de segmentos diferentes, as manadas passaram a ser levadas à foz das principais ribeiras. Com isso, "o litoral e o sertão interpenetravam-se comercialmente e os laços administrativos entre as duas zonas tornaram-se mais significativos" (4ª.SR/IPHAN, 1998). Dessa forma, procurou-se explicar o poderio econômico da cidade, um dos maiores empórios comerciais do Ceará no século XVIII e no início do XIX, e a sua relação com Icó, com já se viu, um dos mais destacados centros de distribuição do Nordeste à época. A economia algodoeira, complementar à agricultura de sobrevivência e desenvolvida no século seguinte ao da indústria do charque, só contribuiu para manter a hegemonia política e econômica da cidade, cuja decadência se inicia, assim como a das principais urbes do Estado, em meados do século XIX com o advento politicamente orquestrado de Fortaleza no cenário da rede urbana cearense. Portanto, essas informações servem à compreensão do arranjo estrutural que ofereceu condições à formação e evolução

dessa malha, revelando, com nitidez, as funções econômica, social e política da capitania e realçando fortemente o conteúdo histórico de que é possuidor o antigo conjunto urbano aracatiense.

Em seqüência, a cidade de Aracati é abordada desde a sua criação na data de sesmaria adquirida pelo Capitão-Mor Manuel de Abreu Soares nos primeiros anos do século XVIII, até os dias atuais. Destaca-se a ocupação, por colonos portugueses, paraibanos e pernambucanos, da foz do Rio Jaguaribe, então conhecida por Cruz das Almas, posteriormente chamada São José do Porto dos Barcos, bem como a construção de "uma capela de taipa com frente de tijolo e coberta de palha, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário" (4ª. SR/IPHAN, 1998), núcleo original da Igreja Matriz (Figura 29), primeiro bem imóvel tombado pelo IPHAN no Ceará, em 1957. Na mesma linha, é ressaltada a produção e o comércio da carne-seca, estabelecidos antes de 1740 e curiosamente desenvolvidos no interior da vila, ao contrário da tradição urbana portuguesa, que situava fora dos limites das aglomerações humanas, por insalubre, o trabalho de salga das carnes e de preparo das couramas. O vultuoso e rendoso negócio é apontado como a razão da criação da vila, vez que "a Cidade de Aracati nasceria moldada por esses fatores pois a própria estrutura urbana obedeceria ao interesse comercial das carnes-secas. O traçado das ruas tinha como finalidade a comunicação entre o porto dos barcos e as oficinas" (4ª. SR/IPHAN, 1998). Faz-se referência à delimitação da vila pelo ouvidor Manuel José de Faria e à expansão de sua estrutura urbana, em que pontificavam os pedidos de demarcação de oficinas, currais e estaleiros (de presença imperceptível na cidade atual) em suas ruas centrais e um número considerável de solicitações de aforamentos em ruas diversas. Afirma-se que não teria sido fácil, para a câmara,

ordenar o desenvolvimento da cidade, pelo fato da luta travada pelo espaço disponível entre os promotores das salgadeiras e os demais moradores, estes sempre incomodados com o abate do gado em lugares centrais da vila, atividade rústica e causadora de doenças. Ao mesmo tempo, informa-se sobre a



Figura 29 – Igreja Matriz de N. Sra. do Rosário/ Fotografia Maurício Albano
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Aracati 1998

constituição de uma rua principal (Santo Antônio) e a sua ocupação por lojas de mercadores de fazendas, o que serve para evidenciar o arcabouço do zoneamento funcional da povoação, a qual contava, no final do século XVIII, com “uma população estimada em duas mil pessoas [...] habitando trezentas casas (muitas delas sobrados), mais de setenta lojas de mercadorias [...] que arrecadaram quinhentos mil cruzados” (4ª.SR/IPHAN, 1998). Demarca-se o final do período da pecuária, traduzido pelas secas de 1777 a 1778 e de 1790 a 1793, as quais praticamente dizimaram o rebanho cearense, e a entrada em cena do algodão, com o deslocamento da produção de charque para o sul do país. Oposto

à rusticidade dos tempos do gado, o algodão em Aracati é identificado como força motriz econômica associada à prosperidade comercial e ao refinamento dos costumes, sendo bastante a afirmação de Silva Paulet, em 1816: "Aracati é a mais opulenta da capitania, com maior população e onde se acham casas de sobrado, o que é devido a ser o ponto de embarque das produções de algodão e solas [...]" (PAULET apud 4ª.SR/IPHAN, 1998). Recorre-se à informação de BEZERRA (apud 4ª.SR/IPHAN, 1998) sobre a estrutura da cidade, composta "de quatro ruas grandes, mal alinhadas que se estendem de norte-nordeste a sudoeste, 16 menores" e várias travessas, além de "belas praças", igrejas, um mercado público, um teatro e outros "magníficos prédios", dentre os quais "82 sobrados de um e dois andares", quase todos situados na Rua do Comércio, "onde se vê grande numero de lojas e armazéns de fazenda e outros objetos de negócios", bem como o edifício da Câmara Municipal (Casa de Câmara e Cadeia) (Figura 30), "um dos mais importantes do Estado". Reforça-se assim o caráter artístico do conjunto arquitetônico e urbanístico, tido como "a mais impressionante implantação urbana do Ceara no século XVIII" (CASTRO apud 4ª.SR/IPHAN, 1998). Fala-se também da intensa movimentação cultural da cidade, com seus jornais, bandas de música, centros culturais e agremiações políticas, com destaque para a sua adesão à Confederação do Equador em 1824, realizações essas justificadas pela agitação comercial de Aracati, porto e pólo de negócios referenciais no Ceará. Assinala-se, por fim, a decadência da cidade, para o que concorreu fortemente a construção da via férrea de Baturité (1872) e o estabelecimento da linha de vapores diretamente para Fortaleza, em benefício do comércio desta, apresentando-se a queda de suas atividades comerciais e industriais ao longo do século XX, período em que teve gradativamente a sua

base econômica alterada para a agricultura e o extrativismo, quando também se transformou, mais tarde, no segundo destino turístico do Estado. A caracterização histórica, portanto, fundamentada nos ciclos econômicos que animaram a cidade, aponta-os como motivação à produção da arquitetura e do urbanismo aracatienses, espécie de justificativa do artístico pela via histórica e econômica, método de análise igualmente empregado no ETF/Icô.



Figura 30 – Antiga Casa de Câmara e Cadeia (atual Câmara Municipal de Aracati)
Fotografia Maurício Albano
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Aracati 1998

Coerentemente com o que se afirma, seguem-se os mapas dos processos de formação e evolução urbana (Figuras, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42 e 43) ocorridos no período entre o início do século XVIII e os dias atuais, construídos sobre uma base cartográfica simplificada mas que, mesmo assim, oferecem uma boa visão da trajetória da cidade.

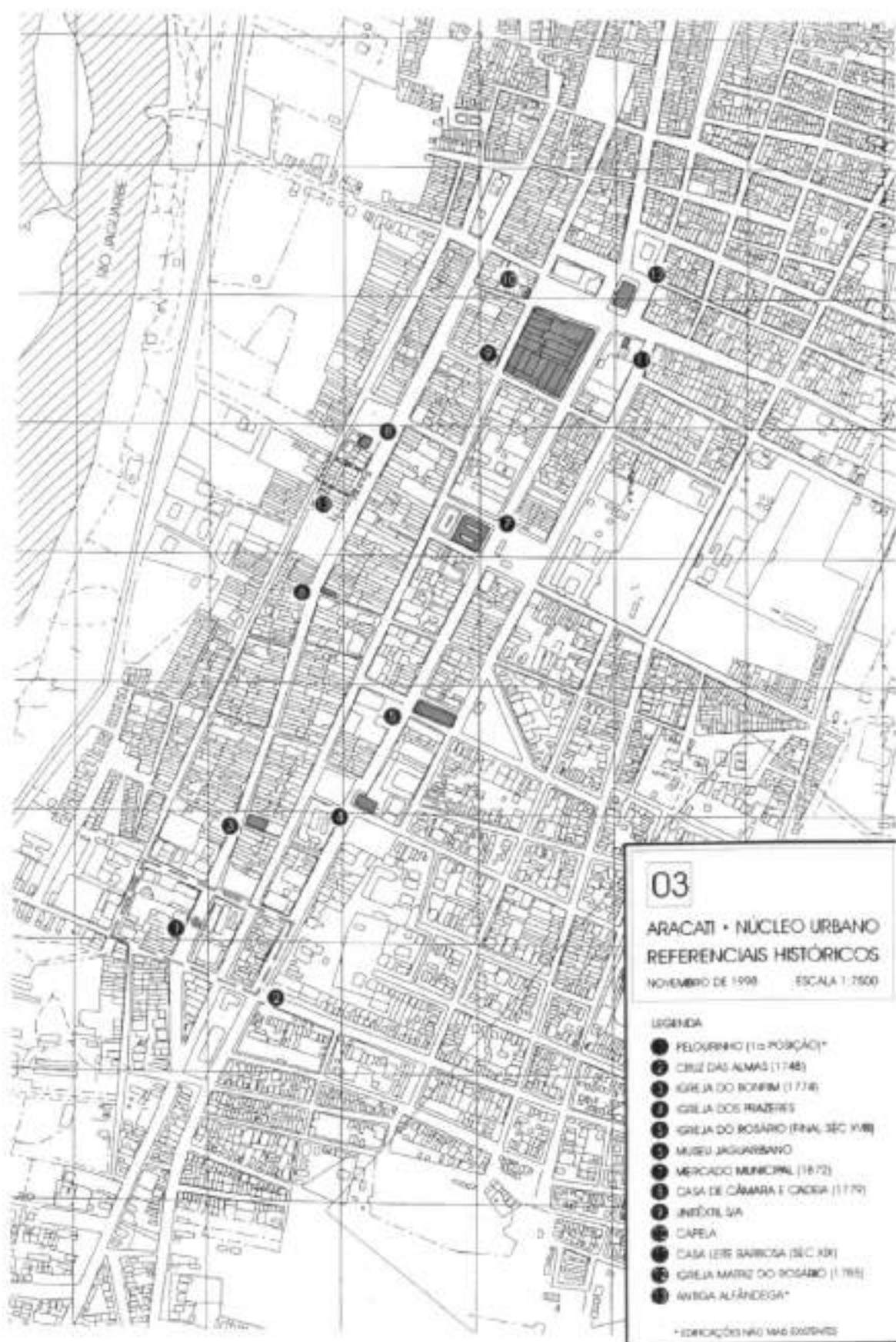


Figura 31 – Evolução Urbana de Aracati – Referenciais Históricos
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Aracati 1998

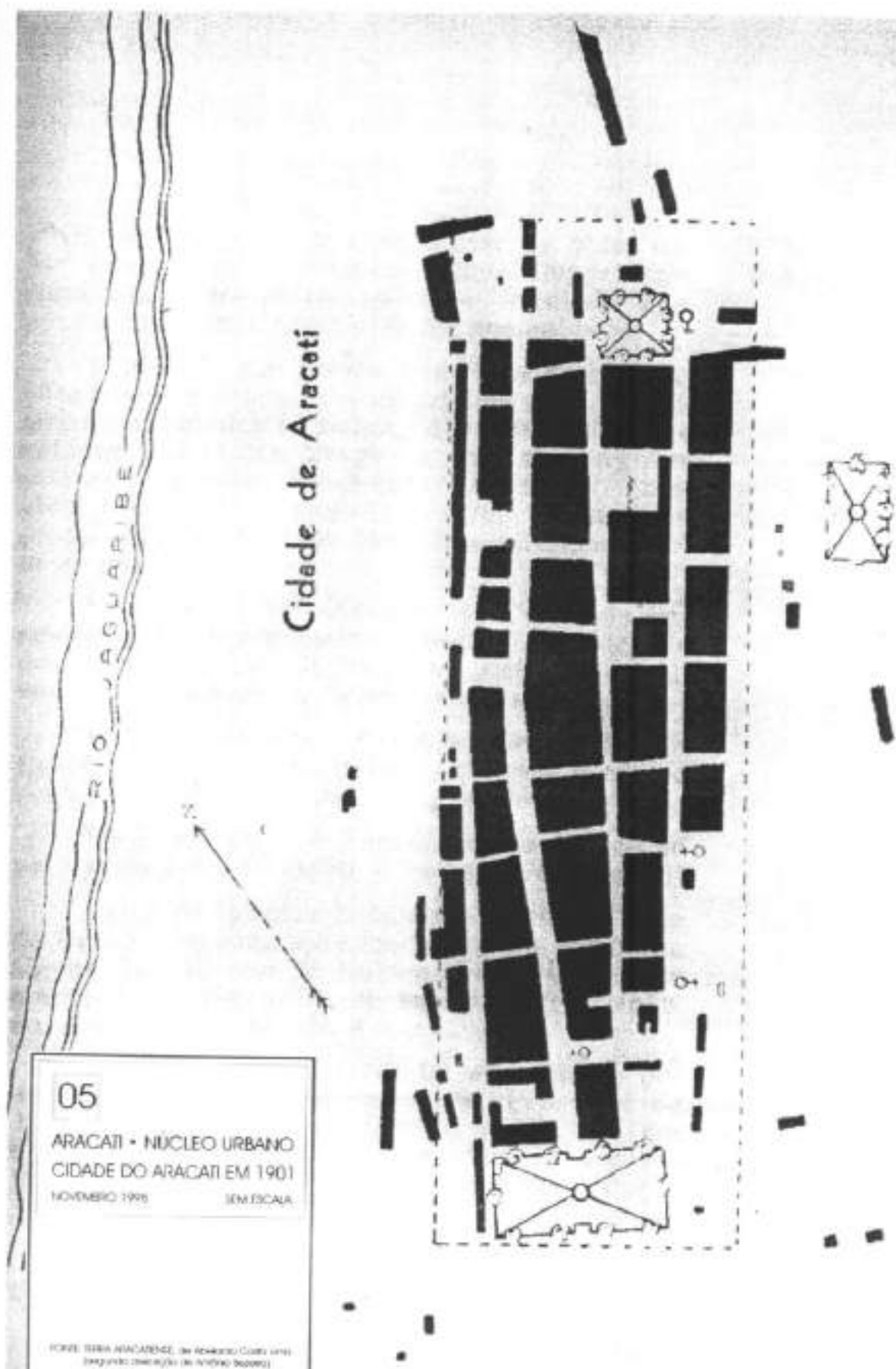


Figura 33 – Evolução Urbana de Aracati – Cidade do Aracati em 1901
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Aracati 1998

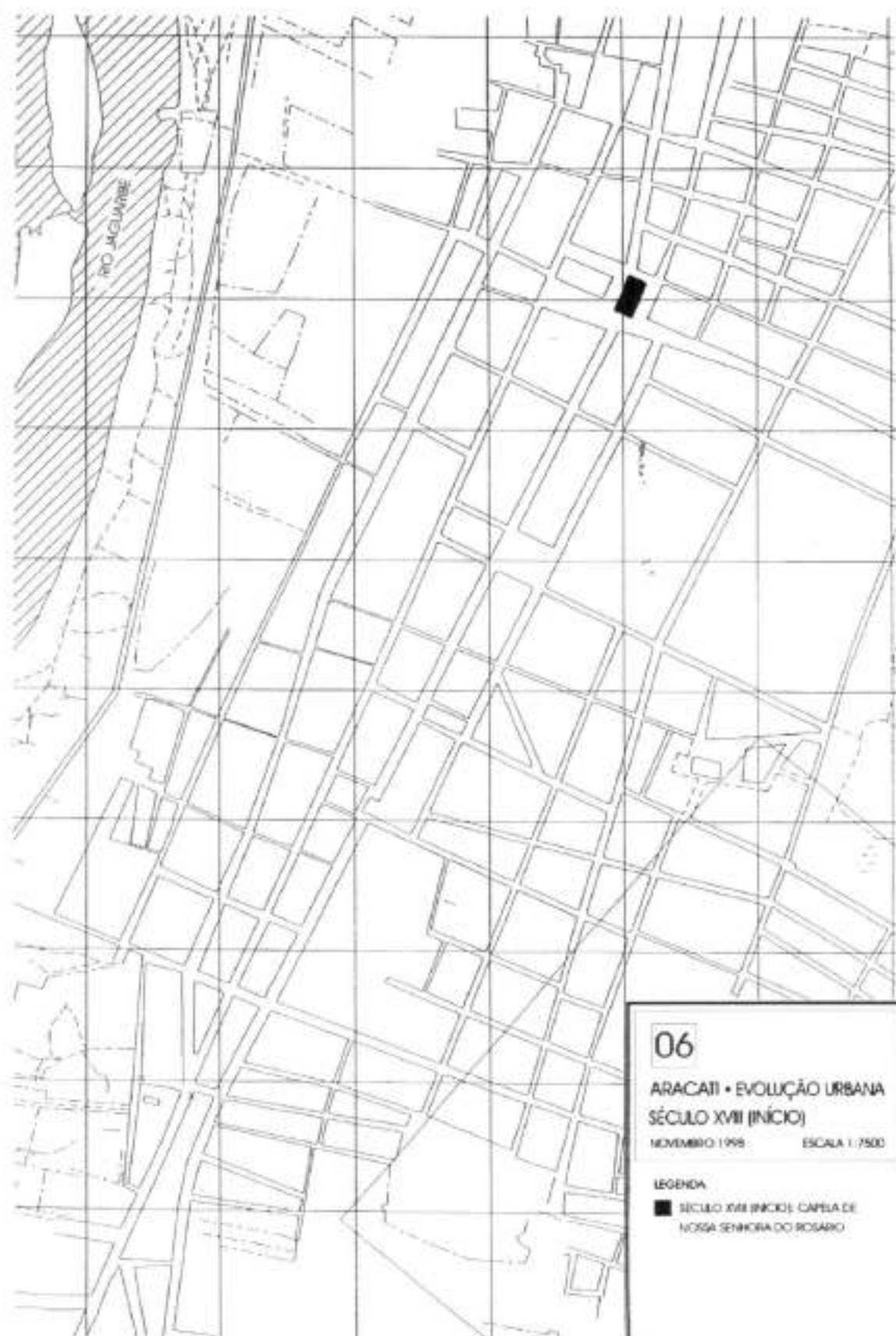


Figura 34 – Evolução Urbana de Aracati – Início do Século XVIII
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Aracati 1998

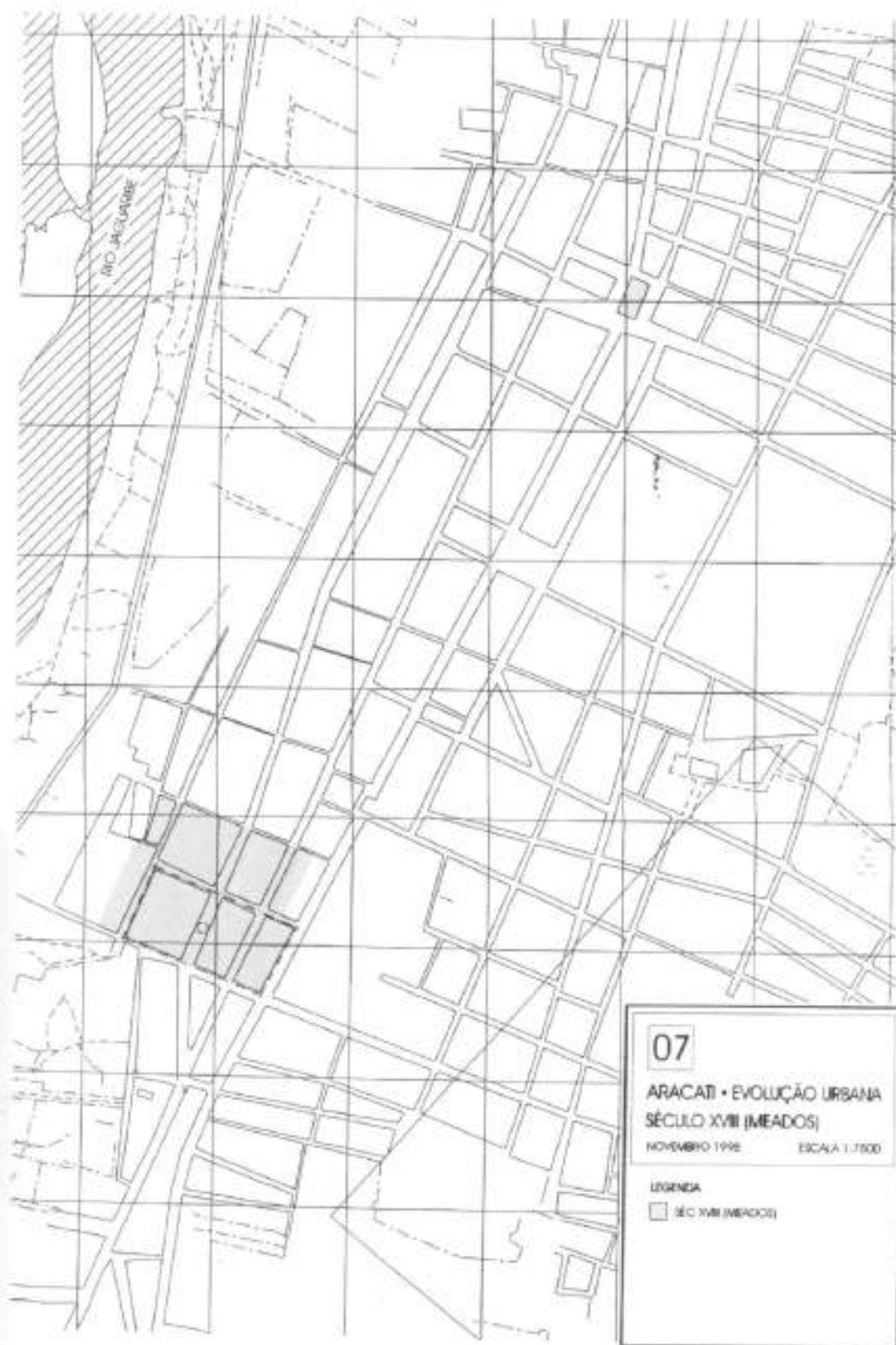


Figura 35 - Evolução Urbana de Aracati - Meados do Século XVIII
Fonte: Estudo para Tombamento Federal - ETF/Aracati 1998

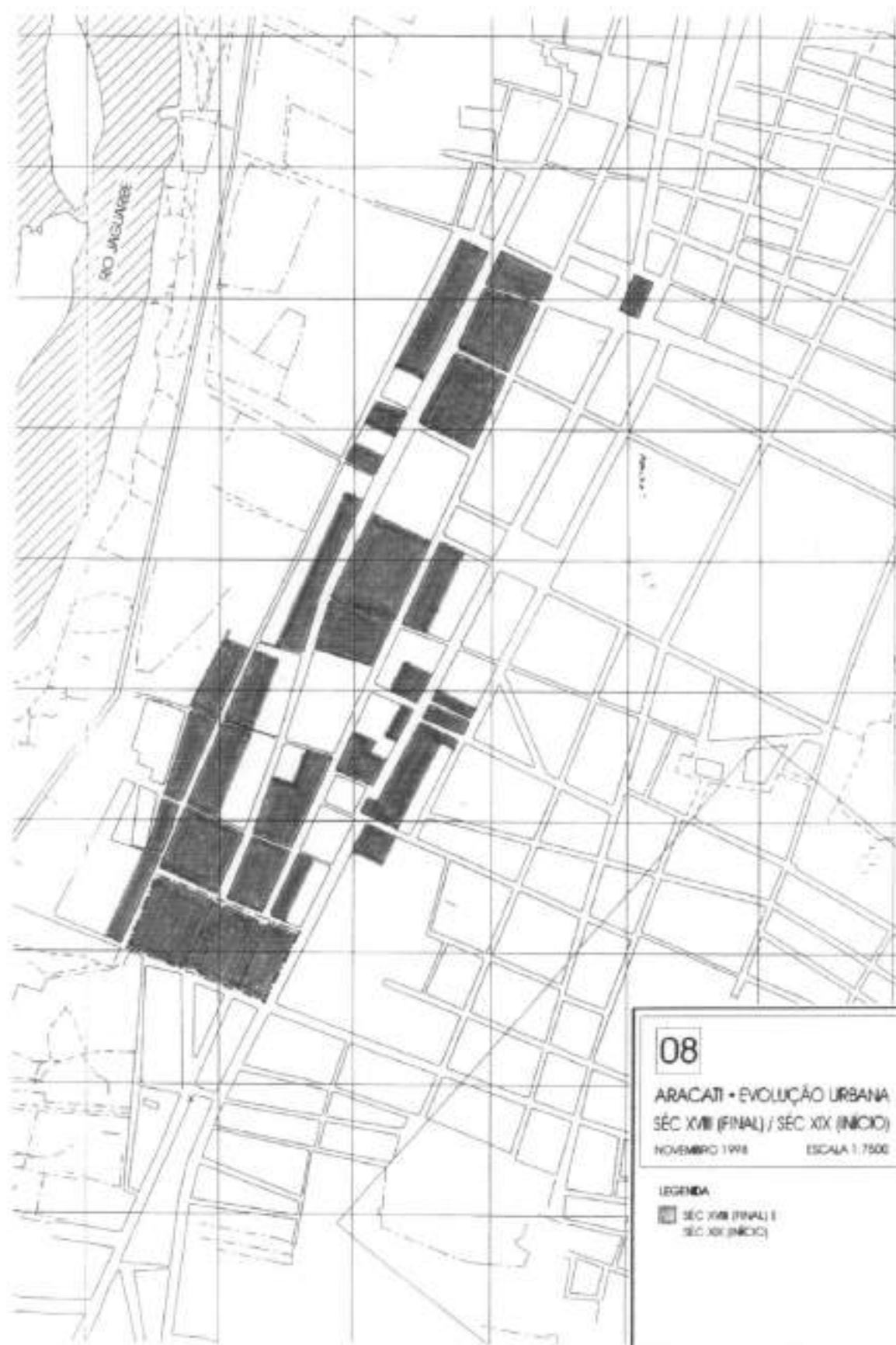


Figura 36 – Evolução Urbana de Aracati – Fim do Século XVIII e início do Século XIX
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Aracati 1998

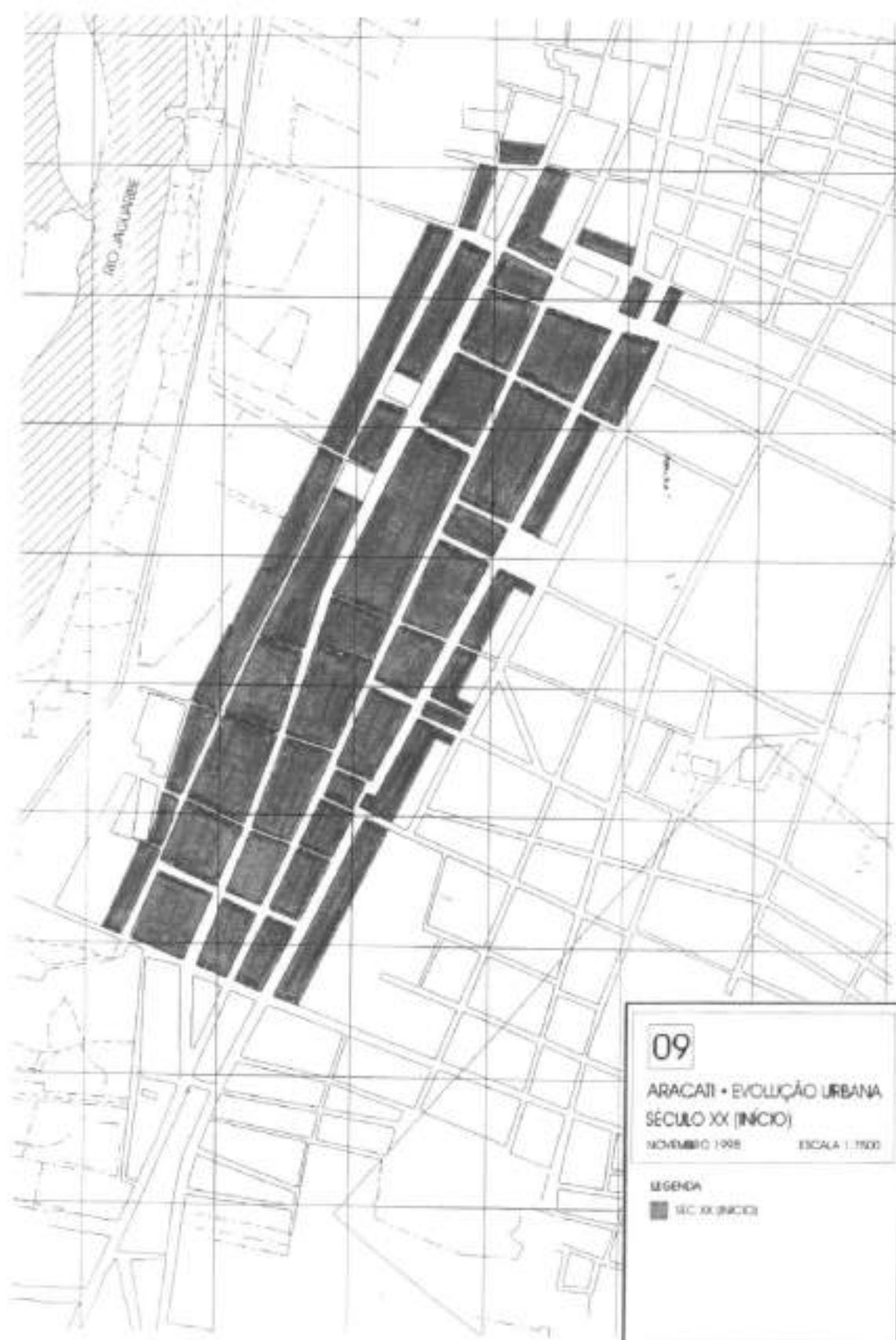


Figura 37 – Evolução Urbana de Aracati – Início do século XX
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Aracati 1998

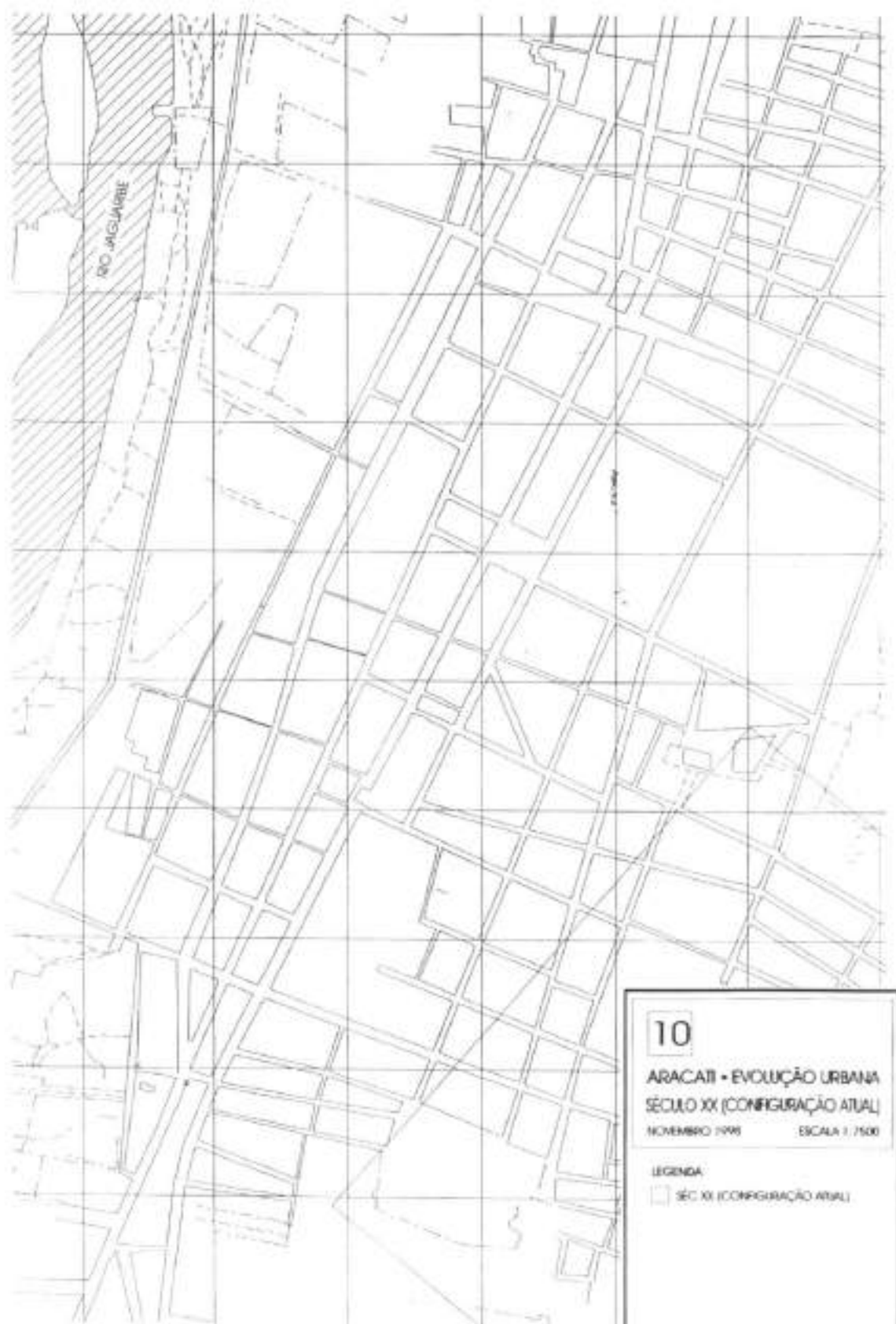


Figura 38 – Evolução Urbana de Aracati – Configuração atual
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Aracati 1998

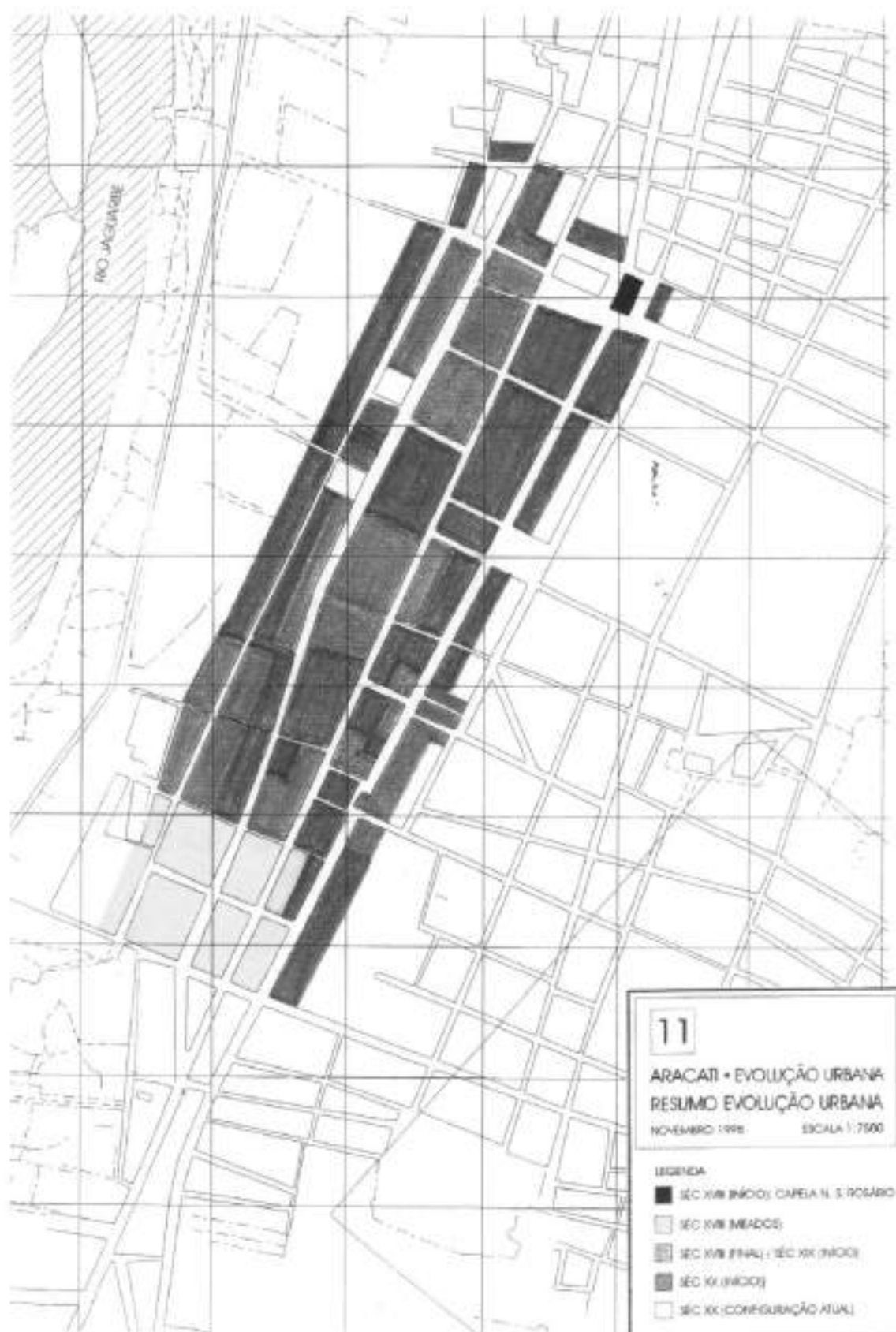


Figura 39 – Evolução Urbana de Aracati – Resumo da Evolução Urbana
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Aracati 1998

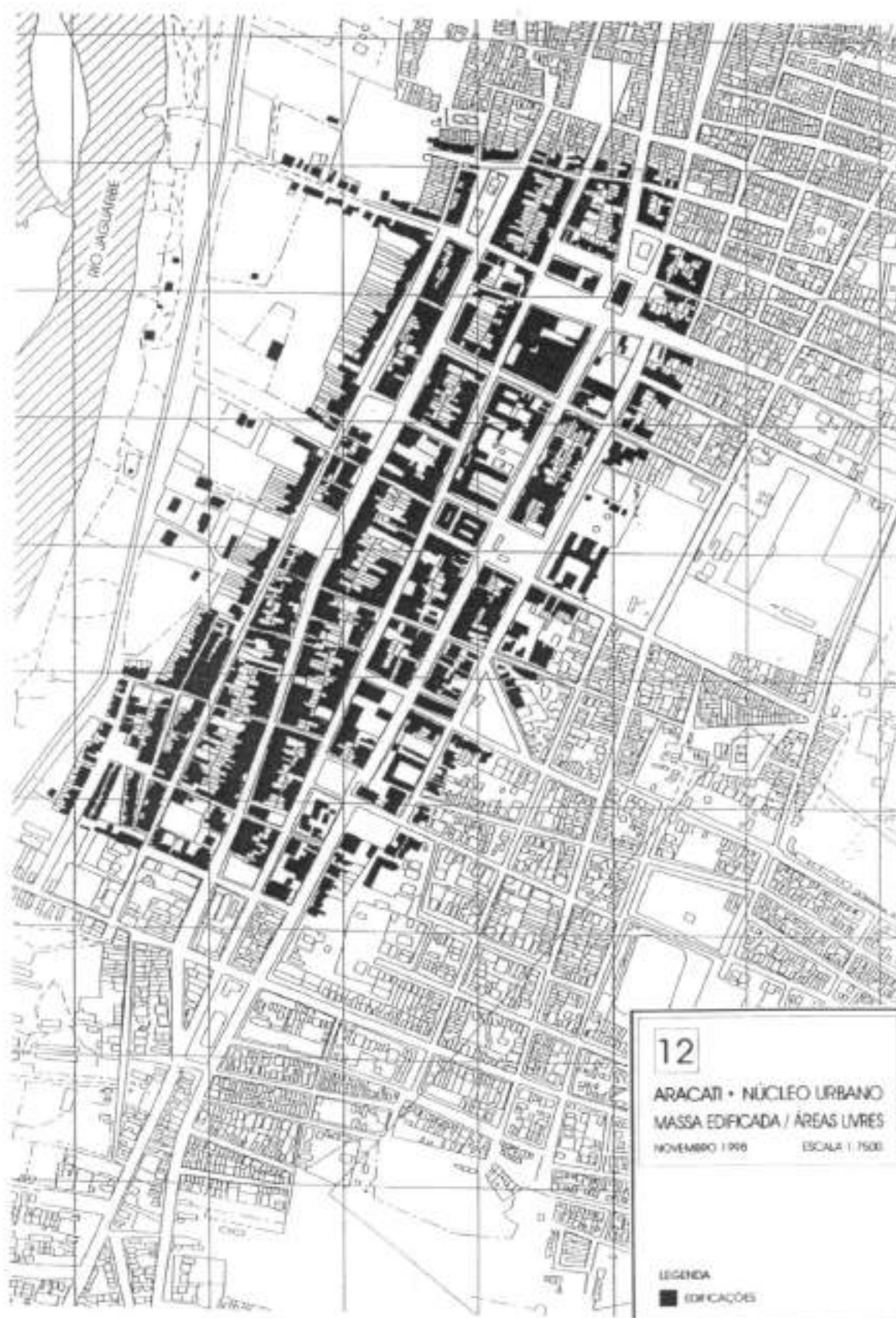


Figura 40 – Evolução Urbana de Aracati – Cheios e vazios
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Aracati 1998

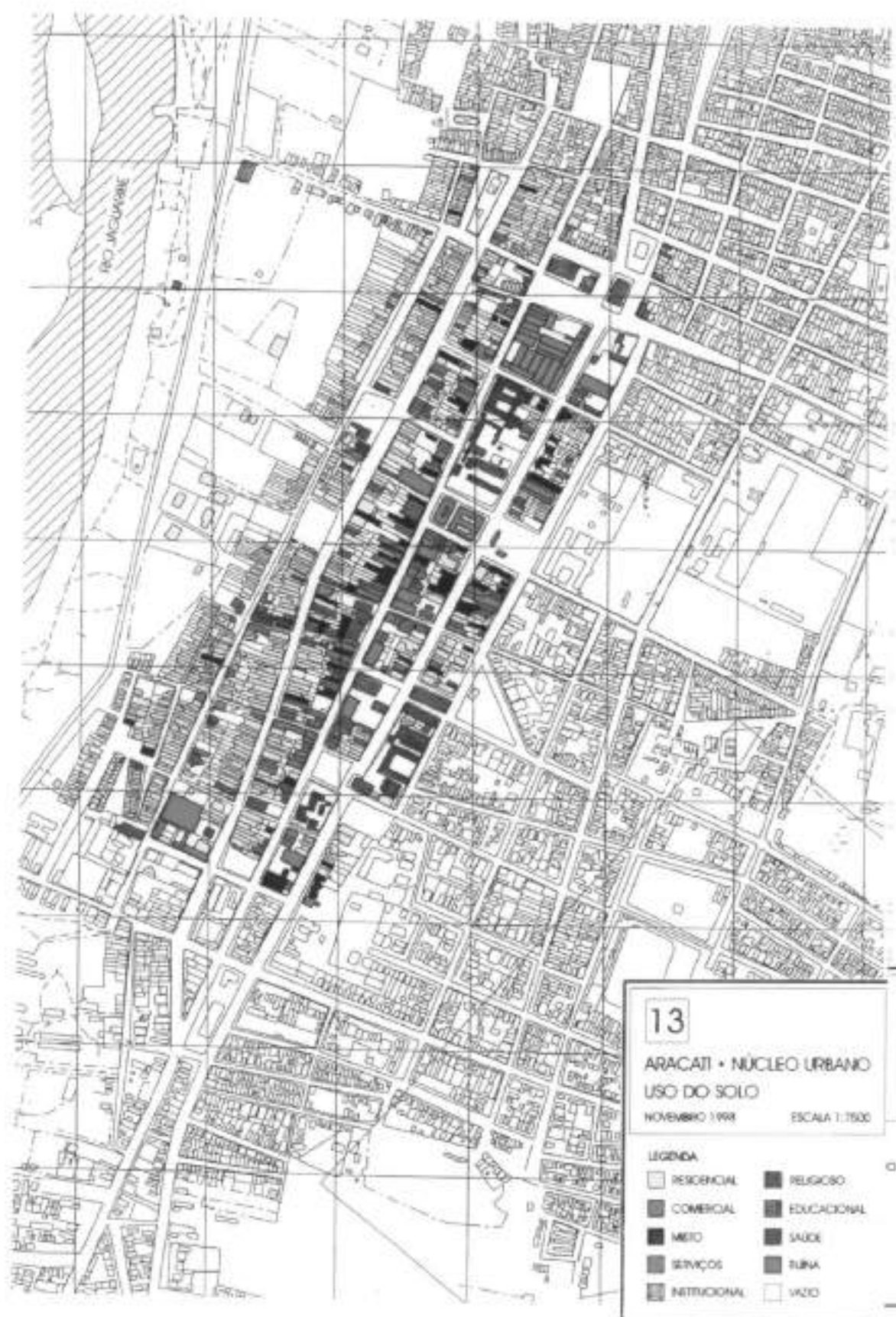


Figura 41 – Evolução Urbana de Aracati - Uso do solo
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Aracati 1998

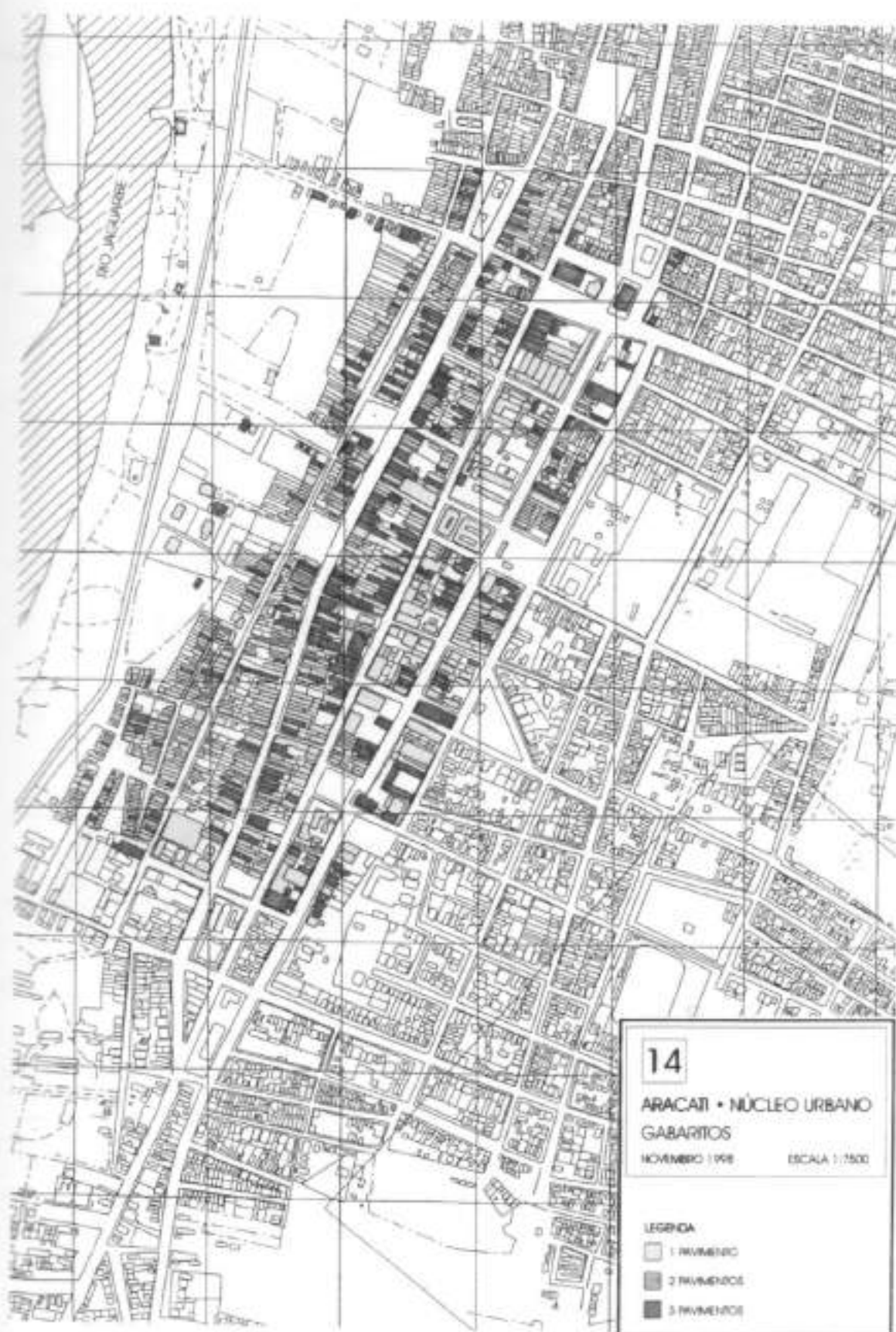


Figura 42 - Evolução Urbana de Aracati - Gabaritos
Fonte: Estudo para Tombamento Federal - ETF/Aracati 1998

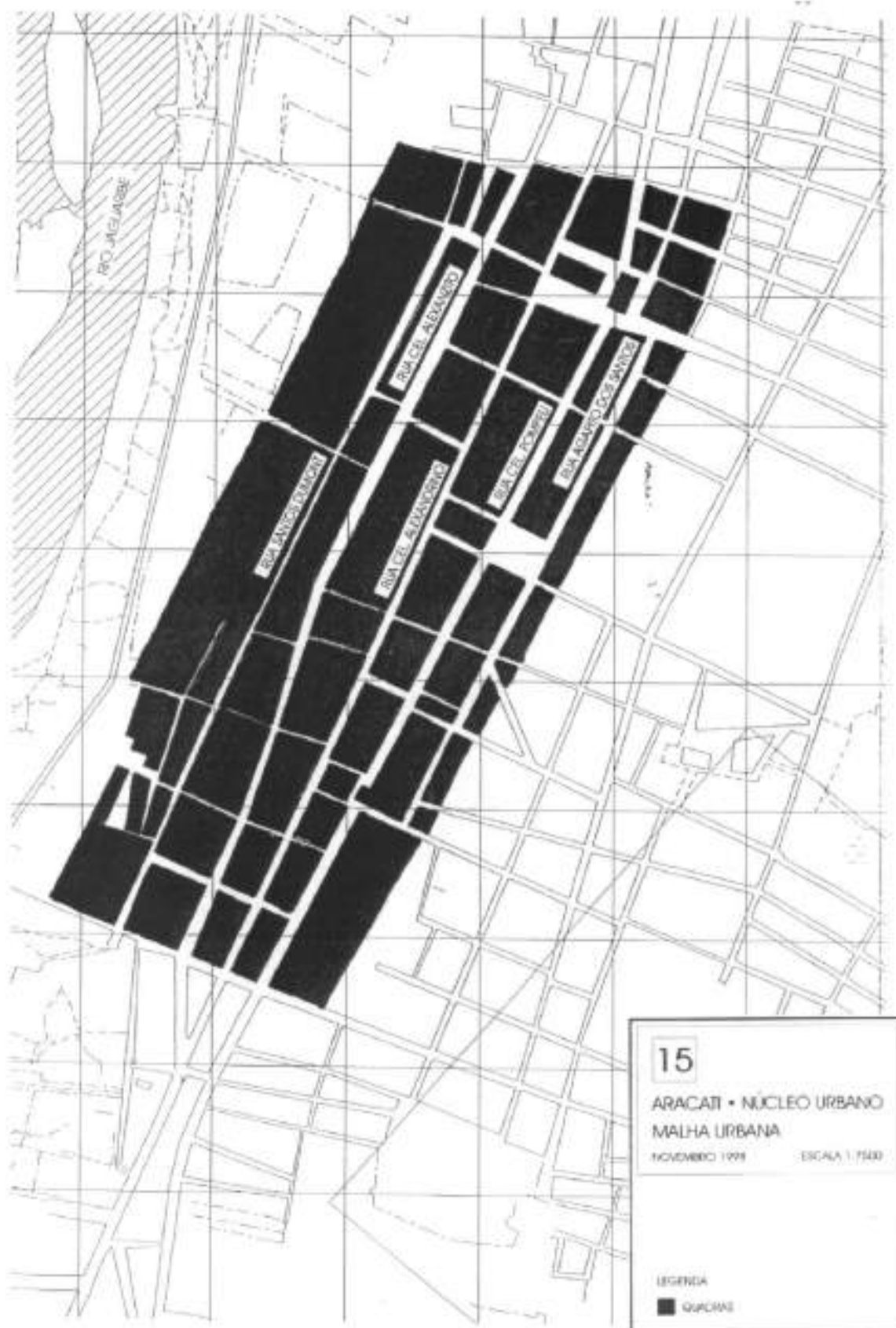


Figura 43 – Evolução Urbana de Aracati – Quadras da Malha Urbana
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Aracati 1998

Os aspectos arquitetônicos e urbanísticos de Aracati são apresentados na forma de um percurso pela cidade, em que se distingue as diversas tipologias construtivas e se analisa o comportamento do acervo edificado pela ação de agentes descaracterizadores. A abordagem primeira do conjunto urbano se faz de ora, mas precisamente da margem esquerda do Rio Jaguaribe (Figura 44), de onde se verifica

sua notável implantação entre elementos naturais de forte apelo paisagístico, o rio e as dunas. As camaubeiras, abundantes na planura infinita do entorno, ajudam a compor o quadro. Neste cenário natural, surge a cidade, cujas construções aparecem permeadas de farta vegetação, presente nos inúmeros quintais integrantes dos lotes edificados (4ª. SR/IPHAN, 1998).



Figura 44 – Vista da cidade de Aracati, a partir da margem esquerda do Rio Jaguaribe/
Fotografia Maurício Albano
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Aracati 1998

Os elementos mais destacados, as torres das igrejas Matriz, de N. Sra. do Rosário e do Bonfim, “sugerem a delimitação do centro histórico, o patrimônio cultural edificado, digno de preservação” (4ª. SR/IPHAN, 1998). Ainda do alto, são

descritos "os jogos volumétricos que os telhados formam entre si [Figura 45], à semelhança de vários centros históricos brasileiros" (4ª.SR/IPHAN, 1998). A Rua Cel. Alexanzito é considerada o principal elemento estruturante do sítio histórico (Figura 46), local onde

ainda se encontra o maior número de edificações antigas, ainda preservadas. Ocupam os lotes em toda a sua largura até a testada frontal e deixam sempre pequenos quintais, arborizados. Os lotes do lado ímpar, com vista para o rio, têm maior número de sobrados. Os do lado par possuem mais casas térreas e muitos deles têm frente também para a rua Santos Dumont, onde ainda há vestígios de entrada de serviço [...] As construções formam uma longa e larga rua, com traçado ligeiramente curvo e canteiros dispostos no seu centro em grande parte de seu percurso [...] A presença do rio constituiu-se em fator determinante para a forma alongada da implantação da urbe (4ª. SR/IPHAN, 1998).

Dessa forma, o desenho da cidade antiga, ainda em boa medida preservado no trecho assinalado, é reconhecido como o acervo a preservar, sendo o limite da preservação a fronteira entre a homogeneidade conservada e a descaracterização, esta, assim como em Icó, própria de "equivocadas idéias de modernização e progresso" (4ª.SR/IPHAN, 1998). Segue-se uma detalhada descrição dos elementos arquitetônicos encontrados no conjunto, tais como, dentre outros, o acabamento superior das edificações, os telhados, as cornijas, as platibandas, os panos de azulejo (Figura 47) e os vãos. São detectados os sistemas construtivos empregados (basicamente maciços de alvenaria portante de tijolo ou pedra, com pequena ocorrência de taipa de sapapo) mediante a análise de alguns exemplares arruinados. Dando início à leitura das principais edificações do sítio histórico, aborda-se a sede do Museu Jaguaribano (antigo sobrado do Barão de Aracati) (Figura 48), tomada na completa conformação de sua arquitetura. Ressalta-se a vizinhança imediata dessa edificação, composta por "outros sobrados de dois pavimentos [...] cujo desenho demonstra o gosto e a



Figura 45 – Telhados dos sobrados do sítio histórico de Aracati
Fotografia Maurício Albano
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Aracati 1998



Figura 46 – trecho da Rua Cel. Alexandino/ Fotografia Maurício Albano
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Aracati 1998

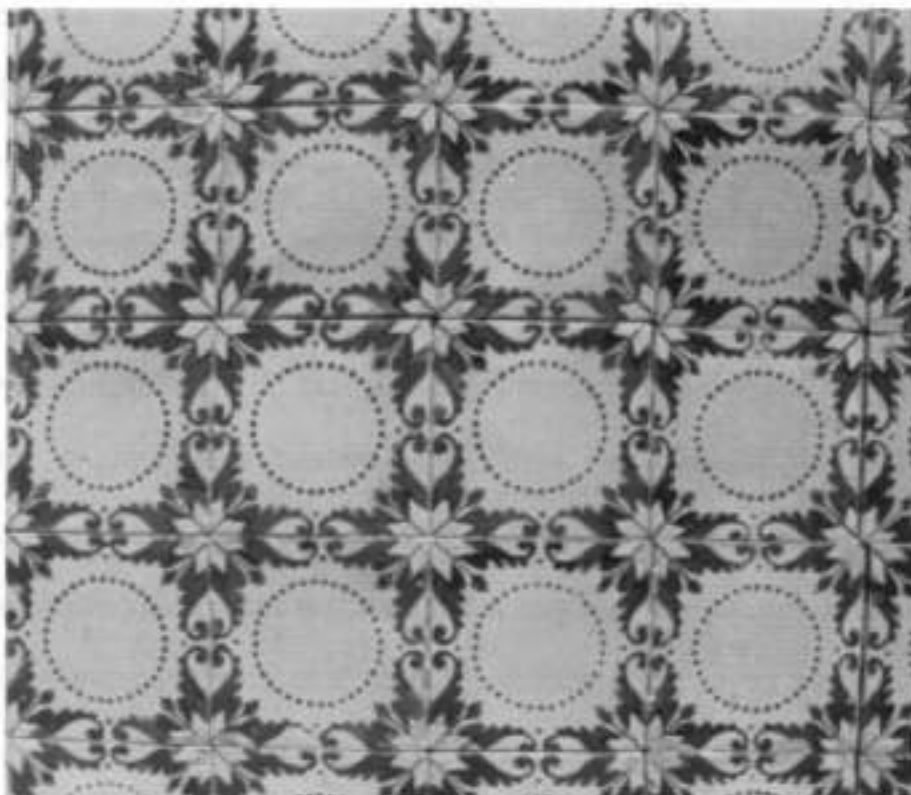


Figura 47 – Revestimento em azulejo decorado existente na fachada do sobrado do Barão de Aracati (atual sede do Museu Jaguaribano) Fotografia Maurício Albano.
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Aracati 1998



Figura 48 – Sobrado do Barão de Aracati (atual sede do Museu Jaguaribano) Fotografia Maurício Albano.
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Aracati 1998

importância de seus construtores" (4ª.SR/IPHAN, 1998), com a intenção da construção de um liame que costure todo o conjunto, este já com os seus limites mais ou menos estabelecidos. A *mélange* de soluções arquitetônicas e artísticas eruditas e populares é também assinalada, como prova da produção de uma arquitetura mestiça, denotadora do traço português, dos materiais e técnicas construtivas autóctones e do braço escravo responsável por sua ereção. Faz-se igualmente, e de forma bastante detalhada, uma descrição dos imóveis construídos nos séculos XVIII, XIX e XX, diferenciando-os conforme suas características arquitetônicas e construtivas, que vão da rusticidade das paredes espessas e vergas em arco abatido dos pesados edifícios do período do couro colonial e do gado (Figura 49), passando pelo requinte dos azulejos, das esquadrias em madeira e vidro e dos balcões em ferro batido das construções do dezenove (Figura 50) até as experiências protomodernas do início do século passado (Figura 51). Destaca-se a presença de setores distintos dentro do conjunto, parcelas homogêneas e artisticamente diferenciadas, cosidas ao restante dos imóveis pela perspectiva dominante da Rua Cel. Alexanzito. A análise, portanto, procura a todo instante associar a arquitetura ao desenho urbano em suas várias escalas, sob o signo dos seus predicados históricos e artísticos conservados, elementos esses que vão determinar a seleção dos exemplares que comporão a área de preservação rigorosa do sítio histórico. A outra poligonal, a de proteção à área tombada, incorporará aqueles setores faltos da arquitetura preservada, salvo alguns exemplares de cunho popular, porém ainda mantendo as bases do traçado urbano e a escala originais. Quanto a estas, vale ressaltar, assim como em Icó, o seu arranjo pombalino, traduzido pela presença de uma rua principal (Rua Cel. Alexanzito, antiga Rua Grande ou do

Comércio), ruas de serviço (Ruas Santos Dumont e Cel. Alexandrino, esta hoje tomada pelo comércio da cidade), pontos focais (as Igrejas, o Mercado Público e a Casa de Câmara e Cadeia) e o rossio (Largo da Matriz). Esse desenho, majoritariamente preservado e composto por um conjunto numeroso e contínuo de edificações conservadas, facilmente legível, será aquele selecionado pela equipe técnica da 4ª.SR/IPHAN para merecer a proteção federal. Encerra-se o roteiro com uma descrição minuciosa das igrejas aracatienses, marcos visuais do percurso, em que se afirma que “todas irão compor a área tombada. Importantes referenciais da cidade, algumas de suas torres podem ser vistas a cerca de um quilômetro e meio de distância” (4ª. SR/IPHAN, 1998).



Figura 49 – Sobrados da família do escritor Adolfo Caminha/ Fotografia Mauricio Albano
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Aracati 1998



Figura 50 – Sobrados à Rua Cel. Alexanzito/ Fotografia Maurício Albano
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Aracati 1998



Figura 51 – Conjunto de imóveis construídos em épocas diferentes no sítio histórico de Aracati/
Fotografia Maurício Albano

Com relação à descaracterização do patrimônio, informa-se que

apesar de sua riqueza, o patrimônio arquitetônico de Aracati tem sido destruído de diversas formas. Têm ocorrido alterações em maior ou menor escala. Algumas reversíveis, outras não. O abandono tem levado à ruína muitas edificações, a demolição intencional leva outras tantas a serem substituídas por novas, muitas vezes de gosto equivocado [...] A linguagem das casas novas contrasta drasticamente com a das antigas, que deveriam ser consideradas (4ª. SR/IPHAN, 1998).

As ações descaracterizadoras se dão, ao ver da equipe técnica que elaborou a instrução de tombamento, "pela inexistência de um grupo de trabalho responsável pela aplicação da lei e de uma ação sistemática de informação, visando atingir os segmentos menos sensíveis da população" (4ª.SR/IPHAN, 1998). A legislação referida é a do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Municipal em vigor à época da realização do estudo, elaborada em 1980 e que estabeleceu áreas bem definidas para proteção do patrimônio edificado. Entretanto, não são apresentadas, à guisa de recomendações ou diretrizes de requalificação urbana, quaisquer propostas para a reversão do processo de destruição e desvalorização verificado ou para desenvolver as necessárias ações de preservação (identificação e documentação/ proteção/ promoção) do acervo construído.

Após a realização desse amplo diagnóstico, são elencadas as motivações que levam o sítio histórico de Aracati a ser indicado para tombamento federal, a saber:

- o fato da cidade, juntamente com Icó e Sobral, ter testemunhado a ocupação da parcela cearense do solo brasileiro. Curiosamente, não se faz menção a Viçosa do Ceará, tão antiga quanto as três citadas;

- ter exercido por longo tempo a liderança econômica da capitania do Ceará, o que, para os técnicos responsáveis pela elaboração do estudo, se evidencia em sua estrutura urbana e em sua arquitetura;

- a permanência bem conservada da maioria dos seus elementos naturais e culturais estruturantes, guardando "na paisagem, topografia, no traçado urbano e nas construções muito do que se produziu nos ciclos econômicos do couro e do algodão" (4ª. SR/IPHAN, 1998);

- o inestimável valor artístico do seu acervo arquitetônico, constituído de "casas térreas e sobrados de maior ou menor porte... e outras edificações de uso não residencial, detentores de linguagem harmônica e ritmada, com detalhes arquitetônicos variados e expressivos" (4ª. SR/IPHAN, 1998);

- o respeito aos antepassados, "que com tanto esmero e criatividade construíram essa cidade" (4ª. SR/IPHAN, 1998);

- o respeito às futuras gerações, "que têm o direito de receber o que produziram seus antepassados" (4ª. SR/IPHAN, 1998);

- a necessidade de ser preservada "uma cidade diferenciada de tantas outras que optaram pela mesmice e pelo lugar comum" (4ª. SR/IPHAN, 1998);

- a necessidade de preservar sua identidade, "em tempos de globalização e de processos superdimensionados de massificação" (4ª. SR/IPHAN, 1998).

Como desdobramentos do tombamento são apontados:

- a preservação da qualidade ambiental para seus próprios moradores;

- a elaboração de um novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano à luz dos requisitos da preservação edilícia de um sítio histórico tombado no âmbito federal;
- a garantia da assessoria técnica do IPHAN aos moradores do conjunto tombado, bem como aos técnicos da área de arquitetura e da construção civil e à Prefeitura Municipal;
- a diferenciação da cidade com relação a tantas outras, “de características mediócras e sem fisionomia própria” (4ª. SR/IPHAN, 1998);
- seu (re)conhecimento nacional e internacional como monumento pertencente ao povo brasileiro.

Por fim, são elencados os valores intrínsecos ao sítio histórico de Aracati, que são aqueles relacionados ao conhecimento e à educação, à história, à economia e à técnica, à arte e à afeição, estes “especialmente caros às comunidades, ligados ao cotidiano dos cidadãos e que falam tão intimamente às suas almas” (4ª. SR/IPHAN, 1998). Nesse ponto do trabalho, se abundam destaques para a riqueza histórica e artística do acervo aracatiense, sente-se falta, na mesma escala, de diretrizes e/ou recomendações para a requalificação física e programática do sítio histórico, assunto do maior interesse, vez que as conseqüências apontadas serão decorrentes da condição de bem imóvel tombado conferido ao antigo conjunto urbano.

O primeiro volume caminha para o seu final apresentando um interessante e importante trabalho, fundamental para a gestão do sítio histórico: o levantamento dos perfis da Rua Cel. Alexanzito, em número de 15(quinze) (Figuras 52 e 53), nos quais são apresentados em detalhe os imóveis componentes do grande elemento estruturante do núcleo histórico. Os desenhos

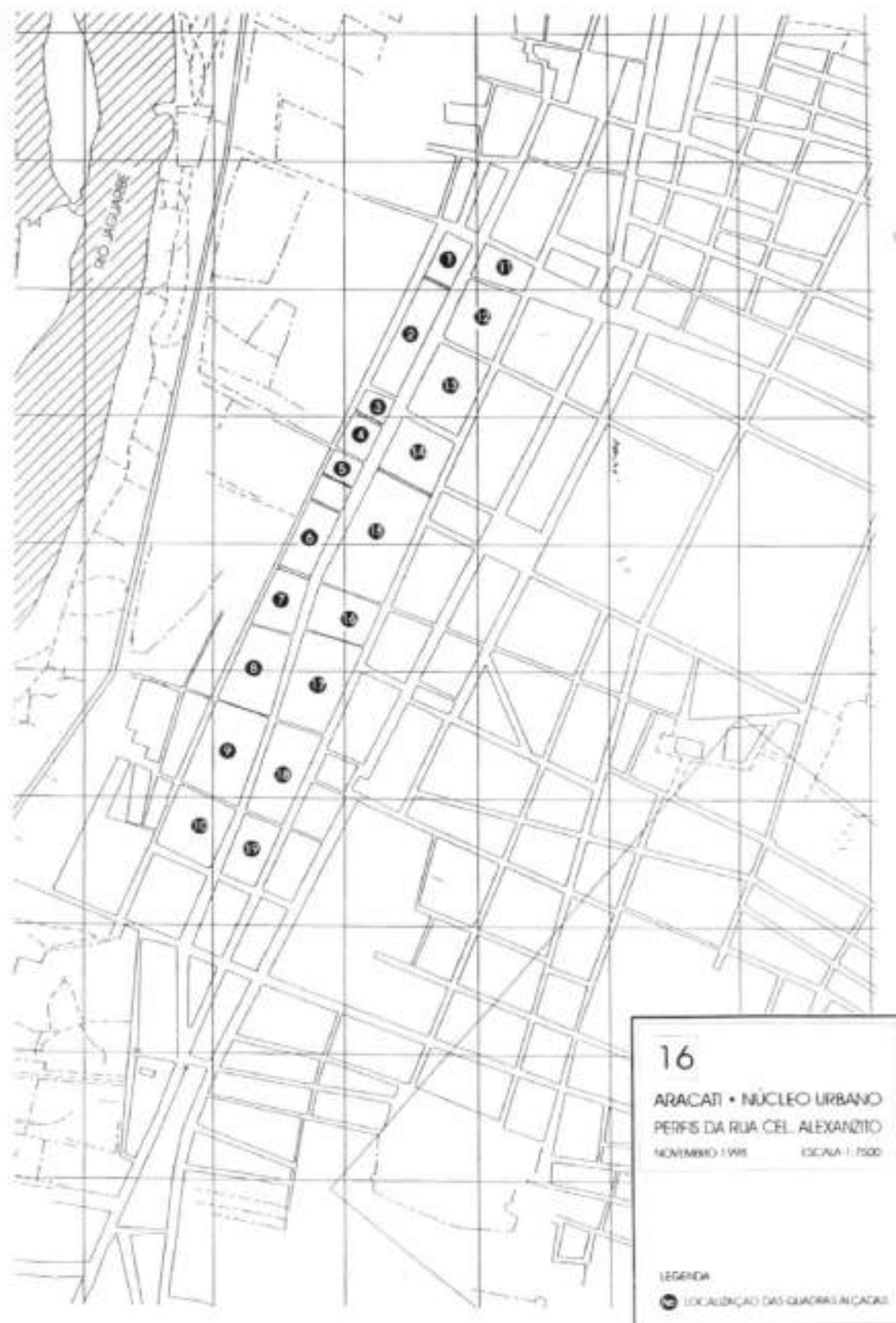


Figura 52 – Conjunto de perfis da Rua Cel. Alexandrino
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Aracati 1998

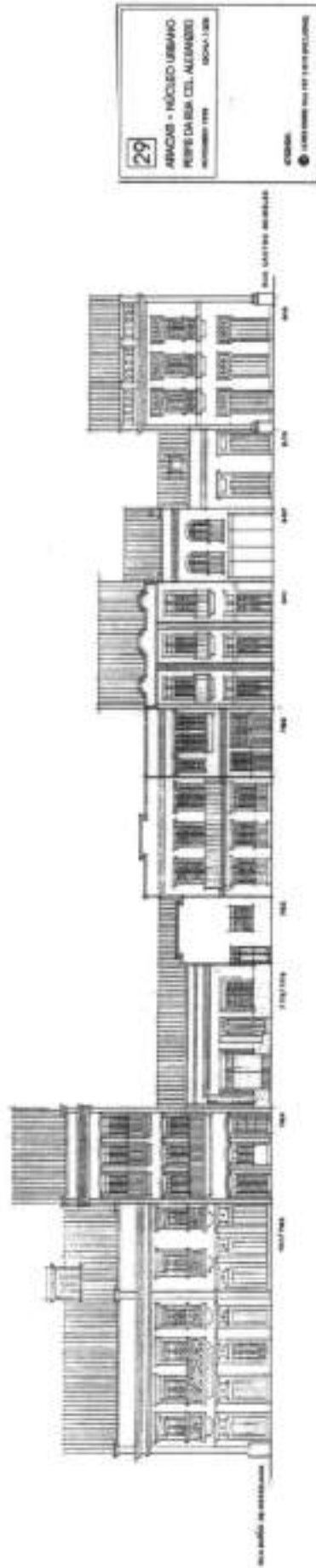


Figura 53 - Perfil do trecho da Rua Cel. Alexandre, situado entre as Ruas Barão de Messejana e Castro Meireles (16)
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal - ETF/Aracati 1996

permitem, com maior riqueza de informação do que o elaborado para a Rua Ilídio Sampaio, em Icó, uma apropriação completa da ambiência da via principal do conjunto, facilitando o trabalho de análise das novas intervenções em prédios existentes ou nos vazios urbanos. Por outro lado, possibilita, a partir de uma crítica fundada nas atividades que dão suporte ao sítio histórico, no processo de descaracterização que o desvaloriza, na carência de equipamentos públicos, dentre outros aspectos, pensar-se em um projeto global de requalificação do ambiente urbano no trecho assinalado, o qual poderia ter sido adiantado, em nível de recomendações, quando da apresentação das consequências do tombamento.

Ao final, as descrições das poligonais de tombamento e entorno (Figura 54) nada mais são do que a materialização e reiteração do que foi dito até aqui: a escolha rigorosa e econômica das áreas merecedoras do tombamento, com base no valor histórico e artístico do seu *recheio* arquitetônico, urbanístico e paisagístico, tomado ainda em termos de homogeneidade e continuidade. Com efeito, reservou-se um setor, definido como de proteção rigorosa, composto basicamente pelo estirão da Rua Cel. Alexanzito e balizado a noroeste, nordeste, sudeste e sudoeste, respectivamente pelas Ruas Santos Dumont, Cel. Alexanzito, Rua Dragão do Mar, miolo das quadras entre as Ruas Cel. Alexanzito e Cel. Alexandrino e a vizinhança da Igreja de N. Sr. do Bonfim. Ligados a essa poligonal, por linhas imaginárias estendidas através das travessas, foram protegidos de forma isolada as igrejas de N. Sr. do Bonfim e cemitério, de N. Sra dos Prazeres e de N. Sra. do Rosário, bem como o Mercado Público e o conjunto formado pelo Nicho do Bom Jesus dos Navegantes, a Fábrica Santa Therezinha, o sobrado de Chico Leite e a Igreja Matriz. A poligonal envoltória, abrangendo área considerável, organiza-se a sudeste pela Rua Miguel Felismino, a sudoeste

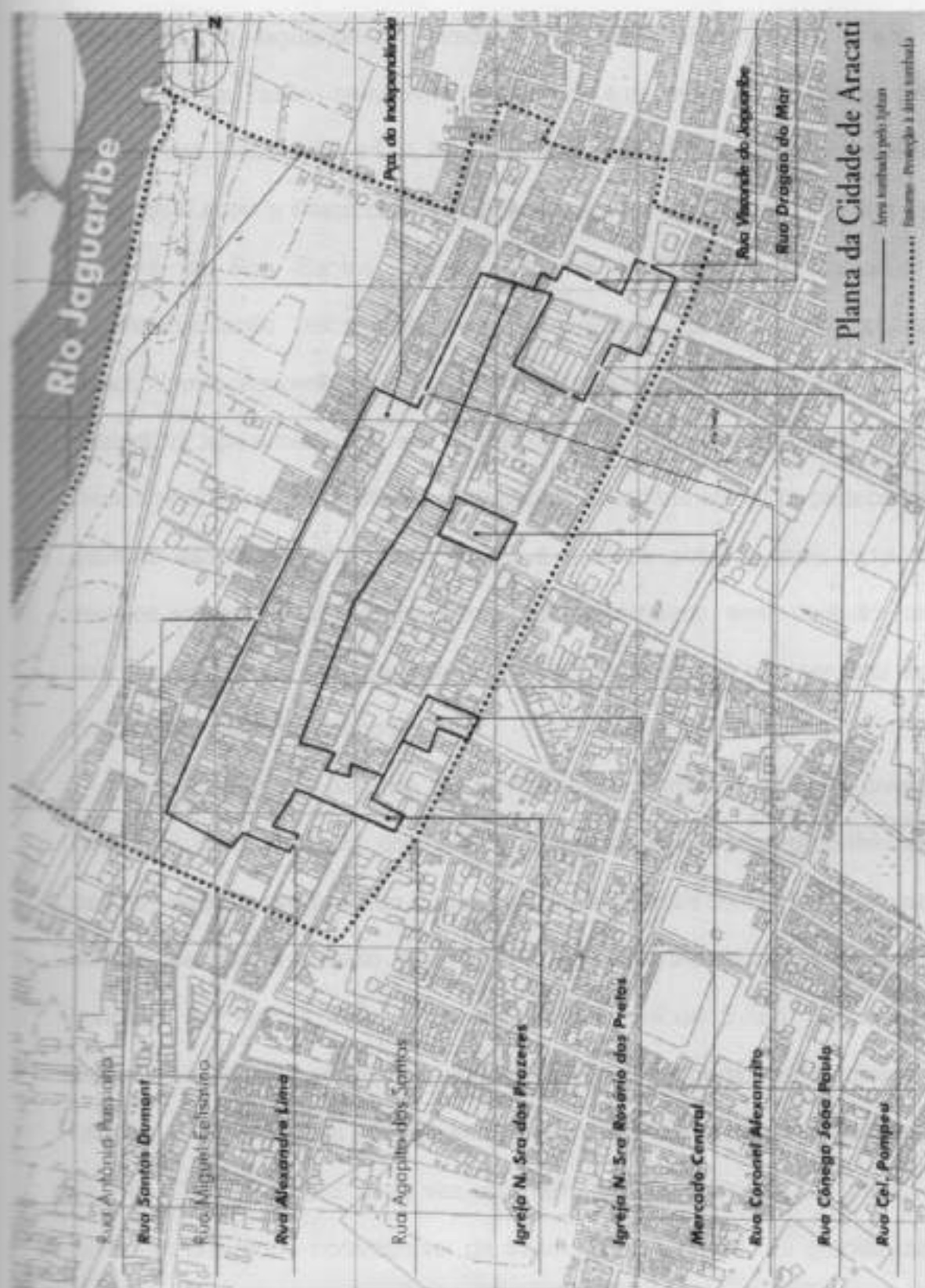


Figura 54 – Polígonos de Tombamento do Sítio Histórico de Aracati
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETI/Aracati 1998

pela via que dá acesso à sede da Prefeitura Municipal, a noroeste pela margem direita do Rio Jaguaribe e a nordeste nas áreas posteriores à Igreja Matriz. Somente pelas razões anteriormente expostas é que se pode justificar a exclusão da Rua Cel. Alexandrino e Cel. Pompeu, do trecho da Rua Cel. Alexanzito situado a noroeste entre a Praça da Independência e a Rua Dragão do Mar e a fachada sudeste da Rua Santos Dumont, setores esses todos prejudicados pela descaracterização física dos seus elementos e, portanto, heterogêneos e descontínuos. Ao contrário do que foi estabelecido para Icó, o sítio histórico de Aracati foi apropriado para ser percebido desde fora pela garantia de amplas visuais abertas, o que explica a extensão da envoltória até o rio, para controle do gabarito das áreas ribeirinhas. Quanto à área de entorno, essa inclui apenas aqueles setores que mantêm a trama urbana inalterada, sem, contudo, exibirem maiores predicados nos seus exemplares arquitetônicos, a não ser uma ou outra curiosa realização de cunho popular.

O segundo volume do ETF/Aracati se inicia com uma coleção de desenhos das principais tipologias arquitetônicas do sítio histórico, a qual, partindo daquelas edificações mais singelas até às mais complexas e rebuscadas, constitui-se num inventário ricamente ilustrado da excepcionalidade artística e histórica de Aracati. Os exemplares arquitetônicos foram minuciosamente selecionados para espelharem o que de melhor existe no acervo da cidade. Essa relação, que inclui ainda aqueles imóveis tomados isoladamente e ligados à área da Rua Cel. Alexanzito, uma vez complementada e somada aos perfis desta, perfazem um grupo considerável de informações urbanas, de grande utilidade para as instâncias responsáveis pela gestão e controle dos setores tombados.

Encerrando a brochura, tem-se, na mesma linha, um registro fotográfico do conjunto, organizado como ilustração do roteiro anteriormente descrito. As imagens se sucedem, partindo de tomadas externas ao sítio histórico, em que se divisa sua realçada relação entre natureza e cultura, passando pelas diversas tipologias arquitetônicas até os materiais e sistemas construtivos que constituem a sua arquitetura, com destaque para os azulejos estampilhados portugueses. Procurou-se expor mais a obra isolada que os espaços entre os edifícios, o que é um equívoco, haja vista a riqueza espacial, nas mais variadas escalas, de que é detentora.

Assim como para Icó, a visão que se tem do estudo é a de um dossiê elaborado rigorosa e aprofundadamente sobre os valores históricos e artísticos de um conjunto urbano iniciado no período colonial, igualmente baseado nos conceitos da Nova Historiografia (mas no que esses têm de mérito em reconhecer a contribuição cultural de outros grupos sociais, além dos socialmente hegemônicos) e extremamente exigente quanto à seleção da arquitetura e da paisagem digna de referência. Há uma clara relação estabelecida entre o enfoque urbanístico e a preservação edilícia, porém sem produzir recomendações ou propostas intervencionistas de vulto, necessárias à requalificação e revitalização do sítio histórico. Quanto às áreas resultantes da operação preservacionista, pode-se dizer o mesmo que foi afirmado para Icó: foram selecionadas com a economia e o rigor do recorte de um esteta modernista, avaro com a feiúra e o gosto duvidoso e generoso com a simplicidade e o silêncio da cidade antiga.

3.3. Análise do Estudo para Tombamento Federal do Conjunto Urbanístico da Cidade de Viçosa do Ceará - ETF/ Viçosa do Ceará



Figura 55 – Capa do ETF/Viçosa do Ceará 2002
Desenho Domingos Linheiro

O município de Viçosa do Ceará, com 1.283 km² e implantado a 729 m do nível do mar, situa-se na mesorregião noroeste e na microrregião Ibiapaba. Tem como distritos Viçosa do Ceará (sede), Quatiguaba, Padre Vieira, Lambedouro e General Tibúrcio. Foi criado em 08 de maio de 1758 e finalmente instalado em 07 de julho de 1759. Erguida no alto da Chapada da Ibiapaba, foi também conhecida como Vila Viçosa Real da América. O Censo IBGE/2000 calculou para o município uma população de 45.427 pessoas, com estimativa de 47.768 para 2004.

Elaborado em 2002 pela equipe técnica da 4ª.SR/IPHAN, o trabalho divide-se em quatro volumes: o primeiro é constituído pela introdução, dados gerais sobre o município de Viçosa do Ceará, cartografia municipal, histórico e cartografia da formação e evolução urbanas, estudo relativo às tipologias arquitetônicas e urbanísticas, motivações e justificativas do tombamento,

recomendações, poligonais de tombamento e entorno, textos escolhidos e anexos contendo bibliografia e ficha técnica; o segundo contém um levantamento fotográfico de imóveis, logradouros e paisagens da cidade e do sítio histórico; o terceiro apresenta o levantamento arquitetônico das principais tipologias edilícias da cidade; e o quarto, os perfis das quadras que compõem o núcleo objeto do tombamento federal.

No primeiro volume, sua introdução informa que a instrução para tombamento do sítio histórico

foi precedida e de certa forma motivada por solicitação para tombamento federal elaborada em 1999 pelo Prof. Arq. José Liberal de Castro, [...], para a Igreja de N. Sra. da Assunção, elemento central do conjunto urbano de Viçosa do Ceará e possuidor de um recheio de rara beleza e importância histórica, que é o forro de painéis pintados em policromia de sua capela-mor (4ª.SR/IPHAN, 2002) [Figuras 56 e 57].

Em seguida, diz do método empregado para a elaboração do trabalho, o qual ofereceu como produto um conjunto de informações que parte da pesquisa histórica do processo de formação e evolução urbana indo até à elaboração dos perfis das quadras,

mediante exaustivas pesquisas de campo (levantamentos, inventários, etc) e de ateliê (visita a acervos, arquivos, bibliotecas, instituições de pesquisa, leituras e demais estudos bibliográficos), necessárias e complementares à sua constituição, [com a finalidade de expor] uma visão mais abrangente do quadro urbano de Viçosa do Ceará (4ª.SR/IPHAN, 2002).

Os dados gerais sobre o município informam sobre área, porcentagem da área em relação ao Estado, altitude, latitude, longitude, microrregião, limites, distância com relação a Fortaleza, toponímia ("proveniente da denominação de vilas portuguesas, [havendo] outras cidades com o mesmo nome no Brasil" (4ª. SR/IPHAN, 2002)), variação toponímica, população, distritos, acidentes



Figura 56 – Igreja Matriz de N. Sra. da Assunção/ Fotografia Jacques Antunes
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Viçosa do Ceará 2002



Figura 57 – Detalhe do forro da capela-mor da Igreja Matriz/ Fotografia Jacques Antunes
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Viçosa do Ceará 2002

geográficos e recursos hídricos, pluviometria, criação do município, instalação do município e padroeira (N. Sra. da Assunção). Na cartografia municipal, a cidade surge no mapa do Estado em conjunto com os demais núcleos iniciais da ocupação do território cearense em enquadramento geográfico. São mostrados também mapas da extensão da superfície municipal com os distritos e os municípios vizinhos, da malha da sede e do sítio histórico.

A sinopse histórica relativa aos processos de formação e evolução urbanas se inicia com a notícia dos esforços de conquista da Serra da Ibiapaba, onde a cidade se situa, terem se iniciado no período em que Portugal e suas colônias estiveram sob o domínio espanhol (1580 -1640). Afirma-se que, nos relatos de viajantes e estudiosos, são diversas as referências e descrições da cidade ao longo dos três séculos de sua história, as quais "enaltecem a natureza e [...] mencionam a existência de igrejas, de caminhos e a organização da Aldeia dos Jesuítas, ressaltando a disposição das casas no espaço territorial e empregando alguns pontos de referência para situá-las" (4ª.SR/IPHAN, 2002). São descritas as iniciativas pioneiras de conquista e colonização do território empregadas por figuras tais como Pero Coelho de Sousa, o Padre Antônio Vieira (figura destacada do barroco português e autor da *Relação da Missão da Serra da Ibiapaba*) e o Padre Ascenso Gago, fundador da Vila Viçosa Real da América nos anos finais do século XVII. São enumerados vários documentos antigos que fazem menção à cidade, destacando-se o relato do piloto Manoel Roiz dos Santos (1759), produzido quando de sua passagem pela Ibiapaba por ocasião da expulsão dos jesuítas, o qual apresenta detalhes geográficos e dos recursos econômicos da aldeia. Outro trabalho ressaltado é a *História da Comissão Científica de Exploração*, publicado em 1962 por Renato Braga, que traz o

relatório do grupo de cientistas e intelectuais que, em visita ao Ceará em 1860, chefiada pelo botânico Freire Alemão e financiada pelo Imperador Pedro II, esteve em Viçosa do Ceará durante um mês, dizendo da cidade estar "em caminho da prosperidade" (ALEMÃO apud 4ª.SR/IPHAN, 2002). Foram também consultadas as posturas municipais da cidade existentes no século XIX com o intuito de "reconstruir um pouco da vida social daquele período" (4ª.SR/IPHAN, 2002). A história da formação da cidade é contada a partir da consideração da necessidade do extermínio dos índios como condição indispensável para o sucesso do empreendimento colonial lusitano, vez que,

ao chegar ao Brasil, o europeu encontrou cerca de 230 nações indígenas que precisaram ser eliminadas física e culturalmente para expansão do projeto capitalista, baseado, no espaço hoje conhecido como o Nordeste, na cultura da cana-de-açúcar e na criação de gado vacum. Nesta dura tarefa colaboraram, no início, os padres jesuítas, que, através dos aldeamentos, neutralizavam os pajés, impondo novas lideranças e desmantelando as organizações sociais indígenas (4ª. SR/IPHAN, 2002).

A Serra da Ibiapaba é exposta como local de refúgio dos nativos, os quais, em sua maioria do tronco Tupinambá e totalmente descrentes dos europeus, buscavam implantar-se na chapada "com a intenção de formar um estado indígena, livre da influência européia" (4ª. SR/IPHAN, 2002). Esse projeto, é claro, não era do interesse dos portugueses ambiciosos de sua hegemonia no Ceará; logo, buscaram aniquilar a resistência indígena e garantir a posse da região, esta percorrida por importante estrada aberta pelos Tabajaras que ligava o porto de Camocim à chapada, no dizer de STUART FILHO, "uma das mais remotas vias de penetração rasgadas através das regiões setentrionais do Ceará" (apud 4ª. SR/IPHAN, 2002). Nesse passo, a posição hoje ocupada por Viçosa do Ceará, no alto da serra, é apontada como altamente estratégica e razão de sua construção, pelo fato de facilitar os contatos entre Pernambuco e Maranhão, capitania esta, à

época, que atraía a presença de estrangeiros, ameaçando o domínio português.

Esses, em sua maioria, eram franceses, os quais, com as tribos da Ibiapaba,

eram responsáveis pelo primitivo comércio do Ceará no século XVII, [cujas mercadorias eram] fios de algodão, algodão em vara, redes, pimenta, gengibre e toras de madeira de tinturaria, de talha e de lei, de variadas espécies fitológicas (STUDART apud 4^a.SR/IPHAN, 2002).

Como a navegação até o Maranhão era difícil, os caminhos por terra eram os mais indicados apesar da resistência indígena, a qual, entre a metade do século XVII e o início do século XVIII, recrudescceu com a chamada "Guerra dos Bárbaros, envolvendo as tribos do Nordeste. Portanto, a catequese era o meio de apaziguar os indígenas e garantir o livre trânsito por terra, cabendo aos padres jesuítas a tarefa de catequizar os índios e impedir a formação da confederação" (4^a.SR/IPHAN, 2002), o que fez com que várias missões fossem enviadas à Ibiapaba com esse fim. Fundamenta-se, então, o trabalho com trechos de relatos de religiosos que chegaram à missão serrana, dentre eles aqueles contidos na *Relação do Maranhão*, o mais antigo documento da história do Ceará, escrito em 1608 pelo Pe. Francisco Pinto, e o relato do Pe. Antônio Vieira, à época superior da Companhia de Jesus no Maranhão, chefe da quarta missão e o primeiro etimologista da palavra Ibiapaba (*serra talhada*). É também descrita a expulsão dos jesuítas da serra em 1662, causada por seus conflitos com os sesmeiros, estes desejosos em semear a cizânia entre as tribos para facilitar a escravização dos índios. A criação de Viçosa do Ceará em 1699 pelo Pe. Ascenso Gago, assim, insere-se no rol das ações desenvolvidas com o intuito de garantir a expansão do projeto colonial nesta porção do país, tendo nas fazendas de criar a base da "ocupação do sertão pelo colonizador, o que só se tornou possível após longo período de guerra e do completo aniquilamento indígena" (4^a.SR/IPHAN,

2002). É apontada como fundamental para o desenvolvimento da vila a capela de N. Sra. da Assunção, centro da catequese jesuítica na região e em torno da qual chegaram a viver cerca de 6.000 moradores, fazendo com que a Vila Viçosa Real da América fosse considerada uma das maiores missões jesuíticas do Brasil. Recorre-se a estudiosos dessas antigas aglomerações para explicar a estrutura econômica das missões, fundada em um sistema que previa tanto a produção interna quanto a comercialização externa do excedente. No caso local, afirma-se que, à falta de um mercado interno pujante, a vila se abastecia através de um sistema de trocas com pequenos povoados cearenses e do Piauí, evidenciando uma incipiente economia, baseada em moedas curiosas, tais como rolos de pano e os *nimbós*, novelos de fio de algodão, porém entranhada nos sertões pelos caminhos sertanejos ou *ladeiras*, resultado das ligações entre Viçosa, as oficinas de Camocim e Acaraú, a Serra dos Cocos, o Piauí e o Maranhão. Dessa forma,

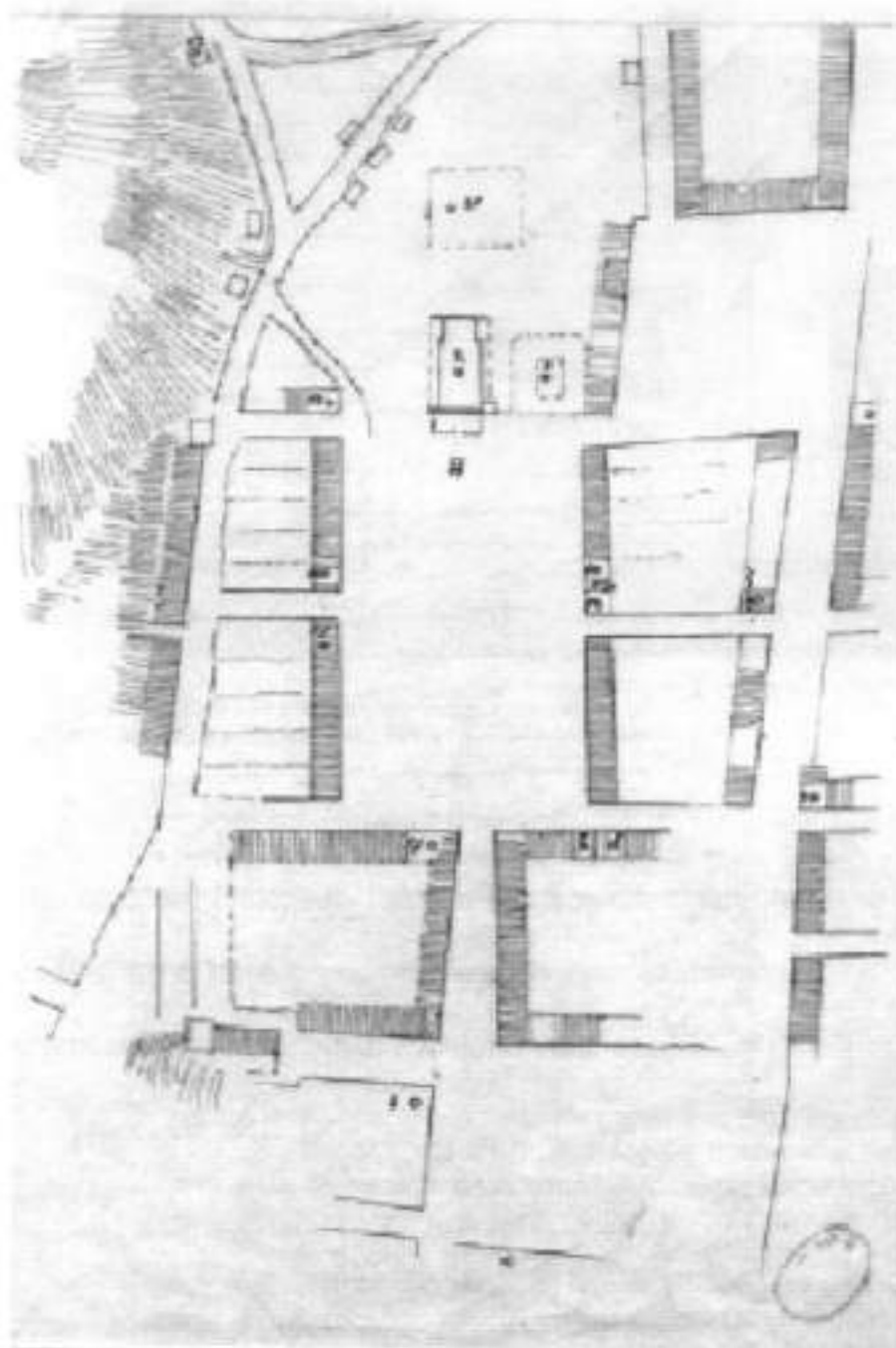
não há dúvida que o estabelecimento da pecuária associado ao entroncamento das vias comerciais estabelecidas na zona norte da capitania garantiu por meio século o desenvolvimento da Aldeia da Ibiapaba possibilitando a edificação do hospício, de igrejas e ampliando as vias de comunicação (4ª.SR/IPHAN, 20020).

posteriormente entrando em decadência com a expulsão dos jesuítas em 1759 pelo Marquês de Pombal. O advento do século XIX na povoação é descrito, em seu início, como um tempo de atraso e ruína, justificado pelo fracasso do comércio e pelo abandono da vila. Fala-se da preocupação com o meio ambiente e higiene, presente em diversas posturas municipais viçosenses, essas, em sua maioria, inspiradas no código de Fortaleza. Mediante essas informações, chega-se à constituição física da vila no período, “na qual predominavam as casas de taipa, muitas das quais sem reboco e a grande quantidade de choupanas” (4ª. SR/IPHAN, 2002), as quais, por sua fragilidade, não chegaram aos dias atuais, ao

contrário da estrutura urbana, ainda presente. Informa-se que em 1844 foi criada postura municipal que estabeleceu as primeiras medidas disciplinares dos usos e ocupações no espaço urbano de Viçosa, quadro esse que é minuciosamente revelado nas palavras de Freire Alemão no relato produzido após sua passagem pela cidade em 1861, o que fez com que se afirmasse no estudo que “a aldeia repete o espaço missionário de outras aldeias jesuíticas” (4ª.SR/IPHAN, 2002), imagem essa ainda preservada na cidade. (Figura 58):

a estrutura urbana da missão jesuítica parte de um núcleo organizador configurado pela grande 'P'ajaza' à qual se tem acesso por uma avenida central que desemboca justamente no eixo de acesso à Igreja. A configuração axial se complementa no desenvolvimento de um núcleo frontal que integra o Colégio e a residência dos Jesuítas, o Templo e o Cemitério. Este núcleo principal serve de limite visual e dá forma ao povoado que, desta forma, só pode crescer nas outras três direções (GUTIERREZ apud 4ª. SR/IPHAN, 2002).

Essa preocupação com o ordenamento do espaço urbano, expressa em detalhe nas determinações impostas pela câmara para ocupação dos lotes e a conservação das casas e demais edifícios, é a razão que se utiliza para justificar a construção de cemitérios, mercados e outros equipamentos públicos. Recorre-se ao testemunho de Antônio Bezerra, que visitou a vila em 1884, para a composição de um quadro urbano de Viçosa do final do século XIX, no qual destacam-se “os excelentes prédios, construídos com a elegância e proporções dos da capital” (BEZERRA apud 4ª. SR/IPHAN, 2002), resultado da produção local de café, açúcar, aguardente e legumes, mercadorias essas exportadas para o Piauí. O século XX, iniciado na cidade com uma grande seca, se inaugura com significativas mudanças na paisagem urbana, com a fundação do cine-teatro D.Pedro II (Figura 59) em 1909 e o Gabinete Viçosense de Letras, de 1916. Ao



DESENHO ORIGINAL A LÁPIS REAVIVADO A TINTA
PELO PROF. ARQT. JOSÉ LIBERAL DE CASTRO

VIÇOSA DO CEARÁ

NUCLEO URBANO
MAPAS CENTRO HISTÓRICO
PLANO DE VIÇOSA SEGUNDO
FREIRE ALEMÃO (1861)

DATA:
ABR 2002
ESCALA:
SEM ESCALA

PLANO:
05

Figura 58 – Plano da Viçosa do Ceará segundo Freire Alemão/ Desenho Liberal de Castro
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Viçosa do Ceará 2002



Figura 59 – Teatro Pedro II/ Fotografia Jacques Antunes
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Viçosa do Ceará 2002

final da sinopse histórica, tenta-se estabelecer uma síntese das relações existentes entre a base econômica e a construção da cidade, no quadro mesmo do seu processo de formação e evolução urbana:

o que explicaria o surto de progresso e a presença de sobrados e construções sólidas numa região conhecida pelo isolamento e pela dificuldade de acesso? A localização de Viçosa, sem dúvida, contribuiu para o surgimento de uma classe de comerciantes. Desde o seu início, é possível notar-se a existência de um movimento de tropas que se deslocavam rumo ao litoral, estabelecendo trocas comerciais. Os indígenas da serra da Ibiapaba já comercializavam com os franceses no porto de Camocim e a aldeia era ponto de passagem obrigatória para quem se dirigia ao Piauí, ao Maranhão, ou dali partia em busca de Camocim (4ª.SR/IPHAN, 2002).

Dessa forma, conclui-se a pesquisa com a constatação de que,

isolada no alto da Ibiapaba, ou integrada aos antigos caminhos do gado, que contribuíram para a conquista do território cearense, Viçosa preservou grande parte do seu patrimônio arquitetônico, construído no século XIX e inícios do século XX, graças sobretudo ao café e à cana de açúcar (4ª. SR/IPHAN, 2002).

Portanto, através de uma bem concatenada exposição, em que se procurou aliar a fundamentação econômica à produção do espaço urbano empregando-se relatos de figuras distintas da história do Ceará, buscou-se construir um cenário para a compreensão do processo de construção da antiga vila de índios, em que os valores históricos acabaram sendo mais destacados que os artísticos, talvez, como se viu, pelo fato da complexa e estratégica posição da cidade, principalmente quando comparada às demais cidades cearenses do período.

A cartografia da formação e evolução urbana se inicia com a apresentação do plano de Viçosa segundo Freire Alemão, reavivado por José Liberal de Castro (Figura 58), seguido pelos mapas que mostram o desenvolvimento da cidade desde o século XVII até o atual, com a reunião de todas as contribuições em um mapa final (Figura 60). Cumpre assinalar o contraste entre a riqueza das informações relacionadas ao processo em comento e o caráter rudimentar da base cartográfica, conseguida pela 4ª.SR/IPHAN junto ao serviço de abastecimento de água e esgoto da cidade, vez que, à época, era a única informação do tipo disponível referente a Viçosa e, como tal, teria que ser utilizada obrigatoriamente para, dentre outros fins, a demarcação das poligonais *de preservação rigorosa e de entorno do sítio histórico*.

O estudo sobre as tipologias arquitetônicas e urbanísticas de Viçosa foi construído nos moldes de um roteiro percorrido a pé pelo conjunto antigo com a indicação dos pontos de vista de onde foram tomadas as imagens que o ilustram (Figura 61). O passeio começa com a afirmação de que "se sonhássemos com uma viagem no espaço e no tempo, com o ecletismo se constituindo o tema chave, ela poderia se materializar nos contornos da Serra da Ibiapaba, em direção à pequena cidade de Viçosa do Ceará" (4ª.SR/IPHAN, 2002). A cidade é

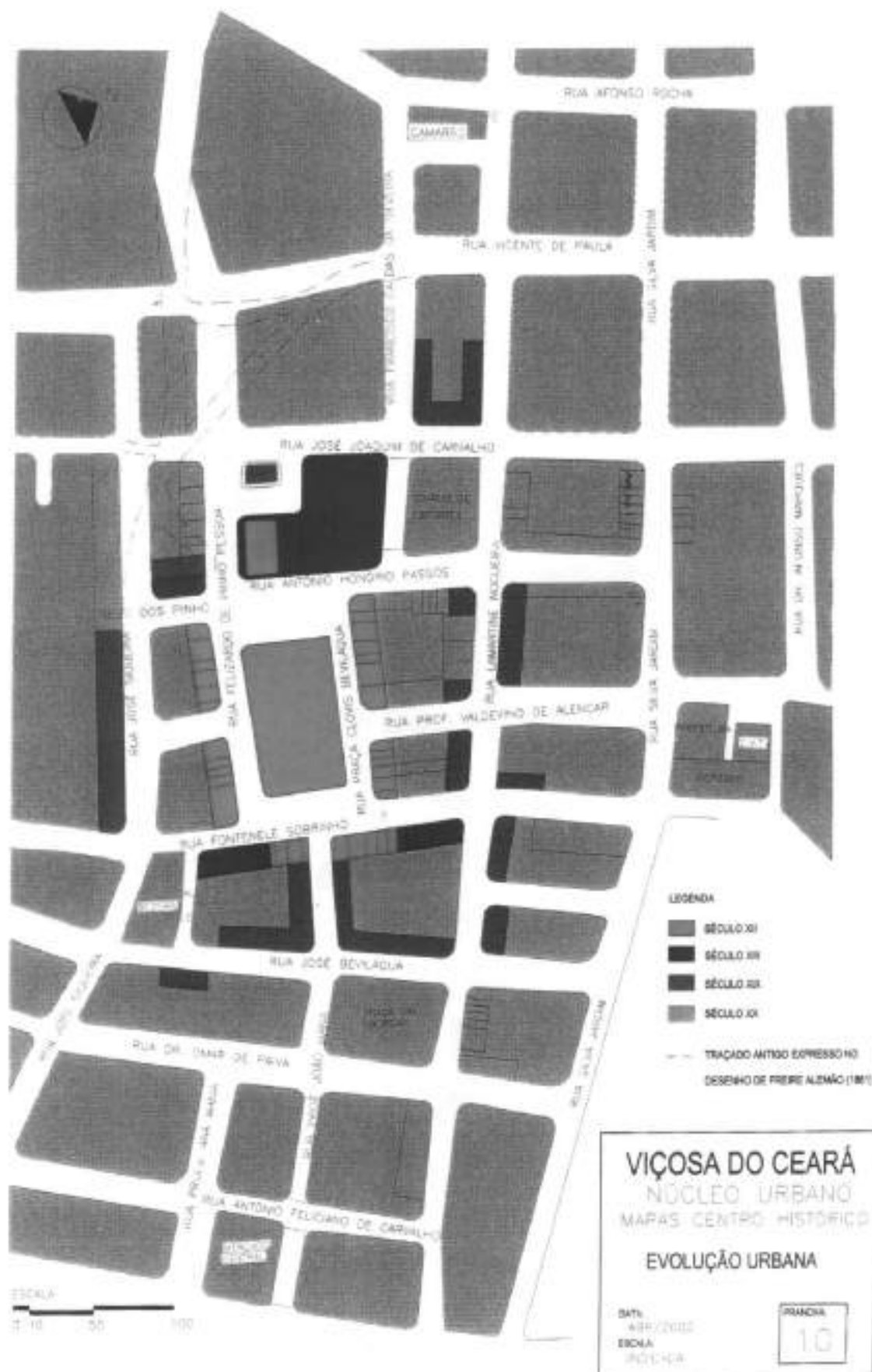


Figura 60 – Evolução Urbana de Viçosa do Ceará – Resumo da Evolução Urbana
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Viçosa do Ceará 2002

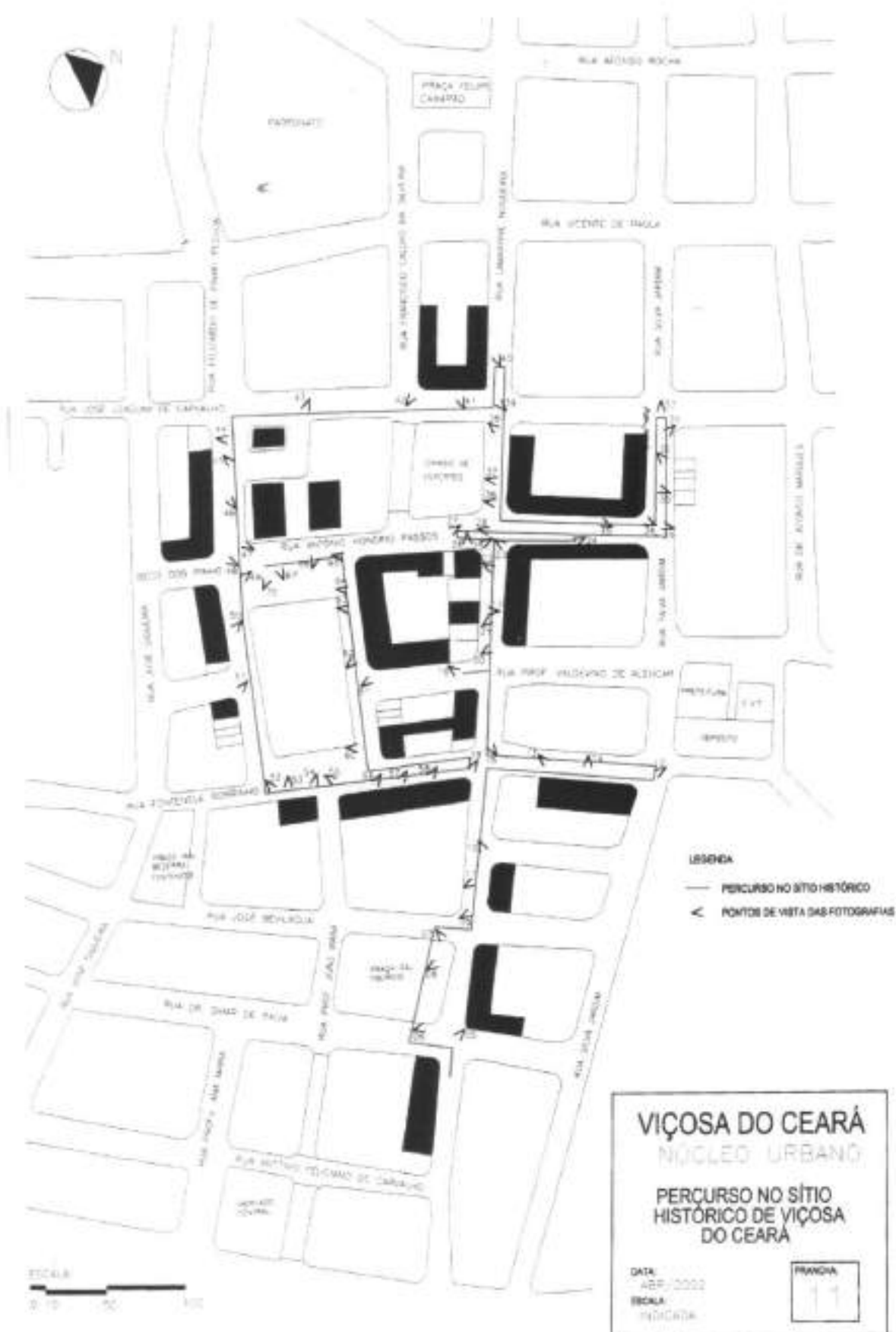


Figura 61 – Percurso no Sítio Histórico de Viçosa do Ceará.
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Viçosa do Ceará 2002

abordada, então, de fora para dentro, a partir dos elementos naturais e construídos que a delimitam, tais como o Morro do Céu, a densa área verde da proteção ambiental e a seqüência azulada das serras à sua volta. Viçosa é percebida aos poucos, a partir dos seus acessos, em que se faz notar um esforço de percepção serial e sinestésica do espaço: "singelas construções vão surgindo em meio à espessa vegetação. Canteiros, roupas no varal, antenas parabólicas e árvores frutíferas sugerem alguns hábitos de vida dos moradores locais" (4ª.SR/IPHAN, 2002). Fala-se da debilidade das construções dos primeiros habitantes da vila (Camocim, Anacés, Arariús e Tabajaras), "tragadas pelo tempo em sua fragilidade" (4ª. SR/IPHAN, 2002), ao mesmo tempo em que se informa tratar-se o sítio histórico de Viçosa do Ceará de

um conjunto eclético, com alguns exemplares de tendência neogótica, outros de feição neoclássica, art-nouveau, art-déco, bem como um ou outro exemplo de arquitetura vernacular, formas de construir que marcaram nosso tempo nos fins do século XIX e na primeira metade do século XX, em substituição àquelas levantadas pelo gentio (4ª.SR/IPHAN, 2002).

As edificações são então apresentadas e descritas, com ênfase para aquelas de arquitetura destacada e preservada e para a homogeneidade e integridade do *continuum* edificado:

a primeira delas traz [...] lote muito mais longo que largo, oitão enobrecido, cercaduras de esquadrias quase se perpetuando em marcações ritmadas nos muros do quintal ladeira abaixo [...] A seguir, um exemplar inequivocamente eclético revela extenso vocabulário, em edificação atipicamente sem eixo de simetria. Colunas jônicas, platibandas com segmentos cheios e em balaústre, vãos guarnecidos com frisos, arcos e elementos decorativos na forma de arabescos, todos formando uma interessante composição. Dando continuidade à quadra, uma série de singelas habitações térreas, meio encobertas pela presença de árvores [...] A horizontalidade das linhas se rompe em apenas uma delas, cujo telhado destaca-se em altura e movimento (4ª. SR/IPHAN, 2002).

Aponta-se como predicado o contraponto existente, de forma delicada, entre o natural e o construído: "nesse trecho não passam desapercibidas as pedras irregulares da ladeira, a vegetação abundante dos quintais da vizinhança, geralmente constituídos por árvores frutíferas, e a marcação das tantas serras que contornam o horizonte" (4ª.SR/IPHAN, 2002) (Figura 62). Ao lado dos elogios ao gosto eclético do Teatro Pedro II, registra-se a denúncia dos elementos dissonantes do sítio histórico (Figura 63): "substituição e relocação de esquadrias, revestimentos novos e mesmo edificações mais recentes, intervenções mais ou menos descaracterizadas no centro histórico que denotam a necessidade de medidas de proteção do acervo construído [...]" (4ª.SR/IPHAN, 2002). Aqui, o conjunto é tido como um museu de arquiteturas produzidas em diversos períodos, tendo como pano de fundo o risco urbanístico original missioneiro: "vislumbrar estas fachadas ou percorrer seus muitos elementos constitui-se mais um momento de fruição da paisagem urbana de Viçosa, rica de possibilidades" (4ª.SR/IPHAN, 2002). As estações do percurso são estabelecidas pela relevância dos grupos de imóveis e pelas edificações isoladas que chamam a atenção de modo especial, bem como pelos logradouros públicos de maior importância:

a chegada à Praça Clóvis Beviláqua traz a impressão imediata de que a cidade cedeu lugar a um trecho generoso de floresta. Sem excessos decorativos, seus variados adornos apresentam-se bem colocados, em uma composição predominantemente horizontal. Cimalkas ao longo de todas as unidades, vários tímpanos com formas alongadas e alguns frisos estreitos se sobrepõem às marcações e adornos verticais [...] já não era sem tempo o aparecimento de um exemplar art-déco para enriquecer nosso eclético conjunto viçosense (4ª.SR/IPHAN, 2002)



Figura 62 – Imóvel sito à Rua Fontenele Sobrinho/ Fotografia Jacques Antunes
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Viçosa do Ceará 2002



Figura 63 – Elementos dissonantes do Sítio Histórico/ Fotografia Jacques Antunes
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Viçosa do Ceará 2002

A tessitura do conjunto merece observação detida: "Oito casinhas seguem contornando a praça e seguindo pela Rua Fontenele Sobrinho. [Sem grande porte ou] decoração de maior destaque, seu mérito reside na observância de escalas semelhantes e poucos adornos. Com ou sem cercaduras, tendo platibandas simples ou recortadas, dispendo de esquadrias originais ou não, o conjunto encanta pela harmonia e singeleza" (4ª.SR/IPHAN, 2002). Destaca-se o lado da praça ocupado pela Igreja Matriz e pela casa paroquial como o fecho, com chave de ouro, do passeio pelo sítio histórico (Figura 64):

Ao lado do templo, a atual casa paroquial, [...], completa magistralmente o conjunto eclético de Viçosa [...] todos os componentes do rico vocabulário distribuídos com equidade, graça e leveza, convertem ainda a edificação numa síntese qualificada de tudo o que a cidade ofereceu em todo o seu eclético percurso (4ª.SR/IPHAN, 2002).



Figura 64 – Praça da Matriz/ Fotografia Jacques Antunes
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Viçosa do Ceará 2002.

Recorre-se a Cousin e a Schinkel para a discussão de aspectos relativos ao ecletismo e às contaminações entre beleza e funcionalidade, afirmando-se que, conquanto estejam poucas nítidas as raízes coloniais da cidade,

o restante [...] pouco a pouco se refez noutros moldes, compondo um repertório eclético, rico e próprio, sobre o mesmo traçado concebido na época da missão. A cidade, então, se mostra como um palimpsesto marcado pela ação do tempo e dos homens, um momento de grande relevância histórica e artística (4^o. SR/IPHAN, 2002).

Como fundamento para a justificativa do seu tombamento federal, ressalta-se o processo de construção da cidade,

com múltiplas formas do passado que se traduziram em singeleza, harmonia, criatividade e beleza, impregnadas nas novas edificações surgidas nos contornos da aldeia, cultura arquitetônica multifacetada em sutil contraponto às formas da natureza, de que se tem conhecimento ao palmilhar os seus caminhos, se perder em seus meandros e encontrar na Praça maior de seu antigo aldeamento a trilogia formada pelo Solar dos Pinho, a Igreja Matriz e a Casa Paroquial, síntese de beleza, utilidade, espiritualidade, sentido histórico e poético, qualidades semeadas no decurso do seu tempo (4^o. SR/IPHAN, 2002).

Portanto, é esse amálgama composto das informações históricas e da apresentação do valor artístico do conjunto de natureza e cultura, em que se distingue, mesmo considerando a essência singela do conjunto, a excepcionalidade dos seus exemplares arquitetônicos e urbanísticos e a legibilidade dos seus espaços, o que vai conformar a fundamentação para a proteção do conjunto de forma análoga, porém muito mais detalhada, às empregadas para Icó e Aracati.

Em seguida, são apresentados mapas do sítio histórico contendo dados relativos ao uso e à ocupação do solo (Figura 65), aos gabaritos das edificações (Figura 66), aos referenciais históricos (Figura 67) e às quadras e vias (Figura 68), informações essas que complementam a cartografia anteriormente fornecida, oferecendo bases confiáveis para o traçado das poligonais de proteção.

Quanto às motivações e justificativas de tombamento, afirma-se que

os textos, mapas, plantas e fotografias apresentadas nesta instrução [...] ao longo de todo o seu encaminhamento pontuam inúmeras razões [...] para o tombamento do conjunto arquitetônico do centro histórico de Viçosa do Ceará, [constatando-se que] algumas derivam de motivações mais difusas, outras mais pontuais em consequência de inúmeros fatos históricos relevantes terem ocorrido na região onde se localiza a cidade em estudo, acrescentando-se ainda a variedade de fatores sócio-históricos envolvidos nestes acontecimentos (4ª.SR/IPHAN, 2002).

Como se vê, a dimensão histórica foi considerada como a mais relevante para o destaque nacional do conjunto, tomada em termos da contribuição dos seus principais agentes: os indígenas e os colonizadores. Quanto aos primeiros, ressalta-se que "a região ainda se apresenta muito semelhante àquela da época do seu descobrimento quando ali só habitavam índios" (4ª. SR/IPHAN, 2002), contendo o caminho aberto pelos Tabajaras onde, no início do século XVII, passavam madeiras e algodão que enchiam os porões de barcos estrangeiros, bem como tendo abrigado, nos séculos XVII e XVIII, a Guerra dos Bárbaros. Com relação aos conquistadores, "a região é citada em vários momentos, a partir de 1603, na malograda tentativa dos portugueses de ocupar o solo da capitania" (4ª.SR/IPHAN, 2002), assim como é distinguida a sua localização estratégica por essa condição, "tendo sido o objetivo de várias missões e/ou visitas em 1608, 1615, 1622, 1655, 1673 e 1692, de maior ou menor porte, duração e êxito, como cenário de inúmeros conflitos, expulsões e desentendimentos" (4ª.SR/IPHAN, 2002). A estrutura espacial da vila, típica da ação de ocupação do território pelos missionários, é bastante realçada:



Figura 65 – Uso e ocupação do solo no Sítio Histórico de Viçosa do Ceará
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Viçosa do Ceará 2002

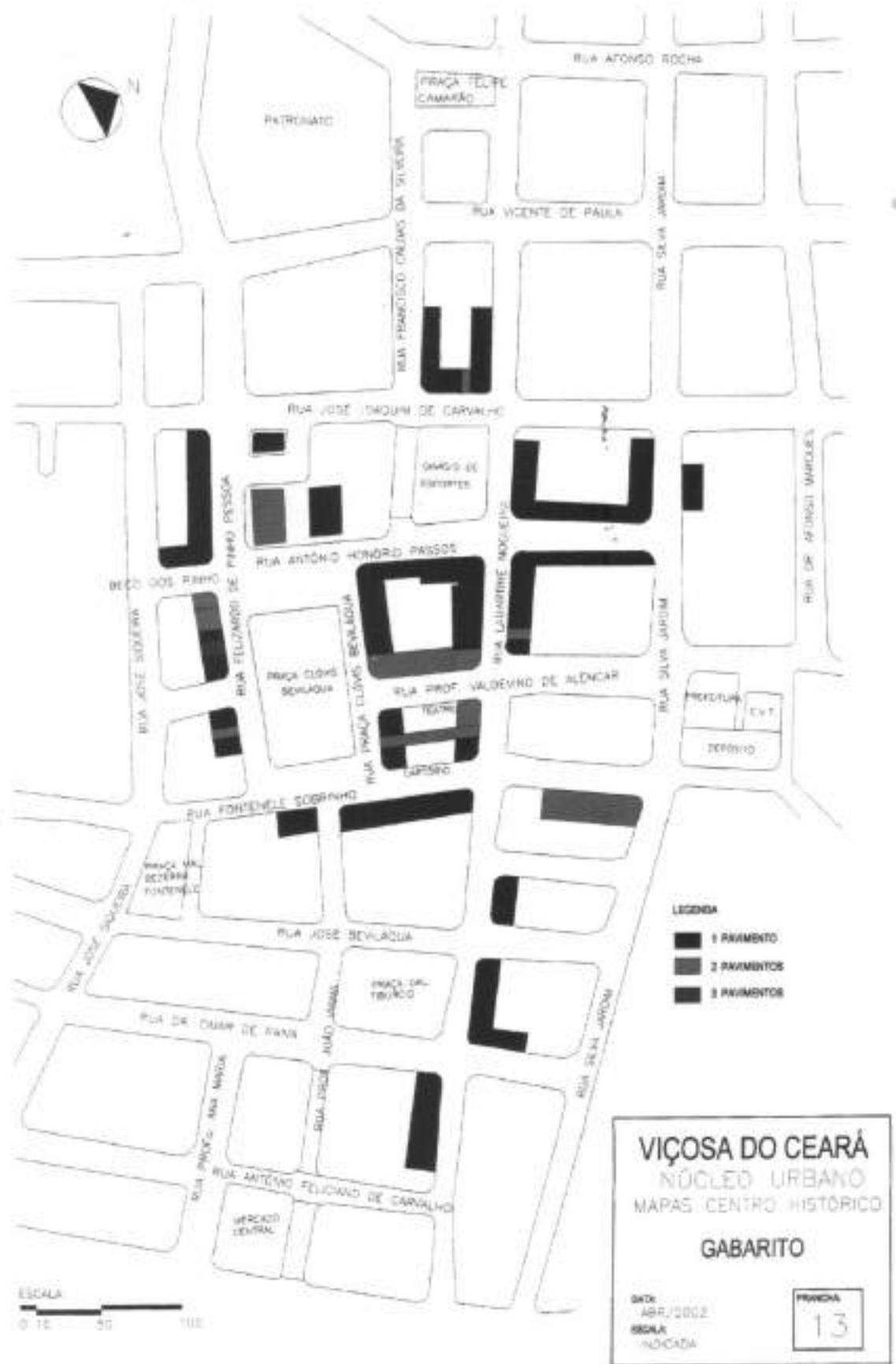


Figura 66 – Gabarito das edificações no Sítio Histórico de Viçosa do Ceará
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Viçosa do Ceará 2002

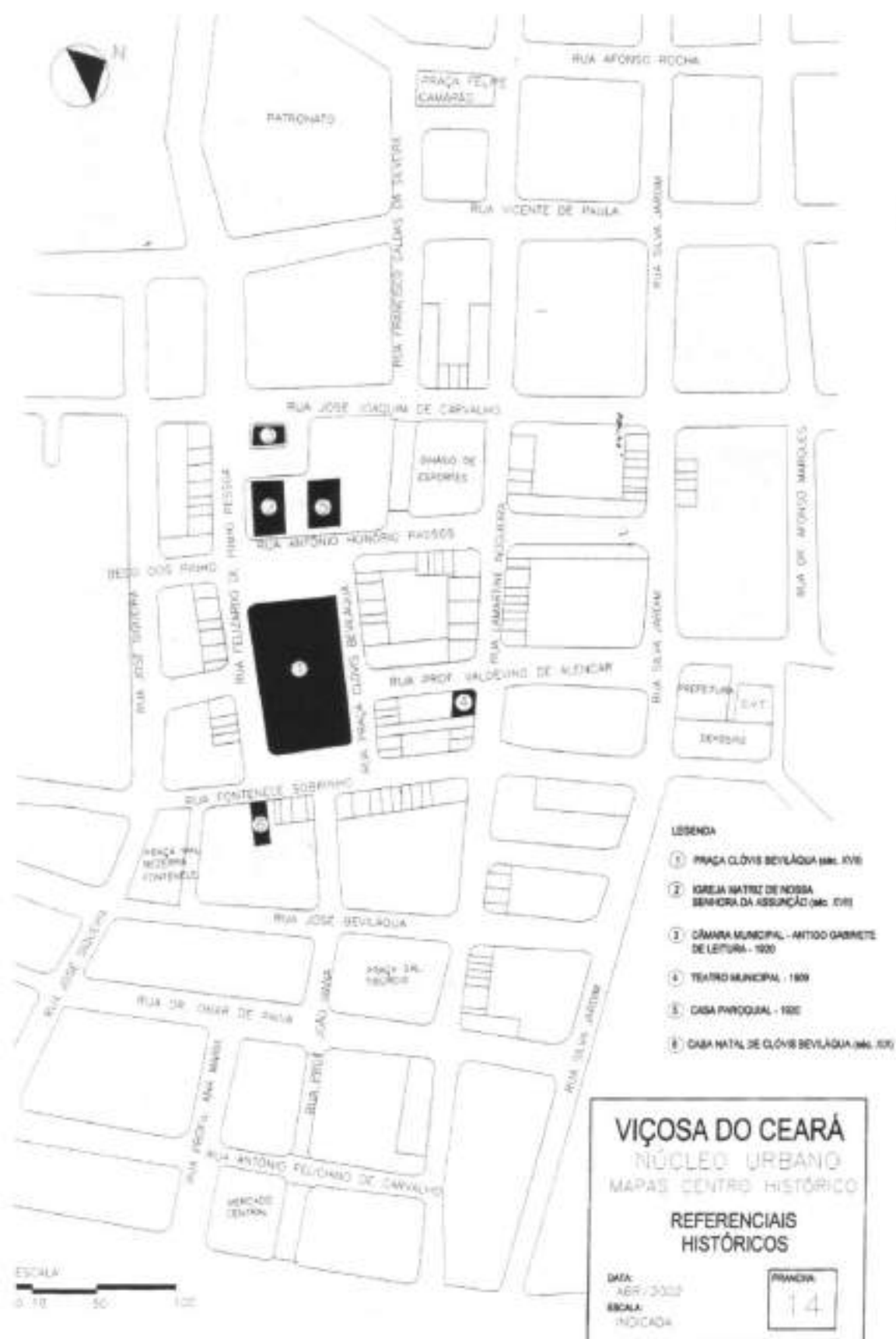


Figura 67 – Referenciais históricos do Sítio Histórico de Viçosa do Ceará
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Viçosa do Ceará 2002

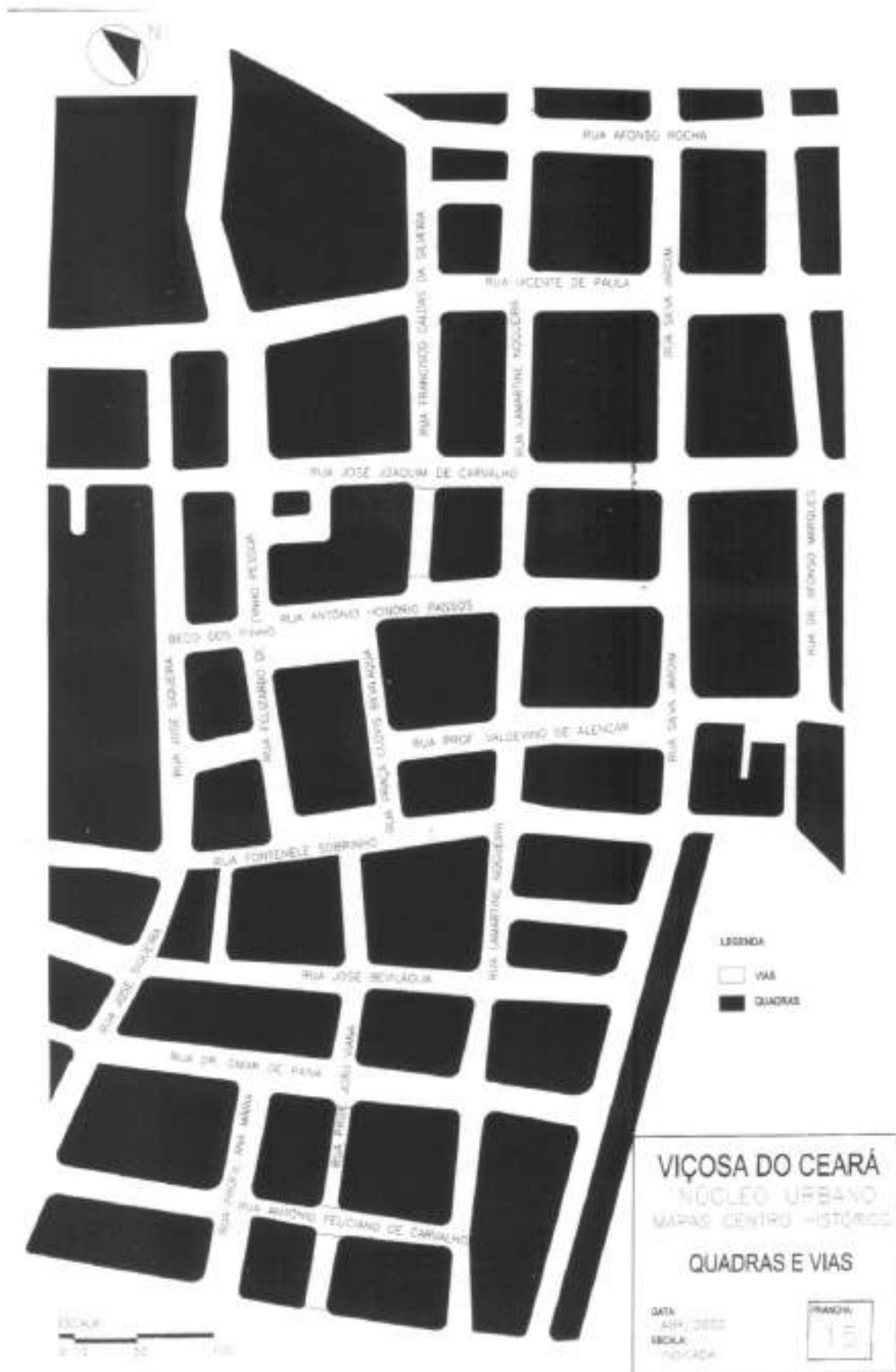


Figura 68 – Quadradas e vias do Sítio Histórico de Viçosa do Ceará
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Viçosa do Ceará 2002.

a cidade de Viçosa do Ceará ainda mantém o traçado inicial da aldeia jesuítica da Ibiapaba, fundada em 1699 pelo Padre Ascenso Gago, sede da missão aí existente entre 1691 e 1759: grande praça com acesso de maior destaque por rua central desembocando defronte à Igreja e residência dos jesuítas e três carreiras de cabanas como a habitação dos índios. O espaço sacralizado e cenográfico da grande Praça Clóvis Beviláqua e a Igreja de N. Sra. da Assunção integravam o cenário da vila, empregado na proposta sócioeducativa dos jesuítas como palco de espetáculos musicais, de danças, de jogos e procissões por mais de meio século, [refletindo ainda] as determinações de códigos de posturas de meados do século XVIII, disciplinadores do uso e ocupação do solo (4ª.SR/IPHAN, 2002).

O arremate, então, é mais que esclarecedor:

o centro histórico de Viçosa do Ceará, do final do século XIX e início do XX, exhibe um conjunto de edificações de aspecto uniforme, harmônico, íntegro e de singela beleza, pleno de referências histórico-sociais da cultura brasileira. Se o tomarmos no curso da história e na associação com o esplendor da natureza circundante manteremos contato com a ambiência indígena pré-colonial praticamente intocada, a organização espacial missionária da antiga vila, o gosto barroco presente nas pinturas dos painéis da capela-mor da Igreja Matriz, os longos lotes ocupados por edificações extensas com muros laterais vazados, frontões valorizados e vãos encimados por tímpanos de desenhos diversos dos períodos colonial e imperial, a sisudez neoclássica, a variedade de ornatos e motivos decorativos do ecletismo, dentre outros momentos da arquitetura, da arte e do urbanismo brasileiro, o que torna a cidade um rico documento de nossa história e testemunho do processo de ocupação do território nacional, principalmente ao enxegarmos sua essência através dos critérios da Carta de Quito, quando esta recomenda estender o conceito de monumento às manifestações próprias da cultura dos séculos XIX e XX (4ª.SR/IPHAN, 2002).

Reitera-se aqui, portanto, o conceito legitimador do tombamento, qual seja, a do sítio histórico como palco de acontecimentos relevantes, os quais deixaram suas marcas no espaço físico da cidade, transformando-a num museu de arquiteturas, em que estas são valorizadas por sua condição de boa manutenção, legibilidade e qualidade artística. Como novidade, o trabalho apresenta diversas recomendações ao sítio que se pretende tomar, na verdade um conjunto de intervenções físicas e atividades programáticas integradas e "referentes a ações de identificação e documentação, proteção e promoção que poderão ser

assumidas por um conjunto de instâncias em um trabalho compartilhado" (4ª.SR/IPHAN, 2002), o que reforça e aprofunda a linha de trabalho da Regional do IPHAN, voltada a uma abordagem urbanística do patrimônio cultural. Essa determinação é tratada no trabalho tendo como base lógica e princípio o tombamento, cuja decretação, em vez da adoção de medidas isoladas, imporá uma série de ações e intervenções físicas prioritárias, as quais deverão constituir um plano de preservação e reabilitação do sítio histórico, instrumento de gestão voltado para a formulação e a implementação de políticas de proteção e requalificação da área protegida. O plano em questão, circunscrito às poligonais de tombamento, pode ser considerado parte integrante do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Municipal, por conter diretrizes de organização físico-territorial em diversas escalas. Nessa linha, pretende-se definir um número considerável de intervenções físicas e programáticas no sítio histórico que o valorizem e requalifiquem, todas coordenadas por um plano global de urbanização. Dentre outras, temos:

- o restauro da Igreja Matriz de N. Sra. da Assunção, o qual deve ser desenvolvido contemplando "elementos que já se incorporaram, com o passar do tempo, à sua arquitetura, o que faz com que possa também ser utilizado, por razões históricas e artísticas, como museu, ampliando a sua faixa de uso pela população e pelos visitantes" (4ª.SR/IPHAN, 2002). Propõe-se ainda que as prospecções necessárias ao conhecimento do seu processo construtivo se estendam à praça à sua frente, "o antigo rossio de Viçosa do Ceará" (4ª.SR/IPHAN, 2002).;

- o restauro do Teatro Pedro II, necessariamente adaptado à projeção cinematográfica, para que se favoreça uma linha conceitual da proposta de

tombamento, a saber, "a revitalização de imóveis antigos em desuso ou ocupados precária ou indevidamente" (4ª.SR/IPHAN, 2002).;

- o restauro do Solar da Marcela (Figura 69), transformado em "galeria com uma multiplicidade de fluxos públicos" (4ª.SR/IPHAN, 2002).;
- a sinalização urbana e turística do sítio histórico, já prevendo a sua apropriação cada vez de forma mais intensa por visitantes.



Figura 69 – Solar da Marcela/ Fotografia Jacques Antunes
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Viçosa do Ceará 2002

Por outro lado, a instrução de tombamento, pela quantidade e qualidade das informações que contém, é considerada como instrumento norteador de futuras intervenções no sítio histórico, tais como "pinturas, implantação de novos volumes em vazios urbanos, reformas e acréscimos [...] etc" (4ª. SR/IPHAN, 2002), trabalho esse que deverá ser realizado pelo município (com o reforço de sua equipe técnica) e pela Regional do IPHAN em plena sintonia administrativa, o que configura um novo patamar gerencial local,

correspondente às novas responsabilidades preservacionistas municipais, previstas constitucionalmente. A busca pela homogeneidade e legibilidade do sítio histórico alcança aqui seu ponto máximo com a proposta de desmonte da estrutura do ginásio esportivo (Figura 70) situado nas cercarias da Casa Paroquial, vez que o mesmo "discrepa completamente de sua vizinhança imediata, impedindo a comunicação entre os paramentos das Ruas Antônio Honório Passos, Lamartine Nogueira e José Joaquim Carvalho" (4ª.SR/IPHAN, 2002). Em seu lugar, propõe-se a construção de praça pública. Ações de educação patrimonial também são propostas, tais como o inventário do patrimônio imaterial (celebrações/ formas de expressão/ lugares/ saberes e fazeres) do município e a elaboração do roteiro para preservação do patrimônio cultural do sítio histórico de Viçosa do Ceará, a ser confeccionado pela 4ª.SR/IPHAN e distribuído e discutido junto aos seus moradores, a exemplo dos que foram realizados para Icó, Sobral e Aracati. Seguem-se a descrição e o mapa das poligonais de preservação rigorosa e de entorno (Figura 71). Enquanto a primeira é basicamente o perímetro que cerca a Igreja e a Praça da Matriz, para garantia da escala e da ambiência atuais, com ligeira extensão ao longo da Rua Lamartine Nogueira na direção sudeste, a segunda abrange as porções da cidade que, mesmo faltas de arquitetura de interesse, ainda mantêm a escala e o parcelamento original de lotes e quadras. Prova do rigor e da economia empregados na seleção dos setores urbanos, o que aproxima o método de Viçosa do Ceará dos de Icó e Aracati, é o perfil recortado das suas poligonais, em que se evita, nas quadras, aquelas edificações sem maiores predicados ou francamente desconformes, como é o caso do ginásio esportivo. O resultado é um número pequeno de imóveis inseridos na primeira zona (82), os quais definem um

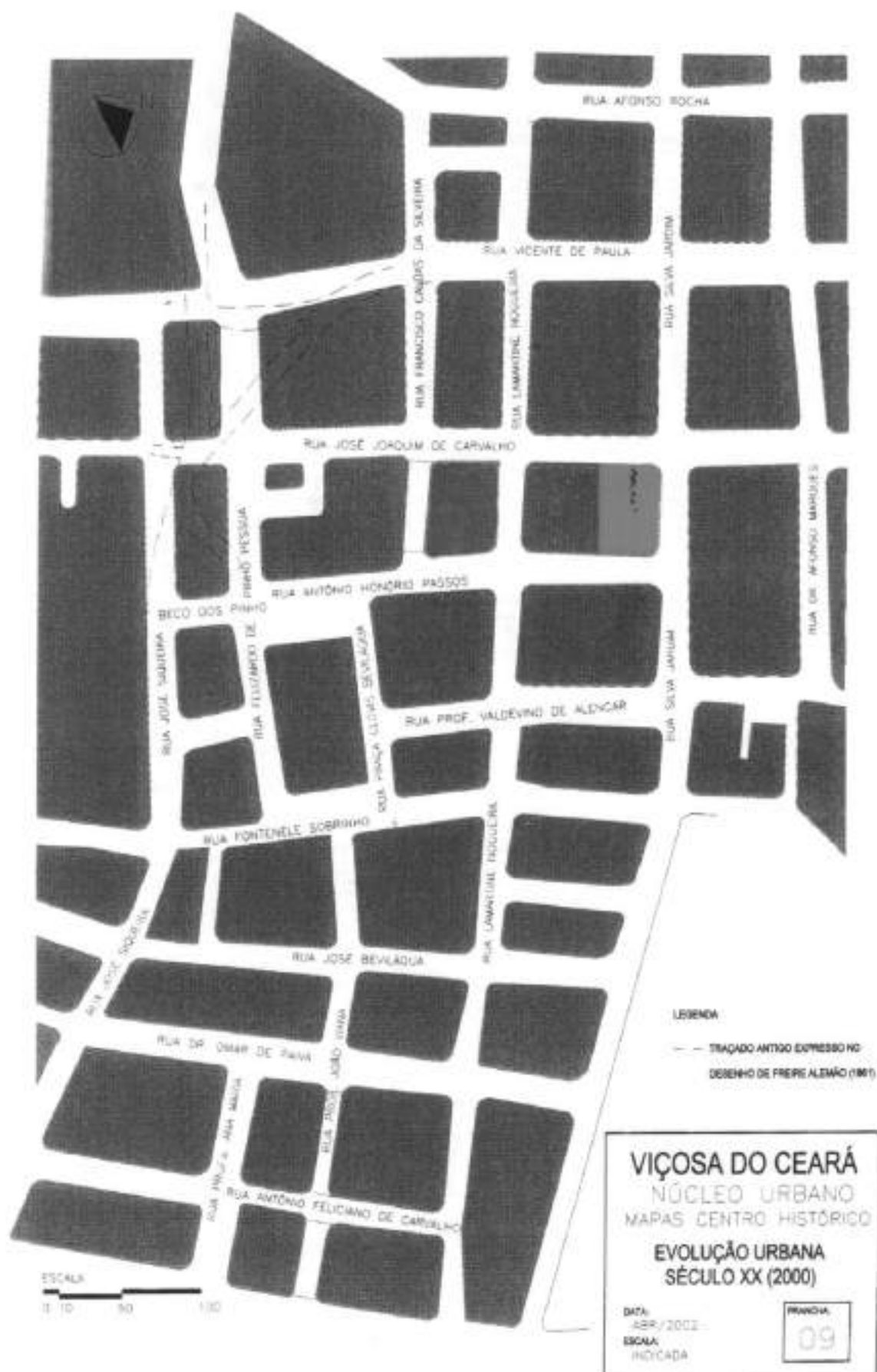


Figura 70 – Situação do ginásio esportivo na malha do Sítio Histórico de Viçosa do Ceará
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Viçosa do Ceará 2002



Figura 71 – Poligonais de tombamento do Sítio Histórico da Viçosa do Ceará
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Viçosa do Ceará 2002

conjunto urbano, embora de grande legibilidade e denso de significados e interesse histórico-artístico, de reduzidas dimensões, voltado a si mesmo, destituído da ambição de incorporar à sua imagem visuais distantes, mesmo situado em meio às tentações de uma paisagem luxuriante. Poder-se-ia apontar o fato das poligonais estarem muito juntas, com pouco espaço entre elas para amortecer o contato da área tombada com aquelas ocupadas pelas construções novas; entretanto, a implantação das áreas de preservação em patamar encravado entre duas pendentes naturais em seqüência, o perfil sócioeconômico da cidade e a inserção desta em uma área de preservação ambiental federal minimizam os possíveis efeitos prejudiciais à ambiência do conjunto.

Como constatação do que anteriormente se afirmou, inclusive para conferir um acentuado lastro histórico à petição, elenca-se, na seqüência, uma série de textos escolhidos, produzidos por intelectuais do porte de Freire Alemão (*Notas sobre Vila Viçosa, Antiga Sotavém*) e José Liberal de Castro (*Arquitetura, Urbanismo e Paisagem em Viçosa do Ceará*), dos quais emana uma cidade tratada com a delicadeza da boa literatura, em que há espaço até para os primitivos cuidados com a preservação do patrimônio edificado, como nessa passagem de Antônio Bezerra, em 1884:

Observei no forro da capela mor doze quadros coloniais, simbolizando diversas passagens, como David a tocar a harpa, Daniel na cova dos leões, e outros, tendo tão vivas as tintas, que pareciam acabadas de pouco. É pena que não sejam tratados com o zelo devido! (BEZERRA apud 4^o. SR/IPHAN, 2002).

O segundo volume traz o levantamento fotográfico do roteiro empreendido pela cidade, desde o seu acesso pela rodovia CE-175 até o coroamento do trajeto, a saber, a face noroeste da Praça da Matriz, conformada pela Igreja Matriz de N. Sra. da Assunção e pela Casa Paroquial. As fotografias

são apresentadas conjugadas a mapas da cidade (Figura 72), em que são assinalados os trechos ou as edificações exibidos e os ângulos de visada, com a finalidade de permitir ao consulente uma visão panorâmica e ao mesmo tempo detalhada do sítio histórico. Corroborando o primado da excepcionalidade, são enfatizadas aquelas paisagens detentoras de beleza natural ou construída, fazendo-se pouquíssima menção aos locais onde se pode constatar a existência de problemas urbanos a resolver. Quanto aos imóveis existentes ao longo do percurso, poucos são aqueles que têm os seus interiores registrados, documentação essa reservada apenas àqueles de maior porte, públicos ou de relevância artística e/ou simbólica, como é o caso do Teatro Pedro II e da Igreja Matriz. Percebe-se a intenção clara do registro dos imóveis em bom estado de conservação, com pouca valorização dos espaços conformados pelas edificações, os quais, se presentes no estudo, não só o enriqueceriam como também contribuiriam para uma percepção mais acurada do conjunto urbano.

O terceiro volume é um compêndio de imóveis inventariados, em número de 21, os quais correspondem às principais tipologias edilícias do sítio histórico. A seqüência de sua apresentação está associada ao roteiro do percurso na cidade anteriormente descrito. O cadastro das edificações foi realizado em formulário-modelo próprio da regional (Figura 73, 74 e 75), produzindo uma quantidade de informações bastante satisfatórias sobre os imóveis levantados.

Por fim, o quarto volume traz os perfis de praticamente todas as quadras constantes da poligonal de preservação rigorosa (Figura 76), tomados por unidade ou ao longo das ruas. Contemplando a inclinação das vias, oferece utilíssimas imagens da cidade, as quais, conjugadas respectivamente às fotografias e aos levantamentos dos segundo e terceiro volumes, permitem, em

boa medida, não só uma visualização do trecho urbano de interesse de preservação como a manutenção de suas características arquitetônicas e urbanísticas, pela grande quantidade e qualidade de informações que oferecem às instâncias responsáveis pelo controle do sítio histórico. De outra parte, favorecem a elaboração de projetos de intervenção arquitetônica e urbanística, vez que constituem objetivo e substantivo conhecimento sobre a cidade e as suas características físicas. A lamentar, a ausência do perfil completo da Rua Antônio Honório Passos, o qual se ressentia da presença do ginásio de esportes, e a informação relativa às cores empregadas, no momento do registro, no tratamento cromático das *paredes da rua* dos imóveis que compõem os perfis.

Complementando o conjunto iniciado com o estudo relativo ao sítio histórico de Icó, pode-se dizer que a pesquisa que deu como resultado o ETF/Viçosa do Ceará aprofundou os conceitos e diretrizes metodológicas que nortearam a elaboração dos trabalhos anteriores, evidenciados no recorte histórico e artístico, no rigor da seleção das áreas de preservação, na abordagem dos aspectos físicos do sítio histórico e, principalmente, nas recomendações arquitetônicas, urbanísticas e programáticas oferecidas à recuperação do conjunto. Nesse estudo, talvez mais do que nos demais, presente-se uma homenagem ao desenho, seja o que, no mais das vezes anônimo, é responsável pela histórica criação da arquitetura e do urbanismo viçosenses, seja o que representa e expressa o que é visto, sempre numa tentativa obstinada de compreender e controlar, impiedosa com o que parece destituído de graça ou deslocado a quem o empreende, muito própria da tradição brasileira da preservação edilícia, na qual, no campo sinestésico, o que prevalece é o olhar.



42. Rua José Joaquim de Carvalho, 540, esquina com Rua Francisco Caires - vista da fachada lateral.

Levantamento Fotográfico

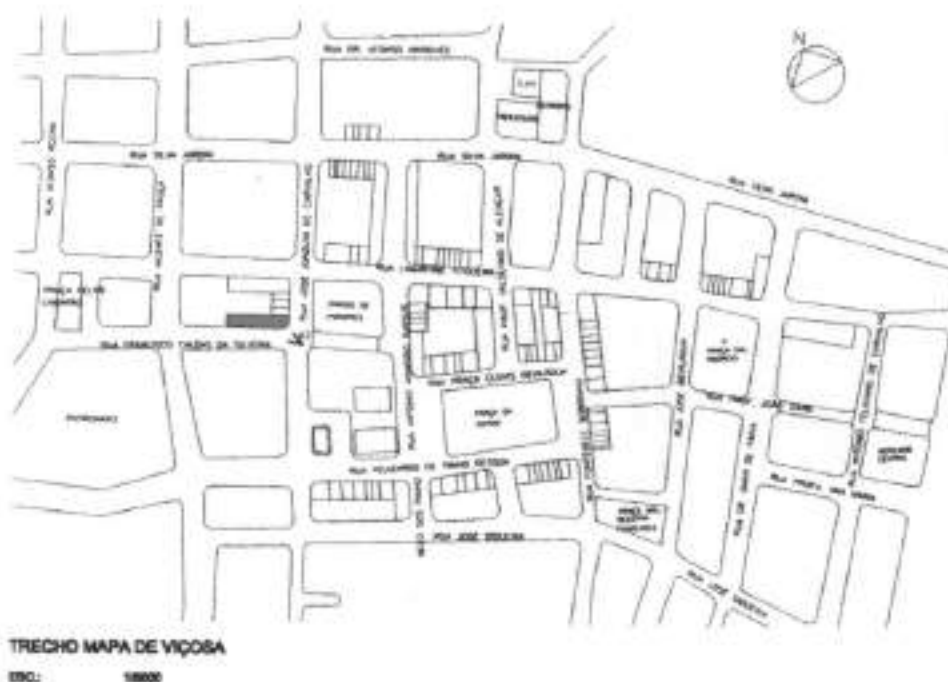


Figura 72 – Levantamento fotográfico dos imóveis do Sítio Histórico de Viçosa do Ceará
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Viçosa do Ceará 2002

MINISTÉRIO DA CULTURA
IPHAN - 4ª SR

INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS IMÓVEIS
MUNICÍPIO DE VIÇOSA DO CEARÁ

FICHA Nº 07

Município: VIÇOSA DO CEARÁ - CE	Distrito: SEDE	Localização: CENTRO
Denominação: CASA DA DONA NÊA	Época de Construção: APROXIMADAMENTE 1925	
Proprietário: SR. RUBENS ALVES DA SILVA	Endereço: RUA LAMARTINE NOGUEIRA S/N	
Utilização original: RESIDENCIAL / COMERCIAL	Utilização atual: RESIDENCIAL / COMERCIAL	
Área de construção: 696,10m²	Proteção existente:	Proteção proposta:

Situação e Ambientação:



Descrição:

Imóvel de planta alongada, apresenta grande jardim interno com acesso por varanda.

Passa acesso principal pela rua Lamartine Nogueira, o qual se desdobra em circulação que cruza o edifício no sentido frente-fundo, articulando-se praticamente com todos os ambientes da casa.

Vale ressaltar a sucessão de vãos encaixados presentes na fachada da rua Antônio Honório Passos e a fachada do acesso pela rua Silva Jardim.



Foto 01 - Fachada da Rua Lamartine Nogueira.



Foto 02 - Fachada da Rua Antônio Honório Passos.



Foto 03 - Fachada da Rua Silva Jardim.

Levantado por: Hélio, Gilson, Richardson e Max

Confirado por: Max
Data: Junho/2000

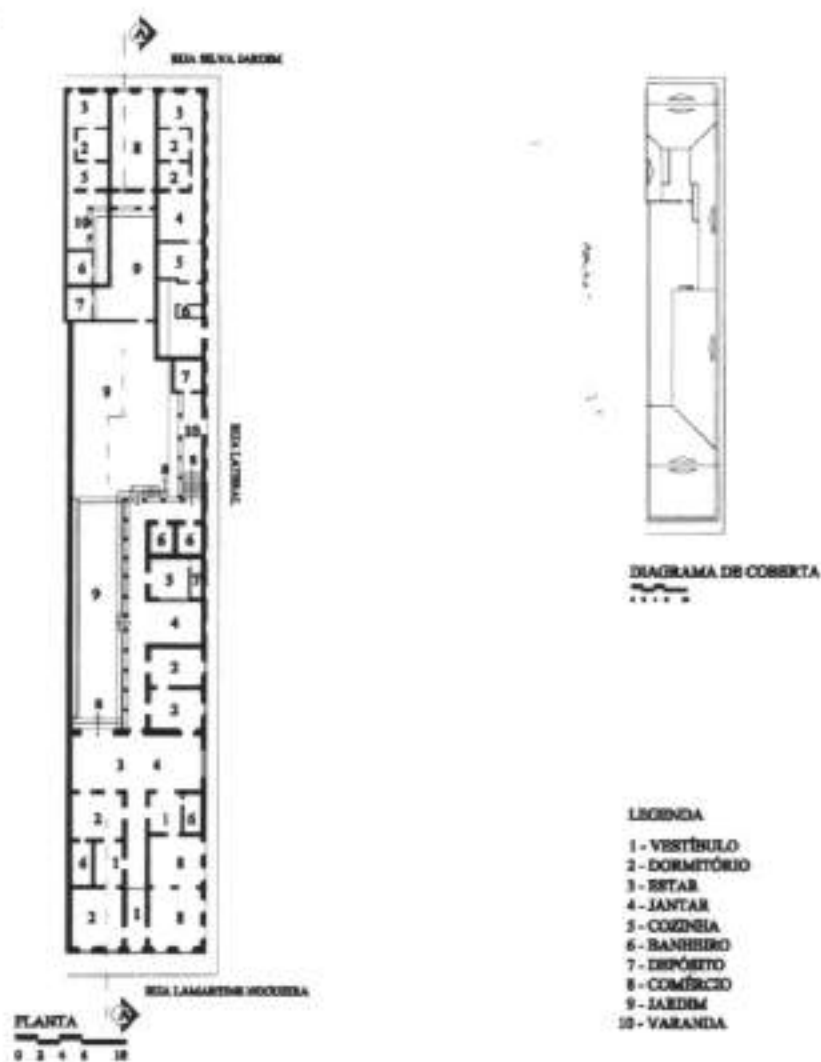
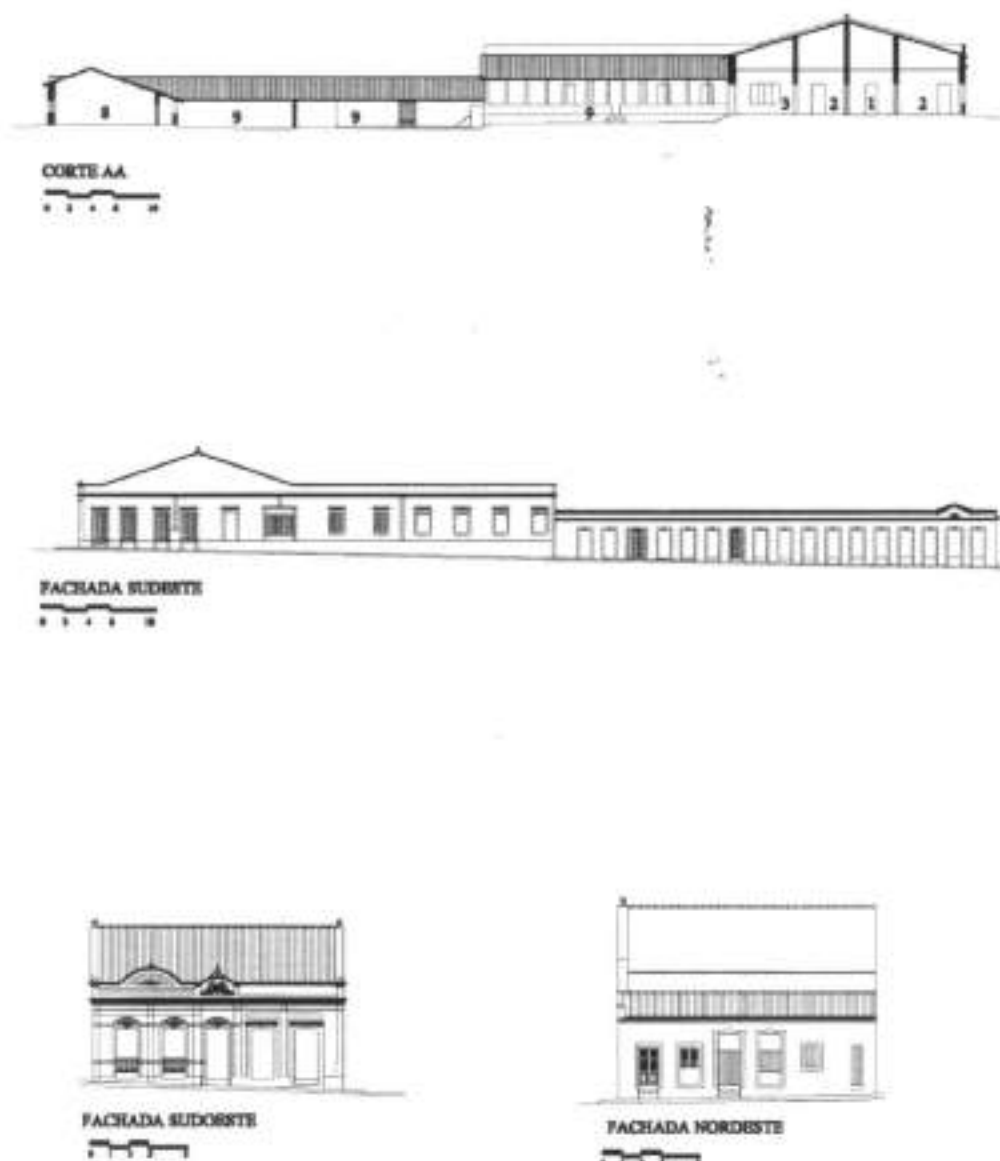


Figura 74 – Inventário das edificações de interesse do Sítio Histórico de Viçosa do Ceará
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Viçosa do Ceará 2002



Observações: 1- O imóvel original foi desmembrado. A antiga vila de serviços, nos fundos do lote, foi dividida em três. Uma das partes continua de posse de casa grande e as outras duas pertencem a novos proprietários. 2- Todas as telas encontram-se bastante alteradas. 3- Inscrições todas em um só levantamento e registramos o proprietário da casa grande apenas.

Figura 75 – Inventário das edificações de interesse do Sítio Histórico de Viçosa do Ceará
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Viçosa do Ceará 2002

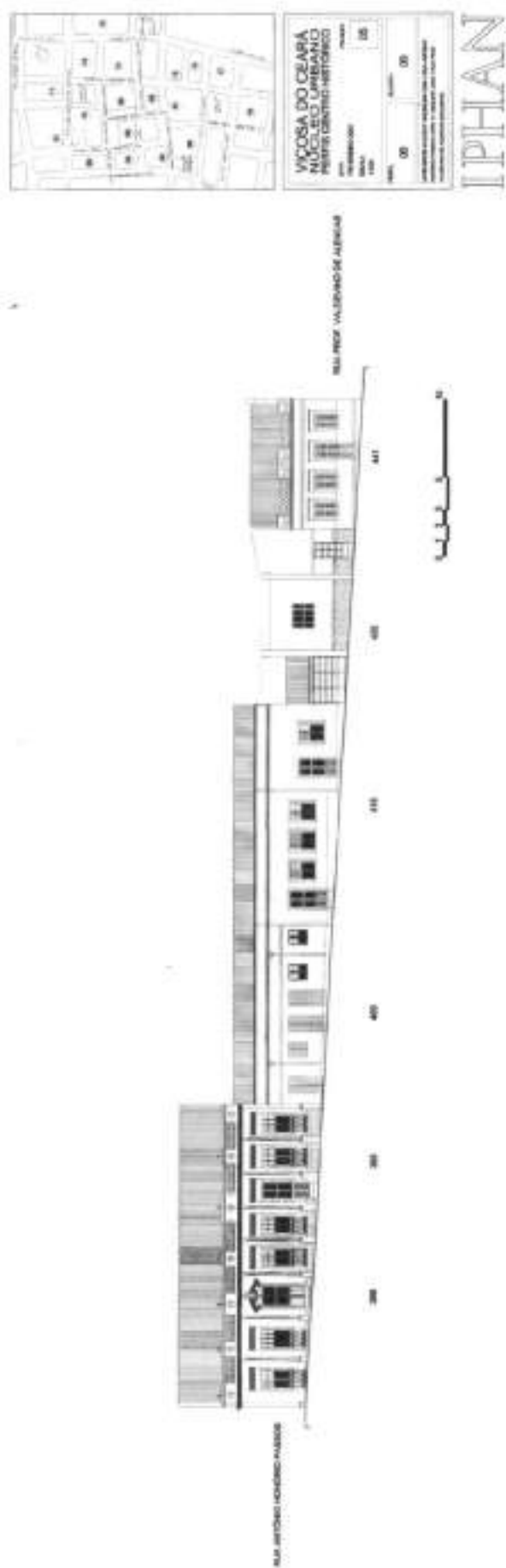


Figura 76 – Perfil da Praça da Matriz tomado entre as Ruas Antônio Honório Passos e prof. Valdevinho de Alencar
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Vicosa do Ceará 2002

3.4. Análise do Estudo para Tombamento Federal do Conjunto Urbanístico da Cidade de Sobral – ETF/ Sobral



Figura 77 – Capa do ETF/Sobral
Desenho Domingos Linheiro

O município de Sobral, com 1.729 km² e implantado a 69 m do nível do mar, situa-se na mesorregião Noroeste e na microrregião Sobral. Tem como distritos Sobral (sede), Caracará, Jordão, Patriarca, Aracatiaçu, Taperuaba, Jaibaras, Olho D'água, Trapiá, Bonfim e Carioca. Foi criado em 14 de novembro de 1772 e finalmente instalado em 05 de julho de 1773. Banhada pelo Rio Acaraú, já foi conhecida como Fidelíssima Cidade Januário do Acaraú. O Censo IBGE/2000 calculou para o município uma população de 155.276 pessoas, com estimativa de 169.532 para 2004.

A extensa instrução para tombamento federal do conjunto urbanístico de Sobral foi finalizada pela equipe técnica da 4^a.SR/IPHAN em dezembro de 1997 e compreende três volumes, distribuídos da seguinte forma: o primeiro é composto de apresentação, metodologia para elaboração da pesquisa, meio físico e etimologia, histórico e evolução urbana, cartografia da evolução urbana e análise morfológica (nível da percepção – análise à distância); o segundo aborda, em continuação, análise morfológica (nível da percepção – o interior do espaço

urbano), nível das informações secundárias, resumo da cartografia da análise morfológica, resumo do cruzamento dos dados históricos e morfológicos, recomendações, justificativa da proposta de tombamento, descrição e mapas das poligonais de tombamento e entorno, bibliografia e ficha técnica; e o terceiro apresenta um conjunto de fotografias dos principais edifícios e espaços do sítio histórico, com indicação de suas tomadas no mapa da cidade.

O dossiê se inicia com uma apresentação sobre a sua constituição e o seu propósito, na qual se informa sobre a evolução dos procedimentos preservacionistas do IPHAN relativos ao patrimônio edificado ao longo de sua história, com a intenção de se construir um cenário a ser contraposto por uma nova proposição, motivo da elaboração do estudo em tela. Com esse fito, explica-se que

no Brasil, as áreas urbanas foram tradicionalmente designadas patrimônio com base no seu valor artístico, aferido geralmente na exigência de um conjunto homogêneo de edificações representativo da história dos estilos e das manifestações arquitetônicas julgadas relevantes para a formação de nossa identidade cultural e [tendo como referência as] cidades monumento, [com seus] imóveis íntegros do período colonial, sobretudo dos séculos XVII e XVIII (4ª. SR/IPHAN, 1997).

Em continuidade, outros valores começaram a influir na seleção de áreas urbanas para tombamento a partir do final dos anos 50, momento em que "a cidade histórica passa, progressivamente, a ser compreendida mais como um testemunho da evolução da organização social e menos como uma obra de arte" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Esse processo só vai se consolidar na década de 80 com "uma nova abordagem teórica para a fundamentação dos tombamentos de conjuntos urbanos, definidos agora como objetos culturais vinculados não somente à arte e à arquitetura, mas, sobretudo, à história, à etnografia, à

arqueologia e a outras disciplinas" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Nesse passo, os núcleos urbanos passam a ser tombados com base em sua contribuição à

consolidação ou conformação do território brasileiro ou como catalisadores da formação de redes de cidades, ou, ainda, como documento de processos sociais e econômicos de relevância nacional, em que o valor histórico, tomado num sentido amplo de registro de processos econômicos e sociais, comanda a seleção do [...] patrimônio urbano (4ª.SR/IPHAN, 1997).

É, pois, precisamente nesse instante, afirma-se, que o órgão federal de preservação desenvolve, pela primeira vez, um método sistemático para a seleção e a preservação de áreas urbanas, fundamentado no conceito de *cidade-documento*, caracterizado pelo

estudo das etapas de formação e desenvolvimento do núcleo urbano e a identificação das marcas deixadas no espaço pelos processos históricos mais importantes, [implicando dentre outros desdobramentos] na possibilidade de tombamento de áreas urbanas vistas como sem valor artístico ou dotadas de conjuntos arquitetônicos heterogêneos e já alterados, algo impensável até este momento (4ª. SR/IPHAN, 1997).

Questão central e polêmica em qualquer processo de tombamento, a seleção do acervo a ser protegido, se teve ampliados e recolocados seus marcos pelos princípios da Nova Historiografia, não teve contemplada, na mesma escala de importância, a análise da dimensão morfológica dos espaços urbanos enfocados, bem como "gerou também alguns problemas de legitimação social do ato do tombamento na medida em que este sempre esteve, em decorrência da própria prática do IPHAN, tradicionalmente vinculado ao valor estético do objeto alvo da proteção" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Portanto, a investigação espacial do sítio histórico baseada na apreensão e interpretação da forma da cidade tomada analítica e sinteticamente, é a grande novidade metodológica apresentada pelo ETF/Sobral, até então ainda não desenvolvida em qualquer outra instrução de tombamento e completamente diferente (para não dizer antagônica), como se verá, das demais

elaboradas para Icó, Aracati e Viçosa do Ceará, ainda mais se considerarmos os seus resultados e desdobramentos. Assim, em Sobral, "considerou-se não somente a vinculação do acervo urbano a ser preservado aos processos históricos e sociais ocorridos no espaço, mas também aos dados relativos à sua dinâmica funcional e morfológica atual" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Buscando evitar ao máximo o arbítrio e a subjetividade das escolhas feitas segundo critérios históricos e artísticos anacrônicos, defasados ou insuficientes para abarcar a complexa urdidura do urbano, no ETF/Sobral

procurou-se desenvolver um processo de conhecimento da área a ser tombada que permitisse estabelecer as principais diretrizes para a sua preservação [...] Os levantamentos empreendidos e os dados gerados nos estudos realizados, conduziram não somente a uma seleção dos objetos e aspectos a serem protegidos mas também a um elenco de recomendações que possibilitam encaminhar as ações necessárias à preservação do conjunto (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Considerou-se aqui o tombamento, para além de uma distinção de louvor a um setor de uma cidade ou de uma referência simbólica sem maior efeito prático, um instrumento legal e urbanístico "capaz de alterar a prática do planejamento e intervir na dinâmica urbana, revertendo processos de perda e descaracterização" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Tomando-se o sítio histórico em termos de sua autonomia e peculiaridade, vez que "o conjunto urbano é um tipo diferente e particular de objeto patrimonial que exige procedimentos próprios de identificação e preservação" (4ª.SR/IPHAN, 1997), procurou-se construir um método de abordagem e interpretação de sua estrutura urbano-arquitetônica, no qual,

além do levantamento de dados históricos sobre a formação e a evolução da cidade, foram utilizadas técnicas de análise e apreensão do espaço urbano que permitiram listar as características morfológicas que a identificam, bem como as intervenções que contribuem para realçar ou prejudicar o seu desempenho (4ª.SR/IPHAN, 1997).

numa clara demonstração da vinculação do estudo a um tratamento urbanístico do patrimônio edificado. Ideologicamente derivado da proposta conceitual que presidiu a elaboração da instrução da cidade de Brasília, apresentada à UNESCO para que aquela fosse alçada à condição de patrimônio da humanidade, o ETF/Sobral, elaborado a partir de colaboração firmada entre a 4ª.SR/IPHAN, a Prefeitura Municipal e a Secretaria de Estado da Cultura, é tido como

fundamental passo de uma profícua parceria em favor do patrimônio [da] cidade, [vez que] a área urbana é, antes de mais nada, um fato socioeconômico que depende de muitos fatores para manter-se preservada, [não havendo solução para o problema] fora da ação conjunta entre os vários níveis do poder público, do planejamento urbano e da ação educadora (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Temos então uma ementa que fala do trabalho como pesquisa inovadora no âmbito da instituição, fundamentada em uma grande diversidade de dados substantivos e objetivos e construída a partir das evidências obtidas do cruzamento de dados referenciais, todos cuidadosamente coligidos e sistematizados, procedimento esse que guarda muito mais relações com aqueles próprios da academia do que com os procedimentos tradicionais da instituição que o produziu.

Em seguida, passa-se à apresentação da metodologia, informando-se que

a seleção de áreas para preservação na cidade de Sobral decorreu de estudos sobre os processos socioeconômicos e históricos de formação e desenvolvimento da cidade e da identificação das características físico-espaciais ou, mais genericamente, morfológicas, que lhe conferem caráter e identidade (4ª. SR/IPHAN, 1997).

Os estudos históricos abordaram:

- a bibliografia e os aspectos documentais, fotográficos e cartográficos, úteis como fonte de informação sobre a história urbana de Sobral e

sobre a forma de inserção dessa cidade e do Ceará no contexto socioeconômico e cultural brasileiro;

- as fontes históricas citadas nos estudos realizados sobre a evolução urbana de Sobral;
- os papéis dos diversos agentes sociais envolvidos na consolidação física da região.

Para que fosse identificado "o modo como os processos históricos deixaram sua marca no espaço urbano" (4ª.SR/IPHAN, 1997), faz-se referência às manifestações do patrimônio cultural imaterial (celebrações, formas de expressão, lugares e saberes e fazeres) sobralense e o modo como se apropriam e transformam o espaço urbano, informações essas que complementaríamos o levantamento de dados sobre a cidade mas que, infelizmente, não puderam ser levantadas "por problemas de recursos e falta de pessoal qualificado" (4ª.SR/IPHAN, 1997).

De forma resumida,

a análise da morfologia urbana objetivou identificar as principais características e atributos de Sobral responsáveis pela constituição de sua identidade física, assim como apontar os aspectos negativos que prejudicam o desempenho desses elementos ou neles interferem negativamente (4ª.SR/IPHAN, 1997),

num amálgama entre o levantamento de dados necessários à distinção do tombamento e o projeto de requalificação urbana, buscando-se com isso "identificar as qualidades espaciais que conferem caráter próprio à cidade e são responsáveis pela produção de configurações espaciais dignas de preservação" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Para tanto, foram utilizadas "técnicas de análise e apreensão do espaço urbano adequadas aos objetivos mencionados [para] compreender os elementos constituidores da paisagem urbana que conferem

orientabilidade e identificabilidade a certas configurações e revelar os problemas que conduzem, entre outras coisas, à desorientação e ao mal-estar no meio urbano" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Informa-se que o trabalho filia-se a uma linha de pensamento sobre a análise do espaço urbano desenvolvida em nível mundial por alguns teóricos tais como Camillo Sitte, Gordon Cullen, Kevin Lynch, Michael Trieb e Phillippe Pannerai, com ressonância, no Brasil, nas pesquisas realizadas pelo Departamento de Urbanismo da Universidade de Brasília, mais especificamente pelos professores Maria Elaine Kohlsdorf, Gunter Kohlsdorf e Frederico de Holanda, os quais vêm desenvolvendo, desde o final da década de 70 do século passado, uma metodologia voltada para esse fim. Essa forma de perceber ou apreender sinestesticamente (os cinco sentidos associados à memória) o espaço urbano é conhecida como topocepção e se realiza, segundo seus formuladores, em três níveis, o da percepção, o da formação da imagem mental e o das informações secundárias. Segundo essa visão,

a configuração dos espaços arquitetônicos pode ser observada tanto através dos processos sociais responsáveis por sua produção quanto como produto de uso, com possibilidades diversas de desempenho em relação a expectativas socialmente definidas, bem como a apreensão dos lugares dá-se, necessariamente, a partir de sua forma física, conforme diversas abordagens arquitetônicas e geográficas da cidade, e também nos estudos centrados nos mecanismos cognitivos [...] Em outras palavras, é preciso que se observe os lugares como composições plásticas, isto é, elementos relacionados em conjuntos, ou ainda, totalidades (KOHLSDORF, 1996, p.31).

O processo cognitivo do espaço urbano é considerado, então, como "uma posse intelectual, onde a realidade se vê presa pelo pensamento, e tem como finalidade a reprodução, no mesmo, dos fenômenos do mundo concreto, e não a produção de uma nova realidade" (KOHLSDORF, 1996, p.41), desenvolvendo-se seqüencialmente em etapas de análise, síntese e verificação. Quanto à

apreensão, forma de conhecimento do espaço urbano destacada pela autora, ao nível da percepção,

o espaço é apreendido em sua totalidade a partir de informações sensivelmente captadas que conduzem à formação de conceitos. [Ao nível] da imagem, ocorre uma representação do espaço em função da percepção dos elementos que o qualificam e se gravam com maior ou menor intensidade na mente do observador. O nível das informações secundárias representa o espaço com maior aproximação a suas características matemáticas, fazendo uso das geometrias euclidiana e projetiva. Nele se dá o cruzamento dos dados reunidos nas etapas anteriores do processo de conhecimento (níveis da percepção e da imagem) com as informações empíricas disponíveis sobre o espaço em estudo (KOHLSDORF, 1996, p.50).

Nesse passo, a percepção tem um papel essencial no projeto de preservação, devendo ser anotadas tanto aquelas registradas pelos técnicos como as produzidas pelos membros da comunidade para que sejam aferidos os pontos de contato bem como os afastamentos existentes entre as diversas apreensões, abrindo-se, oportunidades para a participação popular no processo de elaboração da instrução de tombamento, vez que "é pela preservação que as pessoas em geral apreendem os bens sob proteção e que tomam conhecimento da memória social inscrita no espaço" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Informa-se que, em cada um dos níveis anteriormente citados, "o espaço urbano é apreendido a partir de sua forma física aparente, do seu uso e do seu significado" (4ª.SR/IPHAN, 1997), aspectos esses registrados de forma simultânea com ligeira predominância do morfológico, através do qual se dá a formação da noção de lugar. A análise mais detida dos aspectos se dá ao nível da objetivação (ou das informações secundárias), onde podem ser abordados separadamente. Justifica-se no trabalho o emprego de técnicas de apreensão do espaço urbano nos três níveis de conhecimento para

sistematizar a apreensão, tomando-a mais objetiva e, portanto, operacional para fins de planejamento da preservação dos lugares, [principalmente] quando ocorrem no nível da percepção e da formação da imagem, [surgindo] como instrumentos preciosos

para o campo da preservação, pois propiciam a investigação dos objetos, aspectos ou características do espaço urbano que possuem valor de referência para seus habitantes e usuários. A sua aplicação pode ajudar a identificar, para além dos marcos arquitetônicos ou formais historicamente consagrados, os marcos espaciais que atualmente têm significado ou importância para a população. Enfim, podem identificar os bens referenciais para os moradores e, ao mesmo tempo, analisar o modo como estes objetos a eles se apresentam (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Aqui, de modo mais evidente, expõe-se a diferenciação entre o método empregado, na verdade a movimentada aliança entre a concepção de uma nova abordagem dos fatos históricos, com raízes fincadas no cotidiano das comunidades, mais a topopcepção, em contraponto com o modelo tradicional de investigação dos conjuntos antigos para sua proteção, caracterizado pela prevalência de aspectos históricos e artísticos. A exemplo do que foi realizado para o tombamento de Brasília pela UNESCO em 1989, no estudo para tombamento do sítio histórico de Sobral foram empregadas algumas técnicas desenvolvidas para análise da forma do espaço urbano, a partir de pontos de vista interiores e distanciados deste. Trabalhou-se aos níveis da percepção e das informações secundárias, não tendo sido possível operar ao nível da imagem mental "devido ao tempo e aos recursos disponíveis" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Ao nível da percepção, foi utilizada a técnica conhecida como *análise seqüencial*, caracterizada como "o registro de cenas contidas nos diversos cones visuais que compõem o percurso percebido pelo observador" (KOHLSDORF, apud 4ª.SR/IPHAN, 1997) e identificando os efeitos topológicos (de localização nos lugares) e perspectivos (de composição cênica) que caracterizam o espaço. A observação do sítio histórico à distância privilegiou

a apreensão do papel dos elementos naturais (vegetação, hidrografia e geomorfologia) na configuração da paisagem, das relações volumétricas e de escala entre as diversas áreas da cidade, das relações entre sítio natural e massa construída e,

finalmente, das características e qualidades das partes que se destacam, [com pontos de vistas escolhidos] a partir das principais vias de acesso à cidade e em locais que proporcionam vistas gerais do conjunto ou de partes morfológicamente identificáveis (4º. SR/IPHAN, 1997).

A observação realizada no interior do espaço urbano considerou "as áreas apontadas pela análise seqüencial realizada à distância, como dominantes ou importantes na configuração paisagística, e as indicadas mediante informações históricas e arquitetônicas, como representativas da evolução urbana do sítio" (4º. SR/IPHAN, 1997). Utilizando-se técnicas de análise seqüencial fundamentadas na seleção de percursos e no estabelecimento de *estações* (setores do percurso onde ocorrem alterações no campo visual do espectador), estas separadas por intervalos, são produzidos registros gráficos dos campos visuais observados ao longo do roteiro empreendido "à luz dos efeitos topológicos e perspectivais que contém" (4º. SR/IPHAN, 1997), através dos quais é avaliado o trecho urbano estudado, com base em sua legibilidade e em termos de "orientabilidade, identidade, estímulo, clareza ou originalidade da configuração, dominância de certos aspectos, complexidade da composição ou contrastes que ocorrem na situação enfocada" (4º. SR/IPHAN, 1997). A etapa seguinte corresponde à sistematização das informações obtidas nas análises realizadas ao nível da percepção, tomadas como categorias morfológicas estruturais (por ocorrerem em qualquer morfologia urbana), a saber, sítio físico (configuração espacial formada por elementos da paisagem natural e do clima), planta baixa (aspectos principais da malha urbana, tais como cheios e vazios, espaços públicos e privados, parcelamento e ocupação), composição dos planos verticais (relações volumétricas e topográficas existentes no setor urbano), tipologias das edificações (levantamento e mapeamento dos principais grupos tipológicos

existentes e de sua relação com a formação e evolução urbana das áreas em estudo) e elementos complementares (avaliação do papel positivo ou negativo quanto à intervenção no espaço urbano de elementos tais como pavimentação, mobiliário urbano, anúncios etc.). De forma conjugada, tem-se a estrutura interna do espaço, "categoria síntese [...] avaliada em mapa resumo que reuniu as principais observações resultantes da análise das categorias precedentes" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Por fim, com base no processamento dos dados apreendidos, no mapeamento e na explicitação das análises e avaliações realizadas, foram definidos setores urbanos tidos como poligonais de preservação rigorosa e de entorno e suas respectivas diretrizes de proteção e intervenção "que deverão orientar a normalização e as ações de projeto e planejamento nessas áreas" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Com isso, de forma categórica, reforça-se que a ação preservacionista do IPHAN, no que respeita aos sítios históricos, deve estar munida dos instrumentos teóricos e práticos adequados e necessários para a apreensão e a interpretação do espaço urbano, fundamentalmente ágeis, agregadores e cinemáticos, em franco contraste com a anterior apreciação *de per se* histórica e estética dos monumentos arquitetônicos e dos feitos urbanísticos.

As informações relativas ao meio físico e à etimologia nos dão que Sobral (abundância de *sovereiros*, árvore de cujo lenho se extrai a cortiça, denominação essa possivelmente decorrente de uma homenagem que o antigo Ouvidor do Ceará, Carneiro e Sá, fez à sua terra natal, situada na Freguesia de Viseu, em Portugal) é "o mais importante centro da zona norte do Estado" [Figura 78], [constituindo] o fulcro dessa região, econômica, geográfica e demograficamente" (4ª.SR/IPHAN, 1997). A cidade, cortada pelo Rio Acaraú logo abaixo da confluência deste com o Rio Guaibara,



Figura 78 – Planta da Sede Municipal de Sobral
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

implanta-se na posição central da bacia hidrográfica, privilegiada por haver "muita água corrente, o que possibilita o farto abastecimento da cidade e de suas indústrias" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Seu território apresenta "características da geofísica sertaneja, entrecortada de serras, onde se sobressai a da Meruoca, notável pela fertilidade do solo, distante 30km da cidade" (4ª.SR/IPHAN, 1997). «

O capítulo referente à sinopse histórica e à evolução urbana de Sobral inicia-se com a constatação de que

os primeiros núcleos urbanos cearenses que alcançaram relevância econômica surgiram no interior, decorrentes do assentamento de correntes migratórias oriundas, sobretudo, da Bahia, de Pernambuco e da Paraíba que penetravam neste território pelo sertão (4ª.SR/IPHAN, 1997),

o que faz de Fortaleza uma exceção no concerto das antigas cidades litorâneas brasileiras, as quais, "desde os primeiros séculos da colonização, tornaram-se sedes do aparelho burocrático e militar, ao mesmo tempo em que se fixaram como centros de grande importância econômica" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Em seguida, fala-se da disputa travada entre Fortaleza e Aquiraz, no início do século XVIII, pela condição de sediar a administração local, quando aquela ficou com a sede da capitania do Ceará e esta com a sede da Ouvidoria, estratégias essas de pouco efeito, vez que, com a subordinação do Ceará à capitania de Pernambuco (emancipado somente pela Carta Régia de 1799), sua capital, por encontrar-se "longe dos centros de produção e comercialização, manteve-se economicamente frágil por um longo período" (4ª.SR/IPHAN, 1997), por este motivo não podendo ocupar lugar de relevância na dinâmica econômica do lugar. Essas posições destacadas foram ocupadas, de forma pioneira na capitania, por núcleos interioranos cujo desenvolvimento iniciou-se ainda no século XVII. Portanto, coloca-se como predicado inicial a ser conferido ao conjunto urbano de Sobral o

processo histórico de conformação e ocupação do seu território, concomitante com a colonização da capitania do Ceará, a qual "coincidiu, pois, com a época em que se iniciou a ocupação do interior do Brasil" (4ª.SR/IPHAN, 1997). No Estado, esse processo se deu no século XVIII com a criação extensiva de gado vacum, em que "as fazendas foram [...] os elementos responsáveis pela formação dos primeiros núcleos de povoação da capitania, que se fixaram ao longo dos rios Jaguaribe e Acaraú. Datam dessa época as cidades de Icó, Aracati e Sobral" (4ª.SR/IPHAN, 1997). A pecuária transforma-se na primeira atividade econômica de importância no Ceará, subsidiária do açúcar pernambucano, com seus produtos principais, a carne-seca e as couramas, sendo exportados e também consumidos por um mercado interno. Nesse contexto, a posição estratégica de Sobral, "na várzea do rio Acaraú e no centro de uma área cruzada por dois importantes rios – o Coreaú e o Aracatiaçu – dos quais mantém privilegiada equidistância" (4ª.SR/IPHAN, 1997), é apontada como facilitadora de sua condição como núcleo hegemônico da região noroeste cearense, vez que operava como ponto de distribuição das mercadorias que partiam e chegavam ao porto de Camocim, na foz do rio Acaraú. São relatadas as relações da cidade, através dos caminhos sertanejos (Figura 79), com o Maranhão, o Piauí, a Bahia e Pernambuco, bem como a entrada em cena, nos séculos XIX e XX, respectivamente, da economia algodoeira e da atividade industrial. Faz-se um apanhado das marcas físicas que os ciclos econômicos impuseram à cidade, o que será descrito minuciosamente no capítulo dedicado às tipologias arquitetônicas, com destaque para o comércio, atividade esta que, juntamente com a religião católica, são tidas como o fundamento civilizatório de Sobral. Em detalhe, descreve-se a ocupação do vale do rio Acaraú, a qual "iniciou-se nas



Figura 79 - Caminhos sertanejos do Ceará no Século XVIII
Fonte: Estudo para Tombamento Federal - ETF/Sobral 1997

fazendas de criar e contou com o apoio oficial dado aos colonos no combate aos silvícolas" (4ª.SR/IPHAN, 1997) graças a concessões de sesmarias, estabelecimento colonial de posse da terra garantido aos lusitanos que se interessassem em *fazer vida* no Brasil. Na área correspondente à atual cidade de Sobral surgem, no início do século XVIII, cinco fazendas, na margem direita do rio Acaraú, a saber, Várzea Grande e Marrecas, e na margem esquerda, Cruz do Padre, Pedra Branca e Caiçara. Esta (denominação proveniente do tupi-guarani *caaiça*, que significa *estacas de mato ou cerca de pau*), geograficamente mais bem disposta, acabou por se tornar o destino de diversas trajetórias de boiadas, constituindo-se assim no núcleo principal de povoamento da região (Figura 80), bem como por ser "ponto de referência na região da Ribeira do Acaraú para a organização das boiadas com destino a Pernambuco, Maranhão e Bahia e por atrair mercadores viajantes que viviam da venda de seus produtos por todo o sertão" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Afirma-se que, segundo GIRÃO (apud 4ª.SR/IPHAN, 1997), "a estrada da Caiçara era a via da região norte do Ceará que cumpria a função de ligar os pontos povoados da Ribeira do Acaraú com o litoral e, na outra direção, com as áreas férteis dos Inhamuns, por onde se penetrava nas terras piauienses". Como se vê, a noção da cidade como elemento nodal ou articulação de caminhos sertanejos, vitais para o processo de ocupação do interior brasileiro, é realçada como valor positivo a ser considerado na justificativa de tombamento. Em 1773, o povoado Caiçara passou a chamar-se Vila Distinta e Real de Sobral por ordem régia, fato histórico tido no trabalho como mais um predicado da cidade. A religião católica, expressa na fé da população em seus santos padroeiros, em especial N. Sra. da Conceição, padroeira de Sobral, garantiu "a fixação de pequenas concentrações em torno dos espaços onde

ocorriam as celebrações, festas e obrigações religiosas" (4ª.SR/IPHAN, 1997) (Figura 81), contribuindo, em parceria com a atividade comercial ligada ao gado, para a consolidação da cidade como relevante núcleo urbano. Portanto,

encontra-se aqui uma relação que será predominante na composição da sociedade sobralense: religião e comércio. Os trabalhos e os modos de sociabilidade ligados às fazendas e às celebrações religiosas foram os elementos constituidores das povoações desta região (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Disso resulta a escolha de Sobral para ser a sede do Curato de Nossa Senhora da Conceição da Ribeira do Acaraú, em 1742, e a construção de sua primitiva Igreja Matriz, demolida em 1762 para dar lugar à atual Catedral. O local da construção do templo acabou por se constituir em importante pólo de desenvolvimento urbano, vez que

tornou-se o principal ponto de convergência das populações rurais por ocasião das festas religiosas. Isto, sem dúvida, contribuiu muito para a consolidação do núcleo urbano e para o aumento de sua dinâmica comercial e social, bem como para o fortalecimento do poder religioso, anteriormente disperso e sem organização hierárquica (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Em última análise, afirma-se que

a criação de gado; o estabelecimento da Igreja Católica, exercendo o controle religioso sobre as pessoas e os grupos; e o comércio, inicialmente do couro e depois do algodão, definiram, durante o século XVIII, a ocupação do Vale do Acaraú e a constituição do núcleo que viria a ser, mais tarde, a cidade de Sobral (4ª.SR/IPHAN, 1997).

O desenho inicial da traça sobralense é outro ponto destacado nessa parte da instrução, elaborado, em meados do século XVIII, a partir da polarização exercida pelos núcleos da Matriz e da Igreja de N. Sra. do Rosário, processo este demarcado pela concentração de moradias em torno das duas edificações. O posicionamento de outros imóveis de prestígio é também anotado, bem como as preocupações da Câmara com a disciplina urbana, o que "aponta para a exigência de uma necessidade de organizar a cidade nas áreas que estavam se



Figura 80 - Evolução Urbana de Sobral - Núcleo original de povoamento (Fazenda Caçara)
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal - ETF/Sobral 1997

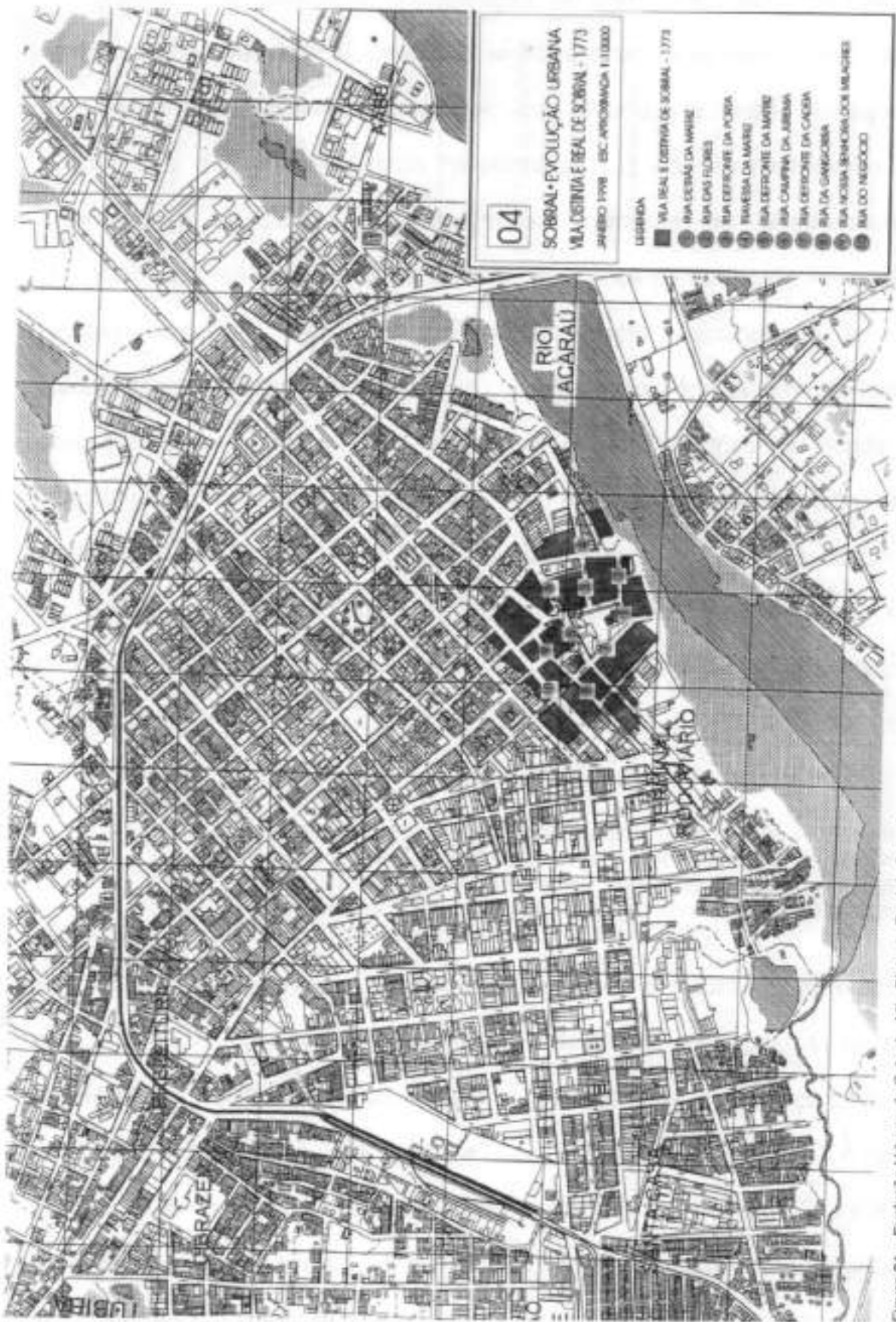


Figura 81 - Evolução Urbana de Sobral - Vila Distante Real de Sobral
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal - ETF/Sobral 1997

configurando como pontos de concentração" (4ª.SR/IPHAN, 1997). No final do setecentos, os dois núcleos pioneiros já se interligavam pelas ruas Nova e Velha do Rosário, hoje, respectivamente, Cel. José Sabóia e Ernesto Deocleciano (Figura 82), e sua consolidação "relaciona-se [...] ao desenvolvimento de determinadas atividades: rede de trocas, comércio ou abastecimento" (4ª.SR/IPHAN, 1997), desenvolvendo-se na vizinhança do núcleo do Rosário as funções comerciais enquanto que na da Matriz destacava-se o uso predominantemente residencial. Portanto, a idéia de um zoneamento de uso e ocupação do solo, ainda hoje visível nessas duas porções da cidade, é característica relevante da Sobral do final do século XVIII, aspecto este fundamental para o entendimento da cidade atual e dos rumos de sua evolução. A ocupação e o alastramento do espaço urbano de Sobral no início do século XIX se dá sob a égide da "reorganização da capitania com base na produção agropecuária e na expansão algodoeira visando o mercado externo" (4ª.SR/IPHAN, 1997), esta já mais pujante e contando com

a abundância da mão-de-obra gerada na expansão da pecuária, com condições naturais favoráveis e com o aumento da demanda do produto pelo mercado externo, consequência das guerras pela Independência [dos Estados Unidos da América], que reduziram a concorrência americana (4ª.SR/IPHAN, 1997).

A rede de estradas que faziam a ligação entre o interior e o litoral, "determinantes para a formação da cidade e para a fixação de Sobral como pólo da região" (4ª.SR/IPHAN, 1997), bem como a construção de novos equipamentos públicos institucionais, tais como a nova cadeia, a Casa de Correção, o cemitério e o novo mercado, são os marcos físicos mais destacados desse momento (Figura 83). Este último, levantado entre 1818 e 1821, por ter ocupado "um terreno alagadiço que foi necessário aterrar para responder às necessidades de melhor adequação

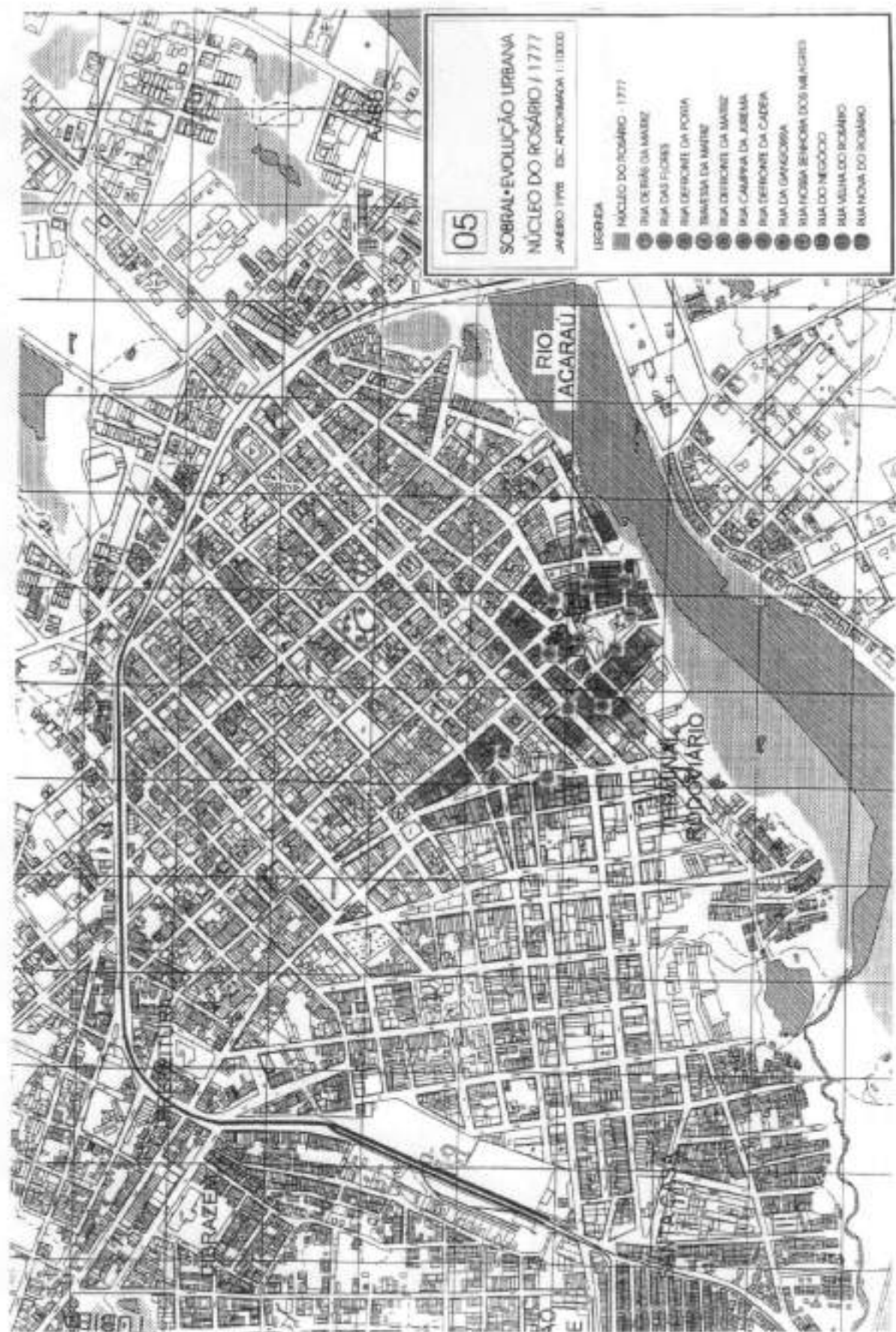


Figura 82 – Evolução Urbana de Sobral – Núcleo do Rosário (1777)
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997



Figura 83 - Evolução Urbana de Sobral - A construção de novos equipamentos públicos (1842)
Fonte: Estudo para Tombamento Federal - ETF/Sobral 1997

especial para a realização das atividades comerciais em expansão" (4ª.SR/IPHAN, 1997), representou um elemento de especial importância na definição espacial de Sobral, principalmente por ter garantido, até 1938 quando foi demolido, a presença de um núcleo considerável de pessoas da cidade e da região que convergia para aquele que era a principal concentração comercial da cidade. A preocupação com o ordenamento e o embelezamento urbano é registrada como "representação de uma estabilidade e de uma supremacia econômica alcançadas" (4ª.SR/IPHAN, 1997), o que se evidenciava na iluminação de alguns pontos privilegiados, na construção de praças e no rígido controle edilício, o que fez Antônio Bezerra à época (1884), em seu *Notas de Viagem*, comparar Sobral a Campinas-SP, face à qualidade das edificações e ao asseio urbano. Nesse período, faz-se marcada referência à relevância arquitetônica dos sobrados na cidade, os quais "aliavam comércio, na parte térrea, e residência na parte superior" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Mesmo sofrendo com as secas da década de 70 do dezenove, mitigadas em parte com a ajuda do governo provincial que providenciou recursos para abastecer a cidade com comida e remédios e constituir frentes de serviço, Sobral assistiu à construção de dois equipamentos refinados, a saber, o Teatro São João e o hipódromo (Figura 84), o que bem dá uma idéia do "poder de alguns grupos bem situados política e economicamente, ao mesmo tempo em que revelam a existência de uma dinâmica sócio-cultural mais intensa na cidade" (4ª.SR/IPHAN, 1997), considerados no trabalho em análise como elementos de distinção da cidade em relação às demais do Estado. A ligação ferroviária entre Sobral e Camocim, estabelecida nas últimas décadas do século XIX, é valorizada como ação que contribuiu para "consolidar a importância da cidade, ao mesmo tempo em que ampliou suas possibilidades de

comércio" (4ª.Sr/IPHAN, 1997) (Figura 85), assim como as estradas foram fundamentais, no passado, "para que Sobral se firmasse como um núcleo de peso na região Norte do Estado" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Do período, são ressaltados o serviço de bonde, cuja única linha contemplava as áreas mais densamente povoadas da cidade, naturalmente valorizando-as, e os sobrados "de oitão enobrecido, estilo muito característico de Sobral, [constituindo-se em] construções térreas, localizadas preferencialmente nas esquinas, com oitões artisticamente valorizados, dando para as ruas laterais" (4ª.SR/IPHAN, 1997) (Figura 86). O trecho a seguir é por demais emblemático quanto ao posicionamento dos responsáveis pela elaboração do estudo face à caracterização de Sobral como um mostruário de feitos arquitetônicos e urbanísticos associados aos ciclos econômicos que tiveram lugar na cidade e na região:

a cidade alcança um nível extraordinário de qualidade urbana. O traçado da ferrovia, limitando a expansão da cidade [Figura 87], contribuiu para o adensamento da área central e para a valorização do seu solo. As ruas largas, praças e becos estreitos integravam-se harmoniosamente aos edifícios mais destacados – igrejas, mercado e teatro – cuidadosamente implantados para propiciar melhor visibilidade (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Por fim, no início do século XX, a presença da indústria é assinalada como causadora de transformações urbanas consideráveis, verificadas nos processos de implantação de grandes fábricas de beneficiamento de oleaginosas tais como a Companhia Industrial de Algodão e Óleos – Cidao e a Fábrica de Tecidos de Sobral, as quais "implicaram a criação de vilas operárias, que ocuparam novos espaços expandindo o perímetro da cidade" (4ª.SR/IPHAN, 1997). À Diocese de Sobral é conferido o papel de redefinidora da lógica urbanística da cidade. Tendo à frente D. José Tupinambá da Frota, bispo-conde cuja autoridade ultrapassava à dos prefeitos de então, a Diocese realizou um programa de obras-marcos, quase



Figura 84 - Evolução Urbana de Sobral - O teatro São João e o Hipódromo (1884)
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal - ETF/Sobral 1997



Figura 85 - Evolução Urbana de Sobral - A via férrea (1990)
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal - EIT/Sobral 1997



Figura 86 – Sobrado de oitão enobrecido/ Fotografia Gentil Barreira
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997



Figura 87 - Evolução Urbana de Sobral - A via férrea como limitante à expansão da cidade (1906)
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal - ETF/Sobral 1997.

uma via processional ornada com edificações de vulto, de que o Seminário Diocesano, o Palácio Episcopal, o Museu Diocesano e a Santa Casa de Misericórdia são exemplos destacados. O fechamento da sinopse histórica oferece, de forma concisa, além dos principais agentes socioeconômicos, o que será posteriormente desenvolvido como justificativa do tombamento federal para o sítio histórico, já prefigurando a chave generosa ou alargada norteadora da consideração do que seria passível de proteção:

a cidade ainda guarda, seja no traçado de suas ruas centrais, seja em muitas edificações, a estrutura urbana original do seu núcleo e as marcas da lenta construção e expansão de seu tecido urbano, com suas diversas ocupações e usos [Figura 88]. A riqueza e a importância de Sobral ao longo dos anos faz-se visível, inclusive, na rica paisagem que compreende a Serra da Meruoca e a silhueta de suas edificações. A importância das estradas, bem como a centralização do poder religioso, caracterizaram a dinâmica de sua formação desde a origem e, ao mesmo tempo, revelam como ocorreu o processo de ocupação do sertão do país (4ª.SR/IPHAN, 1997).

A essa altura, iniciam-se os trabalhos relativos à análise da imagem do sítio histórico, em termos de sua percepção e apreensão por observador situado à distância. Na elaboração da análise seqüencial, objetivou-se

sistematizar a apreensão dos efeitos de conjunto que revelam a estrutura geral da paisagem, [em especial], o papel que os elementos naturais como a vegetação, a geomorfologia e a hidrografia desempenham na configuração da paisagem; as relações de volume e escala entre as áreas da cidade; e as características e qualidades das partes que se destacam. Enfim, tratou-se de apreender, através da percepção visual, as relações existentes entre o sítio natural e a massa edificada (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Alguns pontos de vista foram selecionados (Figura 89), tomados "nas principais vias de acesso à cidade e em algumas áreas que proporcionam vistas gerais do conjunto" (4ª.SR/IPHAN, 1997), a saber:



Figura 89 – Evolução Urbana de Sobral – Superposição das etapas
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

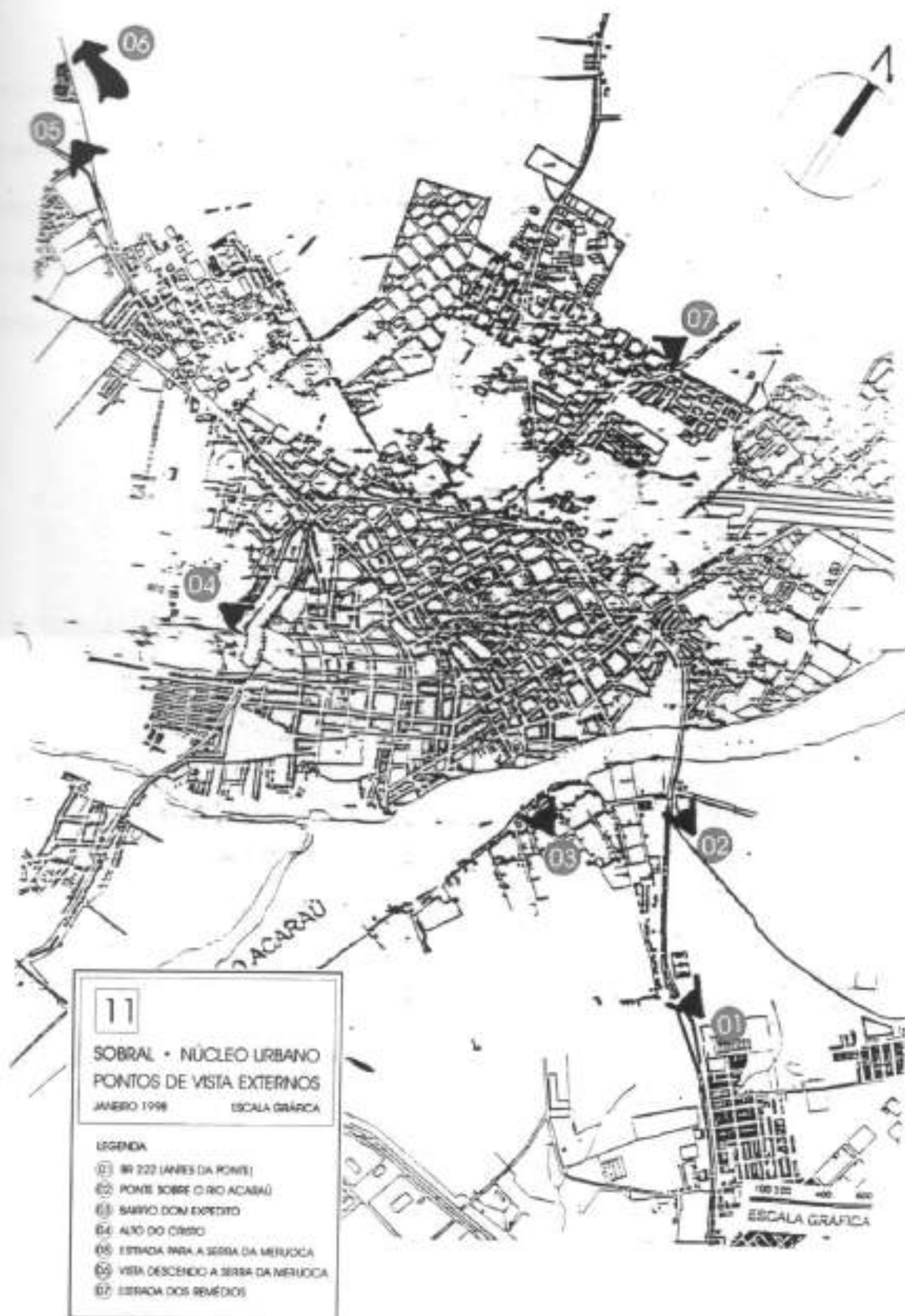


Figura 89 - Pontos de vista externos
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal - ETF/Sobral 1997

01. **BR-222** – desse longínquo mirante, divisa-se, como elementos naturais mais destacados, a Serra da Meruoca, “grande massa escura que aparece como pano de fundo”, e a várzea do Rio Acaraú. A cidade é percebida como “uma mancha clara muito horizontal, de escala homogênea, pontuada pelas torres brancas das igrejas” (4ª.SR/IPHAN, 1997) e chaminés das fábricas, sendo, contudo dominada pelos elementos naturais (Figura 90);



Figura 90 – Vista da cidade de Sobral a partir da BR-222/ Fotografia Gentil Barreira
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – FTF/Sobral 1997

02. **Ponte sobre o Rio Acaraú** – registra-se, desse ponto, a forte presença do Rio Acaraú como elemento conformador da paisagem, disputando a cena com a Serra da Meruoca, porém paisagisticamente desvalorizado. A condição de cidade *de costas para o rio*, característica dos aglomerados cearenses mais antigos, é aqui evidenciada: Sobral ainda não se relacionava com o Rio Acaraú de forma plena, não aproveitando suas benesses para além de sua condição como local de despejo ou de serviço. Quanto às porções da massa construída, a constatação de duas áreas bem distintas:



Figura 87 - Evolução Urbana de Sobral - A via férrea como limitante à expansão da cidade (1906)
Fonte: Estudo para Tombamento Federal - ETT/Sobral 1997

a primeira, dominante, correspondente ao núcleo mais antigo, apresenta coloração predominantemente branca e significativa presença de vegetação nos quintais e ao longo do rio; casario predominantemente horizontal, pontuado, a intervalos quase regulares e bem distribuídos, por elementos verticais que correspondem às torres das igrejas [...] A segunda área que se distingue é a parte mais nova da cidade, vista à direita da ponte. Nela a paisagem é mais monótona, ainda muito horizontal e sem elementos naturais ou construídos que lhe confirmem qualquer ritmo ou atrativo visual [Figura 91] (4ª.SR/IPHAN, 1997).

A imagem selecionada mostra ainda a disparidade de qualidade arquitetônica, urbanística e paisagística entre os dois setores, tratados posteriormente de forma quase que indistinta quando da determinação das poligonais de preservação;

03. **Bairro de Dom Expedito** – desse mirante, situado na margem direita do Rio Acaraú, em trecho urbano de conformação recente e frontal ao núcleo inicial da cidade, reforçam-se as impressões registradas quando da observação feita a partir da ponte Otto de Alencar, em especial, o uso do rio como passagem entre o centro e os bairros periféricos, o que hoje se alterou totalmente com o redesenho da calha fluvial e a garantia do espelho d'água. Aqui, sem sombra de dúvida, vê-se que o Rio Acaraú “é o elemento natural predominante, juntamente com a sua vegetação” (4ª.Sr/IPHAN, 1997), bem como que é perfeitamente legível a disparidade em termos de qualidade estética entre os setores antigos e novos, anteriormente apontada (Figura 92);

04. **Alto do Cristo** – do ponto mais alto da cidade obtém-se uma visão do seu todo, abrangendo o núcleo original e as expansões posteriores, com preponderância da massa construída em relação à paisagem natural. A diversidade de tipologias arquitetônicas e uma morfologia urbana menos legível que aquela divisada a partir da ponte são marcas destacadas da cidade desse ponto de vista (Figura 93). Apesar de o rio não ser mais visível, a vegetação ribeirinha surge como limite ao núcleo original. A horizontalidade persiste como

uma das características mais evidentes do conjunto, pontuada aqui e ali pelas torres das igrejas, pelas chaminés das fábricas e pelos novos edifícios residenciais, numa mescla de ocre e branco. Entretanto, a não ser pelas igrejas, fortes marcos na paisagem, dificilmente se percebe, no meio da massa construída, um sítio histórico, com os elementos físicos que tradicionalmente lhe conferem distinção e legibilidade.

05. **Estrada para a Serra da Meruoca** – com destaque para o final da ocupação urbana, a massa construída mostra-se, desse ponto, rarefeita, com mínima visibilidade do setor mais antigo da cidade. A paisagem é dominada pela planura e pela vegetação rasteira que envolve a cidade, com destaque para as torres de iluminação do Estádio do Junco (Figura 94).

06. **Serra da Meruoca** – fazendo-se a aproximação da cidade pelo lado noroeste, a mancha urbana foi percebida "como uma massa clara, espalhada e plana, fortemente dominada pelo volume branco da Igreja Matriz" (4ª.SR/IPHAN, 1997). A essa distância, não são percebidos limites claros à cidade, estabelecidos pelos componentes naturais do sítio (Figura 95).

07. **Estrada dos Remédios** – são destacadas, a partir desse ponto de vista, "as suaves ondulações existentes no terreno onde se implanta a cidade" (4ª.SR/IPHAN, 1997), bem como o posicionamento do núcleo antigo, implantado em área mais elevada, e das áreas de expansão recente, tais como aquelas situadas além da linha férrea, implantadas num baixio ou depressão do terreno. Ao tempo em que são distinguidas as igrejas como marcos visuais do conjunto, são também registradas as interferências negativas que suas edificações recém-construídas causaram à "homogeneidade de escala e de ocupação do casario e à

harmonia volumétrica da massa construída" (4ª.SR/IPHAN, 1997), aspectos esses visíveis à distância (Figura 96).

Como conclusão, informa-se que

no conjunto dos sete pontos que permitem a visualização da cidade à distância, alguns elementos desempenham repetidamente um papel na configuração da paisagem: a vegetação das ruas, praças e quintais e da várzea do Rio Acaraú; as torres e silhuetas das igrejas; a Serra da Meruoca e o próprio Rio Acaraú, [elementos esses que] constituem a paisagem urbana em sua apreensão à distância (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Se as torres das igrejas e a vegetação são distinguidas em todos os pontos de vista, a Serra da Meruoca e o Rio Acaraú são percebidos apenas nas visadas de sudeste para noroeste. Este, "embora tenha sido historicamente um fator determinante na escolha do sítio" (4ª.SR/IPHAN, 1997), tem sua condição de elemento estruturador da paisagem prejudicada pelo fato da cidade ter lido as costas, forma de implantação tradicional das antigas cidades cearenses, as quais utilizavam "os cursos d'água apenas como fonte de abastecimento ou destino de dejetos e nunca como elemento de lazer ou fruição paisagística" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Portanto, foram considerados como fundamentais para a configuração da paisagem de Sobral elementos naturais como a geomorfologia e a vegetação. A Serra da Meruoca é o "elemento geomorfológico de maior impacto, [surgindo como] uma moldura natural que realça e valoriza a massa construída" (4ª.SR/IPHAN, 1997). A cidade é sempre representada como uma massa branca horizontal, implantada em terreno plano e destituída de visuais caprichosas, da qual emergem, como marcos visuais incontestes, as torres das igrejas. Faz-se o contraponto entre as áreas de ocupação mais antiga e as mais recentes, estas em situação desfavorecida em termos paisagísticos com relação as primeiras por não possuírem, embora mantendo "as características básicas de



Figure 1. - View of San Francisco from the Bay, looking north from the Golden Gate.



Figure 2. - View of San Francisco from the Bay, looking south from the Golden Gate.

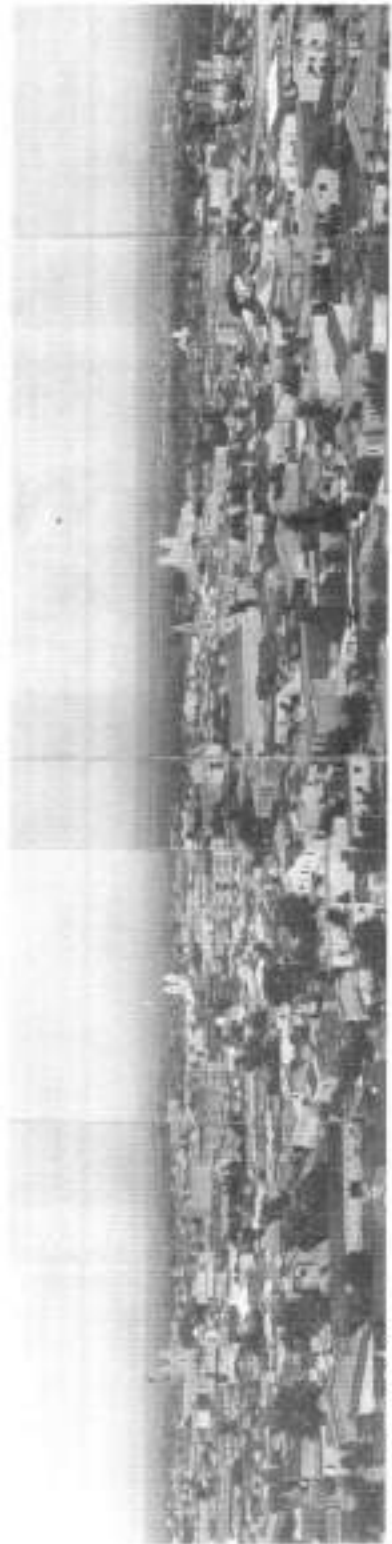


Figure 17 - View of San Francisco, CA, from the water, looking north from the Golden Gate Bridge.

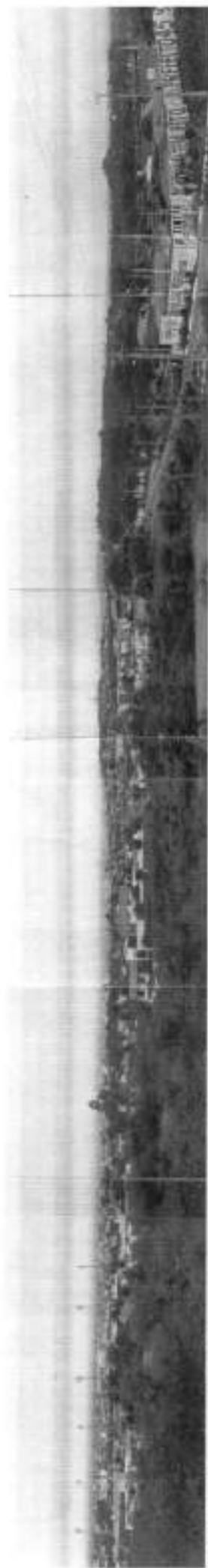


Figure 18 - View of San Francisco, CA, from the water, looking south from the Golden Gate Bridge.

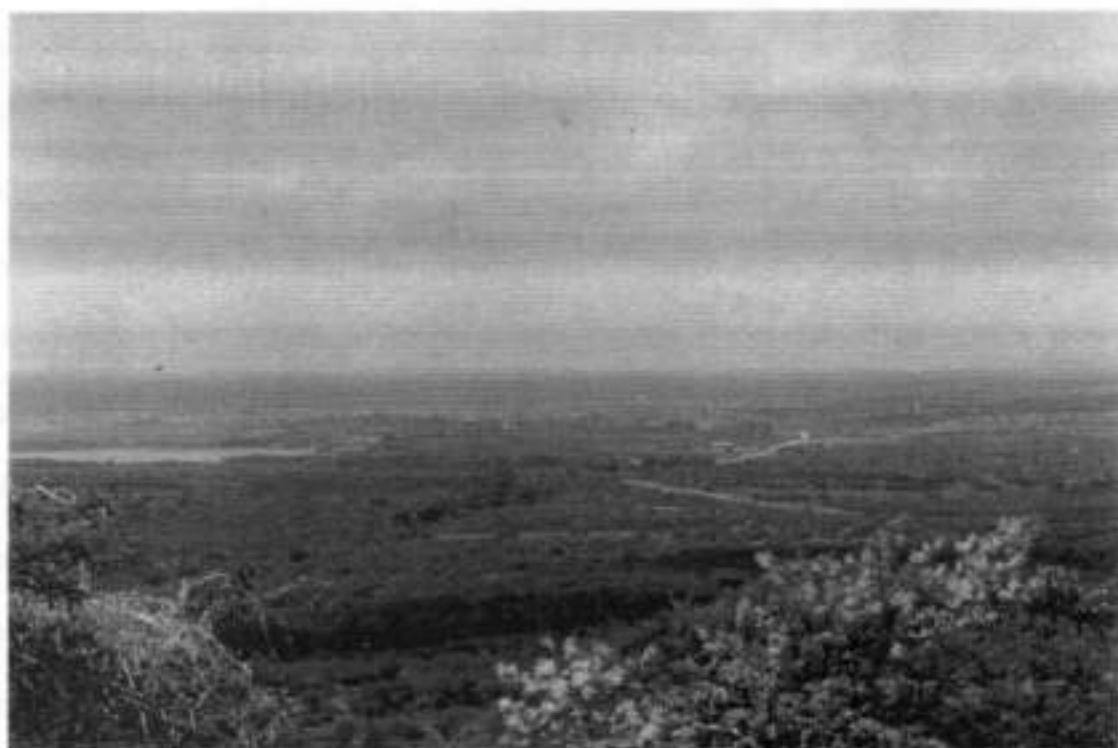


Figura 95 – Vista da cidade de Sobral a partir da Serra da Meruoca/ Fotografia Gentil Barreira
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997



Figura 96 – Vista da cidade de Sobral a partir da Estrada dos Remédios/ Fotografia Gentil Barreira
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

horizontalidade e densidade, o ritmo vertical e a acentuação proporcionada pelas torres das igrejas, nem um tecido urbano tão homogêneo em termos de volumetria e ocupação" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Esses predicados, "tão característicos e nítidos, na apreensão do espaço urbano à distância, são prejudicados por alguns edifícios recentemente construídos na cidade e pelo abandono e mau trato das margens do Rio Acaraú" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Nessa linha, são apontadas como principais características paisagísticas da cidade de Sobral "a horizontalidade, a densidade e a acentuação vertical da sua silhueta, emoldurada, esta última, em suas visuais mais ricas, pelo maciço da Serra da Meruoca e pela vegetação ribeirinha" (4ª.SR/IPHAN, 1997), aspectos esses presentes nas visadas obtidas de todos os pontos de vista elencados, e, portanto, considerados "traços fundamentais da configuração da cidade em sua apreensão global, [sendo] também responsáveis [...] pela dominância que a área mais antiga exerce sobre as outras partes" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Como se vê e verá mais adiante, os elementos constantes da análise à distância são valorativos de uma visão generosa do estatuto preservacionista, percebidos a partir de pontos externos à cidade e reunidos em um conjunto resultante da apreensão visual, área essa que mais tarde, será definida em termos de poligonais de preservação e de entorno, todas extensas, abrangendo inúmeros imóveis descaracterizados e desconformes e apresentando recomendações quanto à obstrução visual de elementos dominantes na paisagem, como a Serra da Meruoca, sem apresentar, entretanto, solução quanto ao processo de verticalização da cidade, hoje em pleno curso. Por fim, curiosamente, concomitante à apresentação (nas entrelinhas, é bem verdade) de Sobral como um museu de arquiteturas e espaços urbanos produzidos em tempos diversos e, portanto, marcos do processo

histórico de construção da cidade, não se faz referência na análise empreendida, dentre outros registros de menor qualidade espacial urbana, à desproporção numérica entre os exemplares preservados e aqueles mais numerosos destituídos de valor estético, à falta de unidade entre as diversas porções da cidade, ao baixo nível arquitetônico construtivo das edificações novas, ao construído como rebatimento das intervenções na cidade dos grupos sociais em sua luta pelo espaço urbano, à intensa poluição visual ou até mesmo à falta de uma fisionomia característica de sítio histórico, aspectos esses que, em sua maioria, no modo tradicional de preservação edilícia do IPHAN, sempre foram tidos como impeditivos ou pelo menos restritivos a uma visão mais alargada ou mesmo à consideração de uma cidade ou de um trecho urbano como sítio histórico tombado no âmbito federal.

O segundo volume da instrução se inicia com a percepção do sítio histórico tomada a partir de pontos situados no interior do espaço urbano, em complementação à análise anterior. O método empregado foi o da análise seqüencial, considerada como o registro de "efeitos visuais que reproduzem a estruturação topológica e perspectiva do espaço percebido num determinado percurso" (KOHLSDORF, 1996, p.77). Tal sistema de análise do que se vê compreende o levantamento dos pontos em que se altera a cena-locais esse determinados estações - e de seus respectivos campos visuais (frontal, lateral direito e lateral esquerdo), identificando-se os efeitos topológicos e perspectivais presentes. Os primeiros, segundo KOHLSDORF (1996, p.89),

representam elaborações a partir das referências topológicas básicas do corpo humano: à frente/atrás, acima/abaixo, ao lado, à direita/à esquerda etc. [tais como] alargamento e estreitamento: quando os planos que delimitam o espaço lateralmente parecem se afastar ou se aproximar do observador; envolvimento: onde o espaço está delimitado por elementos marcantes por quase todos

os lados do observador, mantendo, contudo, a visão deste para o exterior; amplidão: efeito oposto ao envolvimento, que ocorre em locais onde os limites do campo visual estão distantes, indefinidos ou são insignificantes [Figura 97].

Quanto aos efeitos perspectivos, esses "são produzidos pela composição plástica da cena contida nos campos visuais do observador" (KOHLSDORF, 1996, p.96), tendo sido por essa autora identificados oito deles, a saber:

direcionamento: quando a continuidade longitudinal do espaço é enfatizada pela estrutura alongada e bem definida dos planos laterais que convergem nitidamente para o final da perspectiva, tornando-se mais genuíno quando as paredes laterais não são paralelas, em função de alguma deflexão; visual fechada: onde a cena perspectiva se organiza de forma pouco profunda, sendo fechada por um plano paralelo próximo ao observador; impedimento: ocorre quando uma figura encobre parcialmente outra, ou seja, quando a visualização é interrompida sem que, contudo, se impeça a percepção do final do campo visual; emolduramento: quando o campo visual está delimitado por elementos em primeiro plano que, contudo, não interrompem a cena; mirante: efeito que ocorre quando o observador está situado num ponto de onde pode visualizar de modo privilegiado os lugares circunvizinhos, obtendo uma vista do que está em volta; conexão: quando se percebe claramente uma descontinuidade nas paredes laterais do espaço provocadas por canais que o interceptam de modo ortogonal; realce: quando determinado elemento da cena atrai de modo significativo a atenção do observador, criando uma surpresa e estruturando a forma do espaço; efeito em Y: ocorre quando a cena mostra uma bifurcação do espaço, geralmente, em seu eixo [Figura 98] (KOHLSDORF, 1996, p.96).

Recorrendo-se ainda à autora, classificou-se a intensidade da ocorrência desses efeitos visuais numa escala que se inicia com muito fraco (MF), passando a fraco (F), médio (M) e forte (F) e terminando com muito forte (MF). Assim, muitas vezes acontecendo simultaneamente na mesma cena, os efeitos visuais são considerados como elementos que contribuem "para a caracterização dos lugares e para a avaliação de sua identidade mais forte ou mais fraca" (4ª.SR/IPHAN, 1997), quanto mais estiverem claros e nítidos, podendo ainda apresentar campos amplos ou restritos. Cabe ainda mencionar os elementos que complementam o sistema de análise do espaço urbano em questão que são os

EFEITOS TOPOLÓGICOS

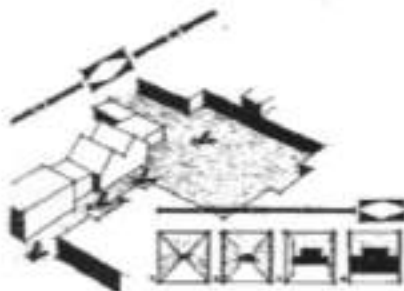


Figura 01 - ALARGAMENTO

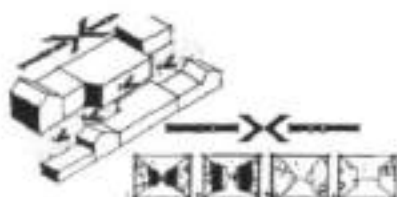


Figura 03 - ESTREITAMENTO

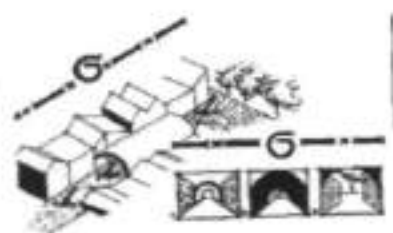


Figura 03 - ENVOLVIMENTO

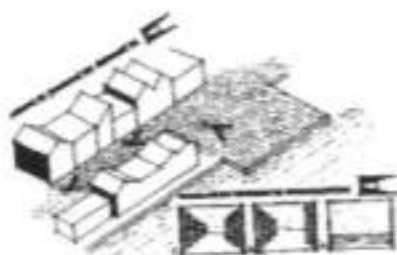


Figura 04 - AMPLIDÃO

Figura 97 - Efeitos topológicos/ Desenho Maria Elaine Kohlsdorf
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal - ETF/Sebral 1997

EFEITOS PERSPECTIVOS



Figura 05 - DIRECIONAMENTO

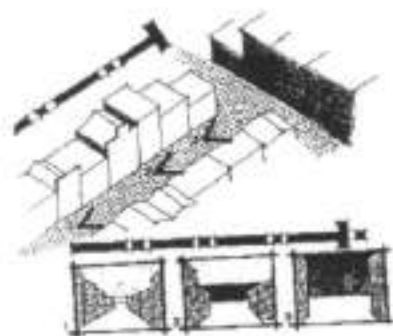


Figura 06 - VISUAL FECHADA

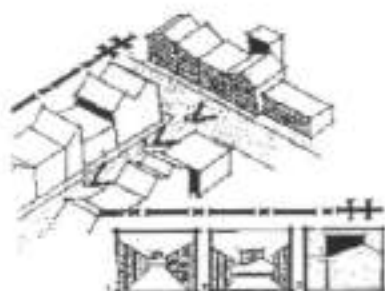


Figura 07 - IMPEDIMENTO



Figura 08 - EMOLDURAMENTO

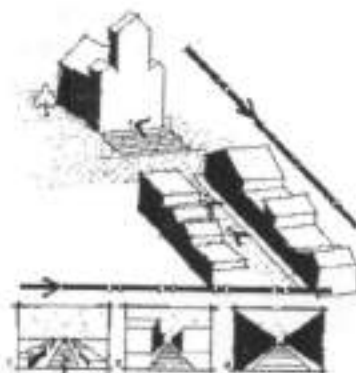


Figura 09 - MIRANTE



Figura 10 - CONEXÃO

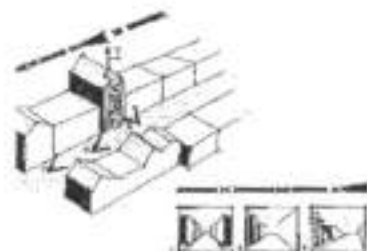


Figura 11 - REALCE

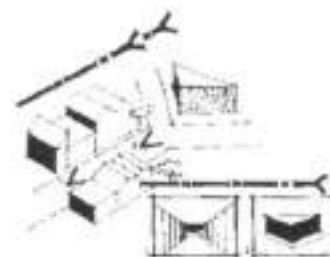


Figura 12 - EFEITO EM Y

tramos, caracterizadores

das seqüências visuais por meio da identificação, nessas seqüências, de partes que contêm uma temática homogênea, seja pela presença marcante de determinados efeitos, seja por certa combinação dos mesmos (por exemplo, alternância de alargamentos e estreitamentos ou de envoltimentos e amplitões, pontuados por realces) (KOHLSDORF, 1996, p.104).

os quais ainda segundo a mesma autora, "subdividem a seqüência e permitem organizar a apreensão do espaço em percursos longos" (KOHLSDORF, 1996, p.104). Com essas peças, constrói-se um conjunto de signos que buscam representar o desenvolvimento espacial de trechos urbanos numa escrita simbólica coerente com a natureza do espaço e, ao mesmo tempo, posta como alternativa mensurável e objetiva às noções espaciais de praxe, estas tradicionalmente marcadas pela subjetividade do texto e do desenho artístico. Portanto, o que se pretendeu foi, a partir do emprego de um novo método de apreensão espacial, realizar o inventário do conjunto urbano em análise de forma substantiva e quantificável, de forma a captar, com a maior precisão possível, a sua estruturação urbano-arquitetônica, bem como o caráter identitário dos diversos lugares que o integram. A pesquisa foi então realizada com base no

registro das cenas contidas nos vários cones visuais que compõem alguns percursos, identificados como os mais significativos das áreas apontadas, pela análise à distância e pelas informações históricas, como representativas da identidade paisagística da cidade e da evolução urbana do sítio, [áreas essas correspondentes à] mancha urbana existente até aproximadamente meados do século XX e aos setores que contêm os principais elementos constituidores da paisagem urbana em sua apreciação global: a vegetação urbana e da várzea do Rio Acaraú; a moldura constituída pela Serra da Meruoca; o Rio Acaraú; os marcos visuais mais importantes e as áreas que mais claramente apresentam as características de horizontalidade, acentuação e tecido urbano homogêneo (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Informa-se que os percursos "foram selecionados, em princípio, a partir de sua capacidade de condensar e conter a maior parte das características acima ligadas" (4ª.SR/IPHAN, 1997), após terem sido escolhidas quatro áreas, a saber, a da zona central, a da Fábrica de Tecidos, a da Santa Casa e a da Estação Ferroviária (Figura 99), setores urbanos esses que conformam boa parte da área considerada de interesse de preservação. Os percursos cortam esses setores, cruzando-se no trecho mais antigo da cidade, tendo sido registrado um conjunto de estações e visuais desenvolvidas ao longo dos seus roteiros, em viagens de ida e volta, com identificação dos elementos que se constituem em obstáculos ou perturbações à percepção das cenas e de suas estruturas morfológicas. Daí avaliou-se a intensidade dos efeitos e foram definidos os tramos (ida/volta), identificados em mapas relacionados à análise morfológica dos percursos (Figuras 100, 101, 102 e 103). Como exemplo em detalhe, apresenta-se o percurso 02, com o processo completo de sua apreensão (Figuras, 104, 105, 106, 107, 108 e 109). Afirma-se que "a identificação de tramos nas seqüências visuais estudadas demonstrou ser muito útil, [permitindo] uma melhor caracterização das diversas estruturas morfológicas presentes no espaço de Sobral" (4ª.SR/IPHAN, 1997). O resumo da análise seqüencial no interior do espaço urbano (Figura 110), após percorridos os quatros percursos selecionados, identificou nove estruturas morfológicas – ETs no interior da área analisada. Avalia-se a sua ocorrência como *bastante reveladora* em uma área de estudo relativamente pequena, o que poderia indicar, "numa conclusão apressada, falta de unidade no desenho urbano mas, apesar da variedade, várias dessas estruturas morfológicas possuem muitos pontos em comum e, na realidade, são poucas as que se distinguem de modo mais radical" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Analisadas uma a uma, informa-se que a

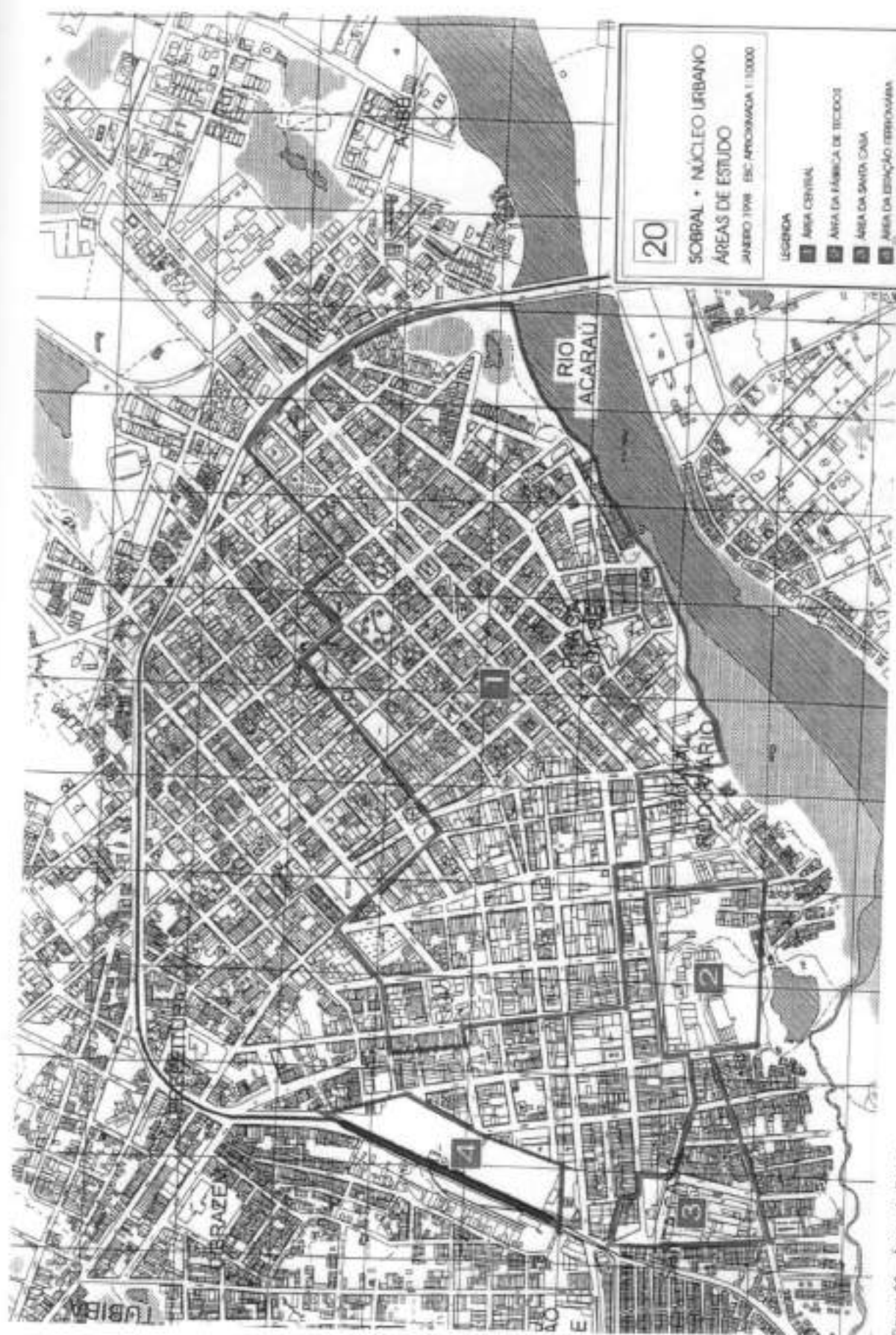


Figura 99 - Áreas de Estudo
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal - ETF/Sobral 1997



Figura 100 – Percurso 01
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997



Figura 101 - Percorso 02
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal - ETF/Sobral 1997

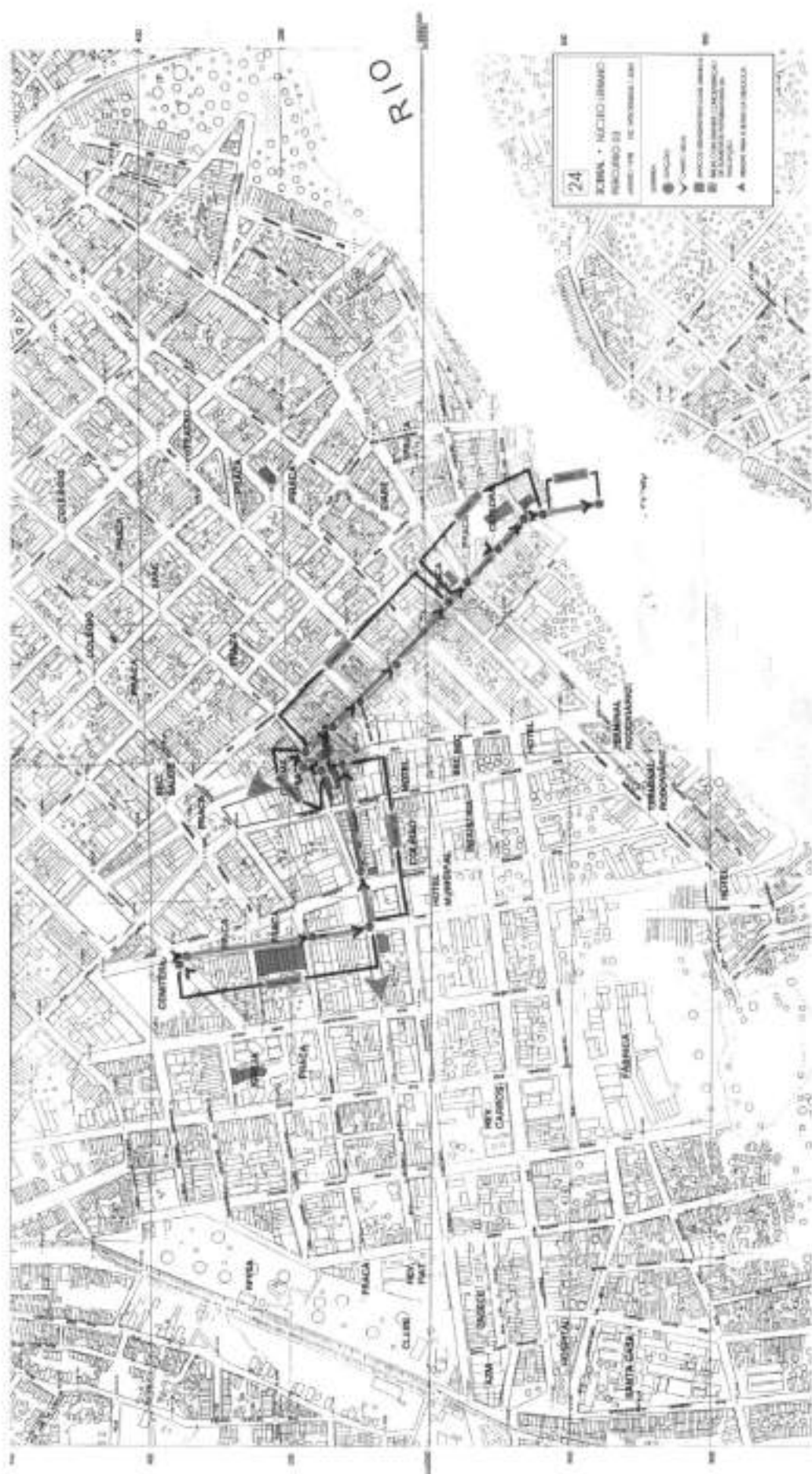


Figura 102 - Percorso 03
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal - ETF/Sobral 1997



Figura 103 - Percurso 04
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal - ETF/Sobral 1997

PERCURSO 2

1

EFEITOS VISUAIS DE CAMPO RESTRITO

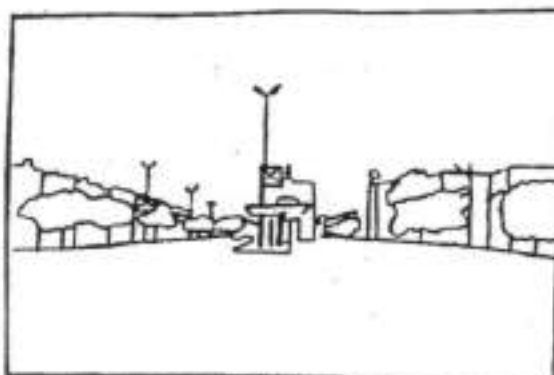
1. EFEITOS TOPOLÓGICOS:

- Alargamento (FO)

2. EFEITOS PERSPECTIVOS:

- Impedimento (neg)
- Visual fechada (F)
- Realce (M)
- Pouca definição lateral
- Eixo central

3. ELEMENTOS NEGATIVOS: anúncios, postes (inclusive o do canteiro central), edifícios com volumes diversos.



2

EFEITOS VISUAIS DE CAMPO RESTRITO

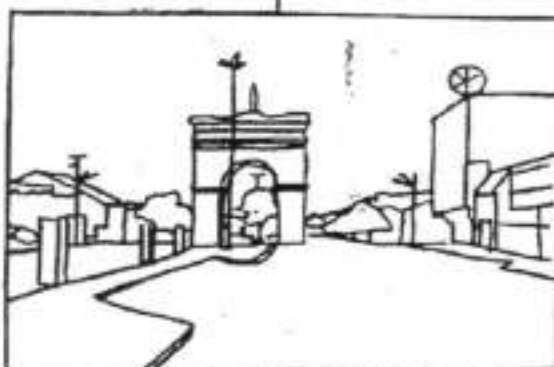
1. EFEITOS TOPOLÓGICOS:

- Alargamento (M)

2. EFEITOS PERSPECTIVOS:

- Visual fechada (FO)
- Enoldramento (MF)
- Eixo central (F)
- Realce (FO)

3. ELEMENTOS NEGATIVOS: anúncio nas fachadas, postes do canteiro central, protetores de árvore (cor e anúncio), heterogeneidade e má organização das paredes laterais, parabólicas.



3

EFEITOS VISUAIS DE CAMPO RESTRITO

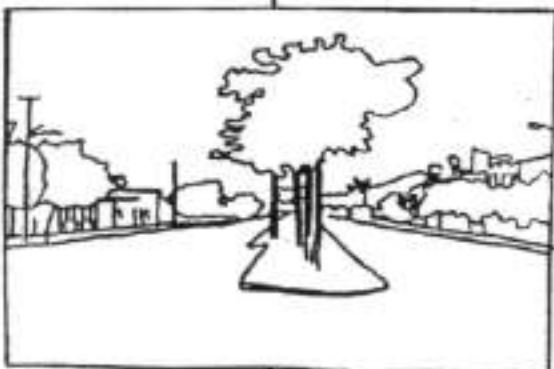
1. EFEITOS TOPOLÓGICOS:

- Alargamento (FO)

2. EFEITOS PERSPECTIVOS:

- Eixo central
- Visual Fechada (F)
- Pouca definição lateral

3. ELEMENTOS NEGATIVOS: postes, parabólicas, complexidade dos planos laterais.



4

EFEITOS VISUAIS DE CAMPO RESTRITO

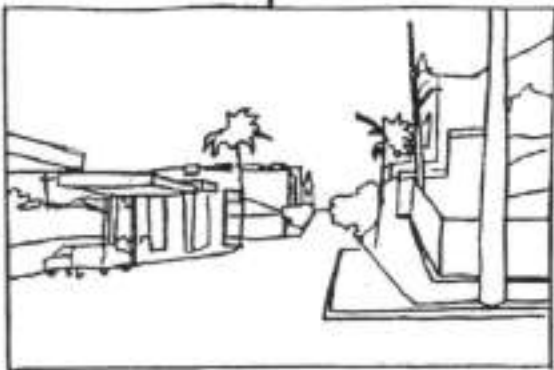
1. EFEITOS TOPOLÓGICOS:

- Estreitamento (M)
- Preparação para estreitamento (FO)

2. EFEITOS PERSPECTIVOS:

- Direcionamento (MF)

3. ELEMENTOS NEGATIVOS: postes, anúncios, equipamentos (posto), extrema complexidade das paredes laterais.



PERCURSO 2

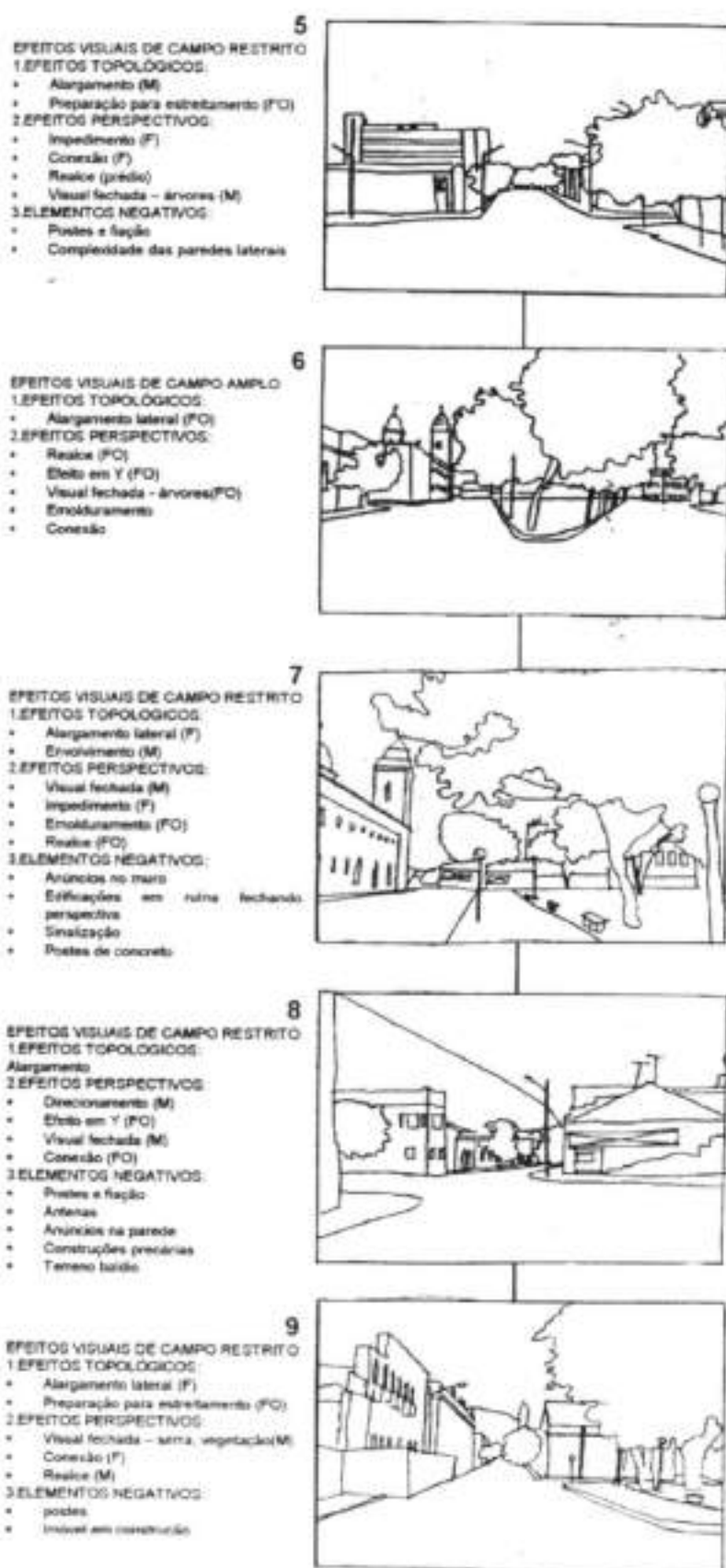


Figura 106 – Detalhes do Percurso 02/ Desenhos Márcia Sant'Anna
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

PERCURSO 2

TRAMO 3

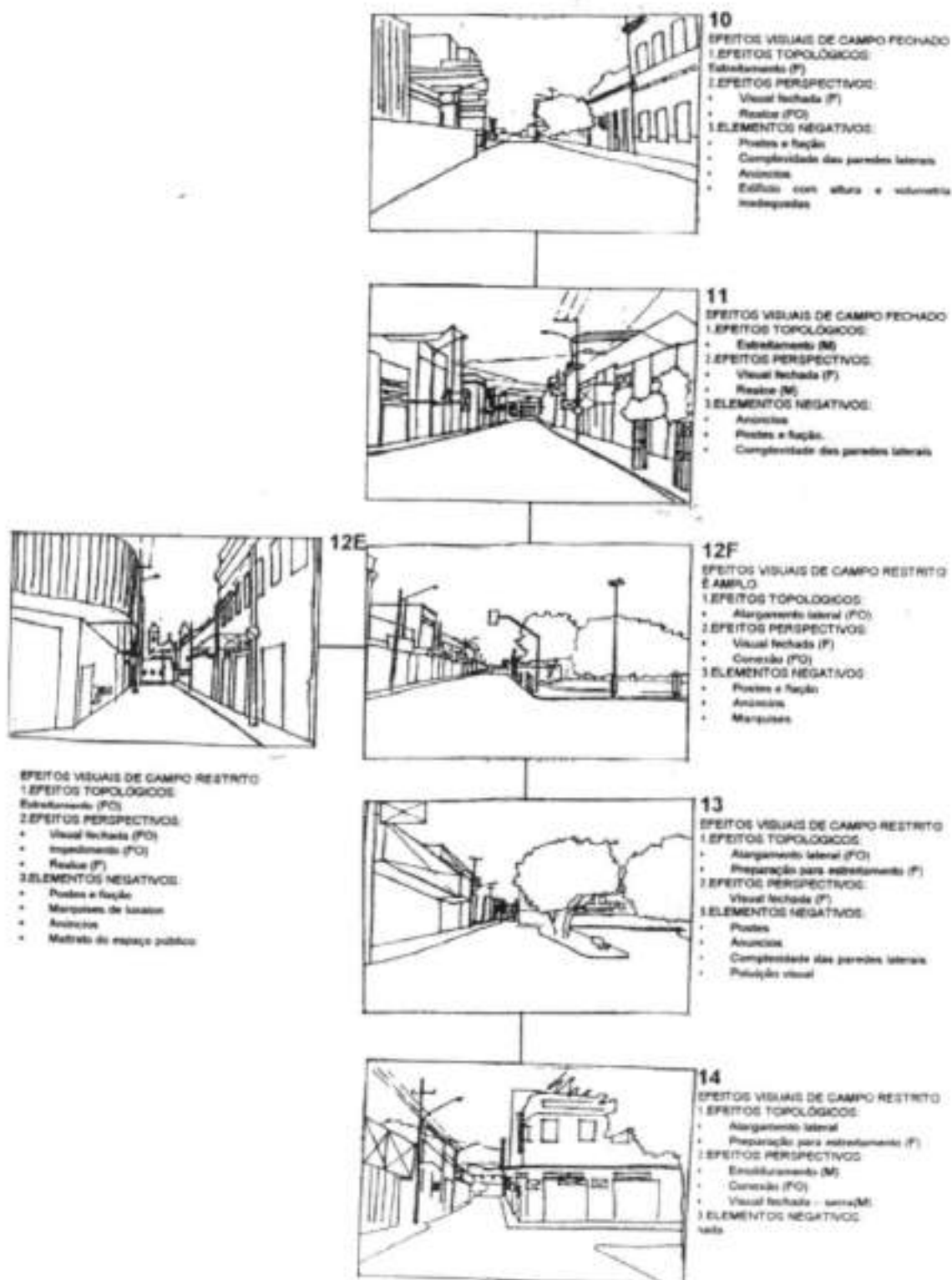


Figura 106 – Detalhes do Percurso 02/ Desenhos Márcia Sant'Anna
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

PERCURSO 2

15

EFEITOS VISUAIS DE CAMPO RESTRITO

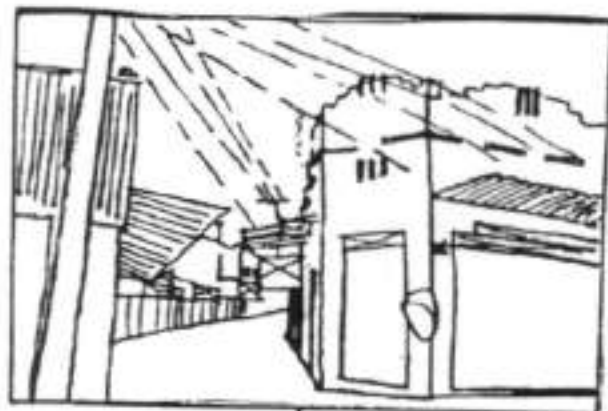
1.EFEITOS TOPOLÓGICOS:

- Estreitamento (FO)

2.EFEITOS PERSPECTIVOS:

- Direcionamento (FO)

3.ELEMENTOS NEGATIVOS: postes, fação, anúncios, marquises.



16

EFEITOS VISUAIS DE CAMPO RESTRITO

1.EFEITOS TOPOLÓGICOS:

- Estreitamento (FO)

2.EFEITOS PERSPECTIVOS:

- Direcionamento (FO)

3.ELEMENTOS NEGATIVOS: postes, anúncios, marquises, poluição visual.



Figura 107 – Detalhes do Percurso 02/ Desenhos Márcia Sant'Anna
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

PERCURSO 2

17

EFEITOS VISUAIS DE CAMPO RESTRITO

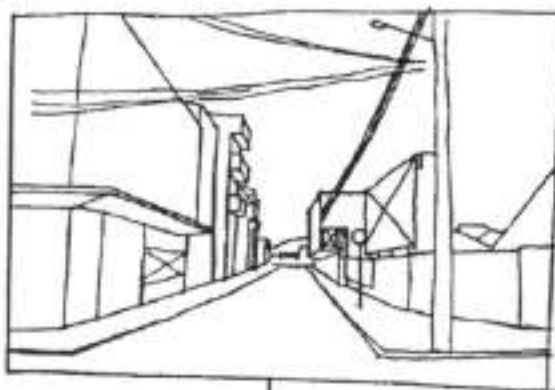
1.EFEITOS TOPOLÓGICOS:

- Preparação para estreitamento (FO)

2.EFEITOS PERSPECTIVOS:

- Visual fechada (F)

3.ELEMENTOS NEGATIVOS: postes, fiação, anúncios, complexidade da parede lateral.



18

EFEITOS VISUAIS DE CAMPO RESTRITO

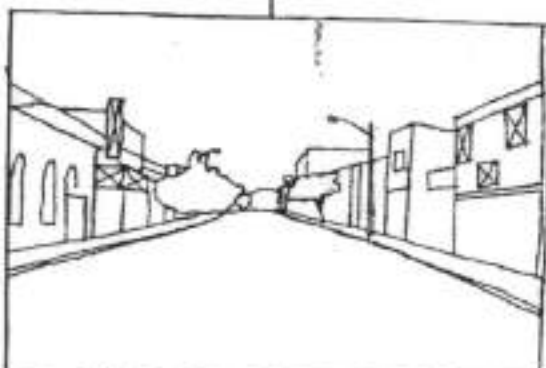
1.EFEITOS TOPOLÓGICOS:

- Alargamento (M)

2.EFEITOS PERSPECTIVOS:

- Visual fechada (M)

3.ELEMENTOS NEGATIVOS: anúncios, postes, complexidade da parede lateral.



19

EFEITOS VISUAIS DE CAMPO RESTRITO

1.EFEITOS TOPOLOGICOS:

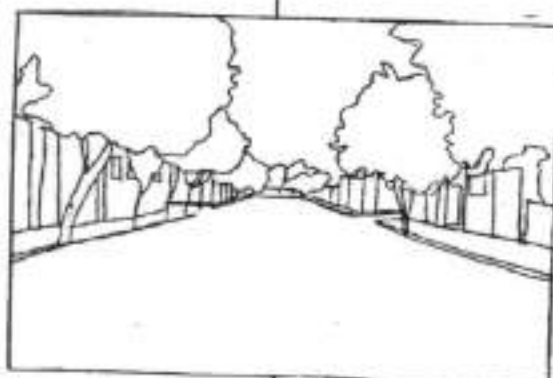
- Estreitamento (F)

2.EFEITOS PERSPECTIVOS:

- Visual fechada (F)

- Conexão (M)

- Enoldramento (FO)



20

EFEITOS VISUAIS DE CAMPO AMPLO

1.EFEITOS TOPOLOGICOS:

- Alargamento (MFO)
- Preparação para estreitamento (M)

2.EFEITOS PERSPECTIVOS:

- Conexão (FO)

- Realça (FO)

3.ELEMENTOS NEGATIVOS: anúncios nos muros, fiação.

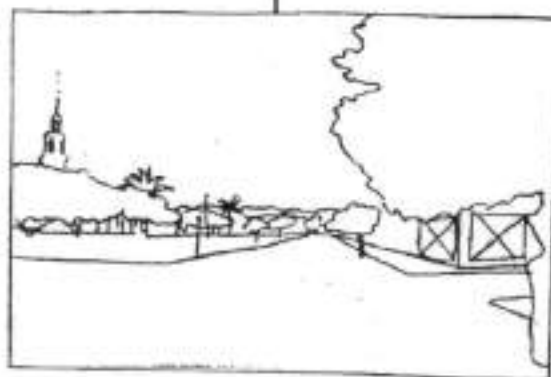


Figura 108 – Detalhes do Percorso 02/ Desenhos Márcia Sant'Anna
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

PERCURSO 2

21

EFEITOS VISUAIS DE CAMPO RESTRITO

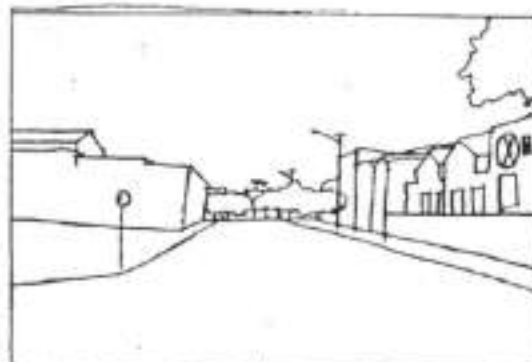
1.EFEITOS TOPOLÓGICOS:

- Preparação para estreitamento (M)

2.EFEITOS PERSPECTIVOS:

- Visual fechada (M)

3.ELEMENTOS NEGATIVOS: postes, anúncios.



TC

22

EFEITOS VISUAIS DE CAMPO RESTRITO

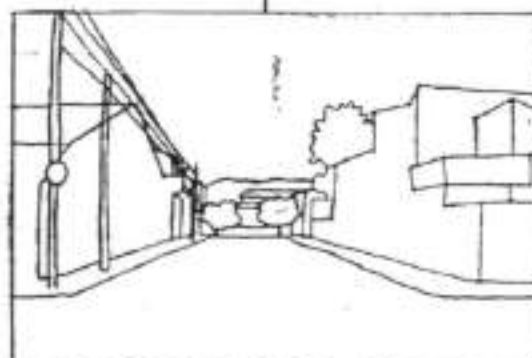
1.EFEITOS TOPOLÓGICOS:

- Preparação para estreitamento (M)

2.EFEITOS PERSPECTIVOS:

- Conexão ()
- Visual fechada (M)

3.ELEMENTOS NEGATIVOS: postes, fação, complexidade das paredes laterais.



TC

23

EFEITOS VISUAIS DE CAMPO AMPLO

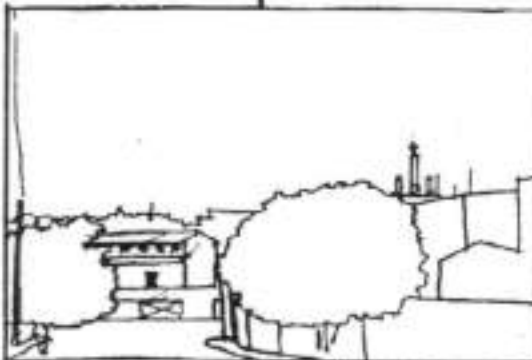
1.EFEITOS TOPOLÓGICOS:

- Preparação para alargamento (M)

2.EFEITOS PERSPECTIVOS:

- Realce (FO)
- Emolduramento (FO)
- Impedimento (FO)
- Conexão (M)

3.ELEMENTOS NEGATIVOS: postes, fação, anúncios no muro, complexidade tipológica.



TC

24

EFEITOS VISUAIS DE CAMPO AMPLO

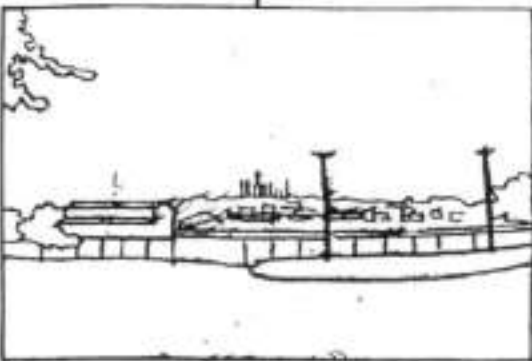
1.EFEITOS TOPOLÓGICOS:

- Alargamento/amplidão (FO)

2.EFEITOS PERSPECTIVOS:

- Emolduramento (F)
- Impedimento (M)
- Realce (M)

3.ELEMENTOS NEGATIVOS: ausência de leitura morfológica clara.



TC

Figura 109 – Detalhes do Percurso 02/ Desenhos Márcia Sant'Anna
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

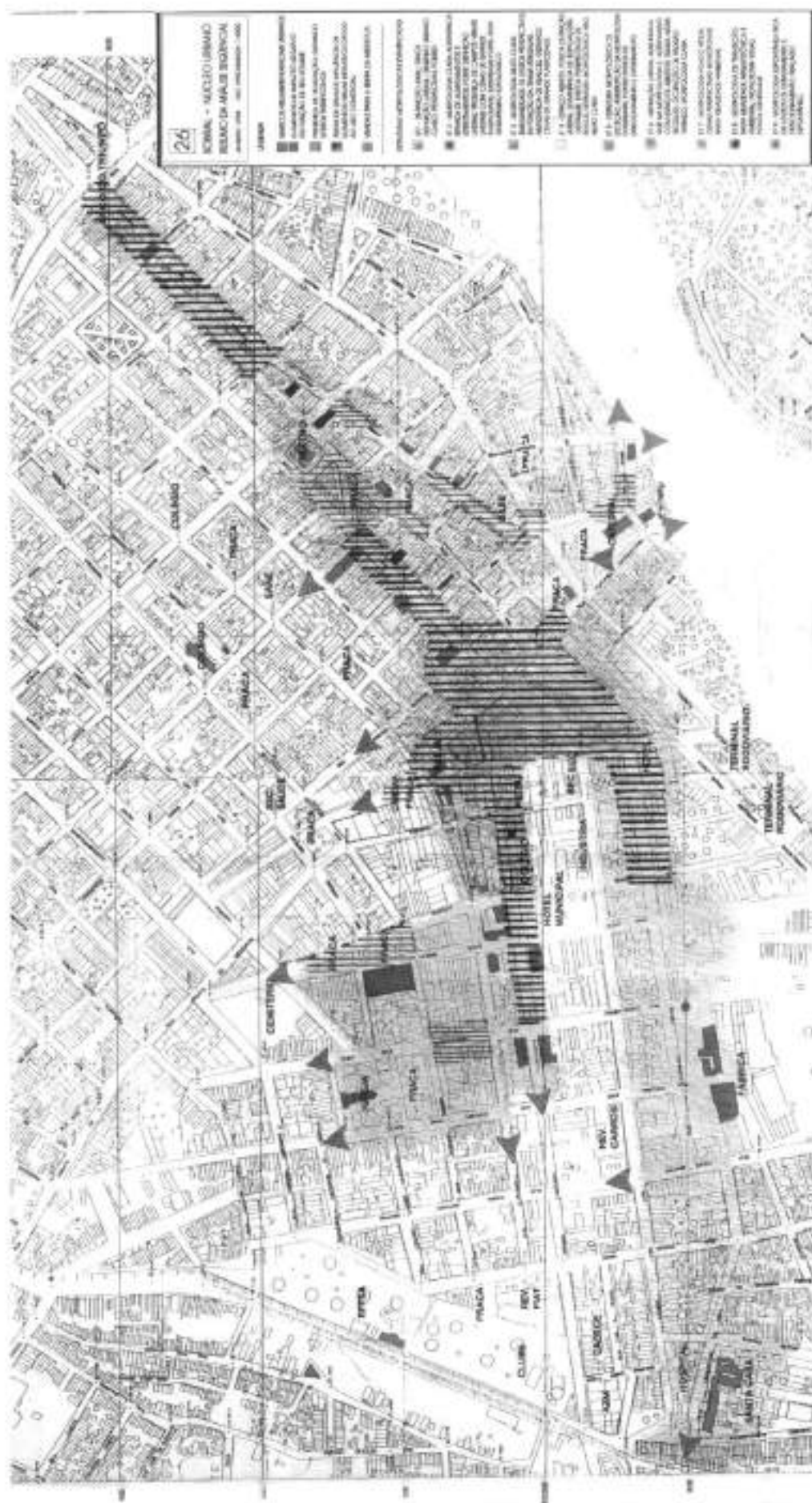


Figura 110 - Resumo da análise setorial
Fonte: Estudo para Tombamento Federal - ETF/Sebral 1957

ET-01 é uma morfologia única em Sobral por apresentar "definição em torno de um eixo central" (4ª.SR/IPHAN, 1997), o Arco do Triunfo, e, mesmo apresentando clareza em seu traçado, "seu desempenho topológico não é muito bom e as cenas perspectivas que apresenta são bastante pobres" (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Justifica-se esta condição pela

desproporção entre a largura da via e a altura dos panos laterais, [pela] falta de unidade e harmonia arquitetônica nesses planos [e pela] abundância de elementos apostos no canteiro central que tiram toda a intenção de nobreza e monumentalidade do espaço (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Aqui, pela primeira vez, é mencionada negativamente uma das características mais evidentes do sítio histórico de Sobral: a sua heterogeneidade e a degradação do ambiente urbano. As ETs 02 e 03 são consideradas aquelas que "apresentam maior clareza e identidade em termos de espaço urbano" (4ª.SR/IPHAN, 1997). A ET-02 caracteriza-se por alternar ritmadamente

efeitos de alargamento e estreitamento de planos laterais, bem como sua trama viária [...] proporciona interessantes campos visuais laterais que, constantemente abrem janelas para marcos visuais localizados, algumas vezes, fora dessa estrutura morfológica, gerando composições de grande interesse (4ª.SR/IPHAN, 1997).

O caráter identitário do trecho urbano foi ainda considerado relevante, "apesar da forte interferência causada pelos elementos apostos pelo uso predominantemente comercial e da variedade de tipologias arquitetônicas existente nas paredes laterais" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Nesse setor encontra-se um dos principais núcleos do sítio histórico, conformado por imóveis destacados tais como o Teatro São João, a Igreja do Menino Deus, a Casa da Cultura, a Escola de Música, o Museu Diocesano, o Colégio Santana e o Sobrado Radier, dentre outros. Apesar das recentes interferências (interrupção das paredes da rua, verticalização, poluição visual, arquitetura de gosto duvidoso etc), a escala se mantém numa linha de

acompanhamento e distinção dos edifícios principais. A ET-03 é tida como mantenedora de sua morfologia original de maneira razoavelmente bem preservada, decorrendo

de uma trama viária irregular, de traçado mais espontâneo e menos hierarquizado, iniciando uma ocupação mais antiga do que a da ET-02 [e caracterizando-se por] uma homogeneidade volumétrica e [...] um padrão de ocupação na testada dos lotes sem recuos laterais e gerando simultaneidade de efeitos perspectivos de visual fechada e realce, [o que produz] quadros visuais de grande plasticidade (4^a.SR/IPHAN, 1997).

Essa área corresponde àquela em que os estudiosos da formação e evolução urbana de Sobral enxergavam traços de um arranjo urbano tardo-medieval, marca da primeira ocupação do território da cidade. Se é rica por essa marca urbanística, por outro lado resente-se de arquiteturas de maior interesse, sobressaindo-se pouquíssimos exemplares preservados. Deve-se também mencionar, nesse trecho, as possíveis transformações que poderão advir da recente implantação do projeto paisagístico na margem esquerda do Rio Acaraú, o qual recuperou e valorizou rapidamente uma área urbana degradada. As ETs 04 e 05 são mostradas como "enclaves morfológicos integrados" (4^a.SR/IPHAN, 1997) às ETs 02 e 03. A primeira é considerada como "uma morfologia típica de espaço monumental projetada para abrigar o poder eclesiástico e governamental" (4^a.SR/IPHAN, 1997), contrastando em escala com a ET-03, que a envolve. São destacadas "a abundância de espaços abertos, com pouca definição lateral, dominada por edificações de grande porte que geram seguidos efeitos muito fortes de realce" (4^a.SR/IPHAN, 1997), bem como seu regular desempenho topológico, causado por "uma certa desproporção entre a ampliação do espaço e a altura, muito baixa, das edificações circundantes [e pelo] paisagismo pouco criativo executado na praça" (4^a.SR/IPHAN, 1997). O trecho em análise é aquele

distinguido pelas presenças da Sé Catedral, da Casa de Câmara e Cadeia e da Casa do Capitão-Mor, dentre outros imóveis de realce. As observações são precisas, principalmente no que tange ao recorte dos espaços públicos, contribuindo para descaracterizar o conjunto e reduzir a dominância do templo sobre os demais edifícios, mesmo estando este implantado sobre elevação do terreno. O Beco do Cotovelo basicamente constitui a ET-05, encravada na ET-02, constituindo-se em "uma morfologia de exceção na cidade de Sobral, resultante do aproveitamento de um miolo de quadra como via de pedestres ou da estruturação de uma quadra em torno de um trajeto mais antigo que continuou sendo utilizado" (4ª.SR/IPHAN, 1997). É visto como

um caminho torto e muito curto que interrompe brevemente o desenvolvimento e a lógica urbanística em seu entorno, [composto] de edificações de dois pavimentos implantadas sem recuo, ao longo de uma via curva que produz efeitos muito fortes de estreitamento e, principalmente, de direcionamento, [não causando] nenhuma ruptura formal séria com o entorno (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Cabe ressaltar aqui a recente intervenção realizada em seu interior, executada um pouco antes do tombamento do sítio histórico, a qual desconheceu por completo o especial arranjo morfológico do Beco, implantando estruturas que lembram cogumelos gigantes no centro do passeio, para muitos completamente destoante e inadequada tanto do ponto de vista formal quanto do ambiental (Figuras 111 e 112). Digna de nota também é a forte presença da poluição visual e da descaracterização arquitetônica, causadas pela situação desse setor no *cuore* de comércio e serviços da zona central de Sobral. Informa-se que a ET-06 decorre da "expansão da cidade no início do século XX que acompanhou o trajeto do bonde que ligava a recém- implantada estação ferroviária ao centro da cidade" (4ª.SR/IPHAN, 1997), apresentando um quadro que se caracteriza por "ruas



Figura 111 – Entrada do Beco do Cotovelo/ Fotografia Alexandre Veras
 Fonte: Arquivo fotográfico 4º SR/IPHAN



Figura 112 – Interior do Beco do Cotovelo/ Fotografia Alexandre Veras
 Fonte: Arquivo fotográfico 4º SR/IPHAN

largas e muito retas cortadas ortogonalmente a intervalos regulares por outras de igual largura e traçado" (4ª.SR/IPHAN, 1997), as quais conformam uma trama axadrezada com "quadradas mais ou menos iguais que apenas variam em forma nas proximidades do cemitério e das vias Lúcia Sabóia e Barão do Rio Branco, no espaço de transição entre esta malha e aquela mais antiga e irregular das cercarias do Largo do Rosário" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Nesse ponto, destaca-se o que vai ser posteriormente abordado em detalhe na justificativa do tombamento: a caracterização de Sobral como cidade composta por malhas desenvolvidas em tempos e por interesses diversos, sensível e habilmente cosidas por aqueles que a construíram. A ET-07 é exibida como área de "ocupação ainda muito rarefeita e carente de parâmetros definidores, [produzindo] uma morfologia muito pouco nítida em termos tanto topológicos quanto perspectivos" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Nesse local,

as cenas são muito pobres e monótonas, contando-se apenas com um realce promovido pelo prédio da antiga Fábrica de Tecidos que, mesmo assim, mostra-se isolado e pouco valorizado no ambiente. Além da pouca nitidez dos seus contornos e limites, diz-se ainda do prejuízo que o setor urbano enfocado sofre quando entra em contato com o trecho terminal da Av. Cel. José Sabóia, onde [...] a arquitetura apresenta péssima qualidade, não contribuindo em nada para um melhor desempenho morfológico do trecho (4ª.SR/IPHAN, 1997).

A área em questão, além de baixa qualidade ambiental, decorre da instalação das primeiras plantas industriais na cidade, caracterizada pelos grandes espaços e pela ocupação fragmentada, aspectos que hoje reforçam o grande potencial de renovação urbana que o setor apresenta, fortalecido ainda pela recente intervenção paisagística na margem esquerda do Rio Acaraú. A ET-08 vincula-se às ETs 02 e 03,

estruturando-se ao longo dos dois caminhos que ligavam a Gangorra e a praça da Matriz ao antigo núcleo do Rosário,

[tratando-se, portanto], de uma área de transição entre o centro antigo mais preservado e a área de ocupação mais recente nas proximidades da Rodoviária e das quadras que fazem parte da ET-07 (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Faz-se referência à extensa degradação da arquitetura da área e à afirmação de um novo modelo de ocupação, o que faz com que "o espaço urbano resultante já não pode mais ser identificado com ela" (4ª.SR/IPHAN, 1997). O trecho estudado corresponde à parte final da Rua do Menino Deus, tomada por atividades comerciais de baixíssimo padrão arquitetônico e apresentando monotonia visual, bem como pouca ou nenhuma identidade. Por fim, a ET-09, que é o resultado da ocupação em torno da Santa Casa de Misericórdia e da Fábrica de Tecidos, com destaque para "alguns exemplares antigos de arquitetura popular muito interessantes" (4ª.SR/IPHAN, 1997). O acolhimento e a agradabilidade do local são devidos, segundo se informa, tanto à singeleza do casario quanto à irregularidade do traçado viário, o qual produz "efeitos perspectivos de direcionamento e efeitos de estreitamento" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Fala-se ainda da existência de muitas construções recentes mas não de sua inexpressiva arquitetura, em franco contraste com a beleza simples de conjuntos tais como a Vila Operária. Finalizando-se as apreciações sobre as estruturas morfológicas, passa-se à análise de outras questões associadas à forma urbana. As ETs de números 02, 03, 04 e 05 são tidas como aquelas "que possuem maior grau de legibilidade e identificabilidade de sua forma, constituindo os lugares que possuem identidade mais forte em Sobral" (4ª.SR/IPHAN, 1997). As ETs 02 e 05, por seu turno, são vistas como aquelas que correm maior

risco de descaracterização e perda progressiva de identidade, em decorrência da substituição ou mutilação de edificações e da poluição visual introduzida maciçamente por anúncios e engenhos publicitários, claramente inadequados à percepção das suas características urbanísticas e arquitetônicas (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Recorrendo-se ainda ao mapa resumo da análise seqüencial (Figura 110), informa-se que

a maior parte, senão a totalidade dos edifícios que rompem claramente com a volumetria e o padrão de ocupação dominante na cidade concentram-se nessas áreas, o que comprova o dinamismo da cidade como pólo regional, [bem como] a sua enorme fragilidade no que diz respeito à preservação de seus traços de identidade (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Portanto, são aqui sobejamente demonstrados os aspectos conformadores do sítio histórico de Sobral, formado em boa medida por sua zona central, essa ocupada por atividades de comércio e serviços intensamente desenvolvidas, bem como a consciência sobre o baixo padrão visual dos setores enfocados, o que dá mostras da consideração, como um dos predicados à mão para a definição dos limites do sítio histórico, da qualidade do espaço urbano. Quanto aos marcos construídos e naturais destacados nas análises à distância, informa-se que esses "também mantêm no interior do espaço urbano uma presença marcante" (4ª.SR/IPHAN, 1997), com distinção para os volumes verticais (torres das igrejas e chaminés das fábricas, principalmente) e a vegetação urbana, essa nem sempre uniforme. Se a Serra da Meruoca está presente como elemento valorizador de campos visuais no interior da cidade, os quais lhe abrem *janelas* a partir de vias com vistas nos sentidos oeste e noroeste, fazendo típicos de Sobral os efeitos de visual fechada, o Rio Acaraú é muito pouco visível a partir do interior do espaço urbano, com efeitos de mirante anotados apenas no Largo das Dores e no final da Rua Cel. Deocleciano. Como resultado das análises seqüenciais realizadas nos percursos selecionados, foi observado que

em decorrência de sua topografia plana, de sua trama viária de malha preponderantemente ortogonal, de seu padrão geral de ocupação ainda na testada dos lotes e da altura e volumetria mais ou menos homogênea das edificações, o interior do espaço

urbano de Sobral se caracteriza pela abundância de efeitos visuais de campo restrito e por efeitos topológicos alternados de alargamento e estreitamento, [...], mantendo sempre boa definição lateral (4^o.SR/IPHAN, 1997).

Somando-se as características acima ao conjunto de edificações de destaque, tem-se, segundo os responsáveis pela pesquisa, a área estudada como um setor urbano rico em efeitos perspectivos de realce, visual fechada e conexão, curiosamente não fazendo referência à má qualidade da arquitetura de acompanhamento situada em torno dos marcos arquitetônicos. Como conclusão, apresenta-se que

a manutenção da atual volumetria das edificações que compõem os planos laterais; o alinhamento das edificações na testada do lote e seus recuos laterais; a preservação da trama viária; a preservação das edificações que constituem os principais referenciais urbanos; e o controle e adequação de engenhos publicitários são fundamentais para a apresentação da identidade das áreas de Sobral que possuem estruturas morfológicas mais claras e mais ricas (4^o.SR/IPHAN, 1997),

essas representadas pelas ETs 02, 03, 04 e 05. Entretanto, não se faz menção à perda ou descaracterização da arquitetura destacada da cidade e à sua substituição por exemplares menores constituintes do atual espaço urbano, quadro esse que, somado à poluição visual existente, não empresta a Sobral, salvo em determinados monumentos muito especiais da área enfocada, o *status* de sítio histórico, ambiente em que todos os aspectos valorativos costumam estar presentes e bem equilibrados. Esse arremate do estudo, fundamental para a orientação da proteção proposta, como veremos, não pode ser compreendido sem que se esclareça o que está em suas entrelinhas: a determinação do tombamento como agente de reordenamento urbano, para além de sua condição de ato de distinção ou reconhecimento nacional estabelecido competentemente por um órgão federal a uma cidade cujo processo de formação e ocupação

gravou um momento importante no desenho do território do país. Essa nova consideração, se por um lado, revela novas possibilidades à ação federal de preservação edilícia, fazendo-a avançar muito acima de sua essência formal ou meritória, coloca em risco de banalização o instituto do tombamento, vez que medidas que visem à manutenção da "percepção dos marcos visuais que pontuam o espaço urbano e estruturam a paisagem e dos elementos que conferem identidade e riqueza visual" (4ª.SR/IPHAN, 1997) a Sobral poderiam perfeitamente ser tomadas a partir da elaboração de planos de pormenor, meros detalhamentos do plano diretor de desenvolvimento municipal, e não exatamente provenientes dos rigores de uma legislação federal atinente à proteção do patrimônio cultural.

O nível das informações secundárias se inicia com aquelas relativas ao sítio físico, em que "o Rio Acaraú, a vegetação da sua várzea e a Serra da Meruoca são, como já observado anteriormente, os elementos naturais que mais participam da configuração paisagística de Sobral" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Mesmo assim, a Serra da Meruoca, "verdadeira moldura a noroeste [...] não chega a influenciar a conformação, a localização ou o [...] traçado" (4ª.SR/IPHAN, 1997) da cidade; o Rio Acaraú, apesar de sempre ter operado "como um forte limite à expansão da cidade [...] jamais teve um papel importante na determinação da organização do espaço urbano; por seu turno, a vegetação da várzea" (4ª.SR/IPHAN, 1997), embora marque presença nas vistas à distância da cidade, não é incorporada como vegetação urbana. Descartados esses elementos, afirma-se que "os dois aspectos que mais influenciam a configuração do espaço urbano são a topografia e o clima" (4ª.SR/IPHAN, 1997), aquela representada pela planura do sítio em que se desenvolveu a cidade, "de uma horizontalidade

que lhe é muito peculiar, e este, bastante quente e seco na maior parte do ano, [o que faz com que] utilize-se muito a instalação de marquises e toldos para a ampliação da área sombreada nas calçadas” (4ª.SR/IPHAN, 1997), razão principal da descaracterização da arquitetura de interesse. Quanto à planta-baixa da cidade, foram registrados os seguintes aspectos:

- **Eixos que estruturam a malha urbana** – são em número de 04 (quatro), sendo aqueles mais antigos

o caminho de tropas e boiadas que cruzavam o Rio Acaraú e o povoado da Caiçara, em direção à Serra da Meruoca, e o caminho que ligava o matadouro na Rua da Gangorra ao pequeno núcleo que surgiu em trono do nicho dedicado à Nossa Senhora do Rosário [Figura 99] (4ªSR/IPHAN, 1997).

Os outros dois, mais recentes, dizem respeito à ocupação da antiga Rua do Negócio (atual Rua do Menino Deus) (Figura 113) e ao prolongamento da Rua do Rosário até à Estação Ferroviária. A malha da cidade é resultante da justaposição dessas tramas, cuja continuidade se dá em suave angulação e de que o Beco do Cotovelo é excelente exemplo do seu ajuste geométrico;

- **Trama viária e macroparcelamento** – aqui ressalta-se

a presença ainda íntegra da estrutura urbana dos núcleos primitivos da Matriz e do Rosário, distintos do restante da cidade por uma trama viária de traçado irregular que resulta em quadras de tamanhos e desenhos variados, organizadas em torno dos espaços abertos onde se localizam (4ª.SR/IPHAN, 1997)

os dois templos católicos (Figura 114), a qual obrigou a cidade a se desenvolver segundo uma irregularidade de trama e uma variação no macroparcelamento, apesar da ligação entre as malhas ter sido realizada com maestria. Informa-se ainda que algumas áreas de ocupação mais recente, tais como aquelas próximas à Santa Casa de Misericórdia e à Fábrica de Tecidos, apresentam irregularidade em seu desenho, porém decorrente “de uma ocupação típica de populações de

baixa renda, [bem como que], à exceção [...] de alguns espaços de transição em torno dos dois núcleos antigos, o restante da malha urbana de Sobral apresenta sistema rigidamente ortogonal, de influência pombalina" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Isso, sem sombra de dúvida, confirma os espaços urbanos sobralenses, apesar da flagrante descaracterização de sua arquitetura, como

os mais ricos do Ceará, já que ali se dispõem em harmonia, tardiamente e por arcaísmos de implantação, os velhos traçados medievais lusitanos, misturados com formas novas, difundidas sistematicamente a partir de época do Marquês de Pombal, das cidades de xadrez, formas das quais tanto se serviram no Império, os aglomerados urbanos nacionais (CASTRO apud 4ª.SR/IPHAN, 1997);

- **Espaços públicos e privados/ massa edificada e áreas livres** – referindo-se aos mapas da malha do núcleo urbano estudado (Figura 114) e de cheios e vazios dessa mesma área (Figura 115), afirma-se que o setor da cidade que "corresponde à sua expansão até meados do século XX, possui uma relação mais equilibrada entre espaços públicos e privados, [ou seja, que há] mais praças e espaços abertos públicos [...] que nas áreas de ocupação posterior" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Outro ponto a ressaltar é a ocupação dos lotes, muito mais intensa na área mais antiga da cidade, chegando quase à totalidade no setor comercial central. Verifica-se, portanto,

de um modo geral [...] que a parte da cidade que está contida entre os trilhos da ferrovia é densamente edificada, apresentando uma ocupação mais rarefeita apenas nas quadras que se localizam nas proximidades da Fábrica de Tecidos, no entorno da Estação Ferroviária e em alguns trechos da margem do rio, [espaços vazios estes que são apontados como úteis para que se minore] a carência da cidade em termos de espaços de lazer e de integração com o Rio Acaraú (4ª.SR/IPHAN, 1997),

o que, em parte, chegou a ser realizado com a recente implantação de projeto paisagístico em trecho da margem esquerda. As observações também evidenciam o cuidado que os antigos construtores de Sobral tiveram com o

equilíbrio entre as porções pública e privada da cidade na expansão desta, expressa no sistema de praças que possui. Entretanto, não há menção quanto à capacidade de suporte, em termos de densificação, da área central, informação esta útil à diversificação de usos neste setor, o qual, como qualquer área comercial e de serviços, opera apenas no período de funcionamento dos estabelecimentos e entrepostos, esvaziando-se a partir do final do expediente diário. Por outro lado, há edificações abandonadas ou parcialmente ocupadas, algumas com considerável capacidade de abrigo, as quais poderiam incorporar, com pequenas adaptações, o uso habitacional, ampliando a faixa temporal de uso do setor urbano em foco, o que freqüentemente acontece agora, com a transformação de Sobral em pólo universitário nordestino e a decorrente demanda por espaços de moradia temporária, configurando um processo de adensamento com seus desdobramentos positivos e negativos;

- **Uso e ocupação** – o modo de ocupação urbana que se caracteriza pela implantação dos imóveis lado a lado, no alinhamento da rua e sem recuos frontais ou laterais é a marca das áreas mais antigas da cidade, excetuando-se “apenas os edifícios públicos e igrejas que geralmente estão implantados em lotes isolados, destacando-se do conjunto [...]” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Esse padrão, de origem colonial, sofre mutações apenas de fachada até o final do século XIX, quando surgem novos modelos de ocupação do lote, “decorrentes do surgimento de novas formas de morar e dos novos estilos arquitetônicos que preconizavam a existência de jardins envolvendo a edificação” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Verifica-se a predominância do uso residencial (Figura 116), principalmente “no trecho da cidade que corresponde ao seu núcleo inicial, com extensão nas avenidas D. José e Dr. Guarani e ao longo da margem do Rio Acaraú” (4ª.SR/IPHAN, 1997),

bem como a intensa atividade comercial na área envoltória da Igreja de N. Sra. do Rosário. Entre esses dois setores, há uma mistura de usos residenciais, institucionais e de serviços. Registra-se o ruído causado pela atividade comercial responsável pela distinção da zona onde ocorre em relação às demais, por motivo da poluição visual e da descaracterização edilícia que gera;

Composição de planos verticais – as edificações térreas e de dois pavimentos predominam no mapa de gabaritos (Figura 117), aquelas mais concentradas em torno da Sé Catedral e estas à volta do Largo do Rosário e da Praça Cel. Sabóia e ao longo das avenidas D. José e Dr. Guarani, em sua maioria de dois pavimentos. Além da horizontalidade dominante, registra-se uma tendência de verticalização na área central,

o que pode ter como consequência a destruição da identidade paisagística da cidade. Afirma-se que a pouca altura do casario [é] um traço marcante da composição dos planos verticais em Sobral, registrando-se ainda a ausência de uma linha de coroamento contínua ao longo das vias, por causa do embaralhamento de casas térreas e sobrados, característica completamente diferente daquela encontrada nas ruas Grandes de Aracati e Icó. Em Sobral, a mescla de casas térreas e sobrados, produz um comportamento de planos verticais não homogêneo e ritmado, fortalecido, nas proximidades da Matriz, pela presença de casas com oitões nas esquinas que introduzem nas ruas transversais um novo ritmo (4ª.SR/IPHAN, 1997).

arranjo esse que aumenta a fragmentação do conjunto e a sensação de heterogeneidade e descontinuidade, por conseguinte. Denuncia-se ainda o prejuízo causado ao modelo de implantação predominante, qual seja, o das edificações no alinhamento das ruas, pelas edificações recuadas, por introduzirem “uma movimentação de planos que complexifica a percepção das paredes laterais e quebra a continuidade que caracteriza sua composição” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Através da montagem de cortes na planta urbana (Figura 118),



Figura 113 - Eixos estruturantes da Malha Urbana
Fonte: Estudo para Tombamento Federal - ETF/Sobral 1997



Figura 114 – Malha Urbana
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997.



Figura 115 - Chelôs e vazios
Fonte: Estudo para Tombamento Federal - ETF/Sobral 1997



Figura 116 - Uso do solo
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal - ETF/Sobral 1997



Figura 117 - Gabaritos
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal - ETF/Sobral 1997

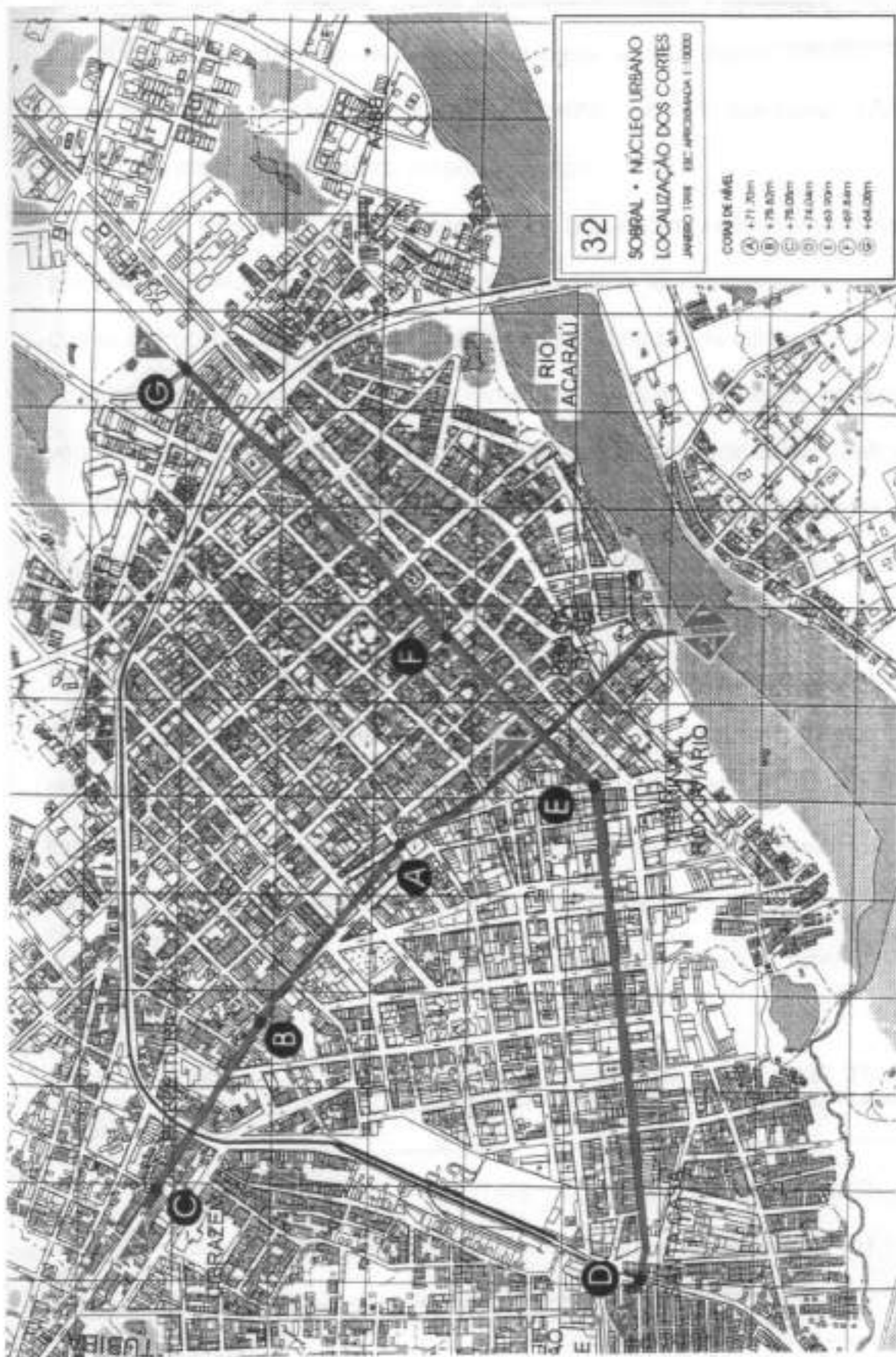


Figura 118 – Cortes
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – EITF/Sobral 1997

levantou-se que "a área da cidade de maior interesse morfológico, onde se concentra a maioria dos seus marcos visuais e referenciais urbanos, está implantada entre as cotas 64 e 71" (4ª.SR/IPHAN, 1997), o que corresponde às áreas tidas como *tradicionais* no presente estudo;

- **Tipologias das edificações** – à falta de um extenso inventário dos principais modelos arquitetônicos da cidade, como aqueles apresentados nas outras instruções de tombamento, levanta-se as fachadas de edifícios evocativos dos diversos momentos de desenvolvimento da cidade, afirmando-se que "os vários ciclos econômicos [...] produziram tipologias arquitetônicas bem definidas" (4ª.SR/IPHAN, 1997), não apresentando, entretanto, diferenças marcantes entre si pelo fato da maioria delas se dar segundo uma base colonial de ocupação do lote (Figura 119). A visão da cidade como um museu de feitos arquitetônicos é reforçada com a imagem de que "vários tipos de arquiteturas, produzidos em épocas diferentes, convivem em uma mesma área, não se observando a predominância de um tipo sobre outro" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Baseando-se em estudos realizados pelo Prof. Arq. José Liberal de Castro, classifica-se as tipologias arquitetônicas sobralenses da seguinte forma:

- Século XVIII – Ciclo do gado – primeiras casas (1ª. fase/ 2ª. fase)
(Figura 120)

- Século XIX – Ciclo comercial – sobrados - (1ª. fase/ 2ª. fase)
(Figuras 121 e 122)

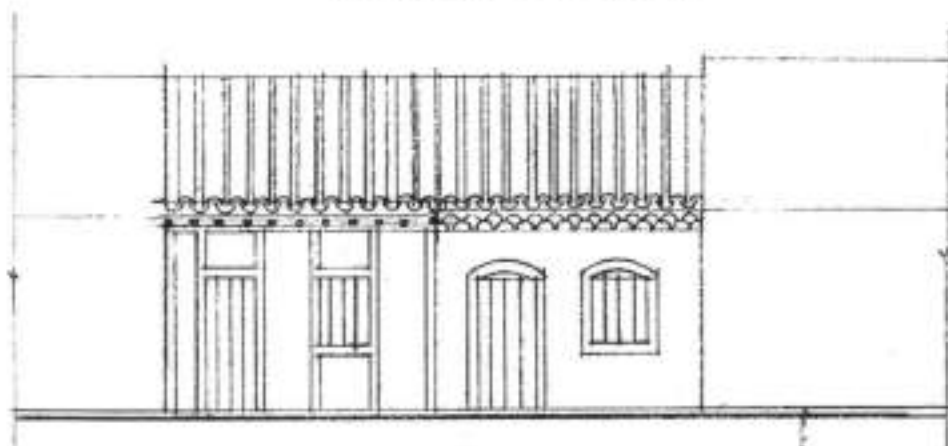
- Ciclo do algodão – casas térreas – (3ª.fase) (Figuras 123 e 124)

- Século XX – Ciclo industrial – Ecletismo/ Art Nouveau/ Art Déco
(Figuras 125 e 126)

Esse acervo é espacializado nos mapas de configuração arquitetônicas (Figura 119) e de edificações com características originais (Figura 127), ambas visualizações importantíssimas do patrimônio edificado da cidade por revelarem, de forma inequívoca, a desigualdade existente entre os exemplares preservados e aqueles descaracterizados e desconformes, adquirindo ainda maior interesse ao serem cotejadas com as poligonais de preservação rigorosa e de entorno, mais adiante;

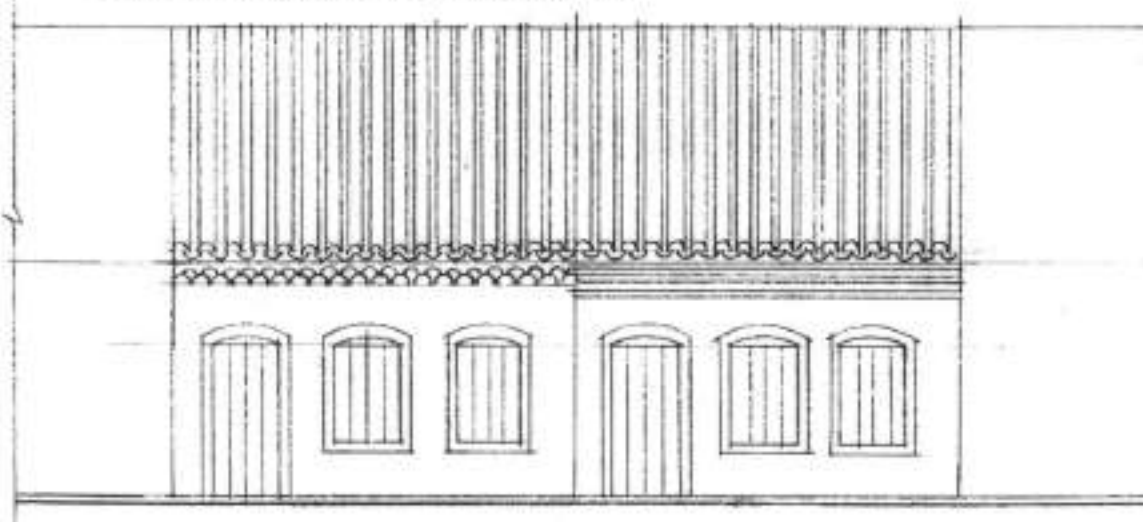
- **Elementos complementares** – pequenas construções como quiosques e bancas de revista, além de letreiros, cartazes, placas de sinalização e luminárias, comumente conhecidos como mobiliário urbano, ao contrário do que acontece em outras cidades, onde são grandemente responsáveis pela imagem dos lugares, em Sobral são consideradas de péssima qualidade, chegando a interferir na percepção da morfologia urbana, causando verdadeira poluição visual. Nesse rol, são assinalados como inadequados o posteamento, as placas de sinalização de ruas e de trânsito, anúncios, letreiros e engenhos publicitários. Estes últimos “surgem como elementos que ocultam e recobrem arquiteturas antigas, avançam sobre as calçadas em forma de marquises e jogam, ao mesmo tempo, um grande número de informações que confundem e causam mal-estar no observador” (4ª.SR/IPHAN, 1997), com concentração mais acentuada ao longo da Av. D. José e nas imediações da Praça Cel. Sabóia e do Largo do Rosário, em plena zona de comércio e serviços da cidade (Figura 128). O resumo da análise morfológica é condensado em mapa específico (Figura 129), em que são apresentados os marcos visuais e referenciais urbanos, as áreas para tratamento paisagístico, controle de remembramento e gabarito (esta de grande extensão territorial), bem como as visadas para a Serra da Meruoca e o Rio Acaraú.

SÉCULO XVIII – CICLO DO GADO PRIMEIRAS CASAS



1ª FASE:

- LOTES ESTREITOS
- CASAS NO ALINHAMENTO DA RUA, SEM RECUOS.
- COBERTA EM DUAS ÁGUAS.
- ESTRUTURA INDEPENDENTE DE MADEIRA.
- ENVAZADURAS MARCADAS POR REQUADROS DE MADEIRA.
- PÉS DIREITO BAIXOS.
- PORTAS E JANELAS DE TABUADO LARGO.
- TELHAS MANUFATURADAS TIPO CAPA E CANAL.
- BEIRAS EM CACHORROS OU BEIRA SEVEIRA.



2ª FASE:

- LOTES ESTREITOS, TESTADAS POUCO MAIS LARGAS QUE AS ANTERIORES.
- CASAS NO ALINHAMENTO DA RUA SEM RECUOS.
- PÉS DIREITO MAIS ALTOS.
- PORTAS E JANELAS DE TABUADO TIPO CALHA.
- TELHAS MANUFATURADAS TIPO CAPA E CANAL.

SÉCULO XVII - CICLO COMERCIAL SOBRADOS

1ª FASE:

- LOTES COM TESTADA MAIOR
- EDIFICAÇÕES NO ALINHAMENTO DE RUA
- COBERTA EM DUAS ÁGUAS
- TELHA MANUFATURADA TIPO CAPA E CANAL
- ESQUADRIAS DE MADEIRA TIPO CALHA
- BEIRAS REMATADOS POR CORNIJA DE MASSA SALIENTE
- REDUZIDO NÚMERO DE PORTAS E JANELAS
- APARÊNCIA MAIS PESADA

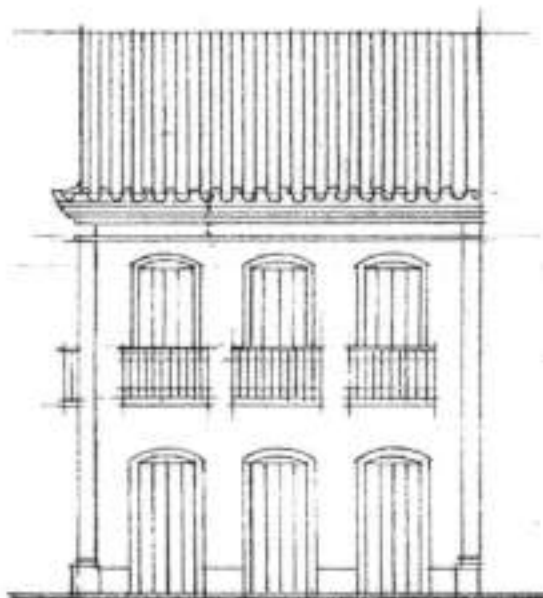


Figura 121 – Arquitetura do ciclo comercial/ Desenho Domingos Linheiro
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

2ª FASE:

- LOTES COM TESTADAS MAIORES
- EDIFICAÇÕES NO ALINHAMENTO DA RUA
- COBERTA DE TRÊS OU QUATRO ÁGUAS
- TELHAS CERÂMICAS MANUFATURADAS
- FACHADAS ARREMATADAS POR PLATIBANDAS ORNAMENTADAS
- MAIOR NÚMERO DE PORTAS E JANELAS
- APARÊNCIA MAIS ESBELTA
- PRESENÇA DE VIDRO

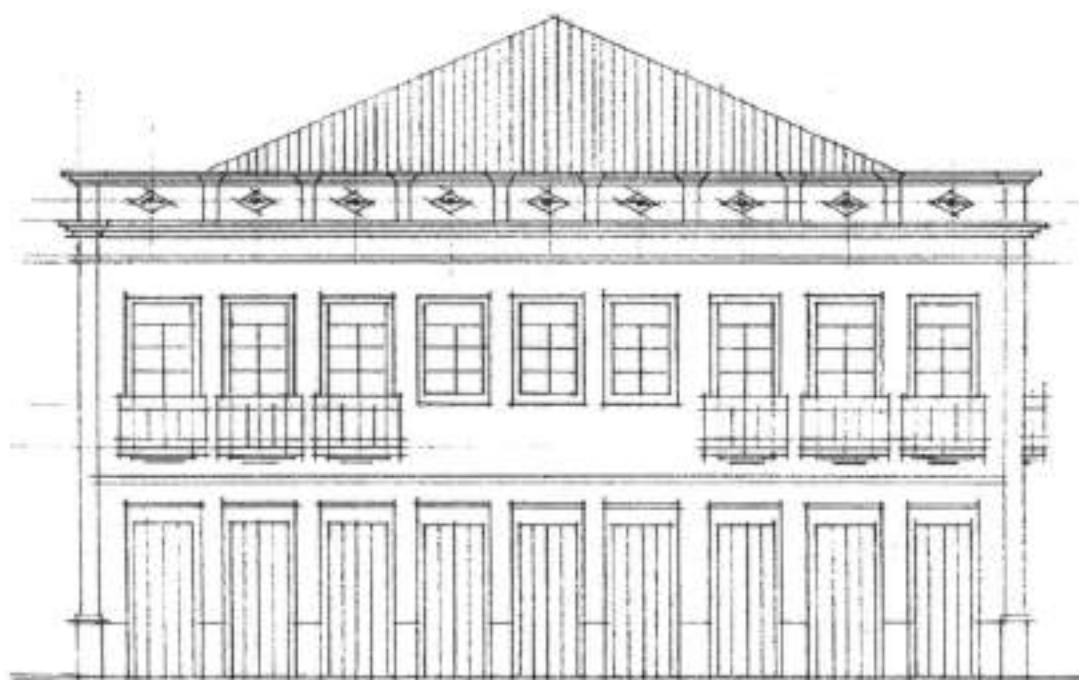


Figura 122 – Arquitetura do ciclo comercial/ Desenho Domingos Einheiro
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

SÉCULO XIX – CICLO DO ALGODÃO CASA TÉRREAS

3ª FASE: CASAS DE OITÃO VALORIZADO:

- LOCALIZAÇÃO DE PREFERÊNCIA NAS ESQUINAS
- EDIFICAÇÕES NO ALINHAMENTO DA RUA (SEM RECUOS)
- FACHADAS ARREMATADAS POR PLATIBANDAS
- COBERTAS DE DUAS ÁGUAS
- OITÕES VALORIZADOS COM PORTAS E GRADIS DE FERRO
- PRESENÇA DE PÁTÉOS (EM ALGUNS CASOS) COM VISTA PARA A RUA

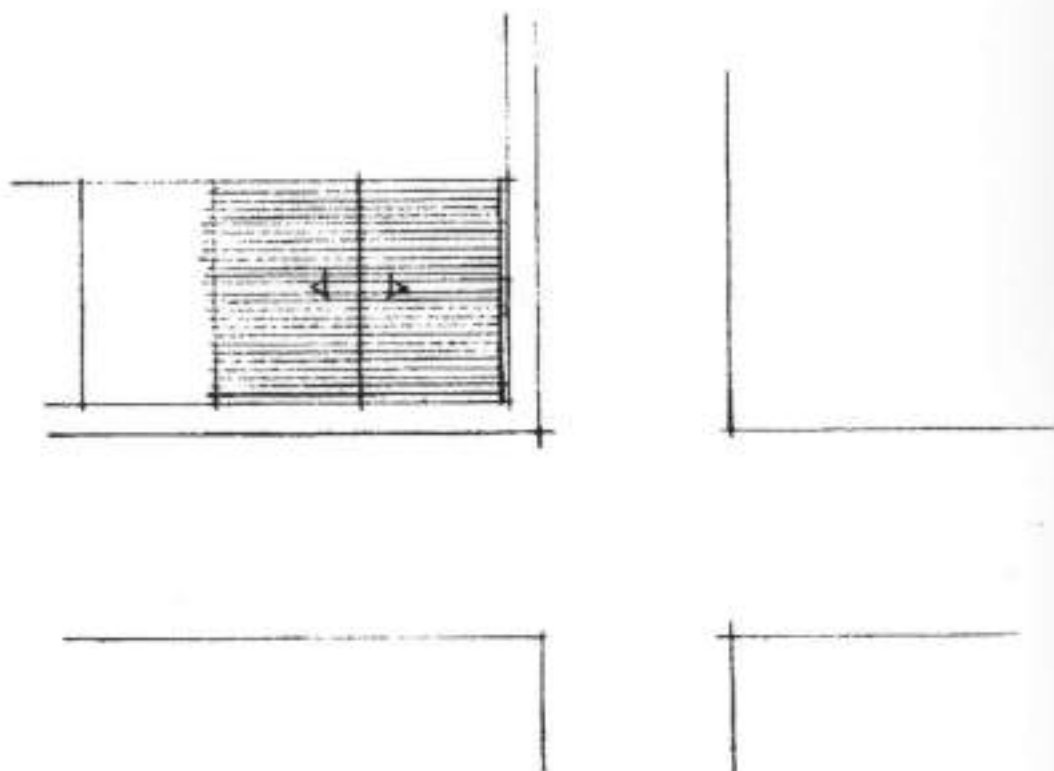


Figura 123 – Arquitetura do ciclo do algodão/ Desenho Domingos Linheiro
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

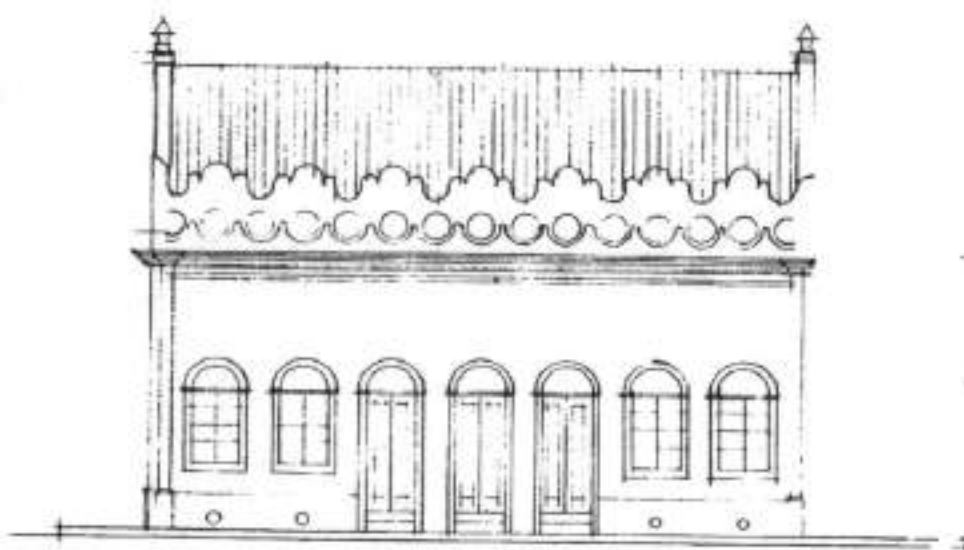
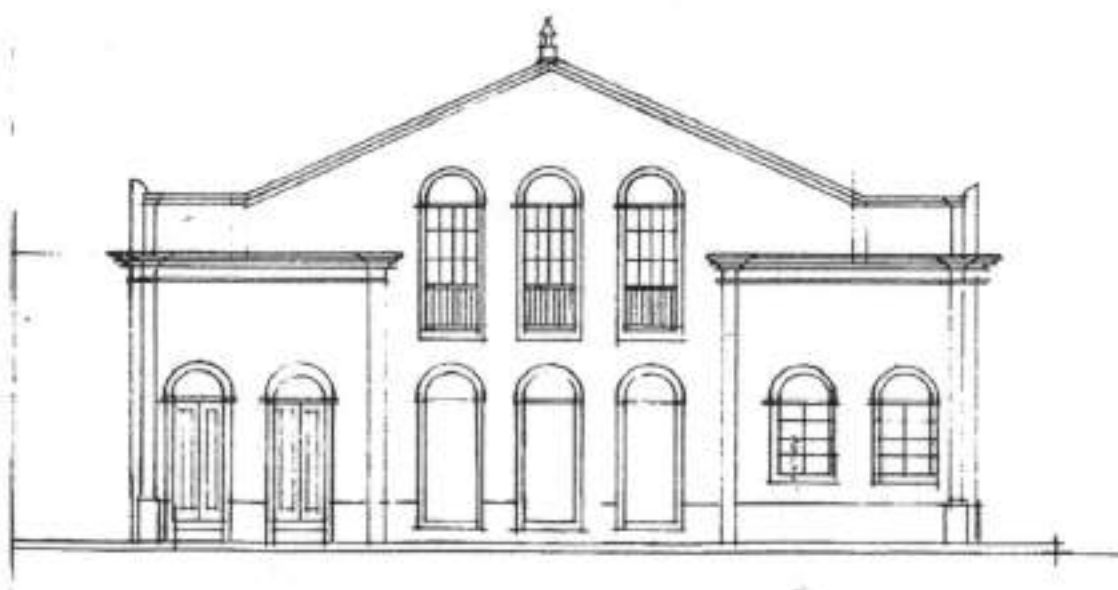
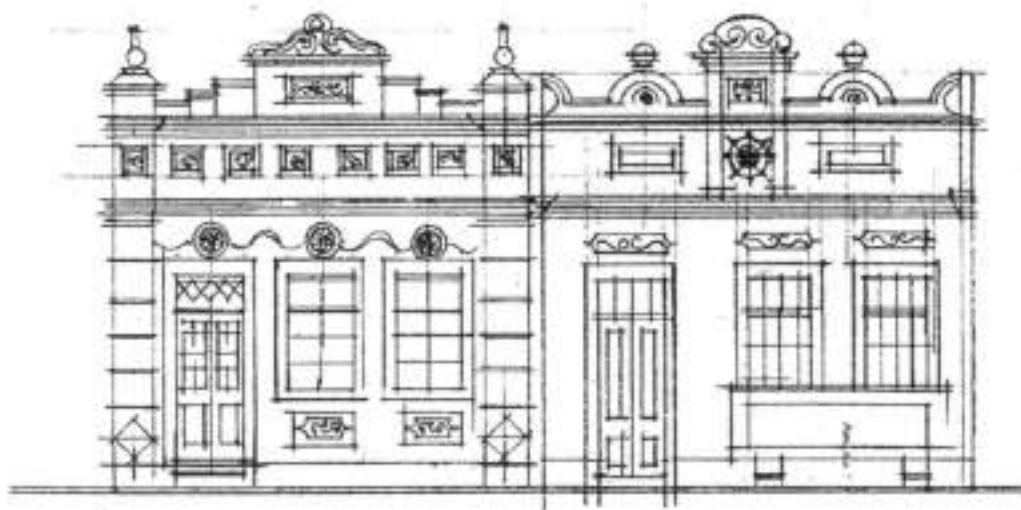


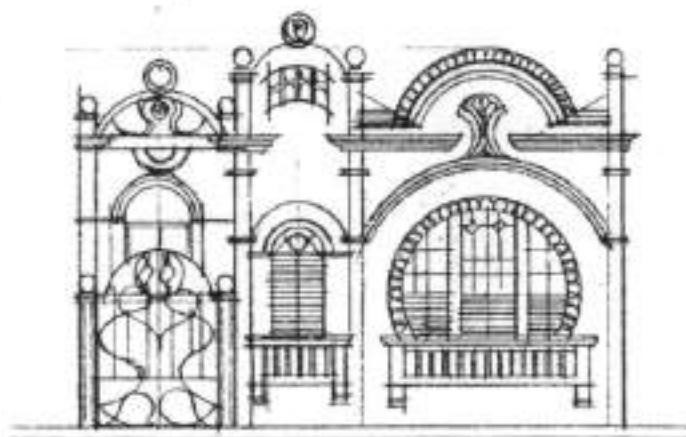
Figura 124 - Arquitetura do ciclo do algodão/ Desenho Domingos Linheiro
Fonte: Estudo para Tombamento Federal - ETF/Sobral 1997

SÉCULO XX – CICLO INDUSTRIAL



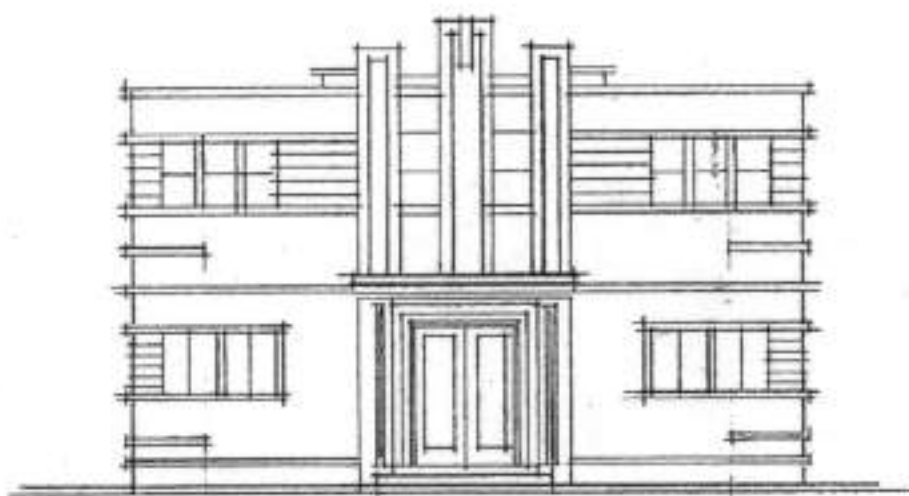
ECLETISMO:

- PREDOMINAM AS ALTERAÇÕES EM PRÉDIOS EXISTENTES COM O ACRÉSCIMO DE VARIADO ELENCO DE ORNATOS NAS FACHADAS
- EDIFICAÇÕES NO ALINHAMENTO DA RUA (SEM RECUOS)
- AS NOVAS EDIFICAÇÕES PODEM APRESENTAR ÁREAS RECUADAS, DECORRENTES DA INTEGRAÇÃO CASA/NATUREZA



ART NOVEAU:

- CORRESPONDE, EM PARTE, A EDIFICAÇÕES EXISTENTES, COM NOVA ROUPAGEM, AO GOSTO DA ÉPOCA
- ELEMENTOS ORNAMENTAIS SÃO COPIADOS DOS MAIS DIVERSOS PONTOS DO PAÍS, ATRAVÉS DE MESTRES-DE-OBRA, ARQUITETOS E CONSTRUTORES
- AS NOVAS EDIFICAÇÕES APRESENTAM ÁREAS RECUADAS EM RELAÇÃO AO ALINHAMENTO DA RUA

**ART DÉCO:**

- MOVIMENTO DESENVOLVIDO A PARTIR DO ART NOVEAU
- SIMETRIA NAS FACHADAS
- LINHAS PREDOMINANTEMENTE RETAS
- VOLUMES DESTACADOS EM PLANOS DIFERENTES
- DETALHES DE NÍTIDA INFLUÊNCIA CUBISTA

Figura 126 – Arquitetura do ciclo industrial/ Desenho Domingos Linheiro
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

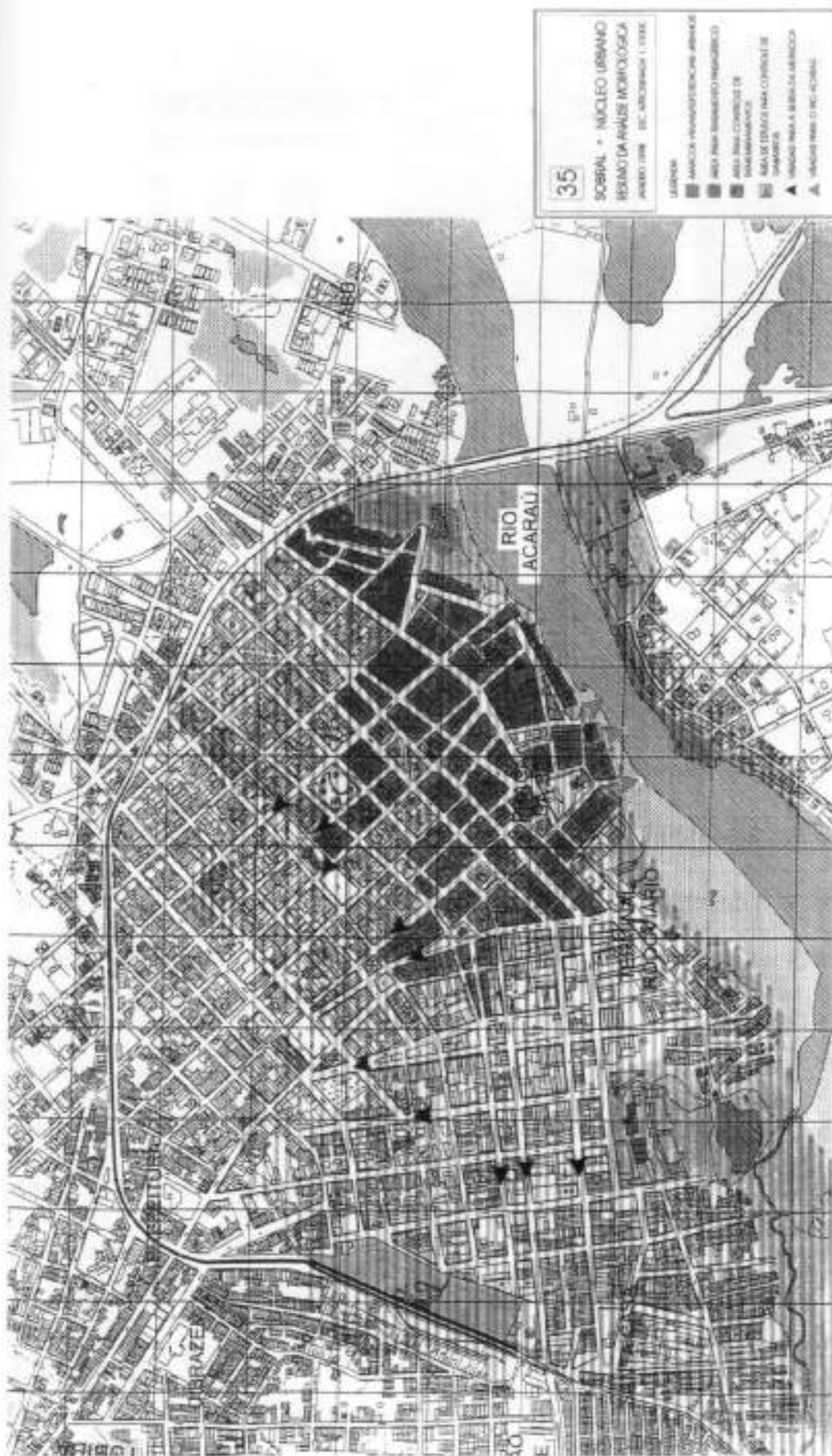


Figura 129 - Resumo da análise morfológica
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal - ETF/Sobral 1997



Figura 128 – Poluição visual no sítio histórico de Sobral/ Fotografia Gentil Barreira
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

Por sua vez, o mapa resumo do cruzamento dos dados históricos e morfológicos (Figura 130) apresenta as áreas de interesse paisagístico nas visadas à distância, para controle de gabarito e com estrutura morfológica de interesse, bem como os eixos estruturadores da malha e a área ocupada por esta até 1842. Nessas visualizações da cidade já se insinuam as tendências para os perímetros de preservação edilícia, em consonância com os reparos que se deve fazer à forma urbana sobralense contida no intra-trilhos, ao mesmo tempo contínua e fragmentada, evocativa de um passado rico e complexo e de um presente falto de maior expressividade arquitetônica.

O trecho final do segundo volume do ETF/Sobral inicia-se com uma série de recomendações, elaboradas "a partir da apreensão do espaço urbano de Sobral e de sua análise morfológica" (4ª.SR/IPHAN, 1997), ações essas identificadoras dos "elementos formadores de sua identidade urbana e paisagística [e das] situações que reforçam ou prejudicam o desempenho desses elementos" (4ª.SR/IPHAN, 1997). O destinatário dessas sugestões é o poder



Figura 130 – Resumo dos dados históricos e morfológicos
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

público municipal, numa perspectiva de compartilhamento,

para que sejam adotadas por esta instância medidas complementares ao tombamento que reforcem as ações de preservação no plano federal e contribuam para que o desenvolvimento urbano e as futuras intervenções na cidade ocorram em harmonia com esses objetivos (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Considerados, portanto, como referenciais culturais e paisagísticos da cidade, as torres das igrejas e as chaminés das fábricas, a homogeneidade do tecido urbano nas áreas de interesse para a preservação paisagística, a Serra da Meruoca e as edificações de valor arquitetônico (estas, mesmo "apesar de não formarem conjunto compacto e sim pulverizado dentro da cidade" (4ª.SR/IPHAN, 1997)), recomenda-se para a sua manutenção:

- "manter em volta dos elementos identificados como marcos visuais ou referenciais um gabarito compatível com a sua apreciação" (4ª.SR/IPHAN, 1997) – isso vai significar, considerando-se a grande extensão das áreas de preservação rigorosa e de entorno, como se verá, o desenvolvimento da verticalização para além dos trilhos ferroviários, na margem direita do Rio Acaraú ou nas áreas lindeiras às duas pontes, locais esses (principalmente os últimos) que têm experimentado rápida valorização. Vale ressaltar ainda, como marco visual de interesse, a Serra da Meruoca, o que torna mais complexo ainda o processo de verticalização imobiliária;

- "manter o alto grau de contigüidade das paredes da rua, não permitindo, mesmo em construções recentes, que a mesma seja rompida" (4ª.SR/IPHAN, 1997) – providência oportuna, visto que a implantação de imóveis de forma recuada quanto ao limite frontal implica na descontinuidade do conjunto edificado. Por outro lado, essa determinação diz da necessidade da permanência de certos valores essenciais da arquitetura tradicional da cidade, tomados de

forma objetiva (mas não literal para que não se incorra em *pastiche*), no desenho das novas arquiteturas, no sentido de que estas possam dialogar adequadamente com as preservadas;

- “não permitir remembramentos de terrenos dentro da área delimitada no mapa 35 [(Figura 129)], de forma a não descaracterizar o padrão de parcelamento existente” (4ª.SR/IPHAN, 1997) – manutenção do padrão fundiário de essência basicamente colonial, para que não se perca o ritmo da ocupação predial, demarcado pela relação altura/largura das edificações. Essa recomendação, no viés, poderá restringir a ocupação de áreas, no setor de preservação rigorosa, por equipamentos públicos e privados de maior porte, com isso podendo concorrer para uma possível desvitalização do conjunto como um todo;

- o clima quente e ensolarado de Sobral requer um estudo de vegetação nos espaços públicos, de forma a permitir o sombreamento nos locais de intensa circulação, respeitando-se, entretanto, as prioridades na apreciação de edificações de valor cultural, quando necessário (4ª. SR/IPHAN, 1997) –

na verdade, uma das estratégias constantes do plano de requalificação urbana da cidade, inexplicavelmente não abordada no plano diretor elaborado recentemente, que tampouco considerou a cidade como detentora de um sítio histórico tombado no âmbito federal;

- “fortalecer a presença dos elementos do sítio físico, através do controle do gabarito nas ruas de visada para a Serra da Meruoca e através de tratamento paisagístico adequado da área ribeirinha do Rio Acaraú” (4ª.SR/IPHAN, 1997) – enquanto esta recomendação já foi parcialmente atendida com a implantação do projeto paisagístico para a margem esquerda, a outra permanece por realizar, dependendo inicialmente do levantamento dos perfis de

todas as quadras do conjunto tombado, o que facilitará as ações de controle e gestão das intervenções no construído, principalmente em um sítio histórico heterogêneo e de complexa tessitura urbana como o de Sobral, tombado sem o registro de sua arquitetura;

- "preservar as encostas da Serra da Meruoca, através de vegetação adequada, bem como a integridade da Serra como um todo" (4ª.SR/IPHAN, 1997) – voltada à adequada manutenção da Serra da Meruoca como moldura do sítio histórico, essa proposta visa ainda à restrição de sua ocupação por habitações subnormais, mesmo reconhecendo o seu perfil íngreme e pouco útil a esse fim, para que não se construam cenários como os que hoje se descortinam, por exemplo, em Ouro Preto-MG;

- manter um programa de tratamento do Rio Acaraú, tanto paisagístico quanto ecológico, de forma a permitir o resgate de sua fauna e flora ribeirinha, evitando situações de poluição como lançamento de esgoto, lixo ou dejetos em geral (4ª.SR/IPHAN, 1997);

- no tratamento paisagístico do Rio Acaraú, não permitir a execução de via marginal que o integre à malha urbana, como forma de se preservar uma das características principais da cidade, que, tradicionalmente, lhe volta as costas, abrindo-se, contudo, em locais estratégicos, belvederes ou pontos de convívio que o reforcem como elemento de lazer e fruição paisagística (4ª.SR/IPHAN, 1997) –

tema recorrente nas discussões travadas entre as equipes técnicas da 4ª.SR/IPHAN e da Prefeitura Municipal, a via marginal paisagística era considerada como uma maneira de ligar a ribeira desvalorizada ao restante da cidade, sempre muito combatida pelos preservacionistas pelo fato de acarretar o apagamento dos traços da primitiva Sobral. Aqui, certamente e no viés, uma das poucas contribuições ao futuro desenho da cidade, em que a parcimônia das intervenções físicas, marcada pelo aproveitamento das vistas do rio, agora não mais mera cloaca e sim importante elemento paisagístico, esteja associada a

fachadismos ou *pastiches*, apesar da sedução do ver e ser visto, mantendo-se como essência das intervenções a austeridade das primeiras arquiteturas implantadas no local;

- retirar os elementos descaracterizadores das fachadas na área comercial, bem como a intensa poluição visual causada pela propaganda existente, através de um programa de educação coletiva que valorize os aspectos formais, históricos e climáticos das edificações (4ª.SR/IPHAN, 1997) –

almejar a requalificação do ambiente urbano através somente de ações de educação patrimonial é confiar demais na rápida sensibilização da comunidade quanto a questões patrimoniais; a proposta de melhoria do ambiente urbano apresentada não pode prescindir de sua conformação no bojo de um programa mais amplo e detalhado de recuperação física do conjunto tombado, compartilhando entre as diversas esferas de poder;

- "propor iluminação pública adequada, de forma a valorizar os edifícios de valor arquitetônico e não interferir no espaço urbano" (4ª.SR/IPHAN, 1997) – a implantação do projeto luminotécnico proposto só realçará o caráter fragmentário do conjunto sobralense;

- "localizar nos espaços adjacentes à estação ferroviária um parque urbano" (4ª.SR/IPHAN, 1997) – pergunta-se: parque urbano de que tipo? Quais as funções/atividades que deverá abrigar? Como esse novo equipamento se relacionará com os demais espaços livres da cidade? Como foi percebida a necessidade desse equipamento para a cidade?

Por fim, afirma-se que "a observação dessas diretrizes pela legislação municipal poderá garantir as condições mínimas de preservação e valorização ambiental na cidade" (4ª.SR/IPHAN, 1997), o que, ao fim e ao cabo, terminou não acontecendo pelo alegado desconhecimento da condição de bem tombado no

âmbito federal do conjunto de Sobral pela empresa responsável pela elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Municipal, o qual trata a área em análise como um tecido urbano qualquer.

Nesse ponto do trabalho, apresenta-se a justificativa da proposta de tombamento do conjunto urbanístico enfocado, a qual se inicia com o destaque conferido àquelas cidades que

formam os principais eixos de desbravamento e contam a história do desenvolvimento do sertão cearense, a saber, Icó, Aracati e Sobral, por trazerem em suas ruas, praças e edificações os testemunhos materiais mais importantes do processo de formação econômica, social e cultural dessa região (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Rememora-se o processo de constituição da cidade implantada às margens do Rio Acaraú e de sua consolidação como relevante núcleo urbano do noroeste cearense, bem como os ciclos econômicos e os movimentos sociais que serviram de base para o seu desenvolvimento. Avalia-se que, ao final dessa retomada,

a história da ocupação do território do Ceará - que se confunde, em grande parte, com a da colonização do sertão nordestino - não pode ser compreendida sem a história da formação dos seus primeiros núcleos urbanos e econômicos, entre os quais Sobral surge como um dos mais significativos; [por outro lado, afirma-se que] a força da atividade comercial, combinada à falta de dispositivos de ordenamento do crescimento urbano e de preservação do patrimônio histórico, tem provocado a perda e a descaracterização de importantes testemunhos materiais da história local e regional (4ª.SR/IPHAN, 1997),

sem que seja abordada e avaliada a relevância nacional desses feitos ou se não seria mais adequada a formulação das soluções para os problemas enunciados através de detalhamento específico do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. É ressaltada a preocupação de segmentos representativos da comunidade sobralense com o quadro de degradação descrito, os quais, percebendo a "magnitude de outros possíveis danos aos bens culturais [...] encaminharam abaixo assinado ao IPHAN (anexado a este processo), solicitando urgentes

medidas de proteção" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Fala-se do fundamental apoio que a Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará – SECULT e a Prefeitura Municipal de Sobral deram "à abertura do presente processo de tombamento, contribuindo de maneira decisiva para sua instrução e comprometendo-se a participar ativamente das ações de preservação dele decorrentes" (4ª.SR/IPHAN, 1997), informando-se ainda que, no apelo dirigido pela comunidade ao IPHAN, "está igualmente expresso o desejo de ver reconhecido, no plano nacional, o valor desses bens – desejo que é também o da atual administração" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Claramente, vê-se que a alternativa do tombamento federal foi empregada para resolver um problema eminentemente municipal, perfeitamente solucionável através de medidas legais e urbanísticas de mesma essência e escala e, no viés, prestando-se ainda à perfeição para destacar nacionalmente a cidade e sua administração e servir de balão-de-ensaio à uma nova formulação de preservação edilícia. Reportando-se ao caráter complexo e irregular do modelo urbanístico de Sobral, contrário aos de Icó e Aracati, os quais observam rigorosamente os ditames de suas respectivas Cartas Régias, tece-se especial consideração quanto à malha urbana, marcada pelo primitivo desenvolvimento dos núcleos originais da Matriz e do Rosário os quais lembram os das velhas cidades medievais portuguesas, cuja "riqueza urbanística reside justamente no modo como os sobralenses realizaram essa transição, com sábia sutileza e sem rupturas" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Sem qualquer referência ao desequilíbrio existente entre a forma urbana preservada e o seu recheio arquitetônico, este com cerca de 75% dos seus exemplares descaracterizados e desconformes (Figura 127), mesmo assim coloca-se o trabalho dos antigos construtores de Sobral como ponto central da justificativa do tombamento por terem integrado "o novo traçado ortogonal ao

antigo, sem que este último em nada fosse alterado ou segregado com relação à parte nova" (4^o.SR/IPHAN, 1997). Pondo em relevo "a convivência dessas formas tão distintas e sua delicada costura urbanística, [as quais produziram] efeitos urbanos de grande qualidade, [exagera-se o valor da traça antiga sobralense, cuja] morfologia cheia de surpresas [...] nem mesmo a poluição visual existente em seu centro comercial consegue eclipsar" (4^o.SR/IPHAN, 1997). Destaca-se a pontuação e o ritmo que conferem ao espaço urbano as edificações monumentais, mas não há palavras quanto ao nível de qualidade da arquitetura de acompanhamento construída nos intervalos. Quanto ao valor arquitetônico, afirma-se que "os edifícios mais interessantes não chegam a formar um conjunto contínuo, [este apresentando-se] muito fragmentado, mas ainda com número suficiente de exemplares para justificar a preservação desse aspecto" (4^o.SR/IPHAN, 1997), curiosamente empregando o mapa das edificações com características originais (Figura 127) como comprovação, o qual mostra que as mais destacadas expressões da arquitetura sobralense situam-se na área central, na vizinhança da Igreja Matriz, do Largo do Rosário, da Av. D. José e da Praça do Patrocínio. Revendo-se a progressão das tipologias existentes na cidade, informa-se ainda que "infelizmente, as últimas décadas não foram arquitetonicamente pródigas com a cidade de Sobral" (4^o.SR/IPHAN, 1997), fazendo a associação desses tempos a períodos de declínio econômico, político e administrativo, só recentemente superados. Considera-se que a regulamentação da comunicação visual e o rígido controle "da ocupação, do gabarito e do alinhamento das edificações novas poderá trazer de volta a harmonia do espaço e reproduzir, no plano arquitetônico, a costura que os antigos sobralenses souberam fazer tão bem no plano urbanístico" (4^o.SR/IPHAN, 1997). Esse, para os autores do estudo

em análise, seria "o grande desafio a se enfrentar na preservação do núcleo histórico de Sobral" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Por oportuno e revelador, cumpre relatar nesse ponto que não foram exatamente tranqüilas ou plenas de consenso as discussões mantidas entre os membros da equipe técnica da 4ª.SR/IPHAN no desenrolar do processo de montagem da instrução de tombamento do sítio histórico de Sobral. As entrevistas realizadas revelaram muitas áreas de discordância e até mesmo de conflito, como se verá na apresentação das poligonais de preservação, principalmente no que tange aos conceitos e à consideração de valores que pudessem ser eleitos como adequados à avaliação do conjunto urbano⁸. Outra preocupação demonstrada na justificativa é com a manutenção das "principais vistas externas do conjunto, [que se caracterizam pelo] contraste entre a horizontalidade que predomina na massa construída e os marcos constituídos pelos volumes verticais" (4ª.SR/IPHAN, 1997), bem como pela sinuosidade da Serra da Meruoca. Portanto, infere-se que a proteção desse conjunto, tido como "de interessante composição plástica [...] depende de medidas drásticas de controle da altura das edificações numa área relativamente vasta" (4ª.SR/IPHAN, 1997), o que certamente tornará mais complexo o processo de verticalização, atualmente em curso, mesmo em áreas distantes da tombada. A área central da cidade, a saber, aquela conformada pela Praça da Matriz, o Largo do Rosário, a antiga Praça do Mercado (Cel. José Sabóia), a Praça do Teatro São José, o trecho da Av. D. José entre as ruas Cel. Mont'Alverne e Cel. José Sabóia e a Praça do Patrocínio, é tida em todas as análises como "a que

⁸ No dizer de um dos arquitetos entrevistados, *estava-se tentando proteger um cacho de uvas quase sem uvas, um passado que não existia mais e não ser na imaginação de algumas pessoas com interesses os mais diversos [...] Com essa abordagem do sítio histórico de Sobral, o IPHAN estaria agindo como uma instância acadêmica e não como órgão público que é, com uma precisa missão administrativa estabelecida constitucionalmente.*

concentra, de modo mais denso e claro, os testemunhos históricos e urbanísticos que importa preservar como patrimônio histórico nacional" (4ª.SR/IPHAN, 1997). Justifica-se esse destaque para o referido setor urbano pelo fato de nele estarem presentes

os primitivos núcleos da Matriz e do Rosário [...]; os pontos de partida dos eixos vários que ordenaram todo o traçado posterior da cidade; a costura urbanística feita entre as malhas antigas e o novo traçado de orientação pombalina; o desenvolvimento desse traçado ortogonal no início do século XXI e os principais referenciais arquitetônicos e marcos visuais que estruturam a paisagem urbana (4ª.SR/IPHAN, 1997).

além de se mostrar superior às demais áreas da cidade em termos de clareza, legibilidade e qualidade plástica. Portanto, recomenda-se a instrução do sítio histórico de Sobral como conjunto urbanístico, ressaltando-se ainda os seus valores arquitetônicos e paisagísticos, pelos "ricos espaços urbanos que distinguem [a cidade] em meio ao conjunto das cidades coloniais do Ceará" (4ª.SR/IPHAN, 1997), definindo-se as suas poligonais de preservação rigorosa e envoltória, as quais serão abordadas oportunamente. Sugere-se ainda, como complementação à ação federal, que os edifícios da Santa Casa de Misericórdia, da Estação Ferroviária e a Vila Operária da Fábrica de Tecidos Sobral sejam tombados no âmbito estadual pelo motivo de, mesmo externos à área de entorno, terem se constituído em "pólos de expansão da cidade neste século" (4ª.SR/IPHAN, 1997), e ao município que incorpore ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Municipal "o conjunto de recomendações decorrentes das análises morfológicas realizadas [determinações essas elaboradas tendo por fundamento] a cooperação entre os níveis federal, estadual e municipal" (4ª.SR/IPHAN, 1997), pressuposto das ações de preservação. O final do capítulo

é emblemático no que respeita à coerência que se manteve, ao longo de toda a extensa instrução, com relação aos preceitos estabelecidos desde o seu início:

em suma, o que norteia a proposta de proteção do núcleo histórico de Sobral e, em última análise, a justifica, é a necessidade e a oportunidade de reconhecê-lo e preservá-lo como um dos mais importantes documentos do urbanismo colonial nesta região e da história do desbravamento e da ocupação do sertão nordestino. Não possuindo a arquitetura deslumbrante de Ouro Preto nem a riqueza do centro histórico de Salvador, como objeto patrimonial, Sobral pode ser melhor comparada a cidades como Laguna⁹ cujo núcleo foi tombado pelo IPHAN em 1985, pelo seu valor como documento histórico a testemunhar a escolha criteriosa de um sítio, o papel de um núcleo urbano na consolidação do território nacional e a forma urbana resultante desse processo (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Como se viu, enfatizou-se a essência urbanística e histórica do conjunto antigo sobralense, elevada muito acima dos critérios artísticos, valorização extremada essa traduzida na proteção de uma extensa área urbana e de um grande número de imóveis, submetida agora aos rigores do aparato federal de preservação cultural. Como conclusão (no mínimo bastante polêmica, diga-se), observa-se que, com base em reflexões construídas no IPHAN na década de 80 do século passado,

mais do que ser tomada como monumento arquitetônico e urbanístico de valor artístico excepcional, a área urbana selecionada como objeto patrimonial deve conter em seu espaço urbano uma alta concentração de informações históricas relevantes para diversas áreas do conhecimento humano (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Aqui, por fim e de forma clara, afirma-se que a qualidade excepcional do espaço urbano não se constitui em predicado definitivo para a definição de tombamentos de sítios históricos, havendo outros, tais como os históricos e antropológicos (esses muitas vezes ilegíveis, irreconhecíveis ou até mesmo extintos) que contam

⁹ A instrução de tombamento para o sítio histórico de Laguna -SC é tida como o marco que baliza a mudança de procedimentos, no âmbito do IPHAN, dos conceitos que determinam a proteção do patrimônio edificado. Do processo em comento (1122-T-84), vale ressaltar a Informação Técnica nº.107/84, de autoria do Arq. Luiz Fernando P.N. Franco.

mais na avaliação do objeto cultural em sua consideração atual como patrimônio do povo brasileiro, pondo-se de lado conceituações que defendem o equilíbrio entre a intensidade da presença de manifestações culturais, mesmo sabendo-se dos transtornos causados a milhares de proprietários que, mesmo cientes de suas responsabilidades para com a preservação, não conseguem ver como de interesse patrimonial os seus imóveis, agora submetidos a um rigoroso ditame legal cerceador de direitos individuais de propriedade, que é o tombamento federal.

Produtos derivados de toda essa reflexão, as poligonais de preservação (rigorosa/envoltória) (Figura 131) desenham-se de forma extensa no mapa da cidade. Seu setor de preservação rigorosa compreende 1227 imóveis, dos quais aproximadamente 300 encontram-se preservados, o que faz com que Sobral integre a lista dos sítios históricos brasileiros possuidores de grandes quantidades de imóveis tombados, só ficando atrás, em ordem crescente, de São Luiz – MA e Salvador – BA. O grande número de edificações, a maior parte delas caracterizada e/ou desconforme, a complexidade urbanística, a heterogeneidade e o baixo padrão arquitetônico existentes, a falta de indicadores ou de informações sobre o urbano e a inobservância das questões patrimoniais manifestado pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Municipal¹⁰, dentre outros aspectos, contribuíram para tornar difíceis as tarefas da preservação nos primeiros momentos após o tombamento. A área de preservação rigorosa congrega setores completamente diferentes em escala, tipologias, condições de manutenção e usos: as residências precárias da margem do rio (Figura 132), os

¹⁰ Determinado artigo da Lei de Uso e Ocupação do Solo, constante do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Municipal permite, por exemplo, que se construa, na área central da cidade, edificações com até 16 metros de altura, o que discrepa da horizontalidade dominante e perturba o contraponto das torres das igrejas e das chaminés com esta, elementos estes considerados característicos da morfologia urbana sobralense.

conjuntos fabris arruinados (Figura 133), a Praça da Matriz (Figura 134) e a Praça do Teatro São João (Figura 135), a área comercial em torno da Igreja do Rosário (Figura 136), o setor residencial eclético mais a oeste (Figura 137) e o conjunto do Patrocínio (Figura 138), o que impõe, no processo de gestão do sítio histórico, formas diferentes de abordagem e controle dos setores urbanos. A área de entorno ocupa praticamente todo o setor intratrilhos, porém deixando de fora os conjuntos da Estação Ferroviária e da Santa Casa de Misericórdia. Na instrução, não se faz menção a critérios específicos de aprovação de projetos propostos para os imóveis situados nas duas áreas. A prática cotidiana da elaboração dos pareceres acabou por cristalizar procedimentos distintos: um, fundamentado nos elementos evidentes e substantivos da morfologia urbana e refratário a *pastiches* de todo o tipo e outro, para as áreas de amortecimento, mais brando e permissivo, baseado na observância a gabaritos médios e materiais de acabamento. Vale comparar a configuração definitiva das duas zonas do sítio histórico de Sobral com aquelas apresentadas em mapa alternativo (Figura 139), produzido em meio à refrega de opiniões e conceitos de preservação edilícia em que se transformou, a certa altura, o processo de elaboração da instrução de tombamento do sítio histórico de Sobral. Nessa proposta, restringe-se a área de preservação rigorosa (em vermelho) àquela que contém, de forma mais evidente e adensada, os marcos históricos e estéticos mais característicos e relevantes da cidade, presentes em setores tais como a Praça da Matriz, o Largo das Dores, os trechos mais preservados da Av. Dom José e da Rua do Menino Deus, a Praça do Teatro São João e a Praça Cel. Sabóia. A essas áreas poderia ser ainda acrescida a envoltória imediata à Igreja do Rosário, informação essa colhida em recente entrevista com os técnicos que participaram da elaboração da proposta.

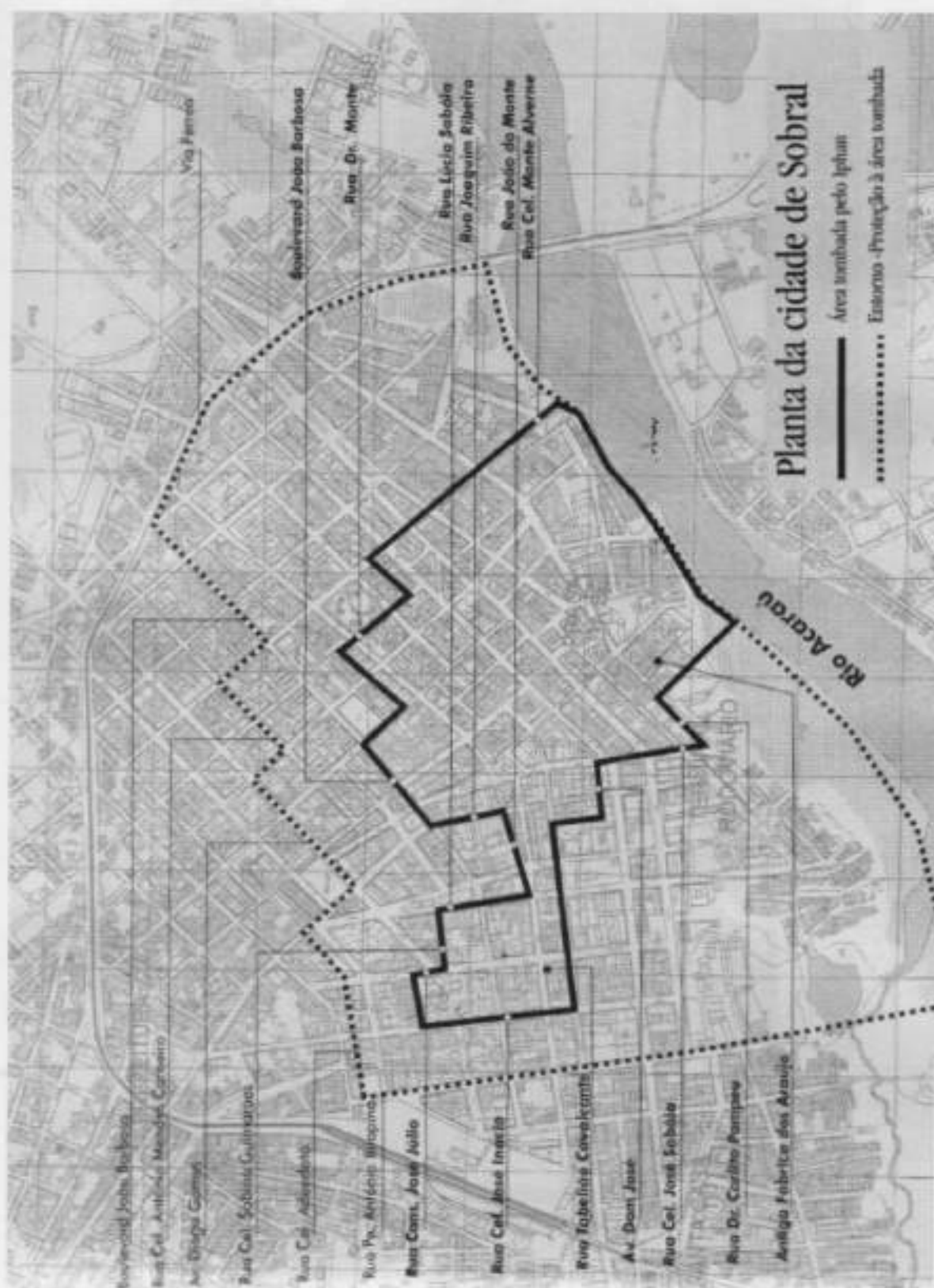


Figura 121 - Poligonais de preservação do Sítio Histórico de Sobral
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal - ETF/Sobral 1997



Figura 132 – Residências precárias situadas na margem esquerda do Rio Acaraú/
Fotografia Gentil Barreira
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997



Figura 133 – Antiga fábrica da família Randal/ Fotografia Gentil Barreira
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997



Figura 134 – Praça da matriz, com a Casa de Câmara e Cadeia (atual Câmara Municipal) em primeiro plano/ Fotografia Gentil Barreira
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997



Figura 135 – Praça do teatro São João/ Fotografia Gentil Barreira
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997



Figura 136 – Praça da Igreja de N. Sra. do Rosário/ Fotografia Gentil Barreira
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997



Figura 137 – Residências ecléticas à Rua Lúcia Sabóia/ Fotografia Gentil Barreira
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997



Figura 138 – Praça do Patrocínio/ Fotografia Gentil Barreira
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997



Figura 139 – Proposta alternativa às áreas de proteção rigorosa e de entorno do sítio histórico de Sobral (não aprovada)
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

Nesse setor, os imóveis seriam protegidos nos âmbitos federal e estadual conforme suas respectivas relevâncias, o que implicaria na realização de um rigoroso inventário da arquitetura existente. Comparecem também nesse estudo, numerados de 2 a 5, setores de preservação rigorosa reservados à autoridade municipal, a saber, aqueles relativos à área central mais ao sul, à Santa Casa de Misericórdia e à Vila Operária, à Estação Ferroviária e à Fábrica de Tecidos. A área envoltória ao setor federal/ estadual de preservação rigorosa é bem menos extensa que a atual, liberando mais espaço na cidade para a adequada ocupação por usos que requeiram maior extensão de terra disponível e maior gabarito. As áreas de entorno municipais desenham-se na vizinhança dos bens imóveis de interesse. A marca conceitual da proposta é um conciso enfoque na valorização de critérios históricos e artísticos, ação essa conduzida por um olhar treinado e sintético que considera o tombamento como ato distintivo e parcimonioso outorgado por uma instância administrativa plena de poderes regulatórios e restritivos, de cujo arsenal resulta o redesenho das áreas tombadas. Essa postura, portanto, coloca-se em franco contraste com a que produziu o tombamento definitivo, por expressar um modo de pensar a preservação edilícia mais ligado à tradição *heróica* do IPHAN, enquanto que a vitoriosa, como vimos, incorporou uma gama extra de valores àqueles comumente empregados para obter um outro resultado, polêmico, mas coerente com seus princípios.

O terceiro volume do ETF - Sobral traz a lume um alentado acervo de imagens da cidade, construído a partir de um roteiro que se inicia na Praça da Matriz e que termina em setores mais internos ao conjunto urbano. Nesse passeio fotográfico, os imóveis de valor têm o mesmo peso que os cenários e as vistas (Figura 140), enfatizando-se a dimensão espacial como valorativa dos ambientes

estudados. Identificam-se as continuidades, as rupturas, os recortes, os detalhes, as relações figura/fundo, dentre outros aspectos, sempre acompanhados da indicação de sua ocorrência no mapa da cidade. As áreas são fotografadas de vários pontos de vista para que sua abordagem seja a mais completa possível. Esse recurso torna evidente, ao mesmo tempo, o rico e complexo arranjo urbanístico da cidade (Figura 141) e o seu maior pecado, a degradação dos seus exemplares arquitetônicos de interesse (Figura 142), o que nos faz pensar sobre se não teria sido perdida a grande oportunidade do seu reconhecimento nacional como sítio histórico quando das comemorações do seu bicentenário em 1973¹¹. Nesse ponto, impossível deixar de registrar a ironia do destino: Aracati, Icó e Viçosa do Ceará mantiveram seus conjuntos preservados em grande parte por motivo do seu declínio econômico e da perda de sua importância polar no contexto de suas regiões. Em Sobral, ao contrário, a pujança econômica e política aliada à falta de visão administrativa transformou a cidade em centro regional com ramificações pressentidas até no Maranhão e foi a responsável pela degradação do seu aspecto físico. Como fecho do trabalho e por emblemático, vale reproduzir a afirmação dos responsáveis pela elaboração da instrução, presente no final do segundo volume:

a área urbana [...] deve ser um registro vivo de processos históricos e sociais que construíram e constroem o Brasil em seus aspectos mais essenciais. A 4ª Coordenação Regional do IPHAN, responsável pela instrução deste processo, acredita que o conjunto urbanístico que se propõe tomar na cidade de Sobral preenche todos esses requisitos (4ª.SR/IPHAN, 1997).

¹¹ Nessa ocasião, o Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, tendo à frente o Prof. Arq. José Liberal de Castro, realizou uma exposição sobre o processo de formação e evolução da cidade, expresso em levantamentos gráficos e fotográficos da arquitetura sobralense, então majoritariamente preservada.



Figura 140 – Espaços do sítio histórico de Sobral – encontro da Rua Ernesto Deocleciano com a ribeira do Acaraú / Fotografia Gentil Barreira
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997



Figura 141 – Espaços do sítio histórico de Sobral – Praça do Teatro São João / Fotografia Gentil Barreira
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997



Figura 142 – Degradação de exemplares arquitetônicos de interesse
Fotografia Gentil Barreira
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

3.5. Desdobramentos dos processos de tombamento federal dos sítios históricos enfocados: tombamento, produção do espaço urbano, gestão urbana e participação popular

Os tombamentos dos sítios históricos cearenses tiveram desdobramentos completamente diferentes entre si, motivados, dentre outras razões, pelas características e escalas dos conjuntos, pelo nível de envolvimento das prefeituras municipais e das comunidades com a proteção do patrimônio edificado e pelo grau de entrosamento que as políticas preservacionistas federais desenvolveram junto às de mesmo gênero, nos âmbitos estadual e municipal, e às de natureza diversa ou complementar. O levantamento aqui realizado abrange um período de tempo entre 1997 até nossos dias, correspondendo a três gestões municipais, três estaduais e três federais, o que oferece um quadro bastante satisfatório de análise político-administrativo.

Cabe aqui informar, pelo reconhecimento do seu caráter geral, que a ação do governo estadual na preservação do patrimônio edificado somente agora é retomada. Praticamente afastado dessas atividades desde 1991, ano da restauração do Theatro José de Alencar em Fortaleza, o Estado vem aos poucos reaparecendo no cenário, primeiramente com a criação, em 2002, do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, o qual, apesar do funcionamento ainda claudicante, já começa a produzir como efeitos os primeiros tombamentos, e recentemente (2004), a recuperação de alguns imóveis tombados de importância, tais como a Igreja de N. Sra. do Rosário, na capital cearense. Esses esforços, entretanto, deixam à mostra uma estrutura técnico-administrativa deficiente, carente de qualificação e de recursos financeiros para o enfrentamento

das tarefas que lhe são legalmente inerentes, bem como a ausência de uma política clara, com definição de objetivos e prioridades perfeitamente esclarecidos, fundamental à resolução de um contencioso imenso, qual seja, o universo de bens culturais passíveis da proteção estadual e dos cuidados decorrentes dessa tutela, acervo esse a espera, há anos, de ações que o valorizem à altura de sua relevância para o Estado.

3.5.1. Icó

Implantado na região centro sul do Estado, Icó é um município de movimentação comercial, industrial e agrícola sem maior interesse, situando-se na órbita do maior pólo econômico da região, o município de Iguatu, e em menor intensidade sofrendo a influência de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, no Cariri cearense, e de alguns municípios paraibanos, como Cajazeiras. Do barulho da antiga feira de gado colonial, possibilitada pelo cruzamento das estradas sertanejas, restam hoje ecos longínquos perdidos na única rua de comércio da cidade e no semi-paralisado perímetro irrigado do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS. Seus dois únicos atrativos são o Açude Lima Campos, do DNOCS, no distrito homônimo, e o próprio sítio histórico, com suas igrejas, casa de câmara e cadeia, mercado público, teatro e sobrados.

O tombamento em 1997 do conjunto antigo icoense, com 268 imóveis em sua área de preservação rigorosa, não significou ainda para o município o alcance de um patamar qualificado de gestão urbana, pelo fato da Prefeitura Municipal, nas duas administrações anteriores, não ter investido na contratação de quadros técnicos preparados e/ou especializados para lidar com os problemas da preservação urbana decorrentes da proteção federal nem tampouco na criação

de modelos administrativos mais ágeis e eficazes, percebendo-se a todo momento a marca atrasada do improvisado e do compadrio no trato com a questão. No período assinalado, a Prefeitura Municipal de Icó comportou-se de forma a incorporar somente o bônus da preservação (obtenção de recursos financeiros, visibilidade nos meios de comunicação etc.), eximindo-se totalmente do ônus (controle urbano, aprovação de projetos, embargo de obras etc.), problemas esses, assim como a obtenção de verbas para a realização de obras, sempre repassados à 4ª. Superintendência Regional – SR/IPHAN para que fossem resolvidos, quando não criados pela própria municipalidade no sentido de agradar aos correligionários ou prejudicar os adversários políticos. Como exemplo, citamos a publicação *Icó, Patrimônio de Todos: Roteiro para Preservação do Patrimônio Cultural* (Figura 143), posteriormente desenvolvida pela 4ª. SR/IPHAN para os demais sítios históricos cearenses tombados, a qual não contou com o apoio da prefeitura em sua realização e distribuição, prejudicando o entendimento, pela comunidade, dos assuntos referentes ao tombamento do sítio histórico.



Figura 143 – Capa do Roteiro de Preservação do Sítio Histórico de Icó
Fotografia Maurício Albano

Em 2001, no bojo do Programa PROURB/BID-CE, responsável pela realização de planos diretores de desenvolvimento urbano para as 44 maiores cidades do Ceará, foi elaborado o de Icó, na verdade, um conjunto de diretrizes sem maior aprofundamento e completamente desconectado das questões do sítio histórico tombado, este demarcado nos mapas do documento através de suas áreas de preservação rigorosa e de entorno e com a denominação *área sob a jurisdição do IPHAN*. Resultante de um processo burocrático e formal de planejamento urbano, para o qual a 4ª. SR/IPHAN não foi convidada, encontra-se hoje em vias de revisão através dos ditames do Estatuto da Cidade. Foram registrados inúmeros problemas produzidos por essas condições, principalmente a construção de obras aprovadas pela Prefeitura sem terem sido chanceladas pela 4ª. SR/IPHAN, prova do dismantelo administrativo e do descompromisso da municipalidade com o tombamento, quadro esse que só não atingiu maiores proporções pelo fato da modesta escala da cidade, que não apresenta movimentação econômica significativa e/ou mercado imobiliário relevante.

Síntese do que se expõe foi a implantação do Programa Monumental/BID no sítio histórico em 2001, contemplado não só por possuir um magnífico conjunto civil, religioso e administrativo colonial, testemunho da ocupação do sertão nordestino, mas também por ser parte destacada de um município pobre e sem maiores perspectivas de desenvolvimento sócioeconômico. O programa foi implantado com base no produto de discussões que reuniram representantes da Prefeitura Municipal, da 4ª. SR/IPHAN, do Governo do Estado, do BID e da comunidade, a saber, um estudo realizado pelo órgão federal de preservação sobre as edificações públicas e privadas de valor cultural, as necessidades de equipamentação pública da sede municipal e as alternativas quanto à

manutenção e à alteração de usos em determinados imóveis. Em vez de um plano de preservação e reabilitação integrado do conjunto antigo, foi desenvolvido um programa de obras de restauro, conservação e adaptação pontuais, esparsas nos dois setores de preservação do sítio histórico, o qual compreendeu o Teatro da Ribeira dos Icó, a Casa de Câmara e Cadeia (Biblioteca Pública, Casa do Cidadão e Centro de Referência do Centro Histórico de Icó), o Sobrado do Canela Preta (Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente) e parte do Largo do Theberge (agenciamento paisagístico). Essas obras se somaram a outras desenvolvidas no âmbito do Programa PROURB/BID-CE, a saber, o restante do Largo do Theberge, o Mercado Público e a Igreja de N. Sra. do Rosário¹². Como traço comum, o baixo nível dos projetos de arquitetura, sem qualquer detalhamento e muitas vezes propostos contra a arquitetura singela da cidade, e das obras, muitas levadas a cabo sem maior cuidado ou conhecimento de técnicas construtivas retrospectivas, o que demonstra falhas na atuação profissional de arquitetos e engenheiros locais causados por lacunas em sua formação acadêmica, problema esse, aliás, de escala nacional.

À 4ª. SR/IPHAN coube apenas a análise dos projetos arquitetônicos e a vistoria das obras, com evidente redução do seu papel técnico-administrativo. Vários foram os projetos desaprovados e as obras embargadas (quando não corrigidos na prancheta e/ou nos canteiros pela equipe técnica da 4ª. SR/IPHAN), ações essas comunicadas pela Regional às direções nacionais do IPHAN e do Programa Monumenta, juntamente com a sua crítica a este: procurando o mais possível contornar a representação estadual do órgão federal de preservação e aliar-se ao município (este, não raro, inscrito no cadastro das instituições

¹² Desde 1997, a 4ª. SR/IPHAN, com seus próprios recursos, restaurou em Icó as Igrejas Matriz de N. Sra. da Expectação e de N. Sra. da Conceição do Monte.

inadimplentes da Receita Federal e só garantido como parceiro por força da contrapartida paga pelo Estado), a direção do Programa Monumenta/BID sempre atuou de forma independente e desligada de qualquer compromisso com o IPHAN, *modus operandi* verificado em todos os estados onde tem atuado. Atualmente paralisadas, porém quase finalizadas, as obras do programa aguardam inauguração para abril vindouro, devendo-se reconhecer, por evidente, a influência que tiveram na valorização imobiliária dos imóveis à sua volta, a qual, entretanto, não foi forte o suficiente para expulsar os moradores tradicionais. Com o término dessa etapa, o Programa Monumenta/BID prepara-se para iniciar o trabalho de recuperação de imóveis privados (reconstituição de fachadas e cobertas e obras de infra-estrutura), quando certamente terá que contar com a colaboração dos atores mais ausentes de todo esse processo: os habitantes do sítio histórico. À 4ª.SR/IPHAN resta a convicção do despropósito que se constitui o desenvolvimento, por uma agência de fomento internacional e com os custos decorrentes dessa ação, de um programa de preservação urbana externamente a um órgão oficial responsável pela proteção do patrimônio cultural nacional. Essa distância poderia ter sido evitada se tivesse sido possível, nos começos do trabalho,

criar as bases para as restrições e exigências de conservação e dar uma lógica patrimonial aos planos urbanísticos, [que] facilitaria a interação do BID com o IPHAN, garantiria uma função clara para o IPHAN dentro de suas competências e deveres, colaboraria para uma parceria das tarefas de preservação com os municípios e para que as comunidades se preparassem para resistirem a simplificações *disneyficadoras* (MOTTA apud HALÉVY, 1998, p.06).

Entretanto, para esse consultor francês,

paradoxalmente, um projeto que tem por objetivo a descentralização da gestão do patrimônio transformou-se num projeto mais centralizador e unificador que o IPHAN, aumentando

o lado rígido do Programa BID, consolidando a idéia de um modelo único para o Brasil. Essa vontade de eficiência impediu a [Unidade Central de Gerenciamento -] UCG de assumir o papel de intermediário entre a realidade brasileira, ou melhor, as realidades brasileiras e o BID, e dificultou o desenvolvimento de uma parceria entre os IPHANs regionais e as prefeituras (HALÉVY, 1998, p.13).

No momento, assiste-se ao início da nova gestão municipal, a qual, apesar de parecer bem intencionada, pratica os mesmos equívocos das anteriores, principalmente por não indicar profissionais habilitados para lidar com as questões do sítio histórico nem criar uma infra-estrutura administrativa adequada, patinando nos compromissos de campanha e no apadrinhamento. A 4ª. SR/IPHAN passou a ter uma atuação mais presente e intensa com a criação do seu Escritório Técnico na cidade, o qual vem desenvolvendo, além das ações costumeiras de aprovação e embargo de obras, assessoramento técnico a projetos arquitetônicos e contato com os órgãos municipais, outras ligadas à educação patrimonial e ao esclarecimento da comunidade quanto aos seus direitos e deveres no âmbito da preservação. Vale ressaltar que também já se verifica uma pequena atividade turística em Icó, propiciada por viajantes que se deslocam pelo interior do país e prejudicada pela ausência de instalações de hospedagem satisfatórias. Assim, a cidade *de passagem*, de cujo calor absurdo se fugia passando-se ao largo, hoje seduz os seus visitantes com a sua condição de monumento nacional, *status* esse que gera problemas e requisita soluções ao tempo em que a transforma em atrativo.

3.5.2. Sobral

Sobral é o município mais importante da zona norte do Estado, cujo poderio econômico e político não só polariza e enfraquece as localidades à sua

volta como também estende a sua influência agora até aos estados do Piauí e do Maranhão, reforçado que foi, nos últimos anos, pelo seu reconhecimento como pólo universitário e de saúde regional. Seu sítio histórico, com 1.227 imóveis na área de preservação rigorosa, compreende as porções comerciais, residenciais e de uso público mais destacadas da cidade, apresentando ao mesmo tempo, como se pôde ver no capítulo relativo à análise das instruções de tombamento, o processo mais complexo de formação e evolução urbana dentre todos os estudados e o maior grau de descaracterização do acervo construído. Seu tombamento pelo IPHAN em 1999 foi incorporado pela Prefeitura Municipal na gestão do Prefeito Cid Gomes (1997-2004) como um potente instrumento de desenvolvimento urbano e sócioeconômico, forte o bastante para também elevar a auto-estima da população da cidade, esta às voltas com administrações municipais medíocres há quase meio século, e garantir destacada visibilidade político-administrativa, sem prejuízo, evidentemente, de sua função atrativa relacionada aos fundos públicos e privados necessários à recuperação do conjunto. Cumpre ressaltar que essa bem concatenada operação não poderia ter sido tão bem sucedida se não tivesse contado, desde o seu início, com o apoio da Diocese de Sobral, da Universidade Estadual do vale do Acaraú – UVA, de instituições da cidade e da própria comunidade, esta proponente da proteção federal ao sítio histórico através de um extenso abaixo-assinado. Em Sobral, a visão da preservação do patrimônio, como inerente ao desenvolvimento da cidade, fez parte de um pacto estabelecido entre as suas elites políticas, necessário à suplantação de um estado de coisas considerado por todas atrasado e à construção de um devir imaginado por essas mesmas castas, mesmo que divididas entre facções diversas. De outra parte, o tombamento contribuiu para a

consideração das possibilidades de transformação física e qualitativa do meio urbano, com benefício para a imagem do município, ação essa facilitada pelo fato da Prefeitura Municipal dispor de pessoal técnico preparado para o enfrentamento das tarefas da preservação e de recursos financeiros suficientes para cumprir a sua parte nos convênios decorrentes da proteção federal. Hoje, Sobral, por meio dessa estratégia, não só qualificou o seu espaço urbano como transformou-se num museu vivo da novíssima arquitetura cearense, principalmente com as obras executadas em seu sítio histórico.

Entretanto, na elaboração do plano diretor de desenvolvimento urbano para a cidade não se considerou o fato de se ter que abordar um conjunto antigo protegido no âmbito federal. A proposta de regulação urbana, executada por empresa de arquitetura e urbanismo cientificada oficialmente pela 4ª.SR/IPHAN do especial estado do seu objeto de estudo, tratou a cidade e o sítio histórico como um aglomerado humano banal, chegando ao cúmulo de propor, para o *cuore* horizontal do sítio histórico, um gabarito de 16(dezesseis) metros e uma via de tráfego rápido atravessando o conjunto conformado pela Sé Catedral, pela Casa de Câmara e Cadeia (atual Câmara Municipal) e pela Casa do Capitão-Mor, com a justificativa de que assim *se evitaria a passagem de veículos pelo conturbado centro comercial [...]*¹³ Dessa forma, tem-se no sítio histórico duas interpretações e dois regulamentos urbanísticos, francamente opostos, situação incômoda essa que certamente agora será sanada com a revisão do plano diretor municipal, para cujo processo foi convidada a 4ª. SR/IPHAN. Como fato positivo, nessa linha, registra-se a apropriação da publicação *Sobral, Patrimônio de Todos:*

¹³ Esse fato foi denunciado pela 4ª.SR/IPHAN à Secretaria Estadual de Infra-Estrutura – SEINFRA e ao Ministério Público Federal para que fosse corrigido. A solução apresentada pela Prefeitura Municipal, insatisfatória, é análoga à presente no Plano Diretor de Ló para indicar quanto aos setores tombados: *área sob a jurisdição do IPHAN.*

Roteiro para Preservação do Patrimônio Cultural (Figura 144) elaborada pela 4ª.SR/IPHAN e lançada em concorrida audiência pública promovida pela Prefeitura Municipal, pelos conteúdos pedagógicos da educação formal do Município. Para além de sua precípua função de manual explicativo dos direitos e deveres que assistem aos cidadãos residentes no sítio histórico, a cartilha tem servido como livro-texto aos estudantes da rede municipal em seu aprendizado relativo à cidade, às formas de sua apreciação e aos meios associados à sua preservação.



Figura 144 – Capa do Roteiro de Preservação de Sobral
Fotografia Gentil Barreira

Através de celebração de termo de cooperação técnica entre as partes, foi criada em 2001 a Comissão Técnica do Patrimônio Cultural, composta por representantes da 4ª.SR/IPHAN, da Prefeitura Municipal e da UVA para desenvolverem ações de educação patrimonial e de assessoramento e análise de projetos, bem como de prestação de informações a interessados sobre o sítio histórico, reforçada no ano passado com a criação do Escritório Técnico da 4ª. SR/IPHAN na cidade, o qual tem sido responsável pelo encaminhamento de

processos de obra, agilizando e tornando mais efetivo os trabalhos de gestão, controle e planejamento no setor urbano enfocado.

Nos últimos dois anos, obras importantes foram levadas a cabo pela Prefeitura Municipal, com base nas recomendações presentes na instrução de tombamento do sítio histórico: o restauro do Teatro São João; a construção da Biblioteca Municipal; o restauro e a adaptação da Escola de Línguas; o restauro e adaptação da Escola de Música; a adaptação da Usina dos Araújo à Escola de Comunicação, Ofícios e Artes – ECOA; e a mais importante intervenção de todas, a urbanização da margem esquerda do Rio Acaraú. ³Obra de grande vulto, a urbanização da faixa ribeirinha não só alterou o micro-clima da cidade com a transformação do rio em um espelho d'água, equilibrando a aridez existente com a elevação da taxa hignométrica, como também estabeleceu uma nova relação, mais qualificada, da cidade com o rio, transformando o que antes era o local do despejo dos dejetos da vila colonial no lugar de maior fruição pública da cidade, com a conseqüente valorização imobiliária das áreas lindeiras. A lamentar, o não acompanhamento, por parte do IPHAN, desse ímpeto requalificador, por lhe faltarem os recursos financeiros para que pudesse atuar condignamente na parceria encetada e colaborar nos trabalhos de preservação do conjunto tombado, para além de sua atual condição de órgão de planejamento e assessoria técnica. Mesmo assim, as obras executadas revelam o mesmo problema das de Icó: no geral, não apresentam nível de qualidade satisfatório, constituindo-se no mais das vezes em serviços convencionais sem maior atenção aos requisitos das antigas arquiteturas, sendo seus projetos muitas vezes corrigidos pela equipe técnica da 4ª.SR/IPHAN para que possam se adequar, sem traumas, aos programas propostos e à moldura física pré-existente.

Com a criação pelo IPHAN do Programa URBIS em 2003¹⁴, em modelagem bastante semelhante ao PPSHU, o sítio histórico foi contemplado, oportunidade em que se elaborou, com a constituição de uma Comissão Gestora Local, um Termo de Referência para elaboração de um plano de preservação para o conjunto. Constituído por ações nas áreas de identificação e documentação, proteção e promoção, com ênfase para a equipamentação pública da área tombada, em especial os setores ribeirinhos anteriormente ocupados por instalações fabris de beneficiamento de oleaginosas e os núcleos constituintes do sítio histórico, propostas essas democraticamente discutidas, analisadas e selecionadas pelos atores em presença, a ação do Programa URBIS em Sobral deu-se como preâmbulo do PPSHU, facilitando o desenvolvimento deste pela criação de uma base decisória e atuante composta por representantes de instituições públicas e privadas da cidade e de um conjunto integrado de intervenções a realizar.

A escolha do sítio histórico sobralense para os trabalhos do PPSHU por parte do IPHAN deu-se pelo aprofundamento ou intensificação de processos registrados no setor urbano quando de sua abordagem no Programa URBIS, a saber, a descaracterização de sua arquitetura; a escala de sua economia; a sua condição como pólo regional; a infra-estrutura técnica e administrativa municipal; a vontade política e a saúde financeira da municipalidade; e o desafio urbanístico representado pela complexidade do arranjo físico e da marcha evolutiva do conjunto. Uma nova gestão municipal se inicia, dando continuidade ao projeto político das duas anteriores, ao tempo em que também começam os trabalhos

¹⁴ O Programa URBIS contemplou sítios históricos com graves problemas de conservação e caracterização, bem como dotados de condições administrativas para fazer frente às tarefas da preservação edilícia, os quais foram os mesmos escolhidos para tomar parte no PPSHU.

relativos à inventariação, com base em métodos próprios do IPHAN, da configuração dos espaços urbanos, da arquitetura monumental e das fachadas e volumetrias do sítio histórico, levantamentos esses precedidos pelo dos bens imóveis existentes, todos na área de proteção rigorosa. Esses dados, associados a outras informações recentes já coletadas, que são aquelas requisitadas no escopo do PPSHU, servirão à elaboração do plano de preservação e reabilitação, necessariamente ligado ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Municipal como uma pormenorização deste voltada a uma área especial. Certamente, nesse processo, terão que ser consideradas, por incontornáveis, a possibilidade de se construir índices diferenciados para diferentes setores do sítio histórico, no sentido de uma adequada estratégia de gestão, planejamento e controle urbanos, bem como a rerratificação de suas áreas de preservação, as quais foram desenhadas com base em uma conceituação um tanto desequilibrada entre história e qualidade do espaço urbano, como se tentou mostrar no capítulo referentes às instruções de tombamento. Refeitas e com menor superfície, privilegiando o mais possível a exibição da integridade do processo de formação e evolução da cidade, as áreas tombadas poderão contribuir para um melhor desenvolvimento urbano, desafogando setores hoje impedidos de crescerem, tais como as áreas ribeirinhas lindeiras à de preservação rigorosa e aquelas destituídas de arquitetura de interesse, não onerando assim a cidade com o peso da preservação.

3.5.3. Aracati

Ostentando a condição de mais importante município da região do Baixo Jaguaribe, principalmente por se constituir no segundo destino turístico do

Estado com praias conhecidas internacionalmente, o município de Aracati possui também o sítio histórico cearense mais íntegro e homogêneo, com 275 imóveis em sua área de preservação rigorosa, destacando-se os seus sobrados como tipologia edilícia preponderante. Há que registrar igualmente como de grande interesse turístico o sistema municipal de lagoas e corpos dunares e o leito do Rio Jaguaribe, navegável até à sua foz, no município vizinho de Fortim. Excetuando-se a Praia de Canoa Quebrada, objeto de recente (2003) urbanização, os demais atrativos culturais e naturais do município encontram-se desvalorizados: as demais faixas do litoral aracatiense (Marjolândia, Quixaba, Retirinho etc.), sem qualquer infra-estrutura e com suas falésias ocupadas irregularmente, recebem nos fins de semana uma grande quantidade de visitantes, número em muito multiplicado nos períodos de alta estação; as margens do rio, próximas à sede municipal, vêem-se presas de um processo de ocupação com habitações e instalações de serviço (estaleiros) extremamente precário, com desvalorização ambiental flagrante; e as lagoas, com seus espelhos temporários, servem apenas à pesca de subsistência das comunidades situadas às suas margens.

Quanto ao sítio histórico, distante cerca de 12 km do litoral, o mesmo padece visivelmente de abandono e desvitalização, apresentando como uso dominante e quase geral a habitação e um alto número de imóveis arruinados e/ou fechados¹⁵, bem como a carência de equipamentos públicos. Decididamente, o tombamento federal (2000) não representou ainda para Aracati o alcance de um estágio privilegiado de desenvolvimento sócioeconômico nem significou, para a Prefeitura Municipal, nas duas últimas gestões, uma motivação para a alteração

¹⁵ Segundo levantamento realizado em novembro de 2004 pela equipe técnica da 4ª.SR/IPHAN, nessa condição, no sítio histórico de Aracati, foram registrados 35 sobrados, pouco mais de 15% do total de imóveis tombados.

dos seus procedimentos de gestão, controle e planejamento urbanos. Com efeito, o executivo municipal, no período assinalado, demonstrou considerável fragilidade administrativa, marcada pela falta de pessoal técnico capacitado e pela descontinuidade dos seus métodos, desenvolvidos ao sabor das vogas políticas locais. Numa palavra: a Prefeitura Municipal, nas gestões assinaladas, agiu como se o tombamento fosse responsabilidade única do IPHAN, descumprindo o seu papel constitucional, porém sem criar embaraços ou constrangimentos à ação preservacionista federal como fez sua congênere icoense. Manteve-se praticamente afastada das tarefas da preservação, sem sequer interessar-se, aproveitando a imagem de município turístico com visibilidade internacional, em elaborar projetos culturais para a valorização do seu importante acervo edificado, associando-o ao seu principal apelo e aumentando a sua atratividade. Atualmente, passa-se ao largo da sede municipal de Aracati, por parecer haver mais o que ver e fazer em suas praias ...

A ação do município restringe-se, a muito custo, ao trabalho conjunto com a fiscalização da 4ª.SR/IPHAN nas ações de avaliação de projetos e obras. Registre-se o empenho demonstrado, logo após o tombamento, em divulgar a publicação *Aracati, Patrimônio de Todos: Roteiro para Preservação do Patrimônio Cultural* (Figura 145), objeto de audiências públicas e de reuniões com a comunidade, porém sem maior efeito junto a esta. Seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano foi elaborado por empresa de arquitetura e urbanismo em consonância com as recomendações e exigências da 4ª.SR/IPHAN, todavia sem conformar-se como uma regulamentação urbanística de pormenor, tratando o sítio histórico apenas em suas linhas gerais de caracterização física e construtiva. Para sua realização, contou-se, além da equipe técnica da

4ª.SR/IPHAN, com a participação da comunidade através de suas diversas instituições, num dos casos mais felizes, em termos de resultados substantivos obtidos, registrados pela experiência PROURB no Estado. Às vésperas de sua revisão à luz do Estatuto da Cidade, poderá perfeitamente incorporar como detalhamento seu, assim como os demais planos diretores aqui enfocados, o PPSHU, o qual certamente contribuirá com informações mais acuradas e maior rigor de análise à definição das futuras intervenções físicas no conjunto urbano tombado.



Figura 145 – Capa do Roteiro de Preservação de Aracati
Fotografia Maurício Albano

Desde a homologação do seu tombamento, obras importantes têm sido realizadas no sítio histórico: os trabalhos de restauro e conservação da Casa de Câmara e Cadeia e da Igreja Matriz de N.Sra. da Conceição, este revelando os belos portais em arenito da frontaria do templo, há muito encobertos por camadas de argamassa, o primeiro realizado pela Câmara Municipal e o segundo às expensas de empresa local; as pinturas das fachadas de mais de 40 imóveis, entre sobrados e casas térreas, situadas na Rua Cel. Alexanzito, executadas pela Prefeitura Municipal; e atualmente, com recursos do IPHAN, os trabalhos de

recuperação da Igreja de N.Sra dos Prazeres, cuja parte posterior ruiu com as fortes chuvas registradas no início de 2004, e o restauro do Museu Jaguaribano (antigo sobrado do Barão de Aracati), obra complexa por envolver, além da reconstituição minuciosa de paramentos, murais pintados com paisagens e cobertas em carnaúba e telhas de barro, a garantia de acessibilidade plena aos seus quatro pavimentos, condição fundamental para a fruição, pelos visitantes, do seu importante acervo.

Iniciando o seu trabalho, a nova gestão municipal demonstra, em seus primeiros contatos com a regional do IPHAN, interesse em tratar das questões relativas à preservação do sítio histórico como ação intimamente ligada aos processos de soerguimento e desenvolvimento sócioeconômico do setor urbano enfocado, apresentando um perfil administrativo de matiz gerencial, em muito diferindo das últimas gestões por seu conhecimento dos problemas existentes e pelas alternativas que tem proposto para solucioná-los. Sua principal preocupação é com a revitalização e requalificação da Rua Grande (Cel. Alexanzito) e com a urbanização da margem direita do Rio Jaguaribe, projetos esses, uma vez integrados, entendidos como fundamentais para a criação de novos atrativos, equilibrando assim a oferta turística litorânea, até o momento, de bem maior apelo.

3.5.4. Viçosa do Ceará

Implantada na serra que separa o Ceará do Piauí (Serra Grande ou da Ibiapaba), ocupando desde o período colonial posição estratégica, Viçosa do Ceará exibe o menor sítio histórico em superfície do Estado, com apenas 82 imóveis em sua área de preservação rigorosa e um dos mais homogêneos e

íntegros, com destaque para a sua vetusta Igreja Matriz, o mais antigo templo católico cearense¹⁶. Nos últimos anos, o município vem sendo descoberto pela atividade turística, por motivo de sua privilegiada situação geográfica, a meio caminho do litoral de Camocim e da Serra de Ubajara, bem como próximo a Parnaíba e aos Lençóis Maranhenses, o que caracteriza um interessante e até agora pouco explorado circuito de natureza e cultura, em que se combinam as paisagens praianas, do semi-árido, das serras úmidas e dos rios. Isso é o que tem justificado a realização de grandes eventos no município, os quais mais o tem penalizado que favorecido, por motivo de sua quase que completa insuficiência em termos de equipamentos públicos e infra-estrutura.

O tombamento federal do seu sítio histórico (2003), o qual foi comemorado como fato relevante, no dia de sua decisão pelo Conselho Consultivo do IPHAN, por uma multidão de mais de 5.000 pessoas na Praça da Matriz, contribuiu para uma maior visibilidade da cidade nos panoramas estadual e regional, e pesou decisivamente para que a mesma fosse contemplada pelo Governo do Estado com a elaboração de um plano diretor, mesmo não contando ainda com 20.000 habitantes em sua sede. Cumpre ressaltar que as informações contidas na instrução de tombamento, elaborada pela equipe técnica da 4ª.SR/IPHAN, mormente as recomendações, presidiram a elaboração do plano, o qual foi ainda desenvolvido segundo as diretrizes do Estatuto da Cidade. Embora pequeno e sem maiores recursos, o Município, através de suas duas últimas gestões e da atual eleita e de sua atuante comunidade, assumiu comprometidamente a proteção federal do seu sítio histórico por nela vislumbrar

¹⁶ Levantado em 1699 pelo Padre Ascenso Gago, o imóvel passou por inúmeras alterações, exibindo, entretanto, um magnífico conjunto de painéis em sua capela-mor, o que motivou o seu tombamento pelo IPHAN, no Livro de Tombo das Belas Artes, em 2002.

uma oportunidade especial de desenvolvimento sócioeconômico, pela via do turismo, necessariamente associada à exploração controlada de sua paisagem natural e de sua condição de trecho valorizado de um roteiro turístico recém-desvendado. Para tanto, tem procurado qualificar sua gestão, contratando profissionais habilitados para o trato específico das questões da preservação e atuando em conjunto com a Regional do IPHAN com o objetivo da criação de uma série de projetos culturais e turísticos, a ser apresentados a fontes de financiamento nacionais e estrangeiras, bem como aos investidores locais. Com muita frequência, a 4ª.SR/IPHAN é consultada pela Prefeitura Municipal, seja para a análise de projetos e fiscalização de obras, seja para opinar em estratégias de desenvolvimento que envolvem a preservação do patrimônio cultural, parceria essa também responsável pela elaboração da publicação *Viçosa do Ceará, Patrimônio de Todos: Roteiro para Preservação do Patrimônio Cultural* (Figura, 146),



Figura 146 – Capa do Roteiro de Preservação de Viçosa do Ceará
Fotografia Jacques Antunes

lançada em março do ano em curso. Basicamente ocupado pelo uso habitacional, muito bem mantido por seus moradores e carente de equipamentos públicos, o

diminuto sítio histórico prepara-se para a execução do restauro de sua Igreja Matriz, financiado pelo governo estadual, que volta assim, após muitos anos ausente, a marcar presença em trabalhos de preservação edilícia, para o que contará com a assessoria técnica da 4ª.SR/IPHAN. Preside o trabalho a intenção de transformá-lo em obra-escola, vez que no imóvel serão desenvolvidos trabalhos que vão das prospecções para determinação dos seus diversos estágios construtivos à recuperação das pinturas do forro de sua capela-mor, o que constitui matéria de interesse para a qualificação profissional. Por outro lado, a cidade resente-se de maior e melhor acessibilidade para integrar-se mais adequadamente ao distinguido trajeto turístico subitamente valorizado, o que certamente trará mais visitantes, bem como diversidade e transformações de uso, além do perigo latente da substituição das populações tradicionais e de suas atividades e expressões singulares. Esses dois lados tradicionais da exploração turística, presentes com sua complexidade na maioria das cidades históricas brasileiras, responsáveis tanto pela afluência e sustentação financeira desses lugares quanto pela sua descaracterização e artificialidade, assim como outros aspectos, só poderão ser equacionados satisfatoriamente por uma estratégia que seja capaz de

criar novos padrões de abordagem da preservação de sítios históricos urbanos, apoiados no planejamento e gestão urbanos, permitindo lidar de modo eficaz com o novo papel social, econômico e ambiental atribuído ao patrimônio cultural urbano, e promover a sua apropriação adequada pela sociedade que o detém, bem como garantir o cumprimento de sua função social e sua permanência para as atuais e futuras gerações (BRITO, 2004, p.27).

4. Os Sítios Históricos Cearenses à Luz do PPSHU: Diretrizes para Recuperação, Requalificação e Revitalização

4.1. Considerações Iniciais

Tendo claro que o significado da palavra *diretriz* em língua portuguesa (norma, pauta, critério, linha reguladora) estabelece relações aproximadas com ações referentes ao planejamento urbano e à preservação do patrimônio cultural, principalmente no que essas áreas compartilham em termos de seleção e valorização de bens, priorização de intervenções a realizar e perfil regulatório, pretende-se desenvolver, neste quarto capítulo, uma listagem de propostas de natureza física e/ou programática voltadas à proteção e à reabilitação dos sítios históricos estudados com vistas à resolução de problemas registrados na pesquisa realizada. As recomendações aqui elencadas são decorrentes de diretrizes formuladas para recuperação, requalificação e revitalização dos conjuntos tombados, tomadas com base na análise do escopo do Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano – PPSHU, presente tanto em seu Termo Geral de Referência quanto na Portaria nº 299/04; dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano elaborados para as cidades que os contêm, em especial dos seus projetos estruturantes; das instruções para tombamento federal preparadas pela 4ª.SR/IPHAN, em especial da lista de recomendações que enfeixam; de documentos elaborados por instruções públicas e privadas referentes a estratégias de desenvolvimento local e regional; e de entrevistas com diversos atores nas esferas técnica, política e administrativa dos municípios enfocados.

Inicialmente, faz-se necessário justificar, em complementação à exposição do terceiro capítulo, que os sítios históricos cearenses, abordados quase que totalmente de forma superficial por planos diretores de desenvolvimento urbano realizados de forma burocrática, carecem de regulações detalhadas que conjuguem as diversas formas de desenvolvimento, quais sejam, de instrumentos "de natureza urbanística e de caráter normativo, estratégico e operacional, [destinados] ao desenvolvimento de ações de preservação" (BRITO, 2004, p.07), definição mesma do PPSHU. Este

é um instrumento de gestão compartilhada que deve resultar de acordo entre os principais atores públicos e privados, no qual o processo participativo é imprescindível, [devendo] promover uma ação pública coordenada e provocar a articulação entre o Estado, os agentes privados e a comunidade local em prol da preservação do patrimônio cultural urbano [...] [buscando], antes de tudo, um equilíbrio favorável à sociedade entre o valor econômico e o valor cultural dos sítios tombados [...] [e possibilitando] a implementação de ações de curto e longo prazos, relacionadas à adequação das necessidades da dinâmica urbana à estrutura físico-espacial que se deseja preservar (BRITO, 2004, p.07).

Portanto, tendo em conta a falência dos métodos e procedimentos tradicionais de preservação de áreas urbanas, geralmente voltadas ao controle de intervenções físicas localizadas e sem horizontes mais ampliados, o advento de uma nova e mais completa consideração das possibilidades dos sítios históricos e, ainda, como típicos de serem solucionados pelo PPSHU os problemas apresentados pelos conjuntos urbanos tombados cearenses, entendemos que esses condicionantes legitimam plenamente o emprego do instrumento em foco.

Na mesma linha, informa-se que parte-se da aceitação tácita, como estratégica operativa, dos métodos, objetivos, procedimentos, resultados e produtos preconizados pelo PPSHU, conforme apresentados, propondo-se, quando necessário, alguns ajustes ao desenvolvimento de suas etapas para que

possa se adequar à realidade e à escala dos sítios históricos abordados. Com efeito, as superfícies urbanas escolhidas para intervenção serão as áreas de preservação rigorosa e de entorno dos conjuntos tombados, para as quais se prevê o estabelecimento de programas de atuação específicos, os quais são tidos na conceituação do PPSHU como instrumentos "de política pública para a alocação de investimentos na Área Urbana de Interesse Patrimonial" (BRITO, 2003, p.20), compostos de ações nas áreas de identificação e documentação, proteção e promoção patrimonial, bem como de outras complementares e fortalecedoras da operação geral de preservação urbana, a cargo do órgão federal ou em parceria com as outras instâncias governamentais, a iniciativa privada e a comunidade.

Com a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Regional – PDRs pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Local e Regional – SCLR, em 2003, tornou-se mais fácil vislumbrar o papel desempenhado pelos municípios nas diversas regiões cearenses, bem como os seus problemas, potenciais, perspectivas e desafios a vencer para que sejam atingidas as metas desejadas. Cada cidade aqui enfocada cumpre determinada função na localidade em que insere, atividade essa em muito influenciada pelo fato de possuir um centro histórico: Aracati é pólo turístico e de lazer reconhecido nos âmbitos nacional e internacional, situado no Baixo Jaguaribe e dominando o conjunto de municípios destacados por suas praias no litoral leste, tais como Beberibe, Fortim e Icapuí; Icó é núcleo voltado ao desenvolvimento de atividades artísticas, turísticas e de lazer submetido ao pólo econômico principal da região Centro-Sul, o município de Iguatu; Sobral é centro regional de relevância política, comercial e de serviços, poderio esse que, por sua concentração e relativa desmesura, contribui para o

enfraquecimento da rede de municípios à sua volta, submetendo-os todos ao seu domínio e impedindo o desenvolvimento de processos de autonomia municipal. Esse quadro, mesmo considerando a difícil reversão da polarização exercida pela cidade, implica na adoção de medidas que visem à fragmentação da implantação de equipamentos públicos para que seja atingido um equilíbrio entre as ofertas dos municípios; e Viçosa do Ceará, atual Capital da Cultura do Ceará, cumpre a função de núcleo voltado às funções artísticas, turísticas e de lazer na Chapada da Ibiapaba, integrado em um roteiro de visitação interestadual recém-estabelecido, composto pelos municípios de Camocim e Granja (CE), Parnaíba e Luís Correia (PI) e pela região dos Lençóis Maranhenses. Essas condições estabelecem, de forma comum, determinados objetivos, dentre outros: a qualificação gerencial, técnica e financeira da administração municipal para o trato das variadas questões em presença nos sítios históricos, necessariamente interrelacionados; a criação de instância municipal para atuar na elaboração de projetos, especialmente aqueles ligados à cultura e ao turismo, e na captação de recursos financeiros para a sua execução; a priorização da área do conjunto tombado para investimentos em infra-estrutura e equipamentação pública, no sentido de garantir a qualidade do seu espaço urbano e a sua vitalidade; a ampliação dos meios de acessibilidade viária e aeroviária; a associação das intervenções previstas nas áreas protegidas de interesse cultural a outras estruturantes situadas no território do município ou na região, com a criação de uma rede de atrativos, naturalmente fortalecida, para garantir a sustentabilidade econômica municipal; e, no caso específico, a ampliação e qualificação da oferta de serviços, notadamente aqueles ligados à atividade turística (hotelaria, gastronomia, transportes etc.).

4.2. Ações de Cunho Geral

Diferindo basicamente quanto às intervenções físicas de proteção, os sítios históricos carecem, de forma geral, da implementação das seguintes ações:

4.2.1. Identificação e Documentação

- Diagnóstico do sítio histórico e das áreas urbanas de interesse patrimonial – caracterização dos setores objeto do PPSHU;
- Complementação e sistematização dos inventários de bens imóveis das áreas de preservação rigorosa – finalização dos levantamentos gráficos e fotográficos e organização dos dados obtidos no formato Inventário Nacional de Bens Imóveis/ Sítios Urbanos – INBI/SU, método oficial de inventariação arquitetônica desenvolvido pelo IPHAN¹⁷;
- Complementação e sistematização dos inventários de fachadas – finalização dos levantamentos gráficos e fotográficos das fachadas das quadras situadas nas áreas de preservação rigorosa e organização dos dados obtidos no formato Inventário de Fachadas – INFAC, método oficial de inventariação arquitetônica desenvolvido pelo IPHAN;
- Complementação e sistematização dos inventários de monumentos – finalização dos levantamentos gráficos e fotográficos das edificações monumentais e organização dos dados obtidos no formato Inventário de Bens Arquitetônicos – IBA, método oficial de inventariação arquitetônica desenvolvido pelo IPHAN;

¹⁷ Inventário já realizado no sítio histórico de Sobral.

- Realização dos inventários de estruturação urbano-arquitetônica – elaboração dos levantamentos gráficos e fotográficos das áreas componentes dos setores de preservação rigorosa e de entorno dos sítios históricos, com organização dos dados no formato Inventário de Configuração dos Espaços Urbanos – INCEU, método oficial de inventariação urbanística desenvolvido pelo IPHAN;
- Realização dos inventários de referências culturais – realização dos levantamentos das expressões do patrimônio imaterial (celebrações, formas de expressão, lugares, saberes e fazeres) existentes, com organização dos dados no formato Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, método oficial de inventariação do patrimônio intangível desenvolvido pelo IPHAN;
- Organização de cadastros imobiliários – realização de levantamento e sistematização de informações relativas aos imóveis componentes dos sítios históricos (localização, número, proprietários, moradores, superfície, gabarito, uso, ocupação etc.);
- Criação de um sistema de informações sobre os sítios históricos – sistematização de dados históricos, arquitetônicos, urbanísticos, artísticos, cadastrais etc, com disponibilização dos mesmos aos interessados (proprietários, moradores, visitantes, autoridades, gestores etc.);

4.2.2. Promoção

- Publicação dos inventários – edição dos INBI-SU, INFAC, IBA, INCEU e INRC de cada conjunto tombado;

- Publicação das instruções de tombamento – edição dos estudos realizados para tombamento federal dos sítios históricos, com versão em meio eletrônico;
- Elaboração de peças promocionais – organização e edição de publicação, CD-Rom, vídeo e exposição de referência sobre os sítios históricos;
- Organização do calendário cultural do Município – sistematização dos eventos culturais municipais, com as suas datas de ocorrência;
- Reedição dos roteiros para preservação do patrimônio cultural, elaborados pela 4ª. SR/IPHAN;
- Realização de programas de educação patrimonial junto à comunidade, necessariamente associados aos currículos da educação formal do Município;

4.2.3. Proteção

Quanto a programas de atuação gerais na área da proteção temos os seguintes:

- Elaboração das portarias de uso e ocupação para sítios históricos – definição das normas de uso e ocupação do solo urbano para as áreas de preservação rigorosa e de entorno, necessariamente associadas aos planos diretores de desenvolvimento urbano, devidamente revisados à luz do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10.07.01);
- Implantação de sinalização turística e de trânsito – elaboração e execução de projeto de sinalização turística e de trânsito para as áreas de

proteção rigorosa e de entorno, conforme as normas do Manual de Sinalização elaborado em conjunto pelo DENATRAN, EMBRATUR e IPHAN;

- Implantação de iluminação pública de realce – elaboração e execução de projeto luminotécnico para os logradouros públicos e de realce cênico para os principais edifícios e setores especiais dos sítios históricos;

- Implantação subterrânea das fiações – elaboração e execução de projeto de aterramento das fiações elétricas e telefônicas nas áreas de preservação rigorosa;

- Recuperação dos paramentos externos de imóveis – elaboração e execução de projetos de restauro e conservação dos “panos da rua” (fachadas, cobertas e passeios) das edificações preservadas, descaracterizadas e desconformes existentes nas áreas de preservação rigorosa e de entorno;

- Retirada do tráfego pesado – eliminação da passagem e de estacionamento de veículos pesados (caminhões/ ônibus) nas áreas de preservação rigorosa;

- Criação de garagens para veículos privados – elaboração e execução de projetos arquitetônicos de estacionamentos condominiais para atender à demanda de proprietários de imóveis preservados situados nas áreas de preservação rigorosa, de forma a garantir a integridade das edificações e o conforto dos usuários. Para tanto, deverão ser disponibilizados terrenos localizados o mais próximo possível (ou no interior) das áreas citadas;

- Criação do Fundo Municipal de Preservação Cultural – criação de instrumento tributário/ financeiro municipal destinado à subvenção da realização de ações nas áreas de identificação e documentação, proteção e promoção do patrimônio cultural do Município;

- Criação de legislação de incentivo à preservação cultural – estímulo à preservação do patrimônio cultural, notadamente o edificado, através de mecanismos de redução e isenção de impostos e demais emolumentos municipais, ação que deverá contar com o devido assessoramento técnico-administrativo prestado pelas instâncias federal, estadual e municipal;
- Elaboração do Plano Municipal de Preferência Imobiliária – elaboração de programa de desapropriações por parte do Município, com base na conjugação dos instrumentos Transferência do Direito de Construir e Direito de Preempção do Estatuto da Cidade, para identificação de imóveis de interesse com vistas ao seu uso municipal (equipamentos públicos);
- Elaboração de projetos de arborização e de mobiliário urbano;

4.3. Programas de Atuação Específicos de Proteção

Especificamente, são os seguintes os programas de atuação no que tange à proteção, tomados por sítio histórico:

4.3.1. Aracati

- Projetos de restauro arquitetônico com manutenção de uso:
 - Igreja Matriz de N.Sra. do Rosário (2ª. etapa) – implantação de nova estrutura (metálica) para suporte dos pisos dos salões existentes no volume dos fundos e de sanitários e nova escada (em estrutura metálica) na sacristia;
 - Igreja de N. Sr. do Bonfim;
 - Igreja de N. Sra. do Rosário dos Pretinhos;

- Nicho do Bom Jesus dos Navegantes;
- Projetos de restauro arquitetônico com adaptação a novo uso:
 - Sobrado da família Leite Barbosa – Sede da Prefeitura Municipal de Aracati;
 - Fábrica Santa Therezinha – Centro de compras e serviços;
 - Mercado Municipal – Centro de comercialização de produtos artesanais;
 - Sobrados da família do escritor Adolfo Caminha – Memorial Adolfo Caminha/ Biblioteca Municipal/ Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;
 - Sobrado do Barão de Messejana – Sede da Câmara dos Diretores Lojistas;
 - Círculo Operário São José – Cine Teatro Municipal São José;
 - Casa de Dona Pita – Centro de Referência do Sítio Histórico de Aracati;
- Obras emergenciais:
 - Demolição da construção irregular levantada nos fundos do terreno ocupado pelo sobrado de nº 1067, à Rua Cel. Alexanzito;
 - Obras de estabilização estrutural nos imóveis de nºs 988 e 980 (sobrados de Adolfo Caminha) situados à Rua Cel. Alexanzito;
- Ações jurídico-administrativas:
 - Definir providências junto à Prefeitura Municipal e aos proprietários dos imóveis abandonados e/ou fechados existentes no sítio histórico visando à sua recuperação e uso, com base no Artigo 19 do Decreto nº 25/37 e parágrafos;

• Indicações de imóveis para tombamento estadual – por seu valor eminentemente local, recomenda-se os seguintes, em complementação à proteção federal:

- Cruz das Almas;
- Çacimba do Povo;
- Fazenda dos Franceses;
- Casa do Castelo;
- Igreja da Mata Fresca;

• Projetos complementares:

- Urbanização da margem direita do Rio Jaguaribe – ocupação de trecho da ribeira direita, contígua ao sítio histórico, por um programa paisagístico de turismo e lazer, no trecho correspondente à Rua Cel. Alexanzito;

• Projetos de arquitetura paisagística – recuperação dos seguintes logradouros, no que tange à arborização, mobiliário urbano, paginação e pavimentação de pisos, tendo em vista realçar os espaços do sítio histórico e estimular o seu uso:

- Praça D.Luiz;
- Praça da independência;
- Praça Dr. Leite;
- Largo da Matriz
- Largo dos Prazeres;
- Largo do Rosário dos Pretinhos;
- Cruz das Almas;
- Rua Cel. Alexanzito (Rua Grande);
- Rua Cel. Alexandrino;

- Rua Cel. Pompeu;
- Rua Santos Dumont
- Demais ruas da área de preservação rigorosa, com retirada da camada asfáltica e substituição por pavimentação paralelepípedica;
- Urbanização das praias de Majorlândia, Quixaba e Retirinho e da lagoa do Córrego dos Rodrigues – numa perspectiva sistêmica, os projetos citados, uma vez executados, contribuirão para ampliar a permanência de turistas no Município, favorecendo a visitação do sítio histórico;
- Construção de mercado público para produtos hortifrutigranjeiros;

Dessa lista, reputa-se como prioritárias para o sítio histórico de Aracati as obras emergenciais; as ações jurídico-administrativas; a sistematização dos inventários, notadamente os que se referem aos aspectos arquitetônicos e urbanísticos do sítio histórico; a elaboração da portaria de uso e ocupação do solo; e a urbanização da margem direita do Rio Jaguaribe, esta, especialmente, pelo caráter requalificador e revitalizador que poderá conferir ao conjunto tombado.

4.3.2. Icó

- Projetos de restauro arquitetônico com manutenção de uso:
 - Igreja de N. Sr. do Bonfim;
 - Sobrado Sede da Prefeitura Municipal de Icó;
 - Casa de Cultura Mariinha Graça (incluindo a sede do escritório técnico da 4ª.SR/IPHAN);
 - Sobrado Sede da Secretaria Municipal de Educação;

- Projetos de restauro arquitetônico com adaptação a novo uso:
 - Sobrado Paroquial – Museu Sacro-Histórico de Icó;
 - Sobrado do Cunhal Bombée – Pousada;
 - Mercado Público – Centro de comercialização de produtos artesanais;

- Obras emergenciais:
 - Recuperação dos pavimentos externos dos imóveis situados ao longo da Rua Gal. Piragibe (Rua do Meio);

- Demolição de construções irregulares levantadas nos terrenos ocupados pelos imóveis de nºs 1037, 918 e 815, sitos à Rua Gal. Piragibe;

- Ação de cooperação cultural:
 - Elaboração de programa de animação cultural para o Teatro da Ribeira dos Icó – tombado isoladamente pelo Estado, o teatro foi recentemente (2004) restaurado pelo Programa Monumenta, necessitando agora de uma programação cultural voltada ao entretenimento, à formação de platéia e à qualificação profissional artística na região, a ser desenvolvida pelas instâncias federal, estadual e municipal;

- Indicações de imóveis para tombamento estadual – por seu valor eminentemente local, recomenda-se as seguintes, em complementação à proteção federal, com a futura utilização dos imóveis como equipamentos hoteleiros:

- Antigo Hotel Pavão;
- Solar da família Antero;

- Projetos complementares:

- Recomposição do volume hídrico do Rio Salgado e urbanização de sua margem direita – recuperação do leito fluvial do importante afluente do Rio Jaguaribe e ocupação da ribeira direita por um programa paisagístico de turismo e lazer, no trecho correspondente ao Largo do Theberge;

- Implantação de parque aquático no Açude Lima Campos – com o aproveitamento das estruturas originais do açude, uma vez aprovada a administração de sua área pela Prefeitura Municipal junto ao DNOCS, desenvolver a implantação de programa paisagístico voltado ao turismo e ao lazer, com ênfase para os esportes aquáticos e náuticos, o que ampliará a permanência de turistas no Município, favorecendo a visitação do sítio histórico;

- Projetos de arquitetura paisagística – recuperação dos seguintes logradouros:

- Colina da Igreja do Monte;
- Praça da Rodoviária;
- Largo do Mercado;
- Rua Dr. Inácio Dias;
- Rua Ilídio Sampaio;
- Rua Regente Feijó;
- Rua Benjamin Constant;
- Demais ruas da área de preservação rigorosa, com retirada da pavimentação asfáltica e substituição por pavimentação paralelepípedica;

- Implantação de um programa de fruticultura – com o aproveitamento da infra-estrutura do perímetro irrigado do DNOCS, desenvolver a implantação de programa de fruticultura cooperativado, ampliando-se a oferta de geração de ocupação e renda na cidade;

Dessa lista, aponta-se como prioritárias para o sítio histórico de Icó as obras emergenciais; a ação de cooperação cultural; as obras de restauro da Igreja de N.Sr. do Bonfim e do Mercado Público; a elaboração da portaria de uso e ocupação do solo; e a implantação do parque aquático no Açude Lima Campos, esta, especialmente, pela facilidade e rapidez de execução e pela complementação à oferta turística apresentada pelo Município, recém-contemplado pelo Programa Monumenta.

4.3.3. Sobral

- Projetos de restauro arquitetônico com manutenção de uso:
 - Catedral;
 - Igreja do Menino Deus;
 - Igreja de N. Sra do Rosário;
 - Igreja N. Sra do Patrocínio;
 - Nichos de oração (São Francisco, Capela do Colégio Sant'Anna, Capela do Colégio Santo Antônio e Patronato);
 - Museu Diocesano Dom José;
 - Sede da Câmara Municipal (antiga Casa de Câmara e Cadeia);
- Projetos de restauro arquitetônico com adaptação a novo uso:
 - Centros de integração histórico culturais – adaptações de imóveis destacados do sítio histórico, devidamente desapropriados pela Prefeitura Municipal, a programas de referência e documentação cultural, com previsão de exposições temáticas permanentes sobre os processos sócioeconômicos relacionados à formação e à evolução urbana de Sobral;

- Antigo Mercado da Carne – Ciclo do gado/ Século XVIII;
- Escola Técnica de Comércio – Ciclo do comércio/ Século XIX;
- Fábrica de Tecidos de Sobral – Ciclo do algodão/ Século XIX;
- Fábrica da família Menezes – Ciclo da indústria extrativista/ Século XX;

- Casa do Capitão-Mor – Centro de Referência e Documentação do Sítio Histórico de Sobral e Sede do Escritório Técnico da 4ª.SR/IPHAN;

- Casa de Cultura – Museu do Tijolo e Laboratório de Arqueologia;
- Fábrica Couros do Nordeste – Arquivo Municipal e Centro de Documentação;

• Indicações de imóveis para tombamento estadual – por seu valor eminentemente local, recomenda-se os seguintes, em complementação à proteção federal:

- Estação Ferroviária;
 - Santa Casa de Misericórdia;
 - Fábrica de Tecidos de Sobral;
 - Arco do Triunfo;
- Ação jurídico administrativa:
- Rerratificação das áreas de preservação rigorosa e de entorno do sítio histórico de Sobral – com base nos diversos inventários realizados, deverão ser modificados, de forma restritiva, os limites das duas poligonais de preservação, privilegiando setores urbanos mais íntegros, homogêneos e dotados de maior legibilidade, com definição de parâmetros especiais de uso e ocupação do solo;

- Projetos complementares:

- Elaboração de proposta específica de desenho urbano e de indicadores urbanísticos para as quadras ocupadas por imóveis privados situadas na margem esquerda do Rio Acaraú, na faixa recentemente urbanizada entre as pontes José Euclides Ferreira Gomes e Oto de Alencar – definição de indicadores urbanísticos de uso e ocupação do solo (gabaritos, acabamentos, recuos etc), bem como de novos elementos públicos no trecho assinalado, visando à valorização paisagística da ribeira;

- Implantação de via paisagística na margem direita do Rio Acaraú – tratamento paisagístico da ribeira oposta, hoje ocupada por edificações de baixíssimo padrão construtivo, com definição de pista de rolamento integrada às duas pontes, arborização e áreas verdes públicas, bem como de indicadores de uso e ocupação do solo;

• Projetos de arquitetura paisagística: recuperação dos seguintes logradouros:

- Praça do Teatro São João;
- Praça da Sé e Largo da Câmara Municipal;
- Praça da Coluna da Hora;
- Largo do Rosário;
- Praça do Patrocínio;
- Praça Professor Arruda;
- Bosque Duque de Caxias;
- Ruas da área de preservação rigorosa, com retirada da camada asfáltica e substituição por pavimentação paralelepédica;

• Ações de cooperação cultural:

- Elaboração de programas de animação cultural para o Teatro São João, a Escola de Música, o Museu Diocesano Dom José, a Biblioteca Municipal e a Escola de Comunicação, Ofícios e Artes - ECOA – equipamentos culturais de relevância regional constantes do sítio histórico de Sobral, carecem de uma programação cultural voltada ao entretenimento, à formação de platéia, à qualificação artística profissional e ao fortalecimento dos processos pedagógicos, a serem desenvolvidos pelas instâncias federal, estadual e municipal;

De todas essas ações, aponta-se como prioritárias para o sítio histórico de Sobral a obra de restauro do Museu Diocesano Dom José; a proposta de desenho urbano para as quadras lindeiras à margem esquerda do Rio Acaraú; a implantação de via paisagística na margem direita; os projetos de arquitetura paisagística; e a rerratificação das atuais áreas de preservação rigorosa e de entorno.

4.3.4. Viçosa do Ceará

- Projetos de restauro arquitetônico com manutenção de uso:
 - Igreja Matriz de N.Sra. da Assunção;
 - Teatro Pedro II;
- Projetos de restauro arquitetônico com adaptação a novo uso:
 - Sobrado da Marcela – Museu da Cidade;
 - Armazéns de café atualmente pertencentes à Família Pinho Pessoa (desativados) – finalizada a desapropriação em curso pelo Município, sede da Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará;
- Obras emergenciais:

- Serviços de estabilização estrutural dos muros de alvenaria e implantação de cobertura temporária no imóvel de nº 314, sito à Rua José Joaquim de Carvalho;

- Ação de cooperação cultural:

- Elaboração de programa de animação cultural para o Teatro Pedro II – uma vez restaurado, o teatro necessitará de uma programação cultural voltada ao entretenimento, à formação de platéia e à qualificação profissional artística na região, cuja implementação dar-se-á pela ação das instâncias federal, estadual e municipal;

- Projetos complementares:

- Desmontagem da estrutura metálica do Ginásio Municipal, relocação do equipamento esportivo em local apropriado e criação de praça pública no local anteriormente ocupado;

- Implantação de infra-estrutura de água e esgoto no sítio histórico;

- Projetos de arquitetura paisagística – recuperação dos seguintes logradouros:

- Praça da Matriz;

- Ruas das áreas de preservação rigorosa, com retirada da camada asfáltica e substituição por pavimentação paralelepédica, com aproveitamento do balanço existente;

- Construção de arena (anfiteatro) para grandes espetáculos ao ar livre, aproveitando-se setores escarpados da sede municipal, o mais próximo possível da Praça da Matriz;

Desse rol de propostas, indica-se como prioritárias para o sítio histórico de Viçosa do Ceará a obra emergencial; as obras de restauro da Igreja Matriz, do

Teatro D. Pedro II e do Sobrado da Marcela; a elaboração da portaria de uso e ocupação do solo; a desmontagem e relocação do Ginásio Municipal com a transformação da área ocupada por este em praça pública; a implantação da infra-estrutura de água e esgoto; a implantação do projeto paisagístico para a Praça da Matriz; e a construção do anfiteatro para grandes espetáculos, esta, de grande relevância, por dar suporte às atividades artístico-culturais e a festivais que vêm freqüentemente se realizando na cidade. Vale ressaltar que, pela escala do sítio histórico, várias etapas previstas podem ser abreviadas, concentrando-se as atenções nos trabalhos de diagnóstico e inventariação.

CONCLUSÃO

*"Eis a minha carta ao mundo
que a mim nunca escreveu
singelas notícias que a natureza deu
com majestade e doçura*

*Sua mensagem se destina
a mãos que nunca verá
por amor a ela – doces conterrâneos
julgai-me com ternura."*

(DICKINSON, Emily. In Carta ao Mundo. Tradução Isa Mara Lando)

Como se procurou demonstrar ao longo deste trabalho, os processos de tombamento de sítios históricos no Brasil geralmente se deram promovidos por grupos de intelectuais distanciados dos estamentos sociais leigos, esses muitas vezes conformando a comunidade moradora dos conjuntos urbanos antigos atingidos pelas determinações legais de proteção. Os grupos responsáveis pela efetivação dessas medidas têm hoje sua ação envolvida no centro de complexa polêmica: pode a postura desses segmentos cultos ser considerada autoritária quanto à definição do que deve ser valorizado como patrimônio cultural de uma nação, no âmbito do acervo edificado, ou deve ser vista preferencialmente como atitude heróica e definidora de uma práxis preservacionista, mesmo com alguns desculpáveis deslizes, próprios dos pioneiros? Todo esse debate se dá em meio a um cenário nacional preocupante, em que as mudanças de uso e ocupação do solo, os problemas sociais e econômicos e a degradação ambiental são agentes que interferem em menor ou maior escala nos sítios históricos, exigindo novos modelos de preservação e gestão capazes de garantir sua integridade com desenvolvimento urbano e sócioeconômico e uma melhor qualidade de vida para seus habitantes e usuários.

Com efeito, considerando-se a especificidade do objeto, a problemática urbana brasileira atual não é a mesma do final da década de 30 do século passado, quando se criou a legislação federal de preservação dos bens culturais no país. Por outro lado, como se viu, a conservação dos núcleos urbanos depende da coordenação das ações dos governos federal, estaduais e municipais, cada um deles com competências, experiências, quadros técnicos e recursos financeiros específicos, no mais das vezes sem qualquer integração entre si. Do ponto de vista teórico, as recomendações internacionais (cartas patrimoniais, documentos técnicos, entendimentos etc.), com foco na experiência européia do pós-guerra, indicam o ordenamento e o planejamento urbano e a conservação integrada, bem como as prerrogativas dos municípios, como os instrumentos naturais para proteção, requalificação e revitalização dessas áreas. Deve ser considerado ainda que a Constituição Federal de 1988 criou possibilidades de cooperação entre as esferas de poder no campo da preservação do patrimônio natural e cultural e que legislações recentes, tais como o Estatuto da Cidade, oferecem novos instrumentos de gestão, controle e desenvolvimento urbano. Exemplo significativo dessa mudança de atitude quanto ao enfrentamento dos processos de gestão de sítios históricos no Brasil é a proposta apresentada à presidência do IPHAN, em setembro de 2003, por membros do Conselho Consultivo, referente à criação de uma legislação específica sobre o patrimônio ambiental urbano, complementar ao Decreto nº 25/37, diploma legal este que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, no sentido de sua atualização e para lhe conferir maior eficácia.

Os processos de tombamento federal dos sítios históricos cearenses tiveram início tardiamente em 1997, com a cidade de Icó. Posteriormente, Sobral

(1999), Aracati (2000) e Viçosa do Ceará (2003) vieram se somar à primeira iniciativa, caracterizando-se como núcleos urbanos decorrentes de antigas vilas reais coloniais, os quais, se são extremamente relevantes para o conhecimento das "penosas lidas civilizatórias do sertão", para usar uma correta expressão do Prof. Arq. José Liberal de Castro, constituem-se, da mesma forma, em áreas urbanas mais ou menos descaracterizadas e faltas da integridade de sua arquitetura tradicional, essa substituída ao longo do tempo por realizações empobrecidas e/ou de gosto duvidoso, típicas das cidades históricas que foram contempladas com atraso pela proteção federal. Portanto, pela complexidade de seus processos de constituição histórica e econômica, de suas formações e evoluções urbanas e das próprias operações relacionadas aos seus tombamentos federais, os quatro sítios históricos cearenses foram escolhidos como objetos de estudo por espelharem localmente e de forma eloqüente toda essa complexa rede de relações que define o patrimônio cultural edificado, hoje considerado uma função urbana tão relevante quanto a habitação, o trabalho, o lazer e a circulação.

Como todas as cidades, Icó, Aracati e Viçosa do Ceará guardam semelhanças e diferenças entre si, tendo sido erigidas quase ao mesmo tempo. A primeira ocupou o posto de uma das maiores feiras de gado coloniais do Nordeste, situando-se hoje na órbita econômica de Iguatu e da região cariense; a segunda foi a principal aglomeração urbana do setecentos por contar com o mais importante porto da capitania, atualmente enfrentando paradoxalmente a hipervalorização do seu litoral e o esvaziamento da sede; a terceira, por seu turno, relevante e estratégica vila de índios erigida pela catequese jesuítica a partir do final do século XVII, vê-se associada a uma movimentação turística regional recém-inaugurada. Se os sítios históricos de Icó e Aracati apresentam

padrões tipológicos comuns, típicos da urbanística pombalina (rua Grande, rua de Serviço, rua do Comércio, largo da Matriz, largo do Mercado, rossio), a conformação da pequena cidade em torno da praça quadrada à frente da velha Matriz, traço inconfundível missioneiro, realça a forma urbana de Viçosa do Ceará, arranjos esses reveladores da gênese histórica dessas cidades.

A proteção federal dos conjuntos de interesse de preservação dessas cidades foi totalmente conduzida pelos técnicos da 4ª SR/IPHAN, a qual deu início aos processos por conta própria, baseada em valores históricos e artísticos em boa medida associados ao conceito de *cidade-monumento*, quais sejam, excepcionalidade, integridade e homogeneidade, não contando com a efetiva participação da comunidade na elaboração dos estudos para tombamento. Como desdobramento, foram recortadas áreas bastante restritas das manchas urbanas, seleção essa empreendida com rigor e parcimônia, evitando-se a inclusão de setores degradados. Alvos de planos diretores de desenvolvimento urbano superficiais, excetuando-se Viçosa do Ceará, aguardam ser ainda abordados pelas respectivas administrações municipais com modelos e instrumentos técnico-administrativos que estejam à altura da relevância dos predicados que lhes garantiram o título de monumento nacional.

Sobral é a principal cidade da Zona Norte do Estado, o que a faz diferente no contexto das cidades históricas brasileiras, geralmente privadas de vitalidade. Por sua vez, o tombamento federal do seu sítio histórico, solicitado por concorrido abaixo-assinado e na esteira de outras realizações de impacto, tem sido tratado pela administração municipal como uma bandeira programática, gerencial e simbólica da mais alta importância. Com grande extensão de área e contendo mais de 1.200 imóveis em seu setor de preservação rigorosa, o

conjunto antigo sobralense, inscrito nos Livros de Tombo Histórico e Paisagístico do IPHAN, a par de sua complexa tessitura urbanística, impressiona pelas suas edificações monumentais, pelos seus generosos espaços públicos e pelo intenso processo de descaracterização de sua arquitetura, somente agora valorizada como objeto a ser preservado através de legislação edilícia específica, com várias intervenções físicas de vulto já realizadas. Base para essa ação, a instrução de tombamento do sítio histórico de Sobral, elaborada pela equipe técnica da 4ªSR/IPHAN, teve como fundamentos teóricos para a sua confecção pressupostos topoceptivos de análise espacial e justificativas teóricas próprias da chamada *Nova Historiografia*. Entendendo o núcleo antigo como um fragmento que contém todas as camadas de construção da cidade, a conceituação que presidiu a elaboração do estudo tratou-o como *documento*, prova do processo de sua própria construção, formulação essa que se tornou comum no IPHAN a partir da década de 80 para a abordagem e preservação dos sítios históricos brasileiros, de que é exemplo o processo que resultou no tombamento federal das cidades catarinenses de Laguna e São Francisco do Sul. Assim, por tratar generosa e inclusivamente as diversas camadas históricas de construção da cidade como patrimônio edificado, acabou produzindo uma área de preservação rigorosa imensa dotada de uma quantidade de imóveis que só encontra paralelo nas homônimas de Salvador-BA e São Luís-MA, dos quais 75% estão descaracterizados ou são desconformes. Esse setor, associado à sua área de entorno, constitui boa parte da área da sede municipal, o que tem gerado, para todas as instâncias públicas envolvidas com a sua preservação, sérios problemas para a gestão do conjunto tombado. No momento em que se inicia a revisão do seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, o qual não levou em conta o sítio

histórico protegido como área especial, e se discute o tratamento diferenciado em termos de uso e ocupação do solo do seu território através da realização de um plano pormenorizado de preservação e reabilitação urbana, o sítio histórico de Sobral conforma, portanto, rico substrato e, assim como os demais enfocados, serve perfeitamente a uma análise relacionada tanto à base conceitual de sua abordagem pelos técnicos do patrimônio quanto aos produtos resultantes dessa determinação.

Portanto, num esforço de precisão e síntese, foi considerado como o objeto da dissertação o estudo das relações estabelecidas entre o patrimônio edificado, a legislação urbana e o processo de produção, consumo e gestão do espaço urbano mediante a análise do uso efetuado dos fundamentos teóricos, da legislação e do ideário preservacionista nacional e internacional presentes nos processos de proteção federal dos sítios históricos cearenses, à luz do emprego de um novo instrumento urbanístico, o Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano, criado pelo IPHAN em 2004. Seu objetivo foi conhecer, descrever e avaliar a mediação realizada entre a memória construída e a produção, o consumo e a gestão do espaço pela legislação urbana, estabelecida pelo estatuto da preservação, bem como apresentar diretrizes para a requalificação e revitalização dos sítios históricos cearenses tombados no âmbito federal. O aparato legal aqui referido diz respeito ao Decreto nº 25/37, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional com suas respectivas portarias, e as atuais legislações municipais de uso e ocupação do solo (Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano e os novos instrumentos legais estabelecidos pelo Estatuto da Cidade e pelo IPHAN). Esse quadro, existente em quase todos os sítios históricos tombados pelo IPHAN no país e em vias de ser

transformado pelo advento de recentes dispositivos, oferece condições para que as conclusões deste trabalho possam ser aplicáveis a outras realidades brasileiras. Por outro lado, justificada pelos resultados das experiências, a análise das transformações havidas e por realizar nos sítios históricos cearenses, a partir da decretação dos seus tombamentos, com destaque para a aplicação dos planos de preservação e reabilitação urbana, certamente lançará luz sobre o estado atual e a pertinência dos propósitos do Decreto nº 25/37, elaborado quando o Brasil ainda não era de fato um país urbano como é hoje, numa conjuntura em que a preservação edilícia só faz sentido quando associada a operações compartilhadas de requalificação e revitalização urbana. Assim, conhecer e avaliar esse processo contribuiu para que se produzisse respostas adequadas às seguintes perguntas, dentre outras necessariamente relacionadas ao objeto e ao objetivo anteriormente mencionados: como se caracterizavam, em termos de estruturas ambientais, os modelos arquitetônicos e urbanísticos das primeiras vilas coloniais cearenses? Como foram justificados os seus tombamentos federais? Metodologicamente, em que diferem as instruções de tombamento elaboradas para os sítios históricos cearenses? Quais os papéis das lideranças políticas e populares, bem como da comunidade técnica, nos processos de tombamento dos sítios históricos? Qual o entendimento, por parte das prefeituras municipais, da comunidade de técnicos e da população, sobre termos tais como *memória*, *patrimônio histórico e artístico*, *tombamento*, *preservação*, *desenvolvimento*, *sítio histórico* e outros do jargão preservacionista, antes e depois da decretação da proteção federal? Como as comunidades dos sítios históricos, os técnicos e as autoridades responsáveis pela sua proteção vêm hoje o tombamento dos conjuntos e como avaliam suas participações no processo? Como se deu a incorporação dos fundamentos

teóricos, da legislação específica e do ideário preservacionista nacional e internacional às instruções de tombamento e qual o seu rebatimento na proteção dos sítios históricos? Em que medida a proteção dos sítios históricos cearenses se integra à discussão nacional e mundial a respeito da conservação integrada e da preservação *sustentável* do patrimônio cultural edificado? Quais novos padrões de uso e ocupação do solo foram definidos para as intervenções físicas nos conjuntos tombados? Surgiram novas oportunidades imobiliárias após os tombamentos? Quais e como se desenvolveram os instrumentos institucionais criados para viabilizar a participação da comunidade na gestão desses especiais setores urbanos? Em que medida poderá o Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano responder às novas solicitações decorrentes dos tombamentos? Neste passo, alimentada tanto pelas monografias quanto pelos trabalhos programados, espera-se que a presente dissertação possa contribuir para a discussão sobre as relações estabelecidas entre memória, legislação urbana, produção e consumo do espaço urbano, no âmbito dos embates existentes entre os agentes sociais leigos e eruditos em sua interação nos processos de gestão dos sítios históricos brasileiros com vistas à produção de um novo estatuto para a preservação edilícia no país.

Metodologicamente, foi de fundamental importância para o desenvolvimento da dissertação a realização das ações adiante descritas:

- reunir e avaliar documentos referentes aos sítios históricos cearenses, tais como, dentre outros, as instruções para tombamento federal elaboradas pela 4ªSR/IPHAN, os pareceres favoráveis ao tombamento dos sítios históricos votados pelo Conselho Consultivo do IPHAN, os Planos Diretores Municipais de Desenvolvimento Urbano, o Termo de Referência para o Plano de

Preservação e Reabilitação Urbana (Programa URBIS/IPHAN), a Portaria nº 299/04, os pareceres relativos a projetos arquitetônicos e urbanísticos aprovados (ou não) pela equipe técnica da 4ªSR/IPHAN e matérias jornalísticas referentes ao assunto, para que fossem encontradas respostas relacionadas aos interesses das comunidades quanto aos tombamentos dos sítios históricos, à visão dos técnicos envolvidos na problemática da preservação edilícia, à definição do que foi considerado relevante pelo Conselho Consultivo do IPHAN quando da decretação dos tombamentos, aos novos padrões de uso e ocupação do solo desenvolvidos, dentre outros assuntos;

- realizar e analisar entrevistas com os agentes técnicos, políticos e administrativos dos processos de tombamento e gestão dos sítios históricos, bem como com moradores do conjunto antigo, para que fosse levantada e avaliada a dimensão dos seus respectivos papéis como agentes e pacientes no processo de preservação;

- organizar e estudar bibliografia específica relacionada à produção do espaço, à preservação do patrimônio histórico e artístico (com ênfase no cabedal teórico, na legislação específica, nas cartas patrimoniais nacionais e internacionais e no relato de experiências-marco), às cidades enfocadas e ao tombamento dos seus sítios históricos, para que fosse construído o necessário referencial teórico para embasamento da elaboração da dissertação;

Faz-se necessário, então, afirmar que as conclusões aqui apresentadas originaram-se, como novas reflexões produzidas após todo um processo de pesquisa e projeto, da relação entre a prática cotidiana com as questões da preservação de sítios históricos, num patamar ao mesmo tempo crítico e administrativo onde se tem que ter respostas imediatas a problemas de

toda ordem, e a reflexão teórica sobre esse mesmo objeto; ou seja, nasceram do amálgama empirismo/ conceituação, ações geralmente desconectadas e desenvolvidas por sujeitos muitas vezes opostos, ocupados com o atuar na cidade e o pensar sobre esse mesmo lugar.

São estas, portanto, as conclusões a que chegamos:

- **A ampliação das fronteiras na consideração do patrimônio cultural no Brasil, se contemplou positivamente outros valores para além do histórico e do artístico e abordou novos problemas da preservação, no campo edilício, nos últimos tempos, pareceu ter se dado acompanhada do desequilíbrio entre os critérios utilizados para a seleção dos bens a proteger e da dificuldade nos processos de gestão dos sítios históricos.**

No Brasil, a proteção de áreas urbanas deu-se no mais das vezes fundamentada nos valores históricos e artísticos, esses, no início da ação preservacionista do IPHAN, tomados apenas no campo estrito do acervo material do período colonial. Característica desse recorte era a valorização da excepcionalidade, integridade e homogeneidade das realizações arquitetônicas e urbanísticas consagradas pela historiografia oficial como de alta relevância para a construção de nossa identificação cultural. Exemplos dessa conceituação são as chamadas *cidades-monumentos*, tidas como obras de arte acabadas e de exceção em pedra e cal e, portanto, merecedoras de tombamento pelos pioneiros modernistas do patrimônio no país, de que Ouro Preto e Diamantina, em Minas Gerais, são amostras modelares. Por outro lado, essa mesma conceituação intelectual, que deixa ler nas suas entrelinhas uma visão bastante particular do processo civilizatório brasileiro, serviu também para justificar por bom tempo a recusa à admissão de determinadas manifestações artísticas ditas *espúrias* no

panteão do patrimônio nacional pelo fato de terem sido importadas, fruto das relações políticas e econômicas de dependência mantidas pelo país com as nações hegemônicas do capitalismo comercial e industrial do século XIX, o que deu como resultado, dentre outros, a desvalorização e destruição arraigadas da arquitetura eclética e a desconsideração de sítios históricos de cidades cujos processos de formação e evolução se deram com mais ênfase após o término do século XVIII, de que Fortaleza constitui excelente exemplo.

Nos anos 50 do século passado, com a evolução dos estudos históricos e as discussões realizadas no âmbito dos organismos nacionais e internacionais, o patrimônio começa a ser considerado para além de sua matriz histórica e artística, incorporando outros valores e critérios seletivos tais como a etnologia, a antropologia, a arqueologia, dentre outros, fazendo ter sentido a expressão *patrimônio cultural*. Fruto do rebatimento dessas novas posturas na seleção de áreas urbanas para a proteção é a consideração progressiva da chamada *cidade histórica*, mais que relevante obra de arte, como importante evidência material dos processos socioeconômicos que lhe deram forma. O valor paisagístico, próprio de uma cidade em transformação, é bastante emblemático desse momento da criação do conceito de *cidade-documento*.

Entretanto, essa mudança no trato com as questões patrimoniais só se consolidou no IPHAN na década de 80, influenciando decisivamente na fundamentação do tombamento de bens imóveis, notadamente das áreas urbanas. A essa altura,

estas são agora definidas como objetos culturais vinculados não somente à arte e à arquitetura mas sobretudo à história, à etnografia, à arqueologia e a outras disciplinas. O valor histórico, tomado num sentido amplo de registro dos processos econômicos e sociais, passa a comandar a seleção do que será designado patrimônio. Os tombamentos [passam a ser] justificados com base

no papel desempenhado pelo núcleo urbano na consolidação ou formação do território brasileiro, como pólo desencadeador da formação de redes de cidades ou, ainda, como documento de processos sociais e econômicos de relevância nacional (SANT'ANNA, 1996).

Somados a essas considerações, os aportes da Nova Historiografia serviram à ampliação e redefinição dos critérios para seleção do acervo edilício a ser preservado, valorizando a dimensão cotidiana dos processos de desenvolvimento urbano.

Porém, a falta de instrumentos legais e administrativos adequados ao enfrentamento dos problemas causados pelas modificações no quadro urbano brasileiro, as quais também atingiram os sítios históricos; a cogitação de inúmeros aspectos culturais como conformadores das justificativas de tombamento, tomados muitas vezes sem métodos precisos de análise; a decisão pela proteção com base em escopos desequilibrados, com prevalência de alguns valores sobre outros, e/ou marcados pela ilegibilidade de expressões culturais nem tanto portadoras de relevância nacional, não raro registradas no passado mas materialmente inexistentes no momento da elaboração das instruções de tombamento; e o surgimento de problemas de legitimação social do ato de tombamento federal causados por sua banalização, decorrente de conceituações generosas do ato legal de proteção, e da omissão das instâncias estaduais e municipais quanto às suas responsabilidades preservacionistas constitucionais, são fatos que reclamam a definição de novos procedimentos para o trato com as questões relativas ao patrimônio edificado no Brasil. No caso específico da arquitetura e do urbanismo, a qualidade e o grau de manutenção do espaço dos sítios históricos, nessa nova forma de avaliação, parecem não contar muito, vez que essa,

apoiada no novo conceito de cidade-documento, [preconiza] o estudo das etapas de formação e desenvolvimento da cidade e a identificação das marcas dos processos históricos deixados no espaço. Isto [tem implicado], entre outras coisas, na possibilidade de tombamento de áreas urbanas vistas como sem valor artístico ou dotadas de conjuntos arquitetônicos heterogêneos e já alterados, algo impensável até então (SANT'ANNA, 1996).

No âmbito do patrimônio edificado, esse, na verdade, é o centro dos debates, verificados tanto na academia quanto nos conselhos municipais, estaduais e federal de preservação, nos órgãos técnicos afeitos à questão ou nas instituições de arquitetos, principalmente agora quando se inicia, no país, a associação da proteção dos conjuntos urbanos a uma abordagem urbanística do patrimônio edificado, ambas amparadas por novos instrumentos legais, tributários e urbanísticos (como por exemplo, o Estatuto da Cidade e o Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano) e por programas de fomento às ações de restauro, conservação e adaptação edilícia de áreas urbanas (dentre outros, o Programa Monumenta, do Banco Interamericano de Desenvolvimento).

• **A seleção de áreas urbanas para preservação tem que se dar a partir de uma base técnica consolidada, consubstanciada em novas metodologias de análise e avaliação dos sítios históricos, no equilíbrio na consideração objetiva dos valores existentes, esses resultantes do alargamento de perspectivas culturais anteriormente assinalado e na parcimônia da concessão dos atos de tombamento, com base ainda em novos procedimentos de controle e gestão das áreas urbanas protegidas, necessariamente compartilhados entre as esferas de poder.**

Citamos o seguinte depoimento, por bastante esclarecedor:

Arquitetura não é goiabada; sou contra adotar o sistema de tombamento no varejo [...] Estão querendo tomar coisas demais. O instituto de tombamento está fundamentado legalmente na excepcionalidade; é preciso usar relativa prudência. Hoje temos

os órgãos municipais, os órgãos estaduais, e isso é muito positivo porque ajuda a população a ter consciência da questão do patrimônio [...] Acho que se deve ter visão de conjunto, uma seleção geral, para depois entrar em casos raros. Senão, isso não tem fim, cada indivíduo vai propor o tombamento de uma coisa, como nos velhos armazéns de secos e molhados: os fregueses entravam e pediam de sal a goiabada, e o armazém precisava ter tudo (REIS FILHO, 2004, p.10).

Com efeito, se antes, no âmbito do IPHAN, existiam embates decorrentes das diferentes posições conceituais demonstradas pelo *grupo da pedra e cal* e por aqueles que defendiam uma visão mais abrangente do patrimônio cultural, hoje a disputa, se é que podemos chamá-la assim, dá-se entre os que pugnam pelo emprego de maior rigor e parcimônia na seleção de áreas urbanas para tombamento e os que entendem, dentre outras polêmicas afirmações, que a excepcionalidade artística não é garantia, por si só, do interesse quanto à preservação do bem cultural, assim como que "o patrimônio a ser preservado [...] não se compõe apenas das expressões materiais dos processos históricos e culturais aí ocorridos mas também das manifestações culturais produzidas por esses processos" (SANT'ANNA, 1996). No que tange aos sítios históricos, seus tombamentos federais se deram tradicionalmente "com base no notório saber e no comportamento ético" (SANT'ANNA, 1996) dos dirigentes do IPHAN, procedimento esse alterado em meados da década de 80, por meio da Portaria nº 13 (11/09/86), a qual

tornou obrigatória a instauração de um processo de tombamento, estabeleceu os procedimentos para [...] avaliação técnica e julgamento e consolidou as normas para divulgação do ato. Nos processos devem, a partir de então, estar registrados todos os estudos realizados para determinação do valor patrimonial do bem e, no que diz respeito a sítios urbanos, a delimitação da área a ser tombada e da área a ser considerada como seu entorno (SANT'ANNA, 1996),

o que concorreu para um maior rigor metodológico nas operações de seleção de áreas para tombamento. Esses estudos, verdadeiros dossiês sobre setores

urbanos passíveis de proteção, conformam as instruções para tombamento federal, documentos da maior importância para o conhecimento das motivações que presidiram as propostas preservacionistas, as quais "devem poder conduzir não somente a uma seleção dos objetos e aspectos a serem protegidos mas também produzir um conhecimento específico da área que possibilite encaminhar as ações necessárias à sua preservação" (SANT'ANNA, 1996), vez que, para que não resulte em uma medida sem maior alcance, "é preciso que [o tombamento] seja capaz de alterar a prática de planejamento e intervir na dinâmica urbana, revertendo processos de perda e descaracterização" (SANT'ANNA, 1996). Todas essas intenções são bastante louváveis, porém, quando a proteção de uma área urbana se dá a partir de um desequilíbrio na consideração dos valores em presença, resultando em uma grande área composta por edificações majoritariamente descaracterizadas, ilegível como sítio histórico tombado em nível federal até para os profissionais que atuam no *métier*, e sem contrapartida municipal quanto à específica legislação de uso e ocupação do solo urbano, como é o caso de Sobral, cria-se um problema de consideráveis dimensões e complexidade. Especificamente, como se viu nas recomendações para requalificar o sítio histórico em comento, constantes do seu estudo para tombamento federal, as propostas apresentadas poderiam conformar perfeitamente um plano de pormenor relativo à legislação municipal de uso e ocupação do solo, não carecendo submeter, pelo menos a maior parte dos imóveis existentes, aos rigorosos ditames do aparato legal federal de preservação pela via do tombamento, situação que, nos últimos tempos e no âmbito nacional, tem contribuído para a banalização e desvalorização desse instrumento.

- O aparato legal e administrativo federal relacionado à preservação e à gestão de sítios históricos mostra-se obsoleto e/ou insuficiente face à complexidade dos problemas criados pela dinâmica urbana das cidades brasileiras, carecendo de urgente reformulação ou complementação e de novos instrumentos, com ênfase especial para a figura do Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano e a participação popular.

O IPHAN foi criado em 1937, no primeiro governo Vargas, num momento em que o Brasil nem urbano era de fato. A legislação que lhe dá fundamento, o Decreto nº 25/37, centra a sua ação no tombamento dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, tratando, entretanto, as coisas tombadas de forma indistinta, sem diferenciação entre edificação e sítio histórico. Posteriormente, foram criadas normas para a uniformização dos procedimentos a serem adotados no sentido da aprovação de projetos para a execução de obras em bens tombados (Portaria nº 10, de 10/09/86) e para a instauração de processos de tombamento (Portaria nº 13, de 11/09/86); porém, com a manutenção do texto do Decreto nº 25/37, o qual, diga-se de passagem, foi confirmado por todas as constituições federais havidas desde a sua publicação até então, mantém-se igualmente a indistinta consideração anterior. A Constituição Federal de 1988 discorre sobre a competência comum e concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios quanto à proteção do patrimônio cultural e à constituição deste, respectivamente em seus artigos 23 e 216, mas coloca sob a expressão *patrimônio cultural brasileiro* todo o acervo de bens culturais dignos dessa menção, não fazendo qualquer distinção especial quanto aos conjuntos urbanos de interesse de preservação.

Recentemente, o Estatuto da Cidade, modelo através do qual são elaboradas as revisões dos planos diretores de desenvolvimento urbano dos municípios brasileiros, trouxe à baila alguns novos instrumentos que podem ser úteis às tarefas da preservação edilícia, tais como a transferência do direito de construir e o direito de preempção, todavia sem especificações relativas aos problemas das cidades históricas, os quais, se não houver mudanças, serão abordados à luz de uma estranha conjunção de legislações fragmentadas e às vezes até incongruentes, pelo fato de terem sido elaboradas em momentos diferentes, espelhando realidades diversas.

Hoje, no âmbito do órgão federal responsável pela proteção do patrimônio cultural, debate-se sobre o propósito de uma nova legislação patrimonial que parta evolutivamente do Decreto nº 25/37 e faça, no que concerne ao edificado, as separações necessárias entre bem imóvel e sítio histórico, com os tratamentos, abordagens e recomendações adequadas para cada caso. Registra-se também discordâncias com relação a este ponto de vista, fundamentadas principalmente na visão de que o Decreto nº 25/37 é, ele mesmo, uma peça de valor patrimonial e, como tal, não sujeita a intervenções descaracterizadoras...

O fato é que, face à dinâmica econômica e às decorrentes transformações constantes produzidas no interior dos espaços urbanos, em nosso país, os planos diretores, com prejuízo de suas funções originais, quais sejam, orientar, nortear e direcionar o desenvolvimento urbano, acabaram por se caracterizar em um mero conjunto de planos setoriais contendo diretrizes genéricas de intervenção, de que apenas as leis de parcelamento, uso e ocupação do solo conseguiram se impor como fator de controle à expansão

urbana, mormente por se constituírem preferencialmente em instrumentos reguladores do mercado imobiliário.

No caso dos sítios históricos brasileiros, em especial aqueles não alcançados pela estagnação econômica, assiste-se à freqüente dissociação entre as legislações municipais de uso e ocupação do solo e suas congêneres preservacionistas, estas principalmente quando emanadas das instâncias estaduais ou da federal, mesmo sabendo-se que não se conhece solução para o problema da proteção que não passe pela ação conjunta entre as várias esferas do poder público, auxiliadas ainda pelo planejamento urbano e pela ação educacional compartilhados. Por seu turno, as legislações de proteção do patrimônio edificado apresentam poucos instrumentos legais e/ou tributários a serem empregados no enfrentamento das questões contemporâneas que envolvem a preservação e o desenvolvimento urbano e sócioeconômico, vez que

o conjunto urbano é um tipo diferente e particular de objeto patrimonial que exige procedimentos próprios de [...] preservação. A simples proibição de alterações e o cumprimento de normas de intervenção não é suficiente, pois a área urbana – patrimônio é, antes de mais nada, um fato socioeconômico que possui uma dinâmica própria e depende de muitos outros fatores para manter-se preservada (SANT'ANNA, 1996).

Neste passo, faz sentido discutir proposições novas voltadas à preservação de sítios históricos brasileiros, no âmbito de uma abordagem urbanística do patrimônio edificado, a saber, a participação popular nos processos preservacionistas e a realização de planos de preservação e reabilitação urbana. Assim como em relação à habitação, saúde, educação e aos equipamentos urbanos, as comunidades mais e mais se organizam no sentido de influírem nas decisões relativas à proteção cultural dos espaços que habitam, principalmente por essa estar agora fortemente associada à ação de órgãos de fomento

financeiro nacionais e internacionais, o que diz de sua importância quanto à sustentabilidade desses especiais lugares. Evitando o autoritarismo que tradicionalmente tem marcado as ações de proteção edilícia no Brasil e estabelecendo uma nova relação com a memória, a produção, o consumo e a gestão do espaço urbano, a participação popular poderá aclarar o desenvolvimento ainda obscuro de processos que lhe dizem respeito tais como os aqui expostos, contribuindo ainda, com a sua visão peculiar, para o alargamento dos critérios e valores preservacionistas e a manutenção dos acervos construídos, vez que, como afirmou Aloísio Magalhães, "a comunidade é a melhor guardiã do patrimônio cultural".

Quanto ao Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano, no âmbito do IPHAN, constitui-se como instrumento de gestão compartilhada do patrimônio edificado, estabelecendo os conceitos básicos, os princípios de atuação e os procedimentos necessários à sua formulação e execução. Foi concebido para nortear o desenvolvimento das ações necessárias à preservação dos sítios históricos, considerando os aspectos normativos, estratégicos e operacionais para a sua consecução. A crítica formulada ao modelo oficial empregado se justifica apenas como forma de ampliar e otimizar a sua eficácia.

As áreas urbanas protegidas e tuteladas pelo IPHAN, com frequência, estão sob regime de disciplina urbanística e/ou edilícia municipal e/ou estadual conflitante ou omissa ao regime do tombamento estabelecido face ao seu reconhecimento federal como patrimônio nacional. Essas áreas tombadas, sujeitas à fiscalização pelo IPHAN, em sua grande maioria, carecem de regras específicas e da necessidade de explicitação e compatibilização das demandas da preservação. Mesmo naquelas áreas onde existem regimes bem definidos em

ambos setores – patrimônio cultural e desenvolvimento urbano – sua aplicação e efetividade dependem, fundamentalmente, da legitimidade, do entendimento de sua função e da adoção de tais regulamentos por parte da comunidade, dos agentes econômicos e culturais e dos legisladores locais.

As responsabilidades em matéria de patrimônio cultural são concorrentes entre as três esferas político-administrativas, recaindo, portanto, respectivamente sobre cada uma segundo os atos legais por elas praticados em relação a essa matéria. No caso das competências quanto ao desenvolvimento urbano, essas são distintas e exclusivas segundo os critérios, caráter e natureza da atribuição decorrente da competência estabelecida constitucionalmente, os quais variam desde diretrizes nacionais de desenvolvimento urbano – exclusiva desta instância federal – até o ordenamento do território municipal, o qual envolve planejamento urbano, uso e ocupação do solo – exclusiva desta esfera de poder.

Nesse sentido, a articulação entre as dimensões do patrimônio cultural e a da gestão urbana das cidades torna-se fundamental. O Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano busca instrumentalizar essa necessidade, com vistas a mitigar o quadro de áreas urbanas de valor histórico-cultural que estão em vias de ou se encontram deterioradas, descaracterizadas, desvitalizadas, deprimidas e disfuncionais em relação ao resto da cidade onde se localizam.

O desenvolvimento de uma política urbana que estabeleça como premissa básica a utilização adequada e equilibrada dos recursos naturais e socialmente justa do território emerge como uma exigência, pautada em princípios de sustentabilidade que, na atualidade, devem aliar aspectos econômicos aos sócioambientais e culturais em sua formulação. Portanto, o Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano busca atender, dentro de suas possibilidades, a essa

demanda, apresentando novos caminhos para a recuperação e revitalização de áreas urbanas degradadas com valor histórico-cultural agregado.

Os governos federal e municipal, dado o processo de busca de fortalecimento da área da cultura e nesse particular, da área de preservação do patrimônio cultural, estão com isso tentando protagonizar a retomada desse processo interrompido, canalizando esforços para inovar os processos de preservação do patrimônio cultural aliado ao desenvolvimento urbano de sítios históricos, estabelecendo efetivamente estratégias que garantam o desenvolvimento territorial e sócioeconômico de forma sustentável, ecologicamente equilibrado e culturalmente diversificado. Em 2004, foram selecionados pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN para implantação do Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano, consolidado ainda pela Portaria nº 299/04, os sítios históricos das cidades de Laguna(SC), Mariana(MG), Paraty(RJ), Pirenópolis(GO) e Sobral(CE), cujas experiências, já em curso, certamente se revestirão de grande interesse para a pesquisa sobre a preservação edilícia no Brasil, contribuindo, sem dúvida, para a solução de inúmeros impasses atualmente existentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Antônio Augusto. (Org.). **Produzindo o Passado**. São Paulo: Brasiliense, 1984

ARAÚJO, Pe. F. Sadoc. **História da Cultura Sobralense**. Sobral: Imprensa Universitária-UVA, 1978.

ANTONIL, João Andreoni. **Cultura e Opulência do Brasil (1717)**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, s.d.

ARAÚJO, Pe.F.Sadoc. **Cronologia Sobralense (1604-1800)**. Vol.I. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1974.

_____. **Cronologia Sobralense (1801-1840)**. Vol.II. Sobral: Imprensa Universitária-UVA, 1979.

_____. **Cronologia Sobralense (1841-1880)**. Vol.III. Sobral: Imprensa Universitária-UVA, 1983.

_____. **História da Cultura Sobralense**. Sobral: Imprensa Universitária-UVA, 1978.

_____. **Raízes Portuguesas do Vale do Acaraú**. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense Ltda, 1991.

BALSAS, Carlos José Lopes. **Urbanismo Comercial em Portugal e a Revitalização do Centro das Cidades**. Lisboa: GEPE, 1999.

_____. **O Urbanismo Comercial e as Parcerias Público-Privado para a Gestão do Centro das Cidades**. Lisboa: Observatório do Comércio/ University of Massachussets, 2000.

ARNAUT, Jurema Kopke Eis. **A Proteção do Patrimônio Cultural**. In. Memória e Educação. Rio de Janeiro: Edições IBPC, 1992.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto, (Org.). **Sobral, Patrimônio Nacional**. Sobral: Prefeitura Municipal de Sobral, 2000.

BARREIRA, Yrlis Alencar F. **Preservar a Cidade: O Centro como Patrimônio Cultural**. In. Olhares Contemporâneos: Cenas do Mundo em Discussão na Universidade. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

BARRIOS, Sônia. **A Produção do Espaço**. In. A Construção do Espaço. São Paulo: Nobel, 1986.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994.

BEZERRA, Antônio. **Notas de Viagem**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1965.

_____. **O Ceará e os Cearenses**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1906.

BITTENCOURT, Leonardo. **Uso das Cartas Solares**. Maceió: Edições UFAL, 1997.

BOBBIO, Norberto. **Os Intelectuais e o Poder**. São Paulo: UNESP, 1997.

BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1962.

BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza. **Memória sobre a Conservação das Matas, e Arboricultura como Meio de Melhorar o Clima da Província do Ceará**. Edição Fac-sim (1859). Fortaleza: Edições Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

BRITO, Marcelo. **As Cidades Históricas como Urbs: Corpo e Alma do Patrimônio**. In. Chronica Brasil, nº 04. Goiânia: Agenda 4, 2004.

_____. **Eu reservo, tu preservas, ele preserva... Modos e Jeitos de Fazer**. In. Chronica Brasil, nº 03. Goiânia: Agenda 4, 2004.

- _____. **Gestão Compartilhada do Patrimônio Cultural Urbano.** In. *Chronica Brasil*, nº 02. Goiânia: Agenda 4, 2004.
- CAMPELLO, Glauco. **O Brilho da Simplicidade.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.
- CANCLINI, Nestor García. **O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional.** In. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº23, p.95-115. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.
- CASTELLS, Manuel. **La Cuestión Urbana.** Cidade do México: Siglo Veinteuno, 1976.
- CASTRO, José Liberal de. **Arquitetura Eclética no Ceará.** In. *Ecletismo na Arquitetura Brasileira.* São Paulo: EDUSP, 1987.
- _____. **Igreja Matriz de Viçosa do Ceará: Arquitetura e Pintura de Forro.** Fortaleza: Edições Minc/IPHAN/4ª.SR – MEC/UFC, 2002.
- _____. **Pequena Informação Relativa à Arquitetura Antiga no Ceará.** Fortaleza: UFC, 1973.
- CAVALCANTI, Lauro. (Org.). **Memória e Educação.** Rio de Janeiro: Edições IBPC, 1992.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio.** São Paulo: Unesp, 2001.
- COELI, Vera Lúcia Medina (Org.). **Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros de Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Rio de Janeiro: IPHAN/MinC, 1994.
- CONNERTON, Paul. **Como as Sociedades Recordam.** Oeiras, Portugal: Celta, 1993.
- COSTA, Ennio Cruz da. **Física Aplicada à Construção: Conforto Térmico.** São Paulo: Edgar Blücher, 1981.

_____. **Arquitetura Ecológica: Condicionamento Térmico Natural**. São Paulo: Edgar Blücher, 1982.

COSTA, Francisco José Lustosa da. **Sobral de meu Tempo**. Brasília: Senado Federal, 1982. (Col. Lima Barreto).

COSTA e SILVA, Álvaro. **Um Breve Histórico do Patrimônio**. In. *Memória e Educação*. Rio de Janeiro: Edições IBPC, 1992.

CURY, Isabelle. (Org.). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2001.

DANZ, Ernst. **La Arquitectura y el Sol**. Barcelona: Editorial Gustavo Gill, 1967.

DE DECCA, Edgar S. **Memória e Cidadania**. In. *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo, 1992.

DICKINSON, Emily. **Cinquenta Poemas**. Tradução Isa Mara Lando. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1999.

DUARTE, Romeu. **Ceará no Século XVIII: Icó, Aracati e Sobral**. In *Revista Oceanos nº41. A Construção do Brasil Urbano*. Lisboa: Comissão Oficial para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

_____. **O Ceará e o Patrimônio Cultural**. In *Bonito pra Chover: Ensaio sobre a Cultura Cearense*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

DUVIGNAUD, Jean. Prefácio. In. Halbwichs, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

FENELON, Dea Ribeiro. **Políticas Públicas em Centros Urbanos: A Experiência de São Paulo, 1989/1992**. In. Filgueiras Gomes, Marco Aurélio (Org.). *Pelo Pelô: História, Cultura e Cidade*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1995.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições UFRJ/IPHAN, 1997.

FONSECA, Marçal Ribeiro da. **Desenho Solar**. Salvador: Projeto Editores Associados, 1982.

FREITAS, Nilson Almino de. **Sobral: Opulência e Tradição**. Sobral: Editora UVA, 2000.

FRIEDEN, B. and SAGALYN, L.B. **Downtown**. Inc. How American Rebuilds Cities. London: Mit Press, 1993.

FRY, Maxwell. **Tropical Architecture In The Dry and Humid Zones**. London: Batsford Limited London, 1964.

FROTA, D. José Tupinambá da. **História de Sobral**. 3ed. Imprensa Oficial do Ceará. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1995.

GIRÃO, Raimundo. **Evolução Histórica do Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1947.

_____. **História Econômica do Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1947.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. **As Oficinas ou Charqueadas no Ceará**. Recife: UFPE, 1982.

GIRÃO, Glória Giovana e SOARES, Maria Norma Maia. **Sobral, História e Vida**. Sobral: Edições UVA, 1997.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. **A Construção Social da Memória na Moderna Fortaleza**. In. Olhares Contemporâneos: Cenas do Mundo em Discussão na Universidade. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: EDUSP, 1997.

GUTIERREZ, Ramón. **História, Memória e Comunidade: O Direito ao Patrimônio Construído.** In. O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1994.

HOLLANDA, Armando de. **Roteiro para Construir no Nordeste.** Recife: Edições UFPE, 1976.

HONORATO, Rossana. **A Cidade Entrevista.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

IZARD, Jean – Louis. **Arquitetura Bioclimática.** Barcelona: Editorial Gustavo Gill, 1980.

JUCÁ, Gisafran.N. Mota. **Espaço Nordestino: O Papel da Pecuária e do Algodão.** In: História do Ceará. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1989.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A Apreensão da Forma da Cidade.** Brasília: UNB, 1996.

LEMENHE, José A. O. P. (Org.). **Fortaleza, Cidade Fragmentada.** Fortaleza: Edições ADUFC/AGB/IAB-CE/IMOPER, 1996.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **A Economia Pastoril e as Vilas Coloniais do Ceará.** In. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, 1981/1982, p.75-106.

LIRA, João Mendes. **Sobral na História do Ceará e a Personalidade de Padre Ibiapina.** Sobral: Cia. Artes Gráficas, 1976.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LUCENA, Célia. **Tempo e Espaço nas Imagens da Lembrança.** In. SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. (Org.) Os Desafios Contemporâneos da História Oral. Campinas: UNICAMP, 1997.

MARQUES, Sônia. **As Estratégias de Lugares de Memória: Um Novo Elo entre Cultura e Política.** In. ZANCHETTI, Sílvio; MARINHO, Geraldo; MILLET, Vera (Orgs.). *Estratégias de Intervenção em Sítios Históricos.* Recife: UFPE, 1995.

MARQUES DOS SANTOS, Afonso Carlos. **Entre a Destruição e a Preservação; Notas para o Debate.** In. SCHIAVO, Cléia; ZETTEL, Jaime (Org.). *Memória, Cidade e Cultura.* Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1997.

MIGUEL, Ana Maria Macarrón. **História de la Conservación y la Restauración.** Madrid: Editorial Tecnos, 2002.

MILET, Vera. **A Teimosia das Pedras.** Recife: Prefeitura de Olinda, 1988.

MOTTA, Lia. **As Cidades: Sua Valorização e Proteção como Documentos.** In. *Memória e Educação.* Rio de Janeiro: Edições IBPC, 1992.

OLGYAY, Victor. **Design with Climate: Bioclimatic Approach to Architectural Regionalism.** New York: Van Nostrand Reinhold, 1992.

PAIVA, Olga Gomes de. (Org.) **Aracati, Patrimônio de Todos: Roteiro para Preservação do Patrimônio Cultural.** Fortaleza: Edições MinC/IPHAN/4ªSR, 2001.

_____. **Icó, Patrimônio de Todos: Roteiro para Preservação do Patrimônio Cultural.** Fortaleza: Edições MinC/IPHAN/4ªSR, 1998.

_____. **Sobral, Patrimônio de Todos: Roteiro para Preservação do Patrimônio Cultural.** Fortaleza: Edições MinC/IPHAN/4ªSR, 1999.

_____. **Viçosa do Ceará, Patrimônio de Todos: Roteiro para Preservação do Patrimônio Cultural.** Fortaleza: Edições MinC/IPHAN/4ªSR, 2004.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. **O Corredor Cultural do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Edições PMRJ, 1982.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PORTAS, Nuno. **O Talvez. Uma Semente Desreguladora**. In. Revista Arquitetura e Urbanismo, nº 29 (abril-maio/1990). São Paulo: Pini, 1990.

POUND, Ezra. **Poesia**. Tradução Augusto de Campos e Haroldo de Campos. São Paulo: Hucitec, 1983.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Arquitetura não é goiabada: sou contra o sistema de tombamento no varejo**. In. Revista Projeto Design nº 287, São Paulo: Projeto Editores Associados, Janeiro/2004.

_____. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

ROCHA, Herbert. **O Lado Esquerdo do Rio**. São Paulo: Hucitec, 2003.

ROLNIK, Rachel. (Org.) **Estatuto da Cidade – Guia para Implementação pelos Municípios e Cidadãos**. Brasília: Coordenação de publicações da Câmara dos Deputados, 2001.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente (aulas 2 e 3)**. Campinas: Papirus, 1997.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Preservar não é tombar, renovar não é por tudo abaixo**. In. Revista Projeto, nº 86. São Paulo: Projeto Editores Associados, abril/1986.

SANTOS, Milton et al, (Org.). **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SAMPAIO, Dorian. **Anuário do Ceará (1996-1997)**. Fortaleza: Empresa Jornalística O Povo e Anuário do Ceará Publicações Ltda, 1997.

SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia. **Atlas Escolar: Espaço Geo-histórico e Cultural**. João Pessoa: Grafset, 2000.

SOARES, José Teodoro. **A Idéia de Modernidade em Sobral**. Sobral: Edições UVA, 2004.

SOBRINHO, Thomaz Pompeu. **Esboço Fisiográfico do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1962.

SOUZA, Simone de. (Org.) **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

SOUZA BRASIL, João Pompeu. **Sobral: tentativa de interpretação histórica de sua ação polarizadora sobre a região**. Revista de Ciências Sociais. Vol.3, nº72 Fortaleza, s.d.

STUDART, Barão de. **Climatologia, Epidemias e Endemias do Ceará**. Edição Fac-sim (1859). Fortaleza: Edições Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

STUDART FILHO, Carlos. **Páginas de História e Pré-História**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.

TEÓFILO, Rodolfo Marcos. **A História da Seca do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1953.

THOMPSON, Alistair. **Recompondo a Memória: Questões Sobre a Relação entre a História Oral e as Memórias**. São Paulo: Projeto História, 1997.

TURKIENICZ, Benamy. **O Talvez. Uma Semente Desreguladora**. In. Revista Arquitetura e Urbanismo, nº 29. São Paulo: Pini, abril/maio 1990.

VARGAS, Heliana C. **Espaço Terciário. O Lugar, a Arquitetura e a Imagem do Comércio**. São Paulo: Senac, 2001.

_____. **Comércio Varejista e Políticas Urbanas: Uma Difícil Conversa**. In. Sinopses nº34 (2001). São Paulo: FAUUSP, 2001.

_____. **O Comércio e os Serviços Varejistas: Principais Agentes e sua Inserção Urbana**. In. Espaço e Tempo nº 8. São Paulo: Humanitas, 2000.

_____. et al. **Poluição Visual e Paisagem Urbana: Quem Lucra com o Caos?** In. Eleições 2000 Portal do Jornal Estado de São Paulo. Disponível em: <www.estadao.com.br/ext/eleicoes/artigos>. Acesso em: 15/09/2000.

_____. **Galerias do Centro**. In URBS nº 8. São Paulo: Viva o Centro, 1998.

VELHO, Gilberto. **Antropologia e Patrimônio Cultural**. In. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº20. Rio de Janeiro: SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

ZANCHETTI, Sílvia; MARINHO, Gerardo; MILLET, Vera (Orgs.). **Estratégias de Intervenção em Sítios Históricos**. Recife: UFPE, 1995.

Documentos Pesquisados

- Abaixo-assinado para solicitação de tombamento federal para o sítio histórico de Sobral ao IPHAN, Sobral, 1996.
- Estudos para Tombamento Federal dos Sítios Históricos de Aracati, Icó, Sobral e Viçosa do Ceará, elaborados pela equipe técnica da 4ª.SR/IPHAN, respectivamente em 1998, 1996, 1997 e 2002.
- Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, em Brasília-DF.
- Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.
- Portaria nº 10 da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 10 de setembro de 1986.
- Lei nº 3.924 (Lei Federal dos Movimentos Arqueológicos e Pré-históricos), de 26 de janeiro de 1961.
- Pareceres elaborados pela equipe técnica da 4ª.SR/IPHAN relativos aos tombamentos dos sítios históricos de Aracati, Icó, Sobral e Viçosa do Ceará

- Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano Municipal de Aracati, Icó, Sobral e Viçosa do Ceará, elaborados em 2000.
- Solicitação de tombamento do núcleo histórico da cidade de Sobral/CE (Ofício GAB/4^ª.CR/IPHAN nº164/96, 23.10.96).
- Termo de Referência para Elaboração do Estudo para Tombamento Federal do Sítio Histórico de Sobral/Ce, elaborado pela 4^ª.SR/IPHAN em 1996, coordenado pela Arqta. Márcia Sant'Anna.
- Termo de Referência para o Plano de Preservação e Reabilitação Urbana do Sítio Histórico de Sobral/CE, elaborado pela equipe técnica do Programa URBIS/Minc/IPHAN, em 2001.
- Carta enviada pelo presidente do IPHAN, Dr. Antônio Augusto Arantes Neto, ao editor-chefe do jornal *A Tarde*, de Salvador/BA, em 09.06.04.
- Portaria nº 299/04 – Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano
- Termo de Referência para o Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano, elaborado pela equipe técnica do Departamento de Patrimônio Material do IPHAN em 2003.

Entrevistas concedidas

IPHAN

- Arqta. Célia Perdigão Coutinho/ 4^ª.SR/IPHAN
- Arq. Domingos Linheiro/ 4^ª.SR/IPHAN
- Arq. Francisco Veloso/ 4^ª.SR/IPHAN
- Arqta. Isolda Honnen/ Departamento de Patrimônio Material-RJ
- Arqto. José Leme Galvão/ Coordenador de Conservação do Departamento de Patrimônio Material

- Arqta. Lia Motta/ Coordenadora da Coordenação de Pesquisa e Documentação
- Márcia Chuva/ Coordenação de Pesquisa e Documentação
- Arqta. Márcia Sant'Anna/ Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial
- Profa. Olga Paiva/ Chefe da Divisão Técnica da 4ª.SR/IPHAN
- Sônia Rabelo de Castro/ Diretora do Departamento de Patrimônio Material

ARACATI

- Arqto. Aureliano Carvalho
- Expedito Ferreira da Costa/ Prefeito Municipal de Aracati
- José Calixto Correia/ Presidente do Instituto do Museu Jaguaribano
- José Hamilton Saraiva Barbosa/ Ex- Prefeito Municipal de Aracati
- Leônia Amaral

ICÓ

- Getúlio Oliveira/ Ex-Secretário de Cultura da Prefeitura Municipal de Icó
- Kildare Colares/ Coordenador da Unidade Estadual de Planejamento do Programa Monumenta
- Miguel Porfírio de Lima

SOBRAL

- Arqta. Andréa Cruz/ Gerente de Patrimônio e Memória/ Secretaria Municipal de Cultura e Turismo/ Prefeitura Municipal de Sobral
- Ângelo Oswaldo de Araújo Santos/ Ex-membro do Conselho Consultivo do IPHAN

- Arqto. Antenor Coelho/ Secretário de Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de Sobral
- Arqto. Antônio Carlos Campelo Costa/ Secretário de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Sobral
- Clodoveu Arruda/ Vice-Prefeito Municipal de Sobral
- Arqto. Francisco Edílson Aragão/ Ex-Vice-Prefeito Municipal de Sobral
- Profa. Giovanna Sabóia/ Diretora do Museu Diocesano
- Arqto. Herbert Rocha/ Ex-Secretário de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Sobral
- Pe. Jaime Linhares
- José Alberto Dias Lopes
- Arqta. Jussara Peixoto/ Coordenadora da Oficina Escola de Sobral

VIÇOSA DO CEARÁ

- Evaldo Souza/ Ex-Prefeito Municipal de Viçosa do Ceará
- José Firmino de Arruda/ Prefeito Municipal de Viçosa do Ceará
- Lasha Gogadze/ Coordenador de Fiscalização Urbana da Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará

- Moradores dos sítios históricos enfocados

Fotografias e Desenhos

- As fotografias presentes neste trabalho constam dos estudos para tombamento federal dos sítios históricos cearenses pesquisados e seus autores são, a saber, Aracati (Maurício Albano), Icó (Maurício Albano),

Sobral (Gentil Barreira e Alexandre Veras) e Viçosa do Ceará (Jacques Antunes).

- Os desenhos artísticos presentes neste trabalho são de autoria do Arqto. Domingos Linheiro e constam dos Estudos para Tombamento Federal pesquisados.